



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS TRINDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO - PGET

Jonatas Rodrigues Medeiros

Poesia de Direitos Humanos e injustiça social na Literatura Surda:
tradução, interpretação, agência e ativismo

Florianópolis

2022

Jonatas Rodrigues Medeiros

Poesia de Direitos Humanos e injustiça social na Literatura Surda:
tradução, interpretação, agência e ativismo

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Aguiar dos Santos.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Medeiros, Jonatas Rodrigues
Poesia de Direitos Humanos e injustiça social na
Literatura Surda : tradução, interpretação, agência e
ativismo / Jonatas Rodrigues Medeiros ; orientador,
Silvana Aguiar dos Santos, 2022.
306 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Estudos da Tradução. 2. Estudos da Tradução. 3.
Literatura Surda. 4. Direitos Humanos. 5. Agência. I.
Santos, Silvana Aguiar dos. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Estudos da
Tradução. III. Título.

Jonatas Rodrigues Medeiros

Poesia de Direitos Humanos e injustiça social na Literatura Surda:
tradução, interpretação, agência e ativismo

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 7 de outubro de 2022, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Jefferson Bruno Moreira Santana, Dr.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof. Fabiano Souto Rosa, Dr.
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof.^a Rachel Sutton-Spence, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof.^a Silvana Aguiar dos Santos Dr.^a
Orientadora

Florianópolis, 2022

Dedico este trabalho aos/às intérpretes e tradutores/as de Libras agentes e ativistas em prol da literatura surda e sinalizada de Direitos Humanos e aos/às poetas surdos/as que fazem de seus textos denúncia social.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amores, Viviana e Felipe, que foram apoiadores, pacientes e colaboradores ativos fundamentais em várias etapas desta pesquisa. Obrigado pelo amor, pelo cuidado, pela escuta e pela atenção, é uma sorte tê-los em minha vida – vocês me fazem tão bem.

À minha mãe, Valdiceia, e ao meu pai, José, por sempre acreditarem que a educação era o caminho que eu tinha de perseguir.

Imensamente grato à Professora Silvana Aguiar dos Santos, sempre a guiar, é generosa nas orientações, é luz e afeto; você me ensinou que a pesquisa pode ser mais leve, mesmo sendo pesada. Teu apoio sempre injetou energia e vontade de prosseguir no diálogo acadêmico, grato por me fazer enxergar mais, por conduzir e acreditar.

Agradeço ao meu amigo Rhaul, pela companhia e pelo carinho de sempre, em especial por sua abertura para trocas e diálogos teóricos, pelas sugestões e pelos comentários sobre o trabalho, por sua doação sempre generosa e carregada de sabedoria.

À Vik, minha amiga, artista que fez a direção de vídeo do documentário, fruto desta dissertação, além de produzir o *site* com a tradução-síntese do presente trabalho, ela sempre foi escuta, apoio e presença. Obrigado amiga!

Sou grato ao poeta Edinho Santos, que, em chamadas de vídeo, sempre me falou sobre suas perspectivas epistêmicas-surda, sobre literatura e a negritude surda.

À comunidade surda que me abriu portas impensáveis.

Aos participantes de pesquisa que são o fundamento da construção de conhecimento percorrido neste trabalho – vocês são coautores das reflexões aqui empregadas. Gratidão pela confiança e pelo tempo de vocês nessa caminhada de diálogo. O conhecimento de vocês contribui para o pensamento acadêmico e para a ampliação de debates à margem dos Estudos da Tradução e da Literatura.

Agradeço também a Janete, revisora dos textos desta pesquisa, que sempre realizou um trabalho impecável, contribuindo não apenas para a qualidade desta escrita, mas também com a minha formação.

Rafaela, Negabi e Nay, que sempre me nutriram com trocas sobre o fazer literário surdo, assim como produziram comigo textos poéticos e acadêmicos sobre Literatura de Direitos Humanos e luta por justiça social. Esse conhecimento registrado aqui é também produzido por vocês.

Ires e Nanci, obrigado pelas longas conversas e trocas de áudios sobre assuntos que permeiam este trabalho, muito amor por vocês.

Agradeço às minhas amigas e aos meus amigos (impossível de nomear), mas que sabem o porquê das ausências, que, em algum momento, cederam escuta sobre meus anseios de pesquisador em formação e toda a sobrecarga de atividades que eu administrei nos últimos anos. Vocês me alegraram em dias não tão bons.

Arma é poético! Nem precisa usar
arma de verdade! É preciso usar
poesia vire grande arma como
cada bala transforma cada palavra
ataca pensamento! Sou poeta
queremos o mundo transforma
conhecimento!
Edinho Poesia

[...] meter chumbo de poesia
Odailta Alves

RESUMO

Como se constituem as relações entre a temática de Direitos Humanos e a Literatura Surda e Sinalizada? De que forma ocorre a agência tradutória de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) que atuam com a Literatura Surda e Sinalizada que tematiza os Direitos Humanos? Tomando essas perguntas como condutoras deste estudo, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar as narrativas produzidas por intérpretes e tradutores/as de Libras-Português ouvintes e surdos/as que atuam diretamente com a literatura que manifesta a pauta dos Direitos Humanos e das Injustiças Sociais. Para isso, os seguintes objetivos específicos foram desdobrados: (I) articular conceitos entre os Estudos da Tradução, Estudos Culturais pós-coloniais/decoloniais, Estudos Surdos e Direitos Humanos; (II) apresentar a relação entre Literatura e Direitos Humanos e Literatura Surda e Direitos Humanos; (III) examinar elementos que se destacam sobre a agência de tradutores/as e intérpretes de Libras que atuam com Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos e Injustiças Sociais. O problema de pesquisa concentrou-se em entender como raça, gênero, sexualidade e classe podem ser marcadores que incidem na agência, na interpretação e na tradução de contextos literários em língua de sinais voltados aos Direitos Humanos e às Injustiças Sociais. Para alcançar esses objetivos, propôs-se uma pesquisa interdisciplinar de reconhecimento geopolítico que transitasse entre os campos dos Estudos da Tradução, dos Estudos Surdos, dos Estudos Culturais de aspirações pós-coloniais/decoloniais e diálogo com o campo dos Direitos Humanos Interseccionais. A hipótese de pesquisa foi que intérpretes e tradutores/as de Libras que atuam com literatura de Direitos Humanos e Injustiças Sociais são, para além de mediadores linguísticos, ideologicamente engajados nas pautas surdas reivindicatórias e em diferentes movimentos sociais. A metodologia de análise baseou-se na Teoria Narrativa nos Estudos da Tradução, proposta por Mona Baker (2006a), por meio da qual se elenca o conceito de narrativa ontológica e narrativa pública para o cotejo dos dados. Foram utilizados como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada, com base em Gil (2002), e a produção de autodomentário pelos/as participantes de pesquisa, a partir de Freitas (2010). Três eixos de análise foram organizados: (I) Intérpretes e tradutores/as: histórias de vida e movimentos sociais; (II) Literaturas Surdas e Direitos Humanos; e (III) Direitos Humanos: tradução, agência e ativismo. Os resultados apontam: (I) as narrativas ontológicas dos/as intérpretes e tradutores/as de Libras que atuam com Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos convergem com suas ações e narrativas públicas. Os/as participantes ouvintes tiveram seu contato com a arte e a língua de sinais entre a infância e a adolescência; embora o espaço primário com a língua tenha sido o religioso, o contato com a comunidade surda despertou mais tarde o interesse por pautas de movimentos sociais e debates interseccionais. De forma contrária, as participantes surdas tiveram contato efetivo com a Libras de forma mais tardia, na adolescência e na juventude, porém o contato com movimentos sociais ocorreu por meio do movimento feminista, sendo a relação com movimentos surdos em momento posterior. As narrativas ontológicas revelaram, ainda, que o contato com a Literatura Surda e Sinalizada ocorreu na igreja e na universidade, assim como em espaços não institucionalizados como o *Slam*; (II) a Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos e Injustiças Sociais agrega diferentes temáticas como: surdidade, raça, feminismo, identidades LGBTQIA+, classe, meio ambiente, violências, audismo entre outros; (III) os/as participantes da pesquisa acionam diferentes narrativas coletivas que explanam sobre formas de agência em prol de Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos, traçando características que descrevem o **perfil de agentes da tradução**, não só como intérpretes e tradutores/as, mas também como *performers*, poetas, representantes ou aliados da temática de Direitos Humanos e Injustiças Sociais, sujeitos não neutros, estudantes do tema etc. As **ações dos agentes de tradução** extrapolam o ato de traduzir e interpretar, agregando atividades como mobilização de coletivos surdos, influenciadores, cinegrafistas, editores de vídeos, legendadores, produtores de conteúdo e produtores de eventos culturais.

Palavras-chave: Estudos da Tradução. Direitos Humanos. Literatura Surda e Sinalizada. Agência. Ativismo.

ABSTRACT

How are the relations between the theme of Human Rights and the Deaf and Signaled Literature? How does the translation agency of the Brazilian Sign Language (known by the acronym *Libras*) interpreters that act with Deaf and Signaled Literature that thematizes Human Rights occur? Taking these questions as conductors of this study, the main objective of this research was to analyze the narratives produced by interpreters and translators of *Libras*-Portuguese hearing and deaf people who act directly with literature that manifests the agenda of Human Rights and Social Injustices. For this, the following specific objectives were unfolded: (I) to articulate concepts between Translation Studies, postcolonial/decolonial Cultural Studies, Deaf Studies and Human Rights; (II) to present the relationship between Literature and Human Rights and Deaf Literature and Human Rights; (III) to examine elements that stand out about the agency of *Libras* translators and interpreters who act with Deaf and Signaled Literature on Human Rights and Social Injustices. The research problem concentrated on understanding how race, gender, sexuality and class can be markers that focus on the agency, interpretation and translation of literary contexts in sign language focused on Human Rights and Social Injustices. To achieve these goals, an interdisciplinary investigation of geopolitical recognition was proposed that transited among the fields of Translation Studies, Deaf Studies, Cultural Studies of postcolonial/decolonial aspirations and dialogue with the field of Intersectional Human Rights. The hypothesis of research was that *Libras* interpreters and translators that act with Human Rights Literature and Social Injustices are, besides linguistic mediators, ideologically engaged in deaf demands and in different social movements. The analysis methodology was based on the Narrative Theory in Translation Studies, proposed by Mona Baker (2006a), through which the concept of ontological narrative and public narrative is specified for data comparison. Semi-structured interview was used as research instrument, based on Gil (2002), and also a self-documentary produced by the research participants, based on Freitas (2010). Three axes of analysis were organized: (I) Interpreters and translators: life stories and social movements; (II) Deaf Literatures and Human Rights; and (III) Human Rights: translation, agency and activism. The results point out: (I) the ontological narratives of *Libras* interpreters and translators that act with Deaf and Signaled Literature of Human Rights converge with their public actions and narratives. The hearing participants had their contact with art and sign language between childhood and adolescence; although the primary space with the language was the religious one, contact with the deaf community caught their interest later through social movements issued and intersectional debates. Deaf participants, on the contrary, had effective contact with *Libras* later, during their adolescence and youth, but the contact with social movements occurred through the feminist movement, having their relationship with deaf movements at a later time. The ontological narratives also revealed that contact with Deaf and Signaled Literature occurred in the church and in the university, as well as in non-institutionalized spaces such as the Slam; (II) Deaf and Signaled Literature on Human Rights and Social Injustices adds different themes such as: surdity, race, feminism, LGBTQIA+, class, environment, violence, audism, among others; (III) research participants activate different collective narratives that explain about forms of agency for Deaf and Signaled Literature on Human Rights, tracing characteristics that describe the **profile of the translation agents**, not just as interpreters and translators, but also as performers, poets, representatives or allies of the theme of Human Rights and Social Injustices, non-neutral subjects, students of the theme, etc. The **actions of the translation agents** go beyond the act of translating and interpreting, adding activities such as mobilization of deaf collectives, influencers, cinematographers, video editors, subtitlers, content producers and cultural event producers.

Keywords: Translation Studies. Human Rights. Deaf and Signaled Literature. Agency. Activism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Sociedade em Libras	21
Figura 2 – P.U.T.A – Grupo Mulamba.....	22
Figura 3 – P.U.T.A Mulamba em Libras	23
Figura 4 – P.U.T.A - Libras TraduLab	23
Figura 5 – Arte Cartográfica – Estado do Ceará, 2016	31
Figura 6 – Infográfico: articulação de áreas de pesquisa.....	39
Figura 7 – Mapeamento de autores.....	40
Figura 8 – “Cri Sourd” - Grito Surdo, de Arnaud Balard.....	54
Figura 9 – Vídeo compilado #ENEMLIBRASJÁ	74
Figura 10 – Inserção dos Estudos da Interpretação aos Estudos da Tradução	86
Figura 11 – Diversidade e Currículo de Nilma Lino Gomes.....	94
Figura 12 – Paradigmas do desenvolvimento cognitivo: uma breve retrospectiva	95
Figura 13 – Processo de montagem do poema Racismo	97
Figura 14 – Performance do poema Boneca Invisível.....	98
Figura 15 – Tradução da Libras para o Português na modalidade escrita.....	98
Figura 16 – Interpretação simultânea do Português para a Libras	99
Figura 17 – Interpretação simultânea da Libras para o Português na modalidade oral.....	100
Figura 18 – Obra Unfolding the soul of black deaf expressions	115
Figura 19 – Vídeo Open Letter in ASL about Intersectionality	131
Figura 20 – Direitos Humanos para as pessoas surdas	142
Figura 21 – Poesia Nayara Rodrigues	155
Figura 22 – Ações MOSFB	166
Figura 23 – Lives e temáticas do MOSFB	167
Figura 24 – Lives do Coletivo SurdoVisão	168
Figura 25 – SurdoVisão - Documentário.....	168
Figura 26 – SurdoVisão – Quadrinhos	169
Figura 27 – Quadrinhos “Rótulos de diversas surdas”	170
Figura 28 – Instrumentos de pesquisa	174

Figura 29 – Imagens dos vídeos para comentários na terceira etapa da entrevista	178
Figura 30 – Fotonarrativa “Mãe não viu”	181
Figura 31 – Exemplos de filmagem da Primeira Semana	183
Figura 32 – Exemplos de filmagem da Segunda Semana	183
Figura 33 – Exemplos de filmagem da Segunda Semana	184
Figura 34 – Exemplos de filmagem da Terceira Semana	184
Figura 35 – Enquadramento	185
Figura 36 – Exemplos de filmagem da Quarta Semana	185
Figura 37 – Ilustração das dicas	186
Figura 38 – Articulação de materiais da pesquisa	191
Figura 39 – Categorias narrativas	199
Figura 40 – Fotografia narrada de Gabriela	203
Figura 41 – Autodocumentário de Gabriela	204
Figura 42 – Fotografia narrada de Malu	205
Figura 43 – Fotografias narradas de Lygia	208
Figura 44 – Fotografias narradas de Efraim	209
Figura 45 – Autodocumentário de Efraim	210
Figura 46 – Fotografias narradas de Gabriela	212
Figura 47 – Outras fotografias narradas de Gabriela	217
Figura 48 – Show de Mariene de Castro e ABC do Samba na Concha Acústica e Evento Ilê Aiyê	218
Figura 49 – Geocontextos das narrativas ontológicas	220
Figura 50 – Autodocumentário de Malu – Referências	221
Figura 51 – Autodocumentário e fotografias narradas de Malu	223
Figura 52 – Autodocumentário de Lygia	225
Figura 53 – Temáticas de Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos	229
Figura 54 – Redes sociais de Lygia	230
Figura 55 – Agência e ativismo de Lygia	231
Figura 56 – Traduções de Gabriela no Pense em Libras	237
Figura 57 – Traduções de Malu	239

Figura 58 – Agência Tradutória de Efraim.....	241
Figura 59 – Tradução Performance de Efraim	242
Figura 60 – 80 Tiros e #justicapormiguel.....	243
Figura 61 – Tradução de Poesia Surda e legendagem de Efraim	244
Figura 62 – Características de agentes de tradução de Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos	253
Figura 63 – Atividades de agentes de tradução	254

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produtividade conceitual crítica ao colonialismo.....	53
Quadro 2 – Conceitos de Literatura Surda	153
Quadro 3 – Agência e ativismo na Tradução	164
Quadro 4 – Participantes da pesquisa.....	188
Quadro 5 – Estudos da Tradução e geopolítica do conhecimento: contribuições (seção 2.1)	274
Quadro 6 – Escolhas Pós-Coloniais/Decoloniais: contribuições (seção 2.2).....	275
Quadro 7 – Diálogos pós-coloniais nos Estudos da Tradução: contribuições (seção 2.3)	277
Quadro 8 – Movimentos sociais e narrativas sobre os corpos surdos: contribuições (seção 3.1)	279
Quadro 9 – Silenciamento histórico (seção 3.2).....	281
Quadro 10 – Movimento surdo, intérpretes e (des)colonização (seção 3.2)	282
Quadro 11 – Emergência dos Estudos da Interpretação: contribuições (seções 4.1 e 4.2)	283
Quadro 12 – Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais: contribuições (seções 4.3 e 4.4)	286
Quadro 13 – Performance tradutória: contribuições (seção 4.5).....	289
Quadro 14 – Direitos humanos, Estudos Surdos e interseccionalidade: contribuições (seções 5.1 e 5.2).....	290
Quadro 15 – Literatura e Direitos Humanos (seções 5.3 e 5.4).....	292
Quadro 16 – Ativismo e agenciamento tradutório: contribuições (seção 5.5)	295
Quadro 17 – Percurso metodológico: Contribuições (capítulo 6).....	296

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abeg	Associação Brasileira de Estudos Germanísticos
Acetesp	Associação Cearense de Tradutores Públicos
Aleg	Associação Latino-Americana de Estudos Germanísticos
AIIC	Associação Internacional de Intérpretes de Conferência
AnALiSi	Análise e Aprendizagem de Língua de Sinais
ASL	Língua de Sinais Americana
BSL	<i>British Sign Language</i>
CAA	Comunicação Alternativa e Ampliada
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Centro de Atendimento ao Surdo
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CIDH	Comissão Internacional de Direitos Humanos
CNISNS	Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conae	Conferência Nacional de Educação
Consorten	<i>Confederación Venezolana de Sordos</i>
Desu	Departamento de Ensino Superior
Eesab	<i>Ecole européenne supérieure d'art de Bretagne</i>
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
ENJS	Encontro Nacional de Jovens Surdos
ETILS	Estudos da Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais
EUA	Estados Unidos da América
Facesa	Faculdade Evangélica de Salvador
Fasam	Faculdade Sul-Americana
Febrapils	Federação Brasileira de Tradutores-Intérpretes e Guia-intérpretes de Libras
Feneis	Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
FIJ	Faculdade Integrada de Jacarepaguá

Gepec	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos
GPFPS	Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos
ICS	Instituto Clima e Sociedade
IDA	<i>International Disability Alliance</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
ILades	<i>Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales</i>
ILS	Intérpretes de Língua de Sinais
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ines	Instituto Nacional de Educação de Surdos
Libras	Língua Brasileira de Sinais
Luiss	<i>Libera Università Internazionale degli Studi Sociali “Guido Carli”</i>
Nirema	Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente
MOSFB	Movimento das Surdas Feministas do Brasil
NUD	<i>National Union of Deaf</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Paec	Programa de Alianças para a Educação e Capacitação
PEI	Planejamento Educacional Individualizado
PGET	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução
PNE	Plano Nacional de Educação
POET	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução
Poslit	Programa de Pós-Graduação em Literatura
Postrad	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
Proaep	Programa de Aquisição e Ensino do Português
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná

PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Sated-PR	Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão no Estado do Paraná
Sesc	Serviço Social do Comércio
TALS	Tradução Audiovisual em Libras
TAV	Tradução Audiovisual
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TILSJUR	Programa de Extensão Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais na Esfera Jurídica
TILS	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais
Tradusp	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina
Uece	Universidade Estadual do Ceará
UEG	Universidade Estadual de Goiás
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Ufac	Universidade Federal do Acre
Ufam	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UGF	Universidade Gama Filho
UnB	Universidade de Brasília
Uneb	Universidade do Estado da Bahia
Unesa	Universidade Estácio de Sá
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unespar	Universidade Estadual do Paraná
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unicep	Centro Universitário Central Paulista
Unifor	Universidade de Fortaleza
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNFV	Universidade Nacional Federico Villarreal
USP	Universidade de São Paulo
WFD	<i>World Federation of the Deaf</i>

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	18
2	ESTUDOS DA TRADUÇÃO E GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO	31
2.1	MAPEAMENTO DE INTERLOCUTORES/AS E CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS.....	38
2.2	POR QUE A ESCOLHA PÓS-COLONIAL/DECOLONIAL PARA PESQUISAR INTÉRPRETES DE (IN)JUSTIÇAS SOCIAIS NA LITERATURA SURDA E SINALIZADA?	44
2.3	POR OUTRAS ROTAS: GEOPOLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	54
2.3.1	Narrativas sobre os corpos surdos: notas coloniais	56
2.4	MOVIMENTO SURDO, INTÉRPRETES E (DES)COLONIZAÇÃO	67
3	O CONCEITO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO	75
3.1	A TRADUÇÃO EM DESTAQUE NA HISTÓRIA EUROCÊNTRICA E OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO	76
3.2	ONDE ESTÁ A INTERPRETAÇÃO? A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS DA INTERPRETAÇÃO.....	81
3.3	OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUAS DE SINAIS.....	88
3.4	OS CONCEITOS DE TRADUZIR E INTERPRETAR NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUAS DE SINAIS	92
3.5	OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO EM DIÁLOGO PÓS-COLONIAL	101
3.6	INSPIRAÇÕES PÓS-COLONIAIS PARA <i>PERFORMANCE</i> TRADUTÓRIA ...	107
4	DIREITOS HUMANOS, LITERATURAS E TRADUÇÃO	115
4.1	DIREITOS HUMANOS EM CHAVES PÓS-COLONIAIS AMEFRICANOS E INTERSECCIONAIS	118
4.2	ESTUDOS SURDOS: INTERSECCIONALIDADE E DIREITOS HUMANOS .	129
4.3	LITERATURAS E DIREITOS HUMANOS	144
4.4	LITERATURA SURDA E DIREITOS HUMANOS.....	150
4.5	AGENCIAMENTO TRADUTÓRIO E ATIVISMO PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS.....	159
5	METODOLOGIA	172
5.1	TIPO DE PESQUISA	172

5.2	COMITÊ DE ÉTICA	173
5.3	LOCAL DE PESQUISA.....	173
5.4	INSTRUMENTO DE PESQUISA	174
5.4.1	Entrevista semiestruturada	175
5.4.1.1	<i>Roteiro de Entrevista</i>	176
5.4.1.2	<i>Video para comentário na entrevista</i>	177
5.4.2	Autodocumentário	179
5.4.2.1	<i>Roteiro de autodocumentário, gravação e montagem</i>	182
5.5	PARTICIPANTES DA PESQUISA	187
5.6	PROCEDIMENTO DE TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DE DADOS	189
5.6.1	Entrevista semiestruturada	189
5.6.2	Autodocumentário	189
5.6.3	Formas de apresentação de dados	190
5.7	EIXOS DE ANÁLISE	191
5.8	TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO.....	192
5.9	TEORIA NARRATIVA NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO	192
6	AGÊNCIA E ATIVISMO DE INTÉRPRETES E TRADUTORES/AS NA LITERATURA SURDA E SINALIZADA	202
6.1	INTÉRPRETES E TRADUTORES/AS: HISTÓRIAS DE VIDA, ARTE E LIBRAS	202
6.2	LITERATURAS SURDAS, LITERATURAS EM LIBRAS E DIREITOS HUMANOS	220
6.3	INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO: AGÊNCIA E ATIVISMO.....	229
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	256
	REFERÊNCIAS	260
	APÊNDICE A – AUTORES/AS, PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA E BREVE GEOPOLÍTICA DE PRODUÇÃO	274
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	297
	ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	302

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como se constitui a agência tradutória de intérpretes de Libras que atuam com a Literatura Surda e Sinalizada que denuncia injustiças sociais e reivindica os Direitos Humanos? Qual o papel que a interpretação dessa literatura desempenha no engajamento contra as opressões sofridas pelas comunidades surdas? A partir dessas perguntas, tomadas como condutoras do trabalho, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar as narrativas produzidas por intérpretes e tradutores/as de Libras-Português¹ ouvintes e surdos/as que atuam diretamente com a literatura que manifesta a pauta dos Direitos Humanos e das Injustiças Sociais². Discuto, assim, as questões interpretativas para aqueles que atuam com literatura em Línguas Brasileira de Sinais (Libras) nesse contexto. Para situar o espaço em que me encontro ao pesquisar essa temática, preciso trazer os sentimentos que me movem a ela.

Em uma mesa sobre arte, Marília Vellardi (2018, 32min25s)³, pesquisadora e artista, reflete que pesquisar é sempre um retorno, e que “[...] meu caminho é minha volta para casa, minha própria descoberta”. Isso me fez indagar sobre o meu lugar acadêmico dentro dos Estudos da Tradução, assim como da escolha de pesquisas a qual estava empreitando junto à minha orientadora. Se pesquisar é um retorno a nós mesmos, não há como separar o meu interesse de pesquisa de quem sou, de onde venho, dos territórios que passei, do meu corpo, da minha língua, classe social, sexualidade e das minhas vivências.

O mito da neutralidade científica (COLLINS, 2018; KILOMBA, 2019; MALDONADO-TORRES, 2018) e do pesquisador desinteressado assim como a crença da neutralidade tradutória são as primeiras quebras e desconstruções que esse retorno trouxe. Não pela novidade, mas por ter de construir teoricamente um caminho de ruptura com o modelo de se produzir conhecimento nos moldes da neutralidade, do afastamento e de toda a substância conceitual da ciência moderna – um modelo que nos é constantemente injetado dentro da academia. É ir na contramão do que Benzaquen (2013, p. 80) comenta sobre a ciência eurocêntrica: “[...] estar enraizada em uma concepção positivista, que encobre o autor,

¹ Daqui em diante, iremos marcar apenas intérprete e tradutor/a de Libras; entendemos esse profissional como atuante no par linguístico: Libras-Português.

² De antemão, informamos que entendemos o conceito de Direitos Humanos a partir de uma perspectiva crítica, que reconhece o termo “direito” como um dispositivo histórico de exclusão e detenção de privilégios sobre grupos colonizados, assim como “humano”, um conceito lapidado na modernidade para enquadrar os europeus como humanos (sujeitos de direito) em detrimento dos não humanos (sujeitos colonizados). Por injustiça social, referimo-nos às assimetrias de direitos de determinados grupos comparados a outros.

³ Apresentação proferida no VII Simpósio Internacional Reflexões Cênicas Contemporâneas, no dia 21 de fevereiro de 2018, na mesa intitulada “Metodologias e procedimentos para a criação e pesquisa em arte”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oOBMECOaXog&t=1203s>. Acesso em: 25 jun. 2021.

através de uma suposta neutralidade e verdade absoluta”. A neutralidade pressupõe uma ideia abstrata, afastada, neutra e universal. Para Kilomba (2019), é uma forma de poder.

Assim, compactuo com Thula Pires (2017) a compreensão desse tipo de escamoteamento, como da ordem da branquitude. Para a autora, a neutralidade é uma tática para constituírem-se verdades absolutas e certezas inquestionáveis, o que reflete na construção de um poder com base no que é neutro. A ciência neutra e universal assim como a tradução neutra e imparcial mesclam-se pelas linhas da crença, no possível afastamento que o pesquisador realiza, a partir de sua razão, de sua clareza, de seu esclarecimento e de sua neutralidade, que são, em síntese, fios do mesmo tecido que formam a matriz do pensamento moderno-colonial. Essa lógica é comprometida com os pressupostos da cosmovisão ariana europeia, a qual se vale do manto da universalidade para fazer refletir seus ideais “descompromissados”, frutos de “acontecimentos” e de “descobertas”.

Lidar com esse desafio é fazer da própria prática acadêmica um campo epistêmico ético, não inocente, no sentido do compromisso com a minha presença localizada de pesquisador em formação, mas também como uma reflexão das minhas escolhas, do meu lugar de fala⁴ (RIBEIRO, 2019), da escolha do tema de pesquisa, dos/as participantes de pesquisa com os quais estou dialogando, seja na rede dialógica dos textos acadêmicos com autores/as convidados/as, seja nos poemas e nas imagens que trago no corpo da pesquisa, seja no tratamento dos dados fornecidos pelos/as principais interlocutores/as: intérpretes da dissidência.

Intérpretes da dissidência é um conceito oriundo da obra *Translating Dissent: Voices from and with the Egyptian Revolution*⁵, organizado por Mona Baker (2016). O livro reúne narrativas de intérpretes e tradutores/as, profissionais ou não, que utilizam seus conhecimentos linguísticos e outras linguagens (fotografia, audiovisual, literatura, grafite etc.), para traduzir movimentos de protestos, reivindicações de direitos, denúncia de injustiças sociais, ativismo em prol de determinadas causas sociais e agenciamento de discursos entre as comunidades linguísticas que atuam no Egito. Nessa perspectiva, Baker (2016) compreende intérpretes e tradutores/as como agentes que podem atuar ideologicamente. Além disso, intérpretes e tradutores/as são percebidos/as em um sentido lato, que abarca além de modalidades linguísticas, a mediação de diferentes símbolos em diversos suportes, verbais e não verbais, e em diferentes espaços culturais. Um exemplo que, no livro organizado por

⁴ Importante enfatizarmos que, para Ribeiro (2019), todos nós temos um lugar de fala, todos partem de uma determinada experiência, o que implica percepções localizadas que podem ressaltar ou apagar contornos de uma dada realidade.

⁵ Tradução possível: “Traduzindo a dissidência: vozes da e com a revolução egípcia”.

Baker (2016), é sobre como, no Egito, “[...] a poesia árabe do período traduziu e documentou o desenvolvimento do movimento revolucionário [...]”⁶ (NASSER, 2016, p. 108, tradução nossa). Assim, compreendemos, como dissidência, posturas e narrativas que tensionam o estabelecido e a norma, como movimentos por garantias de direitos (étnico-racial, gênero, sexualidade, linguístico, cultural, entre outros).

A temática de pesquisa escolhida perpassa pelas minhas inquietações sobre o papel que alguns/mas intérpretes e tradutores/as desenvolvem na disseminação de discursos poéticos surdos produzidos em Libras, que denunciam as injustiças sociais e reivindicam os Direitos Humanos, assim como conteúdos literários em geral (textos, músicas, peças teatrais etc.) que abordem o campo discursivo dos Direitos Humanos. O recorte proposto me leva a algumas perguntas retóricas: Quem são esses/as intérpretes? Como e por que traduzem essas literaturas? Quais são suas histórias, trajetórias e interesses na tradução dessa temática? Quais características devem ser consideradas para essas traduções? E, principalmente, como esses/as intérpretes veem seu lugar e suas práticas dentro e fora da comunidade surda relacionados aos Direitos Humanos.

Sou homem cis, branco⁷, bissexual, oriundo da periferia de Curitiba, nascido no interior do Paraná, em São João do Ivaí, e crescido no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC), entre a Vila Verde, Caíua, Diadema e Sabará⁸, sinalizante de Libras desde os 10 anos de idade, por influência do espaço religioso e, posteriormente, por laços afetivos. Sou atuante nas comunidades surdas desde então e em diferentes contextos comunitários. Meu contato com a comunidade surda sempre se deu dentro de territórios mais marginalizados, como periferias e situações cuja presença surda é invisibilizada (acesso à justiça, aos hospitais, às delegacias e às salas de aulas). Foi na convivência com amigos/as surdos/as que eram estigmatizados/as em todos os lugares que aprendi sobre suas histórias, seus sonhos e suas necessidades, além de um acúmulo de diversos relatos de violação de direitos.

⁶ “[...] Arabic poetry of the period translated and documented the development of the revolutionary movement [...]” (NASSER, 2016, p. 108).

⁷ Nunca me considereei exatamente branco, nem negro, nem indígena... fui criado sendo chamado por familiares de “moreno”, “moreninho”. Sou filho de mãe parda com traços indígenas e pai branco. Entretanto, não há como negar que a histórica política do embranquecimento brasileiro, mesmo titubeando, sempre permitiu maiores privilégios aos grupos mais embranquecidos, em que mesmo atravessamentos de classe são acentuados de forma mais benéficas para pessoas que passam pela lente da branquitude brasileira como sujeitos (quase) brancos, dentro do colorismo nacional. No Brasil, se houver dúvida sobre a sua cor, pele clara, mesmo miscigenada, socialmente é branca.

⁸ São vilas localizadas no bairro CIC, regiões periféricas que abrigam a classe trabalhadora, em grande parte de uma geração do êxodo rural ou da migração de outras regiões em busca de oportunidade. São casas mais ou menos próximas de fábricas que ficam distantes da região central de Curitiba. A pesquisa de Santos (2018) revela que essa região concentra os alunos com desempenhos escolares mais insatisfatórios da cidade.

Desde quando comecei a ter acesso às tecnologias de vídeo e recursos de edição, emprego esforços para traduzir do Português para Libras uma diversidade de vídeos que eu julgava como pertinentes de circularem em Libras na comunidade surda virtual, em especial com produções alocadas na página “A Sociedade em Libras” (Figura 1) do *Facebook*⁹. As escolhas de temas sempre versavam sobre o conteúdo político pró-posicionamentos de esquerda e os Direitos Humanos, vídeos de reportagens sobre homofobia, feminismo, racismo e movimentos sociais, os quais sempre foram alvo das minhas investidas tradutórias.

Figura 1 – A Sociedade em Libras



Fonte: Imagem extraída da página *A Sociedade em Libras* no *Facebook*.¹⁰

Mais tarde, comecei a experienciar a tradução de conteúdos artísticos que também eram carregados de mensagens sobre violação de direitos (ligados a violências físicas, psicológicas, ameaças ao direito à vida, repressão, opressão, injúrias, torturas, impedimentos de acesso, ou ações que ferem a dignidade da pessoa humana). Pelo menos dois desses

⁹ A página “Sociedade em Libras” foi criada pelo surdo Ricardo de Camargo, com o objetivo de promover debates políticos e contemporâneos entre as comunidades surdas brasileiras, assim como publicar traduções de discussões importantes. As escolhas do que era traduzido eram feitas pelos tradutores que se voluntariavam, pelo Ricardo e por solicitações de membros surdos da página.

¹⁰ A página pode ser acessada no *link*: https://www.facebook.com/ASociedadeemLibras/?ref=page_internal. Acesso em: 25 jun. 2021.

trabalhos colocaram-me algumas questões sobre o lugar do meu corpo na representação de certos discursos e sua efetividade como mensagem semiótica, uma vez que meu corpo nem sempre representava o sujeito alvo do discurso, mesmo me vendo tão somente como o intérprete ou o tradutor da mensagem.

Em um experimento tradutório, senti-me tocado e movido ao realizar a tradução da música P.U.T.A, do grupo musical Mulamba (Figura 2), feita em 2017. Contudo, mesmo emocionado com o impacto daquele texto, percebi que o resultado semiótico do meu corpo em cena não ressoava as vozes que cantavam o discurso de violência sexual contra mulheres.

Figura 2 – P.U.T.A – Grupo Mulamba



Fonte: Imagem extraída do canal do *Youtube* Mulamba Oficial.¹¹

A narrativa da música é sobre um estupro, e com isso, o medo de andar sozinha de noite e a indiferença social com o feminicídio. Todas as integrantes da banda são mulheres feministas. Suas músicas são histórias, denúncias, vivências, representatividade e inspiração para outras mulheres. No entanto, a música de denúncia estava sendo produzida em Libras por um homem (Figura 3), que representa semioticamente a imagem do agressor que é narrada. Levando em consideração que nem as imagens das cantoras estavam no vídeo traduzido e nem as vozes delas eram acessadas pelo público-alvo, perguntei-me, posteriormente: Como esse conteúdo chegou para as pessoas surdas? Que sentido é passado quando quem sinaliza esse texto é um homem? Quais escolhas lexicais uma intérprete e uma tradutora mulher teria tido?

¹¹ O canal pode ser acessado no *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=ZdpZ-93uUnY>. Acesso em: 25 jun. 2021.

Figura 3 – P.U.T.A Mulamba em Libras



Fonte: Imagem extraída do canal do *Youtube* de Jonatas Medeiros.¹²

Mais tarde, no ano de 2020, a mesma música foi traduzida e performatizada por uma mulher negra da empresa Avuá Libras¹³. A tradução envolveu outros elementos semióticos, como diferentes cenas, diferentes ambiências e atuação da tradutora Stephanie Saskya (Figura 4). O resultado traz uma outra relação com o contexto e a experiência de quem canta. Faz daquele corpo um texto, que não é apenas linguístico (o corpo que traduz), mas também signo, na qualidade de significante que opera em uma representação concomitante de gênero e raça. A música traz uma mensagem de violência contra mulher, reclamando para si um corpo que faça sentido ao que se quer representar. Assim como uma voz masculina se distancia do que é narrado, o corpo masculino que traduz foge de uma semiótica cujo gênero também conta.

Figura 4 – P.U.T.A - Libras TraduLab



Fonte: Imagem extraída do canal do *Youtube* Avuá Libras.¹⁴

Em outra situação, interpretei da Libras para o Português oral o poema da minha amiga, a poeta surda Gabriela Grigolom, conhecida como Negabi, em uma batalha de *Slam*¹⁵

¹² O canal pode ser acessado no *link*: https://www.youtube.com/watch?v=_CqXvDF8SJg. Acesso em: 25 jun. 2021.

¹³ Avuá Libras é uma empresa de tradução e interpretação em Libras localizada no Recife, Pernambuco. São referências em tradução criativa com engajamento na produção de conteúdo artístico e de informação. Ver @avualibras no *Instagram*.

¹⁴ O vídeo pode ser acessado no *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=OjqZ7FHrcOs>. Acesso em: 25 jun. 2021.

¹⁵ No Brasil, o *Slam* é visto como espaço poético que congrega temáticas de luta e resistência. Geralmente, liga-se a grupos periféricos, mulheres, coletivos negros, comunidade surdas, LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais,

em Curitiba, denominado “*Slam* Contra Ataque”¹⁶. Esse fato ocorreu na primeira vez que ela participava de um *Slam* comigo e nosso outro amigo intérprete Rhaul de Lemos Santos. Nesse evento, fomos pegos de surpresa com a participação de uma poesia de Negabi que seria produzida na hora. Na necessidade de alguém para interpretá-la, eu, por ter contato com ela há um bom tempo, me arrisquei em verter seu poema em voz. Essa poesia proferida pela poeta marcou, sem dúvida, o início da sua jornada artística, já que o vídeo foi visto por milhares de pessoas e compartilhado por outras centenas. Contudo, logo depois, vieram algumas poucas críticas, direcionadas ao fato de um homem branco interpretar a poesia de uma mulher negra surda.

Não havia naquele dia intérpretes mulheres presentes no *Slam*, além disso não convidamos uma intérprete mulher para estar com Gabi. Sabíamos que a crítica era realizada por quem não conhece o nosso contexto; afinal, a surpresa da poesia de Negabi foi um acontecimento inédito para todos nós. Todavia, mesmo assim, essas críticas não deixaram de apontar uma verdade inegável: o valor semiótico representativo que carrega o corpo de quem interpreta e a importância de pensar o lugar desse corpo de quem traduz.

Sem dúvida, essa crítica colocou-nos o desafio de convidar outras mulheres intérpretes¹⁷ a compor as cenas poéticas do *Slam* com Negabi, em uma tentativa de criar um espaço em que a interpretação também fosse vista por uma representatividade análoga a das/os poetisas surdas/os que ali se apresentavam. Nesse percurso, ainda tivemos poucos avanços, mas construímos outros vínculos que poderiam contribuir com o nosso cenário de poesia surda no *Slam* de Curitiba.

A partir disso, venho refletindo sobre o lugar dos intérpretes de Libras na agência¹⁸ das escolhas do que traduzimos, nossos limites e os lugares que podemos ocupar na interpretação, assim como nosso reconhecimento na qualidade de participantes da construção de saberes, de opiniões, de laços, de divergências e de mudanças dentro da comunidade surda, o que não nos faz sujeitos neutros e inocentes nessas escolhas. Acrescento, ainda, que estamos em constante

transexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e mais) e pessoas com deficiência, entre outras minorias. D’Alva (2019) explica que, desde 1986, o movimento articula arte poética com discursos políticos.

¹⁶ Sobre essa experiência, foi publicado um artigo intitulado *Slam resistência surda – Curitiba: movimento e poesia*, de Santos, Grigolom e Medeiros (2020).

¹⁷ Nos *slams* seguintes, tivemos, para além da presença de Rhaul e da minha, a participação de Nice Celestino e Grazielle Lopes (intérpretes negras), Danielle Marrie e Bia Nascimento (intérpretes brancas).

¹⁸ Compreendemos agência tradutória como um engajamento individual ou coletivo para a promoção de uma determinada agenda política alimentada pela tradução ou pelos meios (editoras, jornais, livrarias etc.), em um dado contexto. A agência de tradutores/as pode abastecer diferentes ideais, ideologias, autores/as, teorias e literaturas por meio de suas habilidades linguísticas. Tradutores/as podem manipular diferentes textos e aplicar em suas traduções diferentes abordagens, partindo de determinados enquadramentos e limites discursivos. Discutiremos esse assunto mais adiante.

conflito dentro dos diferentes espaços que ocupamos, em especial pelo fato de mediarmos uma língua minorizada de um grupo socialmente afetado por visões capacitistas e ouvintistas. Como nos alerta Collins (2019, p. 23), “[...] em uma situação de desigualdade social marcada por diferentes valorações atribuídas às línguas, os tradutores/as sempre serão mediadores/as de poder”.

Essas experiências e indagações levaram-nos a seguinte pergunta de pesquisa: Como se constitui a agência tradutória de intérpretes de Libras que atuam com a literatura surda que denuncia injustiças sociais e reivindica os Direitos Humanos? Assim, salientamos que esta pesquisa se ocupa da interpretação e tradução de contextos politicamente sensíveis que merecem a atenção de tradutores/as e intérpretes que atuam com grupos minoritários. O problema de pesquisa concentra-se em entender como raça, gênero, sexualidade e classe podem ser marcadores que incidem na interpretação e na tradução de contextos literários em língua de sinais.

A partir dessas perguntas, tomadas como condutoras do trabalho, o objetivo principal desta pesquisa foi **analisar as narrativas produzidas por intérpretes e tradutores/as de Libras-Português ouvintes e surdos/as que atuam diretamente com a literatura que manifesta a pauta dos Direitos Humanos e das Injustiças Sociais**. Buscamos, assim, discutir as implicações interpretativas para aqueles que atuam com diferentes literaturas sinalizadas (de textos a músicas e narrativas) nesse contexto. Para isso, desdobramos este estudo nos seguintes objetivos específicos: (I) articular conceitos entre os Estudos da Tradução, Estudos Culturais pós-coloniais/decoloniais, Estudos Surdos e Direitos Humanos; (II) apresentar a relação entre Literatura e Direitos Humanos e Literatura Surda e Direitos Humanos; (III) examinar elementos que se destacam sobre a agência de tradutores/as e intérpretes de Libras que atuam com literaturas surdas e sinalizada de Direitos Humanos.

Para alcançarmos esses objetivos, propomos uma pesquisa interdisciplinar que transite entre os campos dos Estudos da Tradução, dos Estudos Surdos e dos Estudos Culturais de aspirações pós-coloniais/decoloniais e dialogue com o campo dos Direitos Humanos. Justificamos, conforme Baker (2006a, 2006b), que o campo dos Estudos da Tradução, ao longo da história, sempre esteve engajado com discussões decorrentes de descrições mais técnicas sobre processos e formação. Os Estudos da Tradução dão pouca ênfase à inserção em debates antropológicos e etnográficos, além de uma tímida inserção no campo epistemológico dos estudos culturais, dos estudos dos movimentos sociais e dos estudos de gênero (ZAIDAN; BAKER, 2019).

Importante situarmos que, como explica Hall (2006, 2018), os Estudos Culturais demandam grande peso à linguagem e às suas múltiplas possibilidades, expondo que “[...] a linguagem é o meio por excelência através do qual as coisas são representadas no pensamento, sendo, portanto, o meio no qual a ideologia é gerada e transformada” (HALL, 2018, p. 309). Assim, a tradução, como parte da linguagem, é um campo também de interesse dos Estudos Culturais quando comentada, levando em consideração a cultura, a ideologia, as diferentes semióticas, as relações sociais, os campos discursivos, o gênero, a raça e a etnia, a sexualidade, as relações de poder, a colonialidade, o território, entre outros campos.

Justificamos, ainda, que é crescente a circulação da literatura sinalizada em vários formatos e suportes, tais como apontam Fernandes e Medeiros (2020), Mourão (2011) e Sutton-Spence (2021). Essas literaturas circulam em diversos espaços físicos como saraus, *Slams*, festivais e congressos, assim como em espaços virtuais (ciberespaços), como plataformas de vídeos e redes sociais. Os/as intérpretes de Libras atuam na interpretação desses textos nas diversas modalidades e direções linguísticas. O recorte do projeto concentra-se, assim, na análise de narrativas produzidas por intérpretes e tradutores/as de Libras (ouvintes e surdos/as) que traduzem e/ou produzem conteúdos e poéticas sobre as implicações contidas na ação tradutória de poesias marginalizadas que reivindicam direito e justiça.

Vale ressaltarmos que as produções literárias surdas, de forma geral, se encontram fora do mercado literário, assim como traduções em Libras, não circulando nem em editoras ou em produtoras audiovisuais. Isso torna o pensamento produzido por esses/as artistas ainda mais desconhecido pelas pessoas não surdas¹⁹. Além disso, o trabalho de tradutores/as fica fora da lógica do mercado. Para Collins e Silva-Reis (2019, p. 233), “[...] as relações de poder influenciam o que é visto como digno de se traduzir e o que simplesmente não existe porque não foi traduzido”. A autora e o autor refletem, ainda, que “[...] alguns tópicos nunca chegam aos olhos do público porque grupos mais poderosos simplesmente não têm interesse em ver tais ideias traduzidas” (COLLINS; SILVA-REIS, 2019, p. 233).

Salientamos que, para Collins (2019, p. 26), “[...] dentro das políticas de um mundo em processo de decolonização, a tradução é a ferramenta que catalisa o novo conhecimento que possivelmente fundamenta uma nova práxis política” e que intérpretes e tradutores/as conscientes desse processo “[...] frequentemente usam seu lugar social como mediadores/as de poder para construir espaços subversivos e transgressivos entre pessoas que compartilham

¹⁹ Importante frisarmos que tais produções são muito potencializadas pelas redes sociais, em especial dentro das comunidades surdas. Além disso, não necessariamente poetas surdos/as possuem o interesse de circularem suas produções em editoras e produtoras de vídeo, mas vale ressaltarmos a não abertura desse mercado para a literatura surda.

interesses e línguas diferentes” (COLLINS, 2019, p. 28). Nesse sentido, tomamos como pressuposto que as escolhas do que é traduzido, mais do que a própria tradução, diz muito sobre a vida e o interesse desses/as intérpretes, o que nos permite analisar as agências empreitadas por esses sujeitos, assim como suas agendas político-ideológicas dentro das comunidades surdas.

Roberto Mulinacci (2015), ao discutir apontamentos para a geopolítica da tradução, explica que traduzir equivale a manipular a literatura. Não sendo uma ação inocente, ela molda formas de representações nas culturas envolvidas, infere gerência sobre as seleções de textos traduzidos e ainda participa “[...] da construção da identidade cultural da literatura traduzida” (MULINACCI, 2015, p. 14). Tymoczko (2010a, 2010b), por exemplo, entende o tradutor como um sujeito sócio-histórico e culturalmente construído. A autora afirma que há a autoridade do/a tradutor/a como agente construtor de significados, sujeito ético e ideologicamente responsável por suas escolhas e (re)leituras. Essa questão coloca em xeque discutirmos sobre as narrativas dos intérpretes de Libras frente às interpretações de conteúdos com engajamento poético de cunho político que reivindica pautas dos Direitos Humanos.

A hipótese é que intérpretes e tradutores/as de Libras que atuam com literaturas de Direitos Humanos e injustiças sociais são, para além de mediadores linguísticos, ideologicamente engajados nas pautas surdas reivindicatórias. Ainda podemos supor que as poesias em Libras com a pauta de Direitos Humanos são permeadas por debates transversais da nossa sociedade, tendo como principal bandeira o direito ao uso da língua de sinais e debates interseccionais voltados a mulheres surdas, negros/as surdos/as, surdos/as LGBTQI+²⁰, classe social e surdos/as, além de territorialidade e violências. Podemos inferir, também, que essas questões implicam a atenção de intérpretes e tradutores/as de Libras que atuam nessa esfera, observando as características desse discurso e os engajamentos dos movimentos que atenuam essas pautas.

A perspectiva teórico-metodológica desta dissertação respalda-se na Teoria da Narrativa para intérpretes e tradutores/as apresentada por Baker (2006a), compreendendo que as micronarrativas são como um meta-código que atravessa e sustenta todos os modelos de comunicação. Nesse sentido, reconhecemos as narrativas como construção da realidade, o que nos possibilita enxergar a existência potencial e o valor de verdades múltiplas. Dito isso, percorremos discussões da teoria da narrativa, no intuito de investigar como os intérpretes de Libras percebem as suas agências frente às literaturas que expressam pautas voltadas ao

²⁰ Os documentos que tratam sobre os direitos da população LGBTQIA+ no Brasil utilizam a sigla LGBT, porém os movimentos sociais vêm aprimorando a sigla com outras representatividades de orientação sexual.

direito humano e reivindicam justiça social. Nas palavras de Baker (2006a, p. 33, tradução nossa), sobre experiência tradutória: “Toda vez que uma versão da narrativa é recontada ou traduzida para outro idioma, injetam-se elementos de outras narrativas mais amplas que circulam dentro da novo cenário ou a partir das narrativas pessoais dos contadores”²¹.

Para geração de dados, recorremos a uma abordagem qualitativa que valoriza os estudos da narratologia. Utilizamos dois instrumentos, sendo um deles a entrevista semiestruturada, e o outro a produção de um “autodocumentário” guiado. Na entrevista, trabalhamos com questões semiestruturadas divididas em dois momentos. O primeiro com perguntas sobre “Motivação com a Literatura Surda e Sinalizada” e “Relações com Direitos Humanos, Movimentos Sociais, Tradução e Interpretação”. No segundo momento, mostramos um vídeo com diferentes literaturas sinalizadas, sendo literatura surda ou traduzida, para, assim, perguntarmos, na sequência, sobre os desafios tradutórios em relação à temática de Direitos Humanos, Injustiças Sociais, Representatividade, Neutralidade e Agências.

O autodocumentário consiste na produção de vídeos com técnicas de fotografia narrada como método de produção narrativa, recorrendo à narrativa oral/sinalizada e aos registros fotográficos de intérpretes de Libras para apresentarmos suas trajetórias. Tomamos a foto como elemento de fixação para a construção da narrativa em audiovisual, isso porque ela suspende a história e traz a nostalgia de tempos vividos. Justo (2009, p. 12) entende que “[...] recorrer à fotografia não é apenas olhar coleções de imagens guardadas por uma pessoa, mas também conhecer parte da sua história”. Pretendemos, assim, documentar as narrativas que versam sobre esse aspecto da vida de intérpretes que fogem da norma canônica da profissão. Assim, o trabalho insere-se em um diálogo de intermédias, uma vez que aciona outros suportes e linguagens em sua constituição, como vídeo, fotografia e autodocumentário²².

Articulamos a produção audiovisual da fotografia narrada com uma entrevista semiestruturada com intérpretes e tradutores/as de Libras ouvintes e tradutores/as surdos/as e intérpretes poetas surdos/as que traduzem suas poesias. Organizamos as perguntas nos seguintes eixos: Intérpretes e tradutores/as: (I) Histórias de vida e movimentos sociais; (II) Literaturas Surdas e Direitos Humanos; (III) Direitos Humanos: tradução, agência e ativismo. Para a apresentação dos dados, intercalamos as narrativas trazidas pelos/as participantes da pesquisa com as imagens produzidas por eles/as no autodocumentário e suas produções

²¹ “Every time a version of the narrative is retold or translated into another language, it is injected with elements from other, broader narratives circulating within the new setting or from the personal narratives of the retellers” (BAKER, 2006a, p. 33).

²² O autodocumentário e a tradução-síntese da dissertação podem ser acessados no em <https://traducaoedh.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

tradutórias, ativistas e literárias. Buscamos, com isso, o diálogo da experiência desses/as tradutores e intérpretes com o escopo teórico que então apresentamos.

Como dito, este trabalho localiza-se dentro de uma perspectiva interdisciplinar dos Estudos da Tradução e dialoga com autores/as oriundos/as de outras áreas do conhecimento, mesmo que estes/as não tenham refletido diretamente sobre o fenômeno tradutório em si. Isso porque encontramos em outras “águas epistêmicas” uma fonte de inspirações conceituais para pensar as questões que são levantadas sobre o lugar dos/as intérpretes na promoção de literaturas que tratam sobre injustiças sociais e toda a gama de temática oriunda dessas narrativas como violência, ouvintismo, racismo, misoginia, LGBTfobia entre outros assuntos presentes nas produções poéticas surdas.

Assim sendo, é importante falarmos sobre o desafio de encaixar a construção da pesquisa dentro de uma delimitação clássica do objeto de estudo e do olhar de fora, uma vez que os/as participantes, enquanto vidas, são dinâmicos/as e não estáticos/as e suas próprias histórias se entrelaçam em movimentos, fronteiras e expansões de difícil fixação. O modelo acadêmico requer o recorte estático, mas a literatura como arte quer a fluidez do todo. E eu, como imerso, amigo, colega, intérprete em relação a esses/as participantes, antes mesmo da realização desta pesquisa, não posso ser o observador neutro, distante, que delimita um objeto e o descreve de forma laboratorial. Prefiro pensar no eu-pesquisador, como agente, ou na imagem de um fio condutor, de energias e histórias que passam por mim, me afetam e me mobilizam.

Para iniciarmos, eu e os participantes desta pesquisa, que somos sujeitos localizados, buscamos, no segundo capítulo, intitulado *Estudos da tradução e geopolítica do conhecimento*, mapear os/as teóricos/as convidados/as para compor as reflexões que serão desenvolvidas, situando os seus respectivos espaços geográficos de produção, campos de interesse e principais conceitos e/ou reflexões extraídos desses/as autores/as para pensarmos intérpretes e tradutores/as da dissidência na literatura surda.

Dedicamo-nos, no terceiro capítulo, intitulado *O conceito de tradução e interpretação nos Estudos da Tradução*, a descrever sobre a história da tradução e o surgimento dos Estudos da Tradução; fazemos um debate sobre a compreensão do conceito de tradução ao longo da história e o caráter escritocêntrico dessa atividade; explanamos as perspectivas do conceito de interpretação ao longo da história; articulamos o campo dos Estudos da Tradução e dos Estudos da Interpretação aos Estudos da Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais (ETILS) e o campo dos Estudos da Tradução com as teorias pós-coloniais.

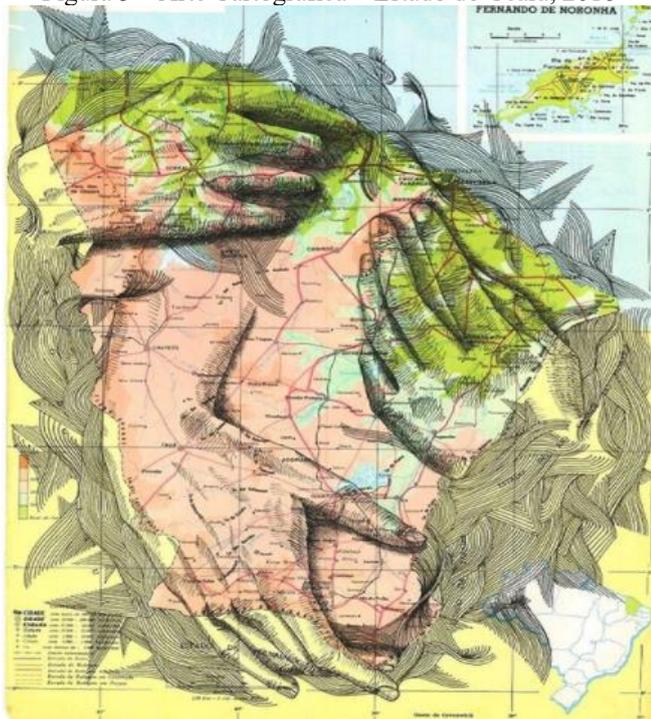
No quarto capítulo, intitulado *Direitos Humanos, literaturas e tradução*, posicionamos a perspectiva que adotamos nesta pesquisa para entender os Direitos Humanos; trazemos uma crítica sobre a axiologia da formulação histórica do que é o “Direito” e da evolução conceitual para o que é “Humano”, para, então, entendermos a formação dos Direitos Humanos; debatemos sobre a intersecção entre as temáticas, no intuito de localizarmos as principais reflexões que se manifestam entre os campos; encadeamos a discussão entre Literatura Surda e Direitos Humanos e sua contribuição para pensar os Estudos Surdos em Literatura e os ETILS; e, por fim, apresentamos a agência de intérpretes e tradutores/as por meio da arte em prol de denúncias de injustiça social e de reivindicação de direitos.

No quinto capítulo, intitulado *Metodologia*, descrevemos os aspectos da Teoria Narrativa proposta por Baker (2006a). Apresentamos os/as participantes de pesquisa, os passos metodológicos da coleta de dados e os instrumentos de pesquisa (entrevista semiestruturada e autodocumentário), além de descrever os eixos de análise.

Por último, no sexto capítulo, denominado *Agência e ativismo de intérpretes e tradutores/as na Literatura Surda e Sinalizada*, trazemos os resultados da pesquisa com as narrativas dos/as intérpretes e tradutores/as de Libras organizadas em três eixos de análise, a saber: Intérpretes e tradutores/as: histórias de vida e movimentos sociais; Literaturas Surdas e Direitos Humanos e Direitos Humanos: Tradução, agência e ativismo.

2 ESTUDOS DA TRADUÇÃO E GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO

Figura 5 – Arte Cartográfica – Estado do Ceará, 2016



Fonte: Artista Bruno Vital (SP). Nanquim sobre papel cartográfico – 42x29,7.

Neste capítulo, buscamos situar a construção da geopolítica do conhecimento dos/as autores/as e poetas convidados/as para a “mesa de chá”²³ desta pesquisa. Inicialmente, apresentamos o conceito de geopolítica do conhecimento e os aspectos sobre a geopolítica da tradução, trazendo quem são nossos/as interlocutores de pesquisa. Na sequência, justificamos a escolha pós-colonial e sua produtividade conceitual, além de abordarmos o conceito dentro das gerações teóricas dos Estudos da Tradução.

A imagem da Figura 5 foi produzida pelo artista surdo Bruno Vital, que me trouxe, desde a primeira vez que a vi, o sentimento de território linguístico, corporalidade e localização. Assim sendo, uma inquietação constituiu-se neste processo de escrita: Onde estão localizados/as meus/minhas interlocutores/as de pesquisa acadêmica? De que lugar eles/as falam? Pergunto isso porque os/as participantes da pesquisa são produtores de conhecimentos, cujas narrativas e histórias de vida irei mapear, apresentar e descrever. No entanto, os/as interlocutores/as da academia, quem são?

²³ Aprendi essa metáfora com a professora Sueli Fernandes, que explica que o cotejo teórico é sempre um convite a nos sentar com o/a autor/a e dialogarmos. Na mesa, é bom olharmos para os/as convidados/as, pois podemos ter mais ou menos afinidades com alguns/algumas, o importante é que a conversa flua. Vale pensarmos nessa metáfora também considerando que, na mesa, às vezes, alguns podem se sentar e outros/as apenas servir aos convidados. Assim, podemos refletir sobre onde esse chá está sendo servido: Na mesa da rainha ou no deserto para povos nômades? Por quem é oferecido e quais as condições para se sentar à mesa?

Inquieto com essa interpretação da imagem cartográfica, que faz parte de uma coleção produzida pelo artista, entrei em contato para conversarmos sobre os sentidos que ele traz para sua obra. O privilégio da amizade deu-me essa liberdade. Fizemos uma ligação de vídeo pelo *WhatsApp*, e ele gentilmente me contou que a coleção se relaciona com sua memória afetiva de infância, de quando descobriu que os estados possuíam nomes próprios, assim como as pessoas, e que nesses estados vivem outras pessoas, também com nomes próprios e vidas diferentes da sua. A sequência de imagens que entrelaçam mãos e território buscam revelar o espaço na imagem de um órgão e, conseqüentemente, de sua soma como corpo. Bruno me contou que as mãos foram se tornando símbolo importante da sua arte e que elas não podem ser vistas como abstração, mas como reais, pertencentes e localizadas. Mãos surdas que possuem diversos formatos, sinalizam de formas diferentes e produzem diferentes saberes. É uma imagem que trata geopoliticamente das singularidades e da diversidade surda.

Retomando a imagem e a relação que gostaria de fazer com este capítulo, pretendo também localizar os nomes próprios e territorializados que aqui dialogam (autores/as, poetas e artistas), de modo a mapear a teia teórica estabelecida, identificar os órgãos situados que formam esse corpo textual e a geopolítica do conhecimento no qual esta pesquisa se sustenta.

Para Almeida (2011), o conceito de geopolítica do conhecimento, utilizado por pesquisadores latino-americanos, coloca-se em oposição a uma visão “[...] descontextualizada do conhecimento, que deu origem à figura de um sujeito epistêmico ou observador neutro capaz de cartografar o mundo por se colocar para além das relações contingenciais entre pensamento e espaço [...]” (ALMEIDA, 2011, p. 4).

Os Estudos da Tradução, assim como qualquer área do conhecimento, são produzidos por sujeitos que não são desvinculados do seu espaço-tempo, de suas culturas, línguas, ideologias, cosmovisão e território. No Brasil, a articulação entre Estudos da Tradução e debates sobre geopolítica, como apresentados por Mulinacci (2015), constituem-se como recentes²⁴. Dessarte, abordamos, aqui, o conceito de geopolítica do conhecimento e geopolítica da tradução, para, na próxima seção, apresentarmos o mapeamento geopolítico de autores/as de inspiração pós-colonial/decolonial que sustentam esta dissertação.

Contudo, antes, a pergunta condutora que respalda esse diálogo busca interrogar: Qual a geopolítica do conhecimento em Estudos da Tradução com foco nas discussões pós-coloniais/decoloniais escolhidas para a construção desta pesquisa? Concentramos o problema

²⁴ Temos importantes contribuições de autores/as como Costa (2010), Bozzano (2019) e, também, Machado (2015) para debatermos sobre tradução semiótica e geopolítica, e Santos (2019) para refletirmos sobre o corpo-geopolítico dentro dos Estudos da Tradução.

em localizar os espaços geográficos e temporais que interpelam os sujeitos e suas reflexões para teorizarmos sobre intérpretes, Direitos Humanos, injustiças sociais e literatura surda. Em síntese, realizamos um automapeamento²⁵ referencial, de modo a identificar a localização (territorial e teórica) dos/as interlocutores/as da pesquisa. Por tratar-se de uma pesquisa de narrativas de intérpretes e tradutores/as que atuam em contextos literários de Direitos Humanos, colocamos a observância de suas identidades e trajetórias, refletindo suas narrativas em geografias corporificadas. Carla Akotirene (2020) lembra-nos de que pesquisas que tratam de características que podem incidir em discussões atravessadas por gênero, raça, sexualidade, classe social, território, desigualdades sociais, exigem orientações geopolíticas.

Utilizamos, assim, para esta pesquisa, reflexões que dialogam com perspectivas interseccionais (AKOTIRENE, 2020; COLLINS, 2021; GONZALEZ, 2020), uma vez que nosso olhar sobre intérpretes e tradutores/as que atuam com narrativas literárias sobre Direitos Humanos recai sobre os lugares que esses corpos ocupam na promoção de identidades que são interseccionais, engendradas em matrizes de opressões e operadoras de pautas reivindicatórias que entrecruzam mais de um marcador identitário. Os intérpretes e tradutores/as que participaram desta pesquisa são atravessados/as, para além de suas profissões e línguas de uso, por outros marcadores que nos interessam, estes/as intérpretes e tradutores/as transitam em conteúdos que são produzidos por sujeitos interseccionais, com narrativas de encruzilhadas identitárias. Ainda, ocorre que essas literaturas produzidas, interpretadas e traduzidas encontram-se na encruzilhada de múltiplas matrizes de opressão, o que inibe maior circulação e atuação tanto desses/as poetas quanto desses/as intérpretes e tradutores/as de forma mais ampla. Para isso, faz-se necessário refletirmos sobre o que seria a geopolítica do conhecimento assim como a geopolítica da tradução, já que as narrativas de um dado conhecimento podem ampliar seu público por meio da tradução, e, assim, ser mais ou menos conhecido a depender de interesses de editoras, projetos de tradução e/ou programas de ensino.

Uma das primeiras ideias que o debate da geopolítica põe é sobre o inóspito e estratégico conceito de neutralidade que as Ciências Humanas postulam, como se o discurso produzido sobre determinado objeto/sujeito fosse desinteressado e desassociado de uma axiologia teórica, um preceito moral ou ideológico. Não há pureza nas nossas investidas acadêmicas, pois sempre há um ponto de partida e um fio condutor epistemológico calcado

²⁵ Entendemos o automapeamento do trabalho como a identificação dos/as autores/as que contribuem com a pesquisa, localizando seu espaço de produção de conhecimento e interesses, o que incide em um olhar amplo da referência bibliográfica.

em princípios constitutivos. Nesse mesmo sentido, Baker (2006a) afirma que nenhuma narrativa científica e acadêmica é constituída sem um ponto de vista.

Dessa forma, interessa-nos observar as práticas de produção do conhecimento para compreendermos uma geopolítica do conhecimento e visualizarmos os territórios e os sujeitos que protagonizam debates pós-coloniais na presente pesquisa. Em comum, essas produções intelectuais acenam contra uma visão do sujeito epistêmico desconectado do contexto que deu origem ao seu pensamento (ALMEIDA, 2011). Além disso, uma percepção sobre a geopolítica do conhecimento permite-nos visualizar a possibilidade de adesão ao engajamento intelectual por meio da geopolítica (BENZAQUEN, 2013).

Almeida (2011, p. 1) apresenta as “[...] demandas de espacialização do conhecimento a partir da imbricação entre espaços, saberes e poderes, que resulta na noção de geopolíticas (plurais) do conhecimento”, o que nos leva a refletir sobre os territórios do nosso mapa epistêmico, assim como os espaços privilegiados que produzem teorias universalizantes e subalternizam outros como meros objetos. Essa discussão adequa-se à perspectiva decolonial do saber (que pode ser vista como produtora dentro dos estudos pós-coloniais), que advoga por uma resistência que reconhece outras formas de intervenção no real como formas de conhecimento (ALMEIDA, 2011).

Nesta linha, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018, p. 12) afirmam que o cientificismo eurocêntrico originou o universalismo abstrato, afetando tanto a produção de conhecimento quanto a “[...] economia, estética, subjetividade, relação com a natureza, etc.”. Para os autores, os países colonizados injetam há mais de 500 anos seus modelos apresentados “[...] como o ápice do desenvolvimento humano” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOQUEL, 2018, p. 12). Assim, o universal é conceito utilizado como recurso ideológico da supremacia das epistemologias e dos modelos políticos de países colonizadores.

Para os autores, o corpo-político do conhecimento refere-se a uma análise geopolítica já proposta por teóricos/as negros/as, como Abidias Nascimento, bell hooks, Cesáire, e acrescentaríamos, ainda, Lélia Gonzalez, que não escamoteiam os seus lugares de enunciação, já que seus corpos são marcados e é dessa posição que contestam os sujeitos que reclamam o universal para si como modelos únicos. Assim, os construtos epistêmicos que dialogam com esta dissertação, como as artes visuais, a Literatura Surda e Sinalizada, a literatura traduzida (narrativa, músicas e etc.), a videopoesia, as fotografias narradas e o autocumentário, incorporam o corpo epistêmico da sustentação da pesquisa.

Ao afirmarmos a produção de conhecimento a partir de outras ferramentas para além de textos acadêmicos, dialogamos com autores/as que, como nos ensina Akotirene (2020), se posicionam contrários/as à dependência epistemológica da Europa e são combatentes da experiência universal que se constitui unicamente pela experiência europeia. Isso não significa que autores/as do Norte Global não façam parte do nosso diálogo teórico. As ideias estão postas e é na interlocução e na justaposição que buscamos um impulso ético das epistemologias deste corpo textual discursivo que põe o campo da ciência em uma arena de lutas e de relações assimétricas.

Essa ideia da universalidade estende-se para diversos campos, configurando um modelo único a partir da experiência europeia (conhecimento universal, literatura universal, sujeito universal, direito universal etc.). Dessa forma, dentro da perspectiva posta, a localização de quem inscreve algo importa, pois “[...] o lugar de enunciação refere-se a lugares de história, de memória, de dor, de línguas e de saberes diversos” (BENZAQUEN, 2013, p. 81). Assim, a geopolítica do conhecimento forma-se com interesse na cartografia teórica dos/as autores/as que se estabelecem dentro de um determinado marco teórico, observando território, itinerâncias, filiações teóricas e políticas, aspectos de raça, gênero e classe, entre outras intersecções que se atravessam na leitura, na produção e na recepção de determinada atividade textual e discursiva. Certamente, nenhuma dessas categorias é determinante, e nem todas elas são fixas, mas são indicativos do construto teórico.

Rezende Junior e Pinto (2007) usam o termo “intelectualidade específica” para pensar a presença surda na produção teórica sobre suas histórias, línguas e culturas. O pesquisador e a pesquisadora surda compreendem o lugar específico daquele que produz conhecimento a partir de sua vivência, realidade concreta e não fantasiadas por pesquisadores/as distantes e neutros. Conforme explicam, o intelectual universal é revestido de um “[...] poder absoluto em sabedoria, em concepções produzidas como verdades de todo o mundo” (REZENDE JUNIOR; PINTO, 2007, p. 194).

Na contraposição dessa ideia, o autor e a autora vislumbram o intelectual específico como uma diferença do universal já que seu pensamento parte da peculiaridade e não visa necessariamente atingir a um comum. O papel desses/as intelectuais é conceber o discurso como violência para mudar o curso da história, em uma postura de desmistificar o modo operante ouvinte e suas narrativas equivocadas sobre as pessoas surdas. É trilhar caminhos a partir do *modus vivendi*, na convivência com sua comunidade, ampliando olhares e fazendo abrir novos territórios até então ocupados apenas por ouvintes (REZENDE JUNIOR; PINTO, 2007).

Nossas análises de cunho interdisciplinar ocupam-se da reflexão geopolítica dos/as autores/as escolhidos/as para cotejo com o nosso interesse de pesquisa. Ora, se afirmamos que a “[...] tradução é uma prática intimamente política” (MULINACCI, 2015, p. 16), as escolhas temáticas e teóricas para discutir sobre tradução são também de ordem política. Surge, assim, a pergunta: Com quem se dialoga?

Desse modo, ao tratarmos sobre a geopolítica do conhecimento e da tradução, recorremos a uma visão histórica que leva em consideração espaço e tempo, se desvinculando do desejo universalizante, de um sujeito epistêmico neutro como é a proposta do discurso europeu na modernidade. Retomando Akotirene (2020), afastamo-nos de perspectivas universalizantes que constituem o humano dentro das características do modelo europeu branco, falocêntrico e cisheteronormativo, para o pensamento do feminismo negro, em que a cor da pele, o gênero, a sexualidade, a nacionalidade e a língua são as marcas que nos permitem enxergar as verdadeiras humanidades possíveis. O feminismo negro adota uma orientação geopolítica para suas pesquisas, levando em consideração, para além do conhecimento produzido, quem produz.

A geopolítica nos Estudos da Tradução pode se ocupar das produções textuais, linguísticas, culturais, econômicas, discursivas e assim sucessivamente. Quais autores/as são mais traduzidos/as? De quais línguas? Quais países? Quais temáticas? Ou, ainda, questionamos: Quem faz tradução? Qual par linguístico? Qual gênero? Qual território? Qual raça? Quais filiações teóricas e/ou ideológicas?

Vale ressaltarmos, também, que os estudos referentes à geopolítica da tradução possuem diferentes interesses como a tradução cultural (e as formas de [des]colonização desses textos); mapeamento de autores/as e textos traduzidos; mapeamento dos respectivos territórios dos/as autores/as traduzidos/as; análise de quem traduz (gênero, raça, sexualidade etc.) e o local de onde se traduz. Isso também vale para pensarmos a curadoria das editoras, das línguas escolhidas para serem traduzidas e publicadas, os territórios que mais são traduzidos e a circulação e a comercialização de quais pensamentos são eleitos pelo mercado editorial. Podemos perguntar, por exemplo: Onde estão as produções e as traduções de textos em Libras nos circuitos editoriais? Ou, ainda: Qual o espaço dessa língua nas revistas acadêmicas brasileiras?

Nesse sentido, podemos verificar iniciativas que buscam uma cartografia dos Estudos da Tradução, ocupando-se de uma diversidade de assuntos. Como nos explicam Araújo, Silva e Silva-Reis (2019), o conceito de cartografia refere-se à representação gráfica feita a partir da observação da terra; assim, a tradução qualifica-se como cartografia na descoberta daquele

que traduz, da sua existência e de sua “maestria simbólica e letramento” (ARAÚJO; SILVA; SILVA-REIS, 2019, p. 9).

Nesse olhar, importa reconhecermos a tradução não apenas como processo e disponibilização de um texto decodificado e traduzido, mas compreendermos, em específico, que determinados/as tradutores/as possuem um certo “[...] conhecimento, um capital simbólico de letramento para determinado público e a existência simbólica de discursos e vozes” (ARAÚJO; SILVA; SILVA-REIS, 2019, p. 9), que podem ser mais ou menos consoantes com os discursos de grupos minorizados, tais como mulheres negras, pessoas surdas com identidades interseccionais, pessoas que residem em territórios periféricos, LGBTQIA+ e indígenas.

Nessa perspectiva, ao pensarmos nos/as participantes desta pesquisa e nos textos que eles/as interpretam e traduzem, concordamos com Collins e Silva-Reis (2019), os quais apontam que é importante saber o motivo de determinados textos serem traduzidos e seus contextos políticos. Se intérpretes e tradutores/as não são sujeitos ahistóricos e isentos de ideologias e crenças, mesmo assegurando-se no discurso da neutralidade, inconscientemente, suas escolhas linguísticas e tradutórias podem incidir sua percepção na constituição do texto de chegada.

Martins e Benzaquen (2017, p. 16), observam que perspectivas epistêmicas descoloniais podem ser encaradas como um projeto político que “[...] exige a explicitação da posicionalidade dos sujeitos envolvidos”. Assim sendo, há uma defesa pela concepção do conhecimento situado. Isso não desconsidera conhecimentos advindos dos centros de poder, como a Europa, mas sonda e põe em suspeita a ontologia moderna eurocêntrica, questionando como a colonialidade do saber deslegitima alguns saberes e legitima “[...] a suposta supremacia e superioridade de outros” (MARTINS; BENZAQUEN, 2017, p. 19).

No mesmo sentido, abordando a descolonialidade, Costa (2014, p. 930) infere: “A ferida colonial se coloca no centro da produção de conhecimento, e os sujeitos que lá se situam possuem o direito geopolítico e corpo-político de enunciação epistêmica”. Isso, em síntese, altera a percepção daquele que produz ciência, assim como daquele que traduz e/ou pensa sobre a tradução; afinal, diferentes corpos e territórios terão diferentes atravessamentos. Nossos corpos, na América Latina, são marcados; nossas línguas e histórias são marcadas por

ditos e não ditos, por cosmovisões sobrepostas, narrativas abafadas, traduções manipuladas e epistemicídios²⁶ sistêmicos.

Os autores clássicos dos Estudos da Tradução formularam, ao longo da história, diferentes conceitos e entendimentos sobre o que é traduzir e interpretar, como veremos no **terceiro capítulo**. Essas reflexões, que Marcelo Cardozo (2018) prefere chamar de “movimentos sobre a tradução”, operam em especial no contexto europeu, atravessado pelas ideias de outros campos do conhecimento que correspondiam a determinadas correntes hegemônicas. Com essa definição, tanto os modos de tradução quanto a teoria que as iluminam são frutos da língua e do tempo sócio-histórico que pertence àquele que propõe algo a partir da língua que o constitui.

Na cartografia de Bruno Vital, artista da imagem que abriu este capítulo, assim como na conversa que relatei, imprime-se o desejo de identificar, de localizar e de reconhecer. Quem produz as literaturas que desejamos tratar? Quem são os/as tradutores/as e intérpretes de Libras que participaram e produziram conhecimento na pesquisa. E, ainda, quem são os/as pesquisadores/as que contribuem academicamente neste construto teórico?

2.1 MAPEAMENTO DE INTERLOCUTORES/AS E CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS

Antes de apresentarmos nosso mapeamento, justificamos que as pesquisas de caráter interdisciplinar são imbuídas de uma miríade de autores/as que desafiam o/a pesquisador/a não apenas a se apropriar das obras teóricas e conceituais, mas também de seus respectivos contextos sócio-históricos de produção e de existência, já que esse aspecto contribui para entendermos os cenários de produção intelectual e o retrato do mosaico de autores/as e de epistemologias que colocamos em diálogo. Dito isso, na Figura 6, a seguir, apresentamos a articulação de áreas de pesquisa acionados para esta dissertação.

²⁶ Epistemicídio é um conceito de Sueli Carneiro (2005) em diálogo com Boaventura Souza Santos, que se refere a dispositivos que articulam saberes, poderes e subjetivação, por meio da negação dos conhecimentos produzidos por grupos dominados em detrimento do conhecimento de grupos dominantes.

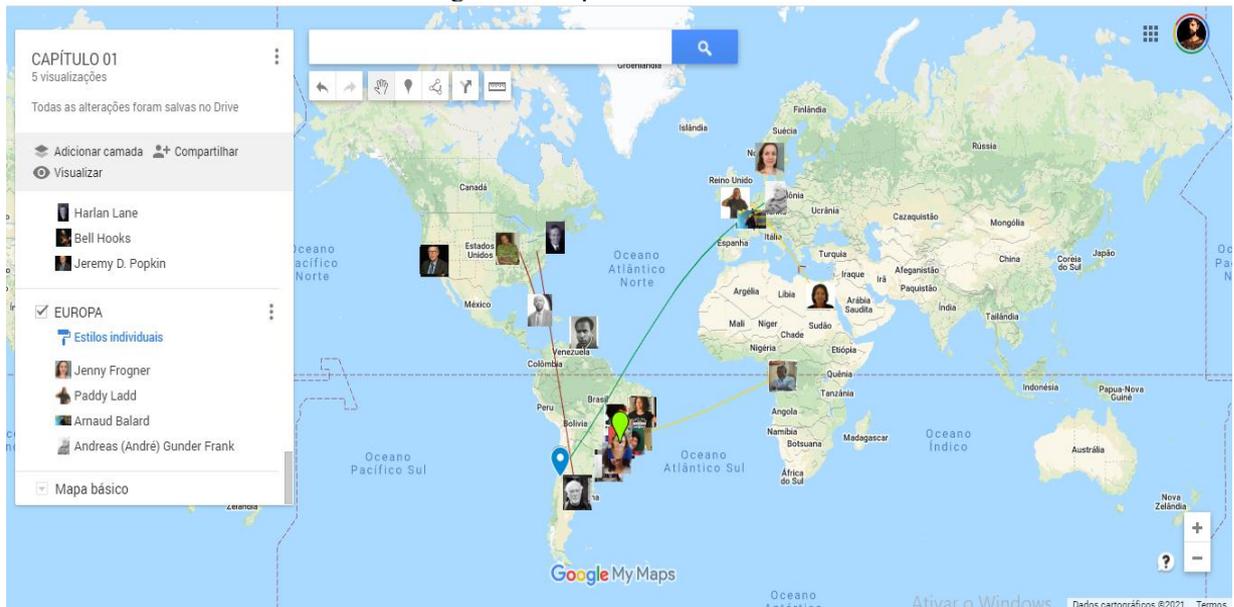
Figura 6 – Infográfico: articulação de áreas de pesquisa



Fonte: Elaborada pelo autor.

Nesta seção, apresentamos o mapeamento dos/as interlocutores/as de cada capítulo. Para isso, utilizamos as ferramentas do *Google Maps* para organizar as seguintes categorias: país (atual/origem), espaço de produção de conhecimento e principais temáticas teóricas. Como resultados preliminares, encontramos fecundas referências na articulação dos/as autores/as desta dissertação com os Estudos da Tradução, a Antropologia, a Educação, a Sociologia, o Direito e a Literatura, os quais dialogam com perspectivas epistemológicas anticolonias, pós-coloniais/descoloniais e feministas. Na maioria dos casos, tais autores/as são oriundos/as de outros territórios e eixos não considerados tão clássicos nos Estudos da Tradução, o que nos propicia diferentes olhares geopolíticos do conhecimento para pensarmos o campo. Tendo o objetivo de evidenciar esses territórios, na Figura 7, apresentamos, com o uso do *Google My Maps*, a relação de autores que contribuem para este estudo.

Figura 7 – Mapeamento de autores



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *Google My Maps*.

Tomamos como objeto a descrição geopolítica dos/as autores/as que sustentam a construção dos capítulos desta dissertação. Nesse sentido, colocamos em cena, na abertura deste capítulo, autores/as como Julia Almeida (2011), para refletirmos sobre geopolítica e descolonização do conhecimento; Roberto Mulinacci (2015), para abordarmos a geopolítica da tradução; Julia Figueiredo Benzaquen (2013), para tratarmos do ativismo intelectual e da geopolítica do saber; e Roberto Martins e Julia Benzaquen (2017), sobre perspectivas epistêmicas decoloniais e metodologias de reconhecimento de saberes sem hierarquias cognitivas. Trabalhamos, ainda, com Claudia Lima Costa (2014), para discorrermos sobre a tradução descolonial do saber e o feminismo. Para melhor visualização, apresentamos, nos Quadros 5 a 17 do Apêndice A, os/as autores/as com os quais dialogamos em cada um dos capítulos e suas respectivas seções, no intuito de mostrarmos suas principais contribuições para a pesquisa e uma breve geopolítica de produção de cada um deles/as.

Dito isso, a seguir, trazemos uma síntese dos capítulos e das seções que compõem o presente trabalho. Na seção 2.2 “Por que a escolha Pós-Colonial/Decolonial para pesquisar Intérpretes de (In)Justiças Sociais na Literatura Surda e sinalizada?”, buscamos localizar os principais conceitos do axioma pós-colonial, assim como justificar a escolha teórica para a pesquisa, apresentando as diferentes produções conceituais dentro dos diferentes debates pós-coloniais. Nossos/as principais interlocutores/as, na seção 2.3, intitulada “Por outras rotas: geopolítica dos movimentos sociais”, enquadram-se no movimento de pensadores/as ligados/as às perspectivas anticoloniais, aos Estudos Culturais pós-coloniais, aos Estudos da Tradução e aos Estudos Surdos em Educação. Iniciamos o debate com a subseção 2.3.1

“Narrativas sobre os corpos surdos: notas coloniais”, na qual discorremos sobre conceitos basilares para localizar os Estudos Surdos dentro de uma vertente pós-colonial dos Estudos Culturais, assim como para apresentar as metanarrativas que são tensionadas dentro desse campo teórico. Nessa seção, situamos o intérprete de língua de sinais como sujeito presente nas relações sociais estabelecidas entre o pensamento surdo e o pensamento ouvinte hegemônico.

Para localizarmos os discursos dos Estudos Surdos e a concepção de surdez adotada, trabalhamos com Rezende (2012), que explicita a invenção da surdez pela medicina e nos mostra que o termo está em disputa, já que, diferentemente da visão clínico-terapêutica, autores/as dos Estudos Surdos reconhecem a surdez como diferença política, como podemos ver em Perlin (2003), Dalcin (2005), Fernandes (2003, 2011), Rezende (2012) e Lopes Terceiro (2018). Ainda, para retratarmos o colonialismo sobre os surdos, utilizamos pesquisas que preferem constituir suas leituras pelo conceito de *Deafhood*/Surdidade, como viés epistemológico para pensarmos a existência surda, como preconiza Ladd (2013) e, mais tarde, Lopes Terceiro (2018), Fernandes e Lopes Terceiro (2019).

Dialogamos, ainda, com Lane (1992), que aborda a descrição psicológica do colonialismo ouvinte sobre as comunidades surdas com cotejamento de outras práticas de nomeação dos povos colonizados, como do continente africano; e com bell hooks (2019b), sobre o conceito de representação e campo discursivo. Césaire (2020) auxilia-nos a compreender o conceito de colonialismo e de negritude e permite-nos inflexionar pontos de contatos e de afastamentos entre o colonialismo de povos do continente Africano e das comunidades surdas, além de negritude e *Deafhood*/Surdidade como discursos contra-hegemônicos e de resistência.

Na seção 2.4, intitulada “Movimento surdo, intérpretes e (des)colonização”, buscamos descrever aspectos históricos do movimento surdo brasileiro e da presença de intérpretes de Libras nas diversas fases que temos registro, como na Educação de Surdos e sua participação em movimentos sociais surdos. Por fim, ao traçarmos a presença de intérpretes nos movimentos sociais históricos, discorremos sobre a mobilização do movimento surdo brasileiro, a partir de Brito (2013), e a presença e a participação de intérpretes de Libras nesses movimentos, em diálogo com Santos (2006), Laguna (2015) e Jung (2011).

No terceiro capítulo, intitulado *O conceito de tradução e interpretação nos Estudos da Tradução*, traçamos um percurso entre história e teoria da tradução para apresentar os conceitos de **Tradução** e **Interpretação** em diferentes períodos. Na primeira seção do capítulo, intitulada “A tradução em destaque na história eurocêntrica e os Estudos da

Tradução”, explicitamos, a partir de Furlan (2001, 2003, 2006), as diferentes visões sobre o conceito de tradução na Antiguidade, na Idade Média e no Renascimento, além de discussões relacionadas ao século XX.

Na segunda seção desse capítulo, nomeada “Onde está a interpretação? A emergência dos Estudos da Interpretação”, iniciamos com as reflexões sobre tradução e interpretação postas por Schleiermacher (2010), no século XIX, e contrapontos refletidos a partir de Romão (1998). Trazemos a presença de intérpretes na história, em especial na América Latina, com Oliveira e Vazquez (2018), Wyler (2003) e Silva-Reis (2018). Situamos, também, as reflexões sobre os Estudos da Interpretação apresentadas por Pöchhacker (2004, 2010) e Pagura (2015).

Na terceira seção do terceiro capítulo, intitulada “Estudos da Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais”, apresentamos a crítica de Pereira (2018) sobre a ausência das línguas de sinais nos Estudos da Tradução. Comentamos, também, sobre a formação dos ETILS e sua vinculação aos Estudos da Tradução, conforme debatido por Vasconcellos (2010), Santos (2013) e Rodrigues (2013). Na mesma leitura, trazemos o mapeamento de pesquisas de tradução e de interpretação em língua de sinais apresentado por Santos (2013, 2018).

Em seguida, na quarta seção desse mesmo capítulo, denominada “Os conceitos de traduzir e interpretar nos Estudos da Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais”, consideramos como os ETILS delimitam o conceito de Traduzir e Interpretar, levando em conta a modalidade das línguas de sinais. Fazemos um diálogo com Pereira (2015, 2018), sobre uma tipologia aplicada à língua de sinais, e os efeitos de modalidade, discutido por Rodrigues (2013), assim como pensados por Quadros e Souza (2008), Souza (2010) e Segala (2010) na tradução intersemiótica. Trazemos, ainda, a característica da multimodalidade da tradução em Libras relacionadas à tecnologia e à linguagem verbal e não verbal, debatida por Medeiros, Lemos e Fernandes (2015) e Fernandes e Medeiros (2017). Finalizamos com reflexões de Rodrigues (2013), sobre os efeitos da modalidade da Libras para o texto oral e escrito.

Na quinta seção do terceiro capítulo, intitulada “Os Estudos da tradução em diálogo pós-colonial”, procuramos sistematizar as evidências da relação entre as teorias produzidas nesses campos, de modo a demonstrar sua produtividade teórica e suas contribuições. Apresentamos, também, o contexto histórico das gerações dos Estudos da Tradução até as reflexões pós-coloniais dessa área.

Por fim, na sexta seção do terceiro capítulo, intitulada “Inspirações pós-coloniais para a *performance* tradutória”, aproximamo-nos do conceito de *performance* para apreender a

experiência tradutória na literatura, voltada aos debates pós-coloniais trazidos por Collins (2019), Collins e Silva-Reis (2019), Zumthor (2018), Flores e Gonçalves (2017), Carrascosa (2017), Santos (2014), Taylor (2013) e Rothenberg (2006). Visitamos as ideias pós-coloniais dentro dos Estudos da Tradução e a presença do corpo como marcador do ato tradutório. O

No quarto capítulo, intitulado *Direitos Humanos, literaturas e tradução*, abordamos aspectos relacionados ao campo dos Direitos Humanos e da literatura. Apresentamos, na primeira seção do capítulo, denominada “Direitos Humanos em chaves pós-coloniais amefricanos e interseccionais”, a perspectiva adotada sobre Direitos Humanos, trazendo a crítica interseccional e o esvaziamento do conceito de humano na contemporaneidade. Dialogamos com Collins (2019), Gonzalez (2020), Akotirene (2020), Pires (2017, 2018, 2019), Santos (2019) e Ribeiro e Joo (2015). Na segunda seção, nomeada “Estudos Surdos: interseccionalidade e Direitos Humanos”, abordamos as principais contribuições dessas articulações temáticas para a produtividade teórica, política e prática desses campos.

Na terceira seção desse mesmo capítulo, denominada “Literatura e Direitos Humanos”, trazemos a relação entre Direitos Humanos e Literatura, em diálogo com Lorde (2020a, 2020b), Dalcastagnè, Dutra e Frederico (2018), Lehnen (2018), Carrascosa (2018) e Ginzburg (2008), para debater o papel político de agenciamento e denúncia de injustiças sociais por meio da literatura. Na quarta seção, nomeada “Literatura Surda e Direitos Humanos”, apresentamos o conceito de literatura surda, as formas de registro, o suporte e a vinculação da Literatura Surda, assim como a marcação de literaturas surdas no plural, para destacar a Literatura Surda mais periférica nas pesquisas acadêmicas, como a literatura negra surda, literatura surda feminista, literatura surda LGBTQIA+, entre outras.

Por fim, na quinta seção do quinto capítulo, intitulada “Agenciamento tradutório e ativismo para promoção da justiça e dos Direitos Humanos”, trazemos contribuições de tradutores/as ativistas que atuam em zonas de conflitos como mediadores/as linguísticos/as e narradores/as dos acontecimentos históricos, os/as quais utilizam diversos recursos e instrumentos para transmitir diferentes narrativas. Tal percepção alarga o conceito de tradução para pensarmos a tradução em outras mídias e linguagens.

No quinto capítulo, tratamos do percurso metodológico desta pesquisa. Descrevemos a base teórica-metodológica utilizada e os procedimentos de coleta de dados e de pesquisa. Além disso, explicitamos o conceito de Narrativa Tradutória apresentada por Baker (2006a).

No sexto capítulo, intitulado *Agência e ativismo de intérpretes e tradutores/as na literatura surda e traduzida*, trazemos as entrevistas, as fotografias narradas e os resultados da pesquisa. Ao realizarmos o mapeamento dos/as autores/as para esse capítulo, observamos que,

embora haja um deslocamento para as temáticas sobre os sujeitos do interesse da produção do saber, os centros hegemônicos de formação das referências de alguns/mas desses/as intelectuais se concentram em polos do Norte Global ou em países do Sul Global, em territórios mais privilegiados no contexto acadêmico.

Nosso mapa permite-nos identificar de forma mais visível os/as autoras que compõem esta pesquisa, assim como nos desafia a buscar diálogos com produções fora dos centros hegemônicos, já que isso faz parte da descolonização do saber. Como comentam Martins e Benzaquen (2017, p. 22), isso diz respeito a reivindicar “[...] saberes contextualizados e incorporados e questionar o saber eurocêntrico que tem a pretensão de ser neutro, total e verdadeiro”. Nesse diálogo geopolítico, de inspiração pós-colonial, sobre a produção de conhecimento nos Estudos da Tradução, podemos destacar as principais contribuições desses/as autores/as: (i) perspectiva socioantropológica sobre os sujeitos de conhecimento que foram minorizados e suas produções simbólicas; (ii) ruptura com as produções de metanarrativas da modernidade e seus silenciamentos; (iii) saberes pluriépistêmicos; e (iv) reconhecimento da tradução como ferramenta política para a (des)colonização.

Consideramos, assim, que essa interdisciplinaridade e localização geopolítica dos/as interlocutores/as possibilitam que a caminhada desta pesquisa possa: (i) promover uma leitura sobre o papel do/a intérprete de Libras nas literaturas surdas de injustiças sociais e Direitos Humanos, a partir do atravessamento de autores/as pós-coloniais; e (ii) ampliar as lentes de análises em contextos que consideram a agência dos/as intérpretes e suas movências na teia das relações históricas e das narrativas que os/as interpelam, possibilitando, desse modo, que as relações Estudos da Tradução e ETILS possam expandir e aprofundar epistemes. Finalizamos esta seção com a reflexão de Carrascosa (2017, p. 72), que, ao falar sobre a necessidade de conectar pontos dispersos dos “rastros da cultura afrodiaspórica” mediante a tradução, afirma ser necessário gestar novas geografias, “menos geopolíticas” e mais “geo-éticas”.

2.2 POR QUE A ESCOLHA PÓS-COLONIAL/DECOLONIAL PARA PESQUISAR INTÉRPRETES DE (IN)JUSTIÇAS SOCIAIS NA LITERATURA SURDA E SINALIZADA?

Nesta seção, apresentamos o lugar teórico pós-colonial ao qual esta pesquisa se insere, assim como a justificativa para esse percurso teórico. Na sequência, descrevemos as

diferenças conceituais entre colonialismo, pós-colonial, colonialidade, decolonialidade e descolonialidade. Por fim, abordamos as perspectivas pós-coloniais nos Estudos da Tradução.

O que seria o colonialismo? O pós-colonial, a colonialidade, o decolonial e o descolonial? O conceito de colonialismo refere-se ao período histórico da formação de colônias, realizadas com o uso de forças militares, econômicas e a subjugação de povos fora do eixo europeu. A conquista, a exploração e a civilização são máximas presentes no processo de colonização. Césaire (2020) critica duramente a colonização, pois, embora ela fosse narrada como civilização, não possuía um único valor de humanidade. Para o autor, a colonização serviu para descivilizar o colonizador, já que essa ação desvelou todo seu instinto de “cobiça, violência, ódio racial e relativismo moral” (CÉSAIRE, 2020, p. 17). Além disso, esse processo na história não pode ser lido como inocente, mas como doente, que desumaniza o mais civilizado.

Kilomba (2019) enfatiza que o colonialismo e o racismo são duas faces da mesma moeda, que nasceram juntos. Na mesma linha, Grosfoguel (2018) aponta que o racismo é um princípio constitutivo das relações de dominação na modernidade. Para o autor, a divisão internacional do trabalho, as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero e religiosa são pautadas em divisões raciais. Assim, a colonização territorial é marcada por uma autorização racial, que, pela justificativa de enxergar outros povos como não humanos ou incivilizados, classificava-os racialmente para maior exploração e descrição desses povos. Isso coaliza com o que Fanon (2008) atesta sobre o pensamento europeu ter uma estrutura racista.

Maldonado-Torres (2018) explica que o conceito de colonização está diretamente relacionado à civilização e à escravização, que se solidifica sobre o discurso de ajuda ao primitivo e sub-humano. A modernidade é, assim, formada no colonialismo, que também inaugura a primeira etapa do capitalismo com a acumulação de riqueza dos territórios “descobertos” e da mão de obra dos povos escravizados. Mignolo (2017, p. 4) afirma que “[...] a modernidade anda junto com a colonialidade”.

Essa temática sobre colonialismo e capitalismo foi explorada também por Gonzalez (2020), a qual compreende o racismo como determinante primário da formação do capitalismo, que se organiza em uma divisão racial do trabalho, já que é a população negra que vai constituir a mão de obra braçal do século XVI, possibilitando o acúmulo de riqueza dos países colonizadores e suas expansões de forma acelerada, culminando inclusive, mais tarde, na revolução industrial. A autora explica que, no regime escravista, a *plantation* e as atividades mineradoras desenvolveram abruptamente as economias coloniais, abrindo caminho para a formação de um pré-capitalismo. Na realidade brasileira, foi “[...] a partir da

cultura cafeeira que se desenvolveu o processo de acumulação primitiva necessária à estruturação do capitalismo” (GONZALEZ, 2020, p. 188).

Gonzalez (2020, p. 187), ao pensar no capitalismo industrial, reflete sobre como a população negra vai servir como “exército industrial de reserva”, uma vez que, mesmo após 1888, a população negra continuou a sofrer com a violência, com os salários miseráveis, com o não acesso à educação, sendo obrigada a morar em regiões afastadas dos centros urbanos em desenvolvimento, vivendo em condições precárias. Com a industrialização no Brasil, em 1930, o país estimulou a imigração europeia para suprir a mão de obra no Sudeste. As vantagens eram dadas aos trabalhadores brancos, em especial aos imigrantes. Foi nesse período que, de forma mais significativa, a população negra passou diretamente a fazer parte das relações socioeconômicas do país. Para a autora, na exploração capitalista, mesmo o branco pobre recebia suas vantagens na competição e no preenchimento de vagas de trabalho, permitindo sua melhor posição na estrutura de classe. É nesse sentido que se coloca que a colonização operou tanto no sentido econômico quanto epistêmico. Isso em um contexto já pós-colonial do ponto de vista da independência territorial para a formação dos Estados-nação.

Quanto aos estudos pós-coloniais, estes podem ser observados como uma ramificação dentro dos Estudos Culturais a partir de 1960 (HALL, 2018). Contudo, essa perspectiva já era possível de ser observada em trabalhos anteriores como nos de Césaire, Fanon e Gonzalez, Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, entre diversos/as autores/as da primeira metade do século XX. Os trabalhos desses/as autores/as são de cunho anticolonial e podem ser lidos em diálogo com autorias de aspirações pós e decoloniais. Salientamos que os/as autores/as trabalhados/as nesta dissertação possuem filiações que podem ser distintas (marxistas, neomarxistas, psicanalistas, pós-estruturalistas, desconstrucionistas etc.), mas, aqui, são postas em favor de uma leitura crítica da colonialidade e da modernidade para pensarmos agências interpretativas e tradutórias de intérpretes de Libras.

Costa (2010, p. 46) aponta que a virada pós-colonial “[...] surge como resposta ao vácuo causado pelo capitalismo global, pela proliferação de novas tendências e instabilidades (políticas, sociais, econômicas e ideológicas) e pela complexificação das relações e assimetrias de poder”. Na mesma discussão, Martins e Benzaquen (2017, p. 17) explicam que podemos caracterizar as perspectivas pós-coloniais “[...] pela tentativa de valorização de narrativas outras que não a narrativa totalizadora eurocêntrica”.

Mata (2014) contextualiza que o conceito pós-colonial remete à década de 1970, mas apenas ganhou força em 1980, no contexto anglo-saxônico com o livro *The empire writes*

back: theory and practice in postcolonial literatures, de Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin (1989). As discussões florescem com direta relação aos Estudos Culturais, mas, como Mata (2014) explica, não é possível afirmar a existência de uma teoria pós-colonial. Conforme a autora, é possível vermos o pós-colonial como uma construção epistêmica, que utiliza de outros métodos, com outras alternativas e racionalidades, em especial em diálogo com epistemologias do Sul. Ainda, uma característica que se assemelha às produções com perspectiva pós-colonial diz respeito à “[...] atenção à análise das relações de poder, nas diversas áreas da atividade social caracterizada pela diferença: étnica, de raça, de classe, de gênero, de orientação sexual” (MATA, 2014, p. 31).

A autora traz as críticas feitas ao conceito de pós-colonial quando este parece referenciar uma ideia universal para experiências pós-coloniais, ou, ainda, por sua figura pastoral devido ao sufixo “pós” que indica a conclusão de um período. Mata (2014) indica que as ponderações sobre o conceito observam que essa ideia tende a neutralizar as relações de desigualdade econômica, cultural e científica que se estabelecem de forma diferente em cada local. É nesse lugar que Mata (2014) pretende desvelar os trópicos da ideologia pós-colonial, que, em um primeiro momento, possui paradigmas eurocêntricos. Tal análise é compreendida como uma geocrítica do eurocentrismo (MATA, 2014).

Hall (2018) argumenta que o pós-colonial não é um conceito que opera isoladamente, mas, sim, uma construção com diversas interseções e relações dinâmicas. O autor argumenta que, embora países com histórias diferentes não sejam pós-coloniais de uma mesma forma, não o deixam de ser, uma vez que estabeleceram forçosamente relações com o centro imperial. Conforme Hall (2018, p. 119) explica, é um conceito que “[...] relê a ‘colonização’ como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural”.

Mata (2014) propõe, assim, um desvio de olhar teórico, que expanda conexões epistêmicas com os conhecimentos produzidos na América Latina e no Sul Global. Essa direcionalidade de diálogo compreende que “[...] o estudo do lugar de cada produção estética passa, também, por uma reflexão sobre o percurso cultural de uma geração ou uma nação” (MATA, 2014, p. 32). Daí, a necessidade de olhar as geografias daqueles que dialogam na produção de conhecimento, pois práticas de dominação constituem-se tanto nas instituições de saberes teorizados quanto na vida social cotidiana (MATA, 2014).

A crítica é ainda mais contundente, pois produções teóricas pós-coloniais que atuam com categorias produzidas em centros europeus e norte-americanos invocam termos para descrever ex-colônias, mantendo uma mente ideologicamente desorientada, uma lente ainda imperial. É a constante dependência teórica de países do Norte Global. Termos como “[...]”

crioulidade, hibridismo, hibridez, mestiçagem, ‘identidades sem fronteira’ (quando não desidentidades), universal/universalidade, global/local, cosmopolitismo, pós-colonial/pós-moderno, modernidade (em regra a opor-se a tradição)” (MATA, 2014, p. 33) demonstram o quanto invisivelmente o pensamento colonial ainda opera, já que seu substrato é imperialista e racista.

Para Pagano (2000, p. 158): “Os estudos pós-coloniais interpretam as relações de desigualdade e sujeição, observando as tensões tanto nos espaços inter- como intranacionais, nos múltiplos entrecruzamentos de categorias como raça, gênero, classe e nação”. A autora observa a aproximação fluida entre os estudos pós-coloniais e os estudos culturais. Essa abertura para o conceito permite-nos um olhar mais acurado das culturas das Américas Latinas, dos países do continente africano e dos territórios do Sul Global. Contudo, quem representa esses conhecimentos também é um questionamento.

Esteves (2009) comenta as críticas feitas aos pensadores do pós-colonialismo. A autora traz algumas provocações que ironizam os/as autores/as pós-coloniais, argumentando que suas teorias são elaboradas e escritas em línguas hegemônicas e, muitas vezes, em lugares de privilégio. Isso significa que caberia aos/às próprios/as teóricos/as que reclamam para si um pensamento descolonial traduzir suas ideias para seus respectivos grupos subalternizados que dizem representar.

A autora traz indagações feitas sobre a legitimidade de representação e de prática daqueles que se proclamam como porta-vozes dos oprimidos e avalia posturas teóricas que podem se contradizer e se revelar como uma outra forma de colonização. Embora tais provocações sejam possíveis, Esteves (2009) concilia que, talvez, o mais interessante seja alargar o termo pós-colonial em sua crítica do que o ataque sobre quem representa mais ou menos o campo.

Voltando ao conceito pós-colonial, elaborado a partir de uma percepção de superação da colonização, concordamos com Costa (2010), que observa que há uma problemática sobre o uso do conceito pós-colonial na América Latina, devido a essas teorias terem sido pensadas, primordialmente, pelas ex-colônias britânicas e, ainda, devido à América Latina ter um processo de independência diferente, tencionada mais pelos interesses das elites do que por mobilizações populares. A autora explica que, para a realidade da América Latina, o termo pós-ocidentalismo é mais apropriado para referirmo-nos às diversas teorias e aos lugares de iniciação oriundos da América Latina.

Segundo Costa (2010), o termo pós-colonialismo possui uma polissemia radical, especialmente na América Latina, devido à produtividade de outros conceitos como o

descolonial e o decolonial. Para esta pesquisa, utilizamos o termo pós-colonial para abarcarmos as diversas teorias críticas ao colonialismo, como matriz de uma produtividade epistêmica que se constrói a partir da colonização territorial e, também, subjetiva.

Ao recepcionarem de forma mais ampla o conceito, Martins e Benzaquen (2017) colocam, em síntese, que o pós-colonial pode servir para conformar perspectivas contra-hegemônicas em todo o globo e que a descolonialidade pode ser vista como uma produtividade teórica de crítica à colonialidade a partir da América Latina.

Para Costa (2010, p. 50), com base no pesquisador peruano e decolonial Aníbal Quijano, afirma: “A produtividade do conceito de colonialidade do poder está na articulação da ideia de raça como o elemento *sine qua non* do colonialismo e de suas manifestações neocoloniais”. Nesse sentido, Almeida (2011, p. 4) explica que a “[...] colonialidade não é a colonização, mas a lógica que passa a ser fundamental em determinado espaço/tempo, mais precisamente a partir do século XVI”.

Sobre os diversos conceitos que emergem da matriz de pensamento sobre a colonialidade, Costa (2014, p. 929) explica que a “[...] descolonialidade está ligada à história das Américas desde os anos 1500 até o presente”. Isso se difere do pós-colonial, por causa do seu lugar de enunciação e dos efeitos da colonização entre os séculos XV e XIX²⁷. Não há, dessa maneira, uma pós-colonialidade, mas a “[...] continuidade das relações coloniais de poder (colonialidade do poder) através das categorias de gênero, raça e classe” (COSTA, 2014, p. 929). De forma mais ampla, a colonização territorial revela-se na colonialidade como subjugação da mente, do olhar, da língua, do comportamento e das paisagens semióticas que nos interpelam.

Pagano (2000), ao dialogar com Spivak, considera que, independentemente da diversidade teórica da pós-colonialidade e das diferenças territoriais de suas produções, podemos observar o caráter solidário entre as correntes críticas ao colonialismo, em que se faz aflorar, na América Latina, debates que podem já ter sido levantados por diferentes espaços.

Benzaquen (2013) explica que a colonialidade é uma forma sofisticada de colonização, já que opera como o colonialismo, porém de forma mais dissimulada. A autora também observa que o conceito de colonialidade “[...] supõe a imposição de um sistema de classificação hierárquica de conhecimentos, espaços e pessoas” (BENZAQUEN, 2013, p. 73). Para a pesquisadora, “[...] a colonialidade vai além dos períodos históricos de colonização

²⁷ Vale ressaltarmos que o termo pós-colonial se refere em especial às teorias formuladas para refletir as ex-colônias britânicas, o que, em sua concepção, não aborda a situação da América Latina como ex-colônia de Portugal e Espanha.

política e se refere a situações de opressão diversas” (BENZAQUEN, 2013, p. 73). Ela compreende que, embora as experiências coloniais sejam distintas, possuem marcas de elemento em comum.

A colonialidade é um conceito cunhado pelo peruano Aníbal Quijano, em 1980 (MIGNOLO, 2017), que a entende como constitutiva da modernidade. Mignolo (2017) explica que a colonialidade faz parte do desdobramento da civilização ocidental do Renascimento aos dias atuais. O conceito atesta que, embora os países colonizados tenham conquistado suas independências territoriais, ainda são reféns de um sistema-mundo econômica, política e moralmente organizado sobre a lógica colonial. Além disso, países colonizados são marcados pela violência colonial que atravessam seus corpos, suas histórias, suas línguas, suas culturas e seus saberes. Territórios foram afetados, diferentes povos foram forçosamente migrados e, com isso, línguas e culturas foram colocadas em relações. Essa ferida não se cura com a saída do domínio dos colonizadores, ela se mantém pulsante até hoje.

Para Maldonado-Torres (2018, p. 41), para além da tomada de terras e de recursos, “[...] mentes também são dominadas por formas de pensamento que promovem a colonização”. Para o autor, ela opera na transformação radical do saber, do ser e do poder. Conforme o pesquisador explica, a modernidade funda-se com a colonialidade, tendo suas raízes epistemológicas, ontológicas e éticas baseadas no uso da raça, do gênero e das diferenças sexuais para imprimir uma distorção do que é o humano nas ciências europeias modernas.

Mesmo reconhecendo as intersecções da produção da modernidade e da colonialidade, o autor salienta a raça como principal divisão do humano, já que os colonizados estão abaixo da categoria de gênero, uma vez que mulheres brancas ainda podem, sub ontologicamente, se enquadrarem aos seres humanos – diferentemente dos colonizados que são concebidos como sem gêneros ou supersexualizados/patologizados em suas partes sexualizadas (MALDONADO-TORRES, 2018). Isso se aplica ao que Césaire (2020) já observava: o colonizador vê o colonizado como animal, tratando-o como animal. Colonização é objetificação, coisificação.

Quanto ao conceito descolonial, podemos observar sua frequência em obras brasileiras, desde a década de 1950. O descolonial refere-se a uma ruptura com a colonialidade, produzindo uma crítica profunda e uma reconstrução de possibilidades e imaginários de um porvir cujas práticas se afastem da herança colonial. Mignolo (2017) observa a descolonização como uma resposta da violência europeia e seus ideais modernos impostos aos países sob seus domínios. Para o autor, a modernidade vem junto à

colonialidade, e ela alude à “descoberta” da América, inventando-a, explorando-a e se apropriando dela.

Em uma leitura contemporânea sobre contínuos processos de colonialismo, Kilomba (2019) aponta que a descolonização é o constante desfazer do colonialismo. A autora aplica o descolonial para refletir sobre o racismo cotidiano moderno, que possui uma dinâmica do colonialismo que se revela no olhar, na palavra dirigida, na agressão e na ferida. É a descoberta, a invasão, o ataque, a subjugação e a ocupação que o olhar branco se manifesta sobre corpos negros, como uma descoberta e a sua simbolização como colonizada. Assim, para Kilomba (2019), a colonização faz sua manobra discursiva e opera no cotidiano, como em um ritual da conquista do branco, em uma invasão de terra que se dá em um acúmulo de eventos para além da agressão física, como piadas, comentários sobre território de origem, sobre cabelo, pele etc.

Conforme explica Maldonado-Torres (2018), o conceito descolonial refere-se a um projeto inacabado, que começou a ocorrer desde o momento em que sujeitos colonizados reivindicaram suas independências. A descolonização é, portanto, contínua e processual e opera nas diversas bases da estrutura social e nas instituições que a sustentam.

A autora equatoriana Catherine Walsh (2013), do Grupo Modernidade e Colonialidade, discorre sobre a colonialidade na América Latina. Ela propõe a exclusão da letra “S” em descolonial para demarcar uma distinção em espanhol (e em Português) do prefixo “des”, já que este pode ser entendido como disruptivo, como “des”montar e “des”fazer o colonial, aludindo a ideia de que passamos de um momento colonial para um outro não colonial. Para a autora, os padrões e os traços da colonização não deixaram de existir. A proposta de Walsh (2013) anula a ideia de que superamos o colonialismo e construímos uma história livre das violências que ele nos deixou. O colonialismo deixa de herança para os povos colonizados: língua, cultura, sistemas, estruturas, narrativas e instituições. Não é possível pensarmos em uma inexistência colonial já que temos uma herança que causou profundas marcas no que somos hoje, na nossa língua, na nossa cultura, no nosso pensamento e como organizamos social e politicamente nossa sociedade.

O decolonial assume, assim, algumas perspectivas de cunho teórico e político, reconhecendo, em primeira instância, o corpo-geopolítico de quem produz o conhecimento, assim como das línguas, dos territórios e das traduções do conhecimento. Desse modo, o descolonial pode ser visto como uma meta, um processo que passa pela decolonialidade. A colonialidade é produto da colonização e estende-se nas relações mais íntimas e profundas da constituição de grupos colonizados e afeta, para além de seus territórios, as línguas, as

culturas, as epistemologias, as literaturas, as tecnologias, as organizações socioeconômicas e toda a estrutura arquetípica de seus respectivos pensamentos.

A decolonialidade constitui-se do diálogo com conhecimentos de povos colonizados e a crítica das matrizes discursivas da modernidade, servindo a uma agenda acadêmica, política e ideológica desenvolvida por ativistas, movimentos sociais, mestres/as comunitário/as, artistas, poetas, pesquisadores/as, intérpretes, tradutores/as, professores/as e diversos outros atores sociais. Isso não significa que seja necessariamente uma volta utópica ao antes da colonização. Como explica Maldonado-Torres (2018), as interferências estão postas e constroem a realidade, assim cabe buscarmos o reconhecimento da existência de vários saberes, histórias, espacialidades e narrativas temporais. São possibilidades de pluriepistemologias, diferentes cosmovisões e perspectivas coexistindo, sem o caráter epistemicida colocado por determinadas propostas supremacistas.

Por isso, Kilomba (2019, p. 91) afirma que a teoria pós-colonial “[...] oferece o enquadramento apropriado para a análise de políticas de raça e gênero, [...] e estratégias políticas de descolonização”. A teoria pós-colonial abarca e contribui (direta ou indiretamente) para a gestação de diversas outras produções teóricas que se formulam na crítica ao colonialismo e à colonialidade. A decolonialidade e a descolonialidade podem ser vistas dentro do axioma pós-colonial. Nesse sentido, a seguir, apresentamos, no Quadro 1, uma síntese das diferenças conceituais explicitadas neste texto.

Justificamos a aproximação com o campo teórico por compreendermos o lugar político da construção da pesquisa que visa a contribuir com os Estudos da Tradução, os Estudos Surdos em Literatura Surda e as pesquisas em Direitos Humanos. Além disso, o desenho metodológico desta pesquisa é construído no diálogo com participantes reais, com nomes, identidades e endereços, não sendo sujeitos abstratos, mas personalidades ativas, pensantes e construtoras das respostas para as perguntas que fazemos sobre a agência tradutória de intérpretes de Libras, os/as quais atuam com a Literatura Surda e Sinalizada, que denuncia injustiças sociais e reivindica os Direitos Humanos. Assim, adotamos uma perspectiva teórica mais alinhada às orientações epistêmicas de grupos minorizados, ex-colônias e movimentos sociais, além de abertamente considerarmos geografias teóricas e ativismo intelectual.

Quadro 1 – Produtividade conceitual crítica ao colonialismo

Colonialismo	Pós-colonialismo (pós-colonial)	Colonialidade	Decolonial	Descolonial
<ul style="list-style-type: none"> - Inaugura-se com a colonização do continente Africano, da América Latina e Caribenha e do território Indiano. - Percepção de “descoberta” e “achado”. - Coaduna-se em colonialismo/modernidade. - Utiliza-se da raça como principal elemento de subordinação. - Vincula-se à colonização, civilização e escravidão. - Geográfica, cultural, linguística e econômica. - Utiliza-se a mão de obra de povos escravizados para gerar riqueza. - Forma a primeira etapa do capitalismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Produzido após a colonização territorial na América Latina, no continente Africano e no território indiano. - Teorizado nos centros de produção do conhecimento conhecidos como “primeiro mundo”. - Foco na análise do discurso e da textualidade. - Oriundo dos Estudos Culturais com influência do pós-estruturalismo e do pós-modernismo. - Crítica ao capitalismo. - Fomentação do debate multiculturalista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade do colonialismo por meio de epistemologias e produção de conhecimento. - Embutida na lógica da modernidade. - Importação de modelos políticos e econômicos de países do norte-cêntricos. - Forma sofisticada de colonização por meio das mentes. - Dominação de saberes, conhecimentos e subjetividade do colonizado. - Atravessamento cultural, linguístico e subjetivo de povos colonizados. - Manutenção de modelos políticos ideológicos das ex-colônias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contraposição à colonialidade do poder e do saber. - Engajamento crítico das teorias da modernidade. - Projeto político e acadêmico. - Construída sob a gnosiologia do pensamento afrodiaspórico e dos povos indígenas. - Raça como dimensão estruturante da modernidade e do sistema mundo moderno/colonial. - Compreensão de que a colonização ultrapassa os âmbitos econômico e político, interferindo na construção da subjetividade dos povos colonizados mesmo após o colonialismo. - Infere no saber, no ser e no poder. - Afirmação do corpo-geopolítica para a produção do conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ligada à história da América Latina e Caribenha desde 1500. - Contraposição ao colonialismo. - Processo de ascensão dos Estados-nação de territórios sob o jugo da administração colonial. - É linguístico, cultural, visual e atitudinal. - Meta contínua da transformação de povos colonizados. - Projeto inacabado. - Estrutural e cotidiano. - Processual. - Teórico e prático.

Fonte: Elaborado pelo autor

2.3 POR OUTRAS ROTAS: GEOPOLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Figura 8 – “Cri Sourd” - Grito Surdo, de Arnaud Balard



Fonte: Imagens extraídas de Cultura Surda.²⁸

“O grito” é uma das pinturas mais conhecidas de Edvard Munch, pintor norueguês, precursor do impressionismo e do expressionismo alemão. Munch representa, em sua obra, uma das cenas mais assombrosas das artes visuais. Em uma série chamada “O Friso da Vida”, o artista imprime o terror humano e a dor de existir. As pinturas de Munch, datadas de 1893, despertam o olhar por demonstrar momentos de profunda angústia e puro desespero existencial. O grito é tão profundo e sufocante que faz tremer toda a pintura de seu entorno.

A releitura dessa obra apresentada foi realizada pelo artista surdo Arnaud Balard, na pintura “*O Grito surdo*”, de 2009 (Figura 8). A evidente analogia a Munch permite-nos tecer algumas considerações sobre as narrativas, que podem ser traçadas e descritas sobre a história das comunidades surdas. A partir dos elementos simbólicos presentes na reinterpretação da obra, feita pelo ponto de vista de um artista surdo, podemos introduzir uma discussão crucial para que se faça uma referência à violação dos Direitos Humanos das pessoas surdas: o não direito de existir como pessoa surda. A angústia e o terror de corpos que sofrem as práticas de normalização e de reabilitação são investidos a partir da Modernidade, em especial com a Medicina. Viola-se o direito de existir sem estar nas sombras de um discurso patologizante, que nega a sua personalidade surda e as potencialidades inerentes à condição da sua existência, como parte de um coletivo surdo maior que carrega símbolos sócio-históricos, resultado das dinâmicas da coletividade surda.

Munch, assim como Balard, ao retratar o terror da existência, deflagra as dores, os

²⁸ Disponível em: <https://culturasurda.net/2012/11/01/arnaud-balard/>. Acesso em: 2 jul. 2021.

sofrimentos e os horrores que o humano pode sentir, por isso a possibilidade de uma leitura antropológica de suas pinturas. Na leitura de Balard, o desespero é simbolicamente representado pelo céu de bocas em volta do humano, no caso, um surdo. As bocas sinuosas, como os traços dos fiordes desenhados por Munch, trazem o movimento de um mundo composto por pessoas que falam na modalidade oral, que se comunicam apenas com suas bocas, impondo aos desviantes a sua massa sonora labial e auditiva. A representação do mundo ouvinte e seus marcadores são os símbolos de superioridade aterrorizante na construção psíquica surda.

Frogner (2012), ao analisar a pintura de Balart, comenta que tudo vibra em consonância com uma expressão abissal que percorre as profundezas do homem. Na imagem da Figura 8, a solidão repleta da presença de bocas e de orelhas defronta o desespero surdo frente à pressão da normalidade e do imperialismo ouvinte, com suas narrativas tecnocientíficas sobre os surdos. A autora explica que, na pintura “O Grito surdo”, o rosto da pessoa que está gritando é coberto por baterias redondas e gastas, como a dos aparelhos auditivos. Duas baterias maiores estão cobrindo os olhos. A boca, a única parte que não é coberta de pilhas, está aberta. As mãos estão cobertas, impedindo o uso da língua de sinais. O rio parece uma corrente de baterias, e o céu está cheio de lábios.

Assim como na obra de Edvard Munch, dois homens parecem estar indiferentes e tranquilos ao terror da figura em evidência. Em Balard, essa presença absorta é retratada com o desenho de dois médicos, preocupados com a reabilitação clínico-terapêutica do corpo surdo, respaldados na ciência médica que avança após o século XVII, em uma ideologia eugenista pró-normalidade. A obra retratada serve como expressão de uma denúncia histórica sobre os acontecimentos que afetaram diretamente a existência surda e toda a sua potencialidade de sujeitos ativos e donos de suas próprias histórias. O direito da existência é denunciado com uma imagem da existência em desespero, com a subsistência que encontra no grito de terror a forma de explicitar a sua condição.

Dito isso, a seguir, discorreremos sobre narrativas e contranarrativas surdas e sobre a surdez, no intuito de analisar quais movimentos foram precursores de pensamentos sobre os surdos e as epistemologias que emergem da denúncia das opressões e das dores do “grito surdo”. Articulamos os debates dos Estudos Surdos com teóricos do colonialismo e trazemos uma narrativa sobre a Revolução Haitiana como precursora das independências da América Latinocaribenha e subvertente dos princípios da Revolução Francesa. Objetivamos ligar a matriz do pensamento branco europeu, que coloniza territórios e povos, à mesma lógica colonial de pessoas surdas (resguardando suas especificidades), porém como corpo-colônia.

Neste capítulo, iremos mover algumas chaves que são basilares para discutirmos sobre os primeiros conceitos que sustentam este trabalho, a saber: **Colonização, Modernidade, Racismo e Movimentos Sociais**. O debate trazido correlaciona-se com a arte apresentada no início: Quem traduz o grito surdo? Quem faz a mediação das narrativas surdas de dissidência? Compreendemos, como dissidência, posturas e narrativas que tensionam o estabelecido e a norma, como movimentos por garantias de direitos (étnico-racial, gênero, sexualidade, linguístico, cultural, entre outros). Antes de entrarmos na discussão sobre intérpretes, vamos compreender o grupo traduzido (pessoas surdas) e as narrativas que o cercam.

2.3.1 Narrativas sobre os corpos surdos: notas coloniais

O objetivo desta seção é localizarmos duas narrativas mestras que circulam em torno da disputa da pessoa surda. A seção é importante para a pesquisa, uma vez que posiciona o intérprete de Libras dentro desse campo de tensão narrativa, o que impacta diretamente em sua atuação, no seu percurso histórico atravessado pelas ideologias que disputam as pessoas surdas e a surdez.

Torna-se necessário, na proposta desta pesquisa, realizarmos o debate em torno das perspectivas socioantropológicas sobre a história das comunidades surdas. Ao trabalharmos com o discurso de intérpretes de narrativas poéticas sobre a pauta dos Direitos Humanos, direcionamo-nos a entender qual a trajetória histórica dessa comunidade e o porquê da identificação dessa temática, nos discursos subalternos e colonizados, necessita da nossa atenção. Ora, se há essa temática poética a ser interpretada, há razões que levam os/as artistas poetas surdos/as a utilizarem suas potencialidades literárias como expressão de denúncia. Além disso, ao avaliarmos a posição valorativa da agência²⁹ do/a intérprete de Libras, ou de outras línguas de sinais, devemos levar em consideração o campo conflitivo que os sujeitos se encontram na mediação de discursos.

A relação que essa discussão tem com a tradução respalda-se no olhar pós-colonial, que aborda a compreensão, conforme coloca Luciana Reis (2017, p. 87), dos Estudos da Tradução para as temáticas históricas como “[...] desigualdades sociais, opressão colonial e autoritarismo”, uma vez que o olhar acurado para tais temáticas “[...] favorece o tradutor no

²⁹ Compreendemos, a partir de Baker (2006), a agência tradutória como ato consciente da construção da realidade em um dado enquadramento ou perspectiva. Tradutores são sujeitos que participam de processos ativos de significação, sendo a agência individual, mas situa-se em ligamentos ideológicos com outros grupos e movimentos de objetivo comum. Tradutores e intérpretes podem contribuir para disseminar determinadas ideias por meio de suas habilidades linguísticas, assim como cooperar com projetos políticos-ideológicos mesmo que em microrrelações do cotidiano tradutório.

sentido de uma leitura mais crítica”, o que lhe confere captar posicionamentos que derivam do lugar do colonizador, possibilitando ao/à intérprete agir com consciência sobre “[...] as questões que conduzirão à descolonização do pensamento” (REIS, 2017, p. 87). Dessa forma, conforme veremos no terceiro capítulo desta dissertação, intitulado *O conceito de tradução e interpretação nos Estudos da Tradução*, a interpretação, e por consequência os/as intérpretes, não pode ser lida fora dos contextos históricos e dos discursos que a atravessam ao longo do tempo.

A história dos movimentos sociais tem uma significativa marca para pensarmos nos Direitos Humanos, assim como nas mobilizações das comunidades surdas em suas lutas por direitos. Isso porque há um conflito evidente nas histórias discursivas modernas que descrevem e narram as pessoas surdas, sendo estas relacionadas a um viés clínico-terapêutico³⁰, de reabilitação e de normalização, ou em uma contranarrativa que se aproxima das perspectivas socioantropológicas, que, em síntese, formulam uma afirmação pela cultura surda, sua pluralidade e a existência da sua humanidade, construída na lógica surda, no fluxo comunitário das experiências visuais e, em especial, no uso das línguas de sinais. Longe de ser uma perspectiva binária, há outros discursos que interpelam as pessoas surdas, mas, em resumo, a narrativa médica (clínico-terapêutica) e a narrativa surda (socioantropológica) são o motriz das discussões atuais em torno do signo da surdez.

Rezende Junior e Pinto (2007), ao descreverem sobre o rastro da intelectualidade surda, lembram como suas infâncias e adolescências foram marcadas por modelos ideológicos ouvintistas que os impediram de construir suas identidades surdas na qualidade de “ser surdo”. Para o autor e a autora, a obrigação de seguir o modelo ouvinte e copiá-los é parte da violência sofrida por surdos e surdas na educação oralista.

A pesquisadora surda Patrícia Rezende (2012), ao localizar o corpo surdo na história ocidental, em uma perspectiva pós-estruturalista, indica que, na Renascença³¹, construíram-se os saberes médicos e as formulações metodológicas que possibilitaram a anatomia do corpo humano. Esse período, conforme afirma a autora, reuniu uma série de médicos³² que ficaram conhecidos por suas pesquisas em torno da anatomia da orelha e as discussões envolta da surdez como uma anomalia humana. A Renascença, como um estágio intermediário entre o

³⁰ O conceito clínico-terapêutico refere-se aos processos de normalização das pessoas surdas pela lógica médica, a qual objetiva a reabilitação de corpos considerados com deficiência.

³¹ O Renascimento é um período que inaugura correntes como o Humanismo e uma mudança de percepção na Europa, que buscou um rompimento com a Escolástica. Acreditava-se que existe no mundo uma verdade dada por Deus, mas a revolta contra as práticas da Igreja Católica se ampliou, abrindo-se horizontes para o vindouro Iluminismo. Isso correspondente ao território europeu.

³² Rezende (2012) cita o Tratado da Área Humana, em específico a anatomia da orelha. A autora nomeia Vesale, Eustachi, Fallope, Plater, Cardan, Antoine-Marie Valsalva (JEUDY, 1990 *apud* REZENDE, 2012).

Medievo e o Iluminismo, constituiu as principais fórmulas analíticas do mundo pelos métodos descarteanos (descobrir, fazer experimentos, analisar, dividir em partes menores, tomar conclusões maximizadas) para se chegar à verdade. A surdez é assim uma invenção aliada à prática e ao discurso médico que se escamoteia pelas ruelas da verdade e da razão iluminista.

Da história iluminista, Rezende (2012) destaca o médico Jean-Marc Itard (1774-1838), fundador da Otologia. Hoje, ele é reconhecido por seus experimentos com eletricidade nos ouvidos, sanguessugas, tímpanos perfurados, além da inserção de equipamento de sondas ligadas da garganta aos ouvidos de pacientes surdos (REZENDE, 2012; LANE, 1992). Estes dois séculos (XVIII e XIX) da produção da verdade pela ciência influenciaram percepções sobre o mundo e a natureza humana, do ponto de vista da racionalidade e dos métodos seguros para a descrição e a observação do mundo.

O que gostaríamos de salientar é que a perspectiva clínico-terapêutica sobre a surdez, assim como as questões educacionais dos surdos, em especial no Congresso de Milão de 1880 (que orientou de forma enfática o não uso da língua de sinais), são frutos de uma série de aparatos, ferramentas e técnicas da revolução científica, a qual narra e descreve corpos (a)normais e nos permite atestar que tais ações não foram um fato isolado, de ideias aleatórias. Para Rezende Junior e Pinto (2007), na história da humanidade, as pessoas surdas tiveram seus clamores incompreendidos, em especial com as instituições históricas que negam suas capacidades.

As pesquisas de Rodrigues e Vieira-Machado (2019) e Rodrigues, Machado e Vieira (2020), no viés genealógico dos estudos sobre as comunidades surdas, retratam que os surdos não eram passivos em relação aos movimentos históricos que ameaçavam suas liberdades comunicativas e linguísticas, assim como se posicionavam para a mobilização e a reivindicação de suas ideias. Os pesquisadores afirmam que o Congresso de Milão de 1880 “[...] não ocorreu isoladamente e que foi produto de uma trama cultural, política e histórica que o produziu”³³ (RODRIGUES; MACHADO; VIEIRA, 2020, p. 6).

Os autores analisam que, embora uma forte corrente oralista se desencadeou naquele momento, a organização dos movimentos surdos eram atuantes e resistiram, tal como ficou explícito no Congresso de Paris de 1900, 20 anos depois do de Milão. No Congresso de Paris, a seção de surdos presente “[...] manifesta um forte desejo de que se retome a prática do uso

³³ O Congresso de Milão de 1880 foi precedido pelo Congresso Universal para o Melhoramento do Destino dos Surdos-Mudos, dado em Paris de 23 a 30 de setembro de 1878. Esse Congresso foi organizado por professores de surdos, e sua realização, bem como a de outros congressos, coincide com a Exposição Universal de Paris (La Rochelle, 1879) (RODRIGUES; MACHADO; VIEIRA, 2020).

de sinais nas instituições” (RODRIGUES; MACHADO; VIEIRA, 2020, p. 11). Isso demonstra, segundo os autores, que a língua de sinais coexistiu com o método oral, mesmo que de forma marginalizada e estigmatizada.

Para Rodrigues, Machado e Vieira (2020, p. 21), a “[...] existência de Milão como lugar de memória tem como efeito notável o apagamento e silenciamento de todo o movimento surdo que se levanta na discussão das decisões ali tomadas”. As manifestações que decorreram do Congresso de Milão culminaram no movimento surdo que reivindicou um outro posicionamento metodológico na educação de surdos. Para a “destruição” do lugar de memória que ocupou o Congresso de Milão, “[...] que desencadeou uma série de demissões de professores surdos, Paris (1900) sugere um retorno destes profissionais em diversas disciplinas” (RODRIGUES; MACHADO; VIEIRA, 2020, p. 22). Assim, entendemos que o processo histórico de colonização dos surdos não aconteceu de forma passiva, mas, sim, com tramas internas protagonizadas também pelos surdos.

Todavia, o que não podemos negar é a hegemonia discursiva médica como imperativa para as argumentações de reabilitação e para a correção da surdez. Consideramos a importância da memória do Congresso de Milão como marco de uma ação institucional que deflagrou um posicionamento pedagógico nitidamente baseado em pressupostos oralistas, que atravessou mais de um século com metodologias e concepções educacionais para surdos. O discurso médico, clínico-terapêutico e institucionalizado, articulado à instituição Justiça e à Educação, operou suas técnicas e difundiu seus saberes, suas práticas e suas pseudo-glórias.

Paddy Ladd (2013), pesquisador da cultura surda e ativista surdo britânico, retrata uma metáfora em Língua de Sinais Britânica (*British Sign Language – BSL*) sobre sua tese da colonização dos surdos. O uso da metáfora, para Ladd (2013), é um recurso narrativo utilizado por aqueles que se denominam “Surdos Fortes”. O autor conta sobre o museu da “Surdez” e como internamente é organizada a exposição que configura as paisagens e os personagens que representam a história dos surdos, porém narrada pela visão clínico-terapêutica de raízes iluministas e aspirações positivistas.

Ladd (2013) descreve que a entrada no museu possui um letreiro denominado “Surdez”³⁴. A sala principal é repleta de diversos tipos de aparelhos, feitos científicos em combate à deficiência auditiva, quadros de professores ouvintes, aparelhos auditivos, instrumentos cirúrgicos para a surdez, imagens de médicos doutores reconhecidos, oralistas

³⁴ Fernandes e Lopes Terceiro (2019) debatem a diferença entre o termo “surdez” (perspectiva clínica) e o termo “surdo” (perspectiva socioantropológica e identitária). Surdez é uma invenção médica que define o surdo em axiologias deficitárias. Entretanto, no campo teórico-discursivo, o termo segue em disputa de ressignificação por parte dos movimentos surdos e acadêmicos dos Estudos Surdos.

que estimulam a fala e fotos de crianças em tratamentos de reabilitação e/ou práticas operatórias. Um cenário de normatização e de afirmação ideológica da cura da surdez – tudo costurado a uma paisagem discursiva, expressa pelos cientistas-médicos do século XVII ao século XX, além da presença de personalidades crédulas na ciência, assinado pelo “Futuro”, que, conforme Ladd (2013, p. 2), representa o desejo moderno e positivista que se instala pelo “[...] projeto do genoma humano, ilustrando as mutações genéticas da surdez até sua remoção, pela honra daqueles doutores, em não muito distantes décadas”.

Dentro das relíquias históricas, segundo Ladd (2013), alertado por seus companheiros surdos, ele identificou a porta de um anexo ao fundo da sala, uma divisão escondida no museu, cujas narrativas confrontavam e colocavam em disputa a ilustre simbologia técnica e científica da sala principal. Nesse anexo, havia um amontoado de quadros empoeirados, com figuras diferentes daquelas encontradas anteriormente na entrada do museu “Surdez”. Eram quadros que “[...] falavam de comunidades de todo o mundo que vivenciavam a alegria da sua existência coletiva, um orgulho desafiador das suas línguas gestuais³⁵”, e, ainda, o deslumbramento dessas comunidades em verem, nas futuras gerações, em especial nas criancinhas, a “[...] reprodução dos seus pensamentos e sentimentos através das mãos” (LADD, 2013, p. 3). Nesse anexo, de acordo com Ladd (2013), diferentes paisagens eram retratadas, como: o prestígio das línguas de sinais na corte otomana; os surdos cooperando na Revolução Francesa; a Rainha Victória sinalizando com seus empregados surdos; as sociedades do México na Ilha de Martha’s Vineyard; tanto o povo Beduíno quanto o de Bali utilizavam a língua de sinais (LADD, 2013).

Deslumbrado com o que viu, a proposta metafórica de Ladd (2013, p. 5) inverteu, então, o que, a princípio, era colocado como “anexo” do edifício, transformando-o em entrada principal, a qual mostrava uma história narrada pelas pessoas surdas, suas memórias e suas ações. Desse modo, renega o espaço antes visitado, denominando-o como “exposição de objetos antigos”, pertencentes a um grupo (ouvinte) que procurava “refazer a pessoa surda à sua imagem” (LADD, 2013, p. 5). Assim, a antiga entrada pomposa dos símbolos que representam a colonização das pessoas surdas se torna tão somente um anexo com objetos pertencentes a “tribos de médicos” (LADD, 2013, p. 5).

Ladd (2013) aponta que esse anexo, então escondido e em disputa, retrata a alegria surda de viver, e não a tristeza e o sentimento de falta apregoado na sala anterior pelos curadores pró-reabilitação da surdez. Ladd (2013) propõe a mudança da entrada no edifício do

³⁵ Pesquisadores usam o termo “língua de sinais” referente às línguas de modalidade visuoespacial. Contudo, a tradução que utilizamos do livro, Português europeu, optou pelo termo de “línguas gestuais”.

museu não mais pela porta da “Surdez”, mas pelo então anexo escondido, com um letreiro fixado, cujas palavras são “Cultura Surda”. E quanto à velha entrada do edifício denominada de “Surdez”? Ladd (2013, p. 5) sugere a mudança do letreiro para “Relíquias Coloniais”.

Rompendo com amarras colonizadoras, Ladd (2013) caracteriza a busca de constituir-se por meio da experiência surda como a busca pelo *Deafhood*³⁶ – Surdidade. O autor compreende a Surdidade como uma possibilidade narrativa para a diversidade surda e o encontro das demais narrativas que a interpelam. Para ele, o conceito pode ser visto como um processo, já que a experiência surda não é um estado finito, mas movediço, configurando diferentes formas surdas de “ser-no-mundo”. Segundo Ladd (2013), não existe um estágio final para chegar-se à identidade surda, mas, sim, uma diversidade de conjuntos que podem afetar a construção dessa identidade, como nação, tempo histórico e classe.

Para o pesquisador Francisco Martins Lopes Terceiro (2018, p. 47), o conceito de *Deafhood* pode ser entendido como “[...] um processo que possibilita a descolonização do corpo Surdo, permitindo a tomada de consciência do longo [...] processo histórico de opressão e colonização que muitos surdos viveram e a descoberta de uma nova identidade cultural”. Para Fernandes e Lopes Terceiro (2019, p. 10), a metáfora narrada por Ladd “[...] nos introduz a pensar na primeira grande síntese epistemológica” produzida em sua obra, já que o autor busca problematizar “[...] os valores e [as] práticas que contrapõem ideologicamente os modelos clínico-terapêutico da surdez” (FERNANDES; LOPES TERCEIRO, 2019, p. 10).

As contranarrativas que operam para desfazer o bloco teórico produzido pela medicina e o oralismo faz emergir uma diversidade de pesquisadores/as surdos/as e pesquisadores/as ouvintes aliados/as que contribuem para um resgate das heranças culturais surdas e do valor da língua de sinais. Em especial, pesquisadores/as surdos/as ocupam um lugar que Rezende Junior e Pinto (2007) denominam como pesquisador sujeito-objeto, que o autor e a autora consideram como soldado em luta e não repórter que narra a guerra, mesmo presente nos territórios de combate. São pesquisadores/as que vivenciam as dores diárias das comunidades surdas e não são meramente plateia. É nesse sentido que, para o autor e a autora, se constitui evidentemente uma costura da intelectualidade específica surda, por meio de

³⁶ No Português europeu, *Deafhood* é traduzido como surdidade. No Brasil, as pesquisas da primeira doutora surda brasileira, Gladis Perlin, aborda o tema pela lente do conceito “Ser Surdo”. Linhares (2019), ao refletir sobre o conceito na articulação entre Estudos Surdos e Tradutologia, adere ao termo “Surditude”. Fernandes e Lopes Terceiro (2019) preferem utilizar o termo em inglês *Deafhood*, por sentirem que a tradução lusitana não é suficiente para todo o sentido do conceito.

pesquisadores/as, com a forma profunda dos saberes surdos e da formação de suas identidades pouco observadas ao longo da história.

Seguindo as leituras de Fernandes e Lopes Terceiro (2019, p. 10), podemos observar, a partir de Ladd, que a construção histórica, desde os séculos XV e XVI, pelo poder colonizador ouvintista é produzida na cosmovisão europeia, que localiza os surdos como sujeitos a serem normalizados com as “[...] mesmas estratégias de violência simbólica e institucional para destruir culturas minoritárias como a dos povos africanos, indígenas e outras minorias étnicas”. Essa reflexão é também exposta por Santos (2006, p. 20), quando afirma que “[...] durante muito tempo, o colonialismo deixou marcas profundas nos discursos relativos aos surdos”, que, como consequência, influenciou “[...] a organização escolar e a formação de professores e educadores”, delineando “[...] suas práticas a partir da visão ouvintista”.

Lane (1992, p. 22), autor norte-americano, estabelece que, no “[...] estereótipo do ouvinte, a surdez representa a falta a não presença de algo”, o que produz a medicalização da comunidade surda, em outras palavras, a necessidade de práticas de correções. Lane (1992) faz uma aproximação entre a colonização dos povos Africanos e das Comunidades Surdas. Nesse sentido, o autor realiza uma análise da experiência com surdos e ouvintes da África Central, da República do Burundi. Isso lhe permite cotejar comparações com a colonização e a opressão das comunidades surdas. Lane (1992, p. 44) tenta responder a duas questões por meio de documentos literários: “que espécie de pessoa é uma burundesa?” e “que espécie de pessoa é um surdo?”. As respostas não são simples, visto que elas são apresentadas pelas representações de relações com africanos e com a comunidade surda que partem das reflexões da observação de um norte-americano, homem branco e ouvinte, que analisa documentos de congressos e de prescrições de médicos e pesquisadores que comentam as características de surdos e burandeses.

A sociedade burundesa, conforme Lane (1992), possuía um sistema de hierarquia totalmente diferente dos seus colonizadores belgas. Na arrogância de impor conhecimento ao desconhecido e na busca de pôr esse conhecimento para servir a si próprio, os colonizadores belgas escreveram inquietantes descrições sobre os burundeses. Na mesma lógica, os médicos ouvintes descreveram e operaram incansavelmente os corpos surdos. Lane (1992) reúne, assim, um quadro síntese de características descritas por governantes europeus que registravam informações sobre burandeses e outros países da África. Nas categorias **Social**, **Cognitiva**, **Comportamental** e **Emocional** são descritos adjetivos como: “bárbaros”,

“sanguinários”, “ignorantes”, “sem imaginação”, “animalesco”, “infantil”, “instável” e “feroz”, entre muitos outros termos.

Ao observar essa produção discursiva, Lane (1992, p. 45) lembra o que “[...] os especialistas ouvintes têm frequentemente afirmado sobre os surdos” e, nas mesmas categorias usadas para os burandeses, ele destaca termos utilizados na narrativa audista³⁷, contida na literatura da psicologia do surdo, produzida por médicos especialistas ouvintes que forneceram essas descrições em manuais e jornais profissionais, resultado de 20 anos de investigação psicométrica. Os adjetivos descritos são: “a-social”, “consciência fraca”, “raciocínio estreito”, “linguagem pobre”, “lento”, “agressivo”, “imaturo” e “explosivo”, entre outros.

Na análise de Lane (1992, p. 42), a lista de adjetivos é totalmente negativa e, para os olhares clínicos psicológicos: “Africanos e surdos parecem ter mais um aspecto em comum: são incompetentes nos aspectos social, comportamental e emocional”. Em uma síntese, pela semelhança descritiva, ou todo surdo é burandes ou todos os burandeses são surdos.

Lane (1992) discute a máscara da benevolência dos discursos assistencialista e clínico sobre a surdez, ao denunciar o paternalismo de profissionais ouvintes sobre as pessoas surdas. Ele aproxima o mesmo comportamento paternal dos colonizadores da África, um paternalismo que tem a tarefa de civilizar seu colonizado. Para o autor, esses resultados não criam apenas estereótipos, mas se movem pelos interesses próprios de quem coloniza e de seu monopólio, seja econômico ou discursivo. A colonização, como um processo de nomeação do outro, é uma estratégia metodológica comum do colonialismo branco europeu.

Na contranarrativa do discurso colonizador sobre os corpos surdos, a própria alteridade surda é narrada por ativistas e pesquisadores surdos na insurgência do campo dos Estudos Surdos. Os movimentos surdos denunciam as metanarrativas clínico-terapêuticas e encontram espaço de posicionamento de suas ideias em algumas perspectivas acadêmicas³⁸. Skliar (1999, 2013) aponta para os discursos clínicos sobre as pessoas surdas assim como para a característica normalizante da Educação Especial na Educação de Surdos. Em uma significativa produção teórica, o autor problematiza o campo narrativo em que foram constituídas as teorias normativas para descrever as pessoas surdas, assim como críticas

³⁷ Fernandes e Lopes Terceiro (2019, p. 12) definem que, em síntese, o audismo é uma forma de colonialismo, cujas práticas são institucionalizadas “[...] nas famílias, nas escolas, nas terapias, nos modos da invenção da surdez como uma falta, desde meado dos séculos XIX e ao longo de todo o século XX”.

³⁸ Em especial, os Estudos Culturais serviram como terreno fértil para as pesquisas que enquadram a comunidade surda em perspectivas antropológicas, culturalistas e sócio-históricas, inaugurando o campo de pesquisa denominado Estudos Surdos. Em 1960, alguns dos Estudos Linguísticos da língua de sinais começaram a reverberar com autores como Stokoe, reconhecido como pai da linguística das línguas de sinais.

relacionadas aos modelos educacionais que se fundem em um objetivo único de normalização dos corpos surdos, seja na Educação Especial e sua lógica de reabilitação, seja na escola inclusiva, que insere sujeitos em um único espaço sem modificar a cultura e os currículos do ambiente educativo.

Fernandes (2011) observa as narrativas históricas sobre as filosofias que atravessam a Educação de Surdos e a negação da língua de sinais e a história de resistência do movimento surdo. A Escola Bilíngue para Surdos é a principal bandeira defendida pela comunidade surda desde o final do século XX, já que o contato surdo-surdo e o modelo educacional na sua língua de cultura e acesso³⁹ da comunidade surda são defendidos por uma grande parcela das pessoas surdas em todo o mundo.

Rezende (2012) denuncia os discursos médicos que continuam a capturar corpos surdos, pelo dispositivo de poder da instituição médica. Aciona-se a tecnologia do implante coclear como reabilitador da surdez, que se insere em políticas públicas que servem de oferta opcional para a solução do problema surdez⁴⁰, produzindo violência na manutenção das comunidades surdas e a produção de uma educação pautada na língua de sinais e na potencialidade da expansão de epistemes surdas.

Nesse sentido, apoiamo-nos na perspectiva socioantropológica, a qual contempla as formas surdas de viver, a língua de sinais, as culturas surdas e as identidades surdas, para encadarmos a temática dos Direitos Humanos na literatura surda por meio de narrativas de tradutores intérpretes de Libras. Tomamos a surdez como diferença política (DALCIN, 2005; FERNANDES, 2003, 2011; LOPES TERCEIRO, 2018; PERLIN, 2003; REZENDE, 2012; SANTOS, 2019; SKLIAR, 1999, 2013) e relacionamos nossa discussão a aspirações críticas pós-coloniais, em busca de narrativas que entram pelos anexos dos museus que nos contam outras verdades históricas, aquelas empilhadas em depósitos esquecidos.

O conceito de colonialismo pode ser observado em amplo debate crítico anticolonialista no século XIX com as discussões do poeta martinicano Aimé Césaire (2020), que reflete sobre o racismo europeu e a colonização dos povos africanos e sua diáspora

³⁹ Língua de acesso, pensando como Sueli Fernandes que, em suas aulas, nomeia Libras como língua de cultura da comunidade surda.

⁴⁰ Há uma defesa de que a escola bilíngue para surdos promove segregacionismo e uma espécie de “gueto” linguístico. Além disso, há discursos pró-oralização e normalização de surdos, que, embora não tenham mobilizações de apoio entre surdos sinalizantes, representam tensionamentos internos. Surdos sinalizantes consideram a experiência de surdos oralizados ou de pessoas com deficiência auditiva, reconhecendo-os como surdos, mas não acreditam que o caminho das técnicas de normalização e de inclusão sejam mais eficazes como costumam a crer defensores da oralização. São caminhos tecnoideológicos existentes, mas não retiram a experiência da surdez e toda a potencialidade das línguas de sinais. É reconhecer-se como surdo sem a obrigação de seguir um modelo ideal ouvinte. É um ponto de vista linguístico-cultural e político.

forçada. Césaire (2020) identifica a seguinte equação: “colonização = coisificação”. Ao identificar essa síntese de relação, em um recorte sobre a colonização dos povos africanos e seu impacto na constituição dos sujeitos negros, o autor debulha a violência desse encontro e a sua branda forma de produzir silenciamentos. Segundo Césaire (2020, p. 38), “[...] façam a máquina do esquecimento funcionar”. É a história do anexo, dos porões.

Para Césaire (2020, p. 67), o apagamento pelo discurso é mais uma camada da colonização, quando o “[...] Ocidente proclama que inventou a ciência [...]” e que “[...] somente o Ocidente sabe pensar”. O poeta relembra-se de “fatos menores que resistem” na história como os conhecimentos que foram tomados de assalto do continente Africano⁴¹. É um eco da lembrança, latente, pulsante, abafado.

Césaire (2020) não deixa esquecer o que o Ocidente insiste em omitir: um conjunto de saberes que são formulados fora da lógica do homem branco europeu. Assim, o discurso do coletivo que se formula, segundo Césaire (2020), pode ser compreendido pela chave conceitual cunhado pelo autor: **Negritude**, que se constitui por uma narrativa da história, das dores, das conquistas e das vivências dos povos africanos em todo o mundo. Para Césaire (2020), a **Negritude** é uma missão de germinação, “[...] plantar nossa negritude como uma bela árvore, até que ela dê seus frutos mais autênticos⁴²” (CESÁIRE, 2020, p. 93).

Essa construção de identidade positiva busca reverter um longo processo histórico, o qual, como apontamos, constitui as pessoas negras, dentro de uma estrutura de significantes depreciativos, que irá tomar para si a descrição do seu corpo, sua língua, sua cultura, sua arte, seu território, seus gestos e seus modos. Akotirene (2020) lembra-nos que a colonização deixou como herança traumas psíquicos, perdas de significados espirituais, linguísticos e cosmológicos, provocando a marginalização de epistemes locais de povos do continente africano. Assim, estratégias simbólicas ativadas pelo conceito de Negritude permitem a retomada de uma criação discursiva antes interrompida, em que se deposita (mesmo com críticas contundentes ao essencialismo e ao universalismo do conceito, como debatido por Fanon (2008), o amor à ancestralidade e aos seus saberes, a denúncia da violência histórica e a constituição de uma representação positiva.

Conforme bell hooks (2019a), o campo das representações permanece como um lugar de luta, em que a internalização dos valores da supremacia branca formula um modo de olhar e ver o mundo. Ainda para a autora, há um deslocamento do objeto para sujeito na luta para

⁴¹ Edward W. Said (2011), em *Cultura e Imperialismo*, também comenta sobre a pilhagem epistêmica europeia dos povos colonizados.

⁴² O termo “negritude” foi cunhado por Césaire, em 1935 na terceira edição de *L'Étudiant noir*, no artigo “*Nègreries: Conscience raciale e révolution sociale*” (CAMPOS, 2020).

acabar com a dominação, produzindo um discurso caracterizado pela oposição e resistência. Esse ato discursivo da representação é, para hooks (2019a, p. 38-39), um romper com o lugar histórico do silenciamento imposto para grupos oprimidos, uma vez que a “[...] transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento”.

hooks (2019b) explicita a importância de grupos oprimidos encontrarem sua voz, seu espaço de representação para a luta de libertação. A autora cita a poesia como um canal de busca por um lugar de voz, de compartilhar conhecimentos com seus pares, incitando outros a se rebelarem e procurarem seu espaço de fala. A busca por representação entra na arena de luta por espaços e pela disseminação de ideias, de discursos e de uma miríade de possíveis usos da linguagem em prol da reivindicação por direitos e justiça social.

Stuart Hall (2018) alerta que os discursos eurocêntricos permanecem vivos, na mídia, na cultura de massa, reciclando a história colonialista nos discursos contemporâneos. O autor contribui para pensar o conceito de representação e deixa evidente que os significados nas relações sociais só podem ser representados na fala e na linguagem. O significado e a representação são sempre carregados de lutas ideológicas e/ou teóricas que tentam estabelecer uma população ou grupo, descrevê-las e classificá-las em categorias.

Para Césaire, a *Nègreries* (Negritude) e, para Ladd, o *Deafhood* (Surdidade) resguardam todas as suas diferenças. São propostas de uma leitura histórica que inverte e modifica o letreiro que apresenta a história de grupos subalternizados, minorizados e estigmatizados pelo “saber” branco ouvinte europeu e a ciência moderna. Sem dúvida, os conceitos possuem as suas diferenças, pois a colonização das pessoas surdas segue processos diferentes, uma vez que as técnicas de colonização não foram territoriais e nem remontam a objetificação dos corpos surdos como mercadoria e desumanização.

Os surdos foram objetificados pela medicina europeia, porém em uma curiosidade que visava, na sua indolência, a uma cura da terrível condição de ser surdo. Ao contrário do negro, o surdo é um sujeito passivo de recuperação. Nas suas condições, é um ser diferente do Não-Ser do negro, conforme discute Franz Fanon (2008). Dispositivos foram formulados para a construção de um discurso e de técnicas de saberes sobre a deficiência e a surdez. O que se assemelha, portanto, não são as formas coloniais, mas o desejo de resistência a uma posse, um domínio, um discurso e uma sujeição. São dores completamente diferentes na história, mas que se ligam em suas ações de resistência e de produção de contradiscurso. São produzidos discursivamente na raiz das verdades científicas do século XVI ao XIX, e utilizam-se dessas

verdades para contra-atacar o acúmulo de violências e para se produzir um outro explorável e maleficamente possível de descrição.

Nesta seção, debatemos sobre os discursos produzidos sobre os corpos surdos e como esses discursos não são isolados, pois partem de uma teia histórica de produção de sujeitos pela modernidade. Articulamos a colonização das comunidades surdas com a colonização de povos africanos, resguardando suas diferenças, mas ressaltamos as semelhanças nas práticas de classificar e nomear os sujeitos da colonização.

2.4 MOVIMENTO SURDO, INTÉRPRETES E (DES)COLONIZAÇÃO

Apontamos, na seção anterior, uma leitura anacrônica sobre o conceito de movimentos sociais. Desdobramos dois exemplos de insurreição que confrontam o pensamento social de um período histórico. Observamos como a Revolução Haitiana subvertia e ampliava os ideais da Revolução Francesa assim como ecoava suas ações para outros continentes.

Na seção *Narrativas sobre os corpos surdos: notas coloniais*, mostramos como Paddy Ladd busca rememorar os movimentos surdos ao longo da história em suas diversas configurações. Comentamos como está imbricada a relação de intérpretes nas tramas históricas da colonização (território, narrativas, discursos). Nesta seção, abordamos a relação intérpretes e colonização e contextualizamos o movimento surdo brasileiro (que podemos considerar como um movimento social) dentro desse panorama que justapõe a figura do intérprete na cadeia histórica da relação de colonização ou, então, entre agências em movimentos sociais. Ao tomarmos a colocação de Carrascosa (2017), Laguna (2015) e Zaidan e Baker (2019), enfatizamos o reconhecimento de que a existência de mediadores de comunicação – intérpretes – sempre existiu e esteve envolta em conflitos históricos que se armavam e armam no rizoma da história.

O projeto “Traduzindo o Atlântico Negro: Cartas Náuticas Afrodiaspórica para Travessias Literárias”⁴³ (CARRASCOSA, 2017) propõe uma travessia que retira a tradução apenas dos espaços estritamente mais linguísticos e amplificam o seu papel em uma leitura mais holística. Segundo Farani *et al.* (2017, p. 21): “Falamos mais amplamente das demandas de tradução epistemológicas entre saberes do passado e do presente, entre espaços e culturas, nos jogos de reversão de poderes vinculados aos saberes que estruturam as paisagens e abrem e fecham as passagens sociais”.

⁴³ “Traduzindo o Atlântico Negro” é um projeto de pesquisa coordenado pela Prof.^a Dr.^a Denise Carrascosa, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que liga os Estudos da Tradução aos Estudos Afrodiaspóricos.

Isso implica, necessariamente, uma visão que enquadra a tradução e o/a tradutor/a em um outro prisma a ser pensado: a tradução como um processo instalado nas relações sociais e produtora de discursos e sentidos, assim como o tradutor como agente responsável por suas escolhas. Para Carrascosa (2017), é o agenciamento de formas de produzir narrativas, valores e sujeitos. É entender que “[...] o tempo-espaço da linguagem é a arena de luta” (CARRASCOSA, 2020, p. 65).

Na mesma perspectiva, Luciana Reis (2017, p. 93) afirma que “[...] a prática tradutória está intrinsecamente relacionada à noção de memória coletiva de um povo”, o que faz dela – a tradução – também um instrumento de dominação. Nessa linha, Reis (2017), comungando com a escritora Conceição Evaristo⁴⁴, cunha o conceito de tradução escreviente, que se refere à experiência tradutória como memória, experiência corporificada e processo de cura.

Reis (2017) e Carrascosa (2017) reconhecem o lugar de encruzilhada da tradução e do tradutor, um espaço de fluidez em zonas significantes, de deslizamento, de movência e de dobradiça. Carrascosa (2017) debate que a tradução é um ato político, e o sujeito que traduz não atua apenas com o efeito do discurso, mas como também função do discurso, o que impacta diretamente em traduções de textos afrodiaspóricos, pois quem traduz precisa estar “[...] afetado pelo vetor de força afrodiaspórica em sua experiência subjetiva” (CARRASCOSA, 2017, p. 72).

Para pensar a presença de intérpretes de Libras ao longo da história e sua atuação dentro de uma agenda política e ideológica, recorreremos à pesquisa de Laguna (2015), que trabalha com documentos de acervo do Instituto Nacional de Educação de Surdos (fundado em 1857), com narrativas dos “repetidores de classe”, atualmente “intérprete de Libras”. Seus arquivos rastreiam a atuação desses agentes no período de 1855 a 1910.

No contexto dos Estudos Surdos, Laguna (2015) observa que, no Brasil, a figura do repetidor é como um sujeito que antecede a concepção de Tradutor Intérprete de Língua de

⁴⁴ A literatura de Conceição Evaristo é um divisor de águas, ao narrar, com sua legitimidade de mulher negra, sobre suas histórias, vivências e dores. A partir de sua ferramenta teórica de “escrevivência”, Conceição utiliza-se da ficção para escancarar a brutalidade da realidade das pessoas que se encontram em situações periféricas. A contribuição da autora também fomenta uma narrativa de empoderamento das pessoas negras, reescrevendo a textualidade que historicamente foi empregada aos negros para descrever suas personalidades, em especial a mulher negra que tem sua condição humana invisibilizada ou estereotipada como animalesca, hipersexualizada. Conceição usa a palavra para localizar o empoderamento de suas personagens, mulheres negras, que, apesar da violência e das situações de precariedade, carregam consigo a qualidade da força e da perseverança. A mulher negra, assim, não é retratada sob a óptica do homem branco, mas sob a licença da realidade que sempre foi apagada em detrimento de uma fantasia social desejante da branquitude. O *lôcus* da escrevivência é a própria realidade.

Sinais (TILS). Laguna (2015) apresenta-nos os discursos sobre os repetidores que foram o cerne da atual categoria de TILS.

As vontades de verdades sobre a educação de surdos entre 1855-1990 e as disputas internas impactavam na produção do lugar do repetidor em documentos públicos e seus discursos sobre eles. As orientações oralistas do Congresso de Milão de 1880 infiltraram-se na atuação desses profissionais, desde os métodos de *Linguagem Articulada e Leitura sobre os Lábios, Linguagem Escrita mediada pelos sinais e a datilologia* até o trabalho com a *Língua de Sinais* (LAGUNA, 2015), além das narrativas de ordem moral da época, como a necessidade de boa índole e de bons costumes. Circulavam, assim, discursos profissionais e jurídicos analisados pela autora.

Sobre os corpos dos trabalhadores repetidores, perpassavam, também, as ideologias educacionais de 1892, que visavam a uma educação popular com vistas ao desenvolvimento industrial, de matriz estritamente técnica que objetivava uma formação de surdos trabalhadores (LAGUNA, 2015). A autora ressalta que “[...] os intérpretes foram testemunhas e participantes da história do movimento surdo” (LAGUNA, 2015, p. 41). Ao retomar trabalhos sobre a identidade desse profissional, a autora declara que sua constituição acontece a partir dos movimentos surdos. Segundo a autora: “Na invenção do sujeito surdo, inventou-se também o sujeito TILS” (LAGUNA, 2015, p. 88).

Podemos inferir, então, que intérpretes de Libras sempre estiveram presentes nas comunidades surdas, mesmo que haja poucas menções a esse sujeito. Ainda temos de levar em consideração que a própria subjugação histórica das comunidades surdas anulou um reconhecimento dos que mediavam comunicações em língua de sinais. Assim, ao abrirmos nosso debate sobre o movimento surdo, buscamos compreendê-lo não em uma romantização dos períodos históricos bem delimitados, mas no sentido de observar que o movimento surdo e os intérpretes de língua de sinais se movem nas tramas históricas em que se localizam. São atravessados pelas ideologias, pelos métodos, pelas decisões políticas e pelos acontecimentos que incidem em suas práticas.

Após a Segunda Guerra Mundial (1940-1945) e com a criação de órgãos supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), podemos apontar que a revolução de 1960, que eclodiu nos Estados Unidos da América (EUA), foi um importante marco de mudanças que iriam suceder sob a pressão de coletivos organizados em movimentos sociais. O movimento surdo norte-americano, na esteira dessas mobilizações, pautou a língua de sinais como direito fundamental para a educação e a manutenção das comunidades surdas. Fernandes (2011, p. 54) coloca que a organização política do movimento surdo integrou,

naquele período, “[...] as denominadas minorias étnicas e culturais”, as quais objetivavam o reconhecimento de suas diferenças de forma política.

Fábio Brito (2013) faz um debate sobre o movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais. Na contextualização do seu debate, o autor retrata o cenário do movimento surdo dos EUA e localiza tais insurgências no contexto dos movimentos dos direitos civis, das manifestações dos movimentos negros, “[...] que reuniram milhares de pessoas nas décadas de 1950 e 1960 [e] conferiu um simbolismo ainda maior aos protestos liderados pelos estudantes universitários surdos” (BRITO, 2013, p. 20). Isso porque convergiu tais mobilizações em um momento crucial para estudantes surdos da Gallaudet que reivindicavam a nomeação inédita de um reitor surdo para a universidade que historicamente foi dirigida por ouvintes.

Brito (2013) observa, nas passagens sobre a mobilização, a presença de intérpretes de Língua de Sinais Americana (ASL) que voluntariamente apoiaram e interpretaram os discursos dos ativistas surdos para minoria do público ouvinte, como jornalistas que acompanhavam a mobilização. O autor contextualiza que, no Brasil, apenas após o restabelecimento da democracia, “[...] depois de 21 anos de regime ditatorial militar”, é que se iniciou uma importante “[...] relação do Estado brasileiro com as pessoas surdas e as organizações de surdos, entre tantas outras entidades de e para pessoas com deficiência” (BRITO, 2013, p. 86). Os movimentos ocorridos em 1960, nos EUA, refletiram de forma mais branda, no Brasil, apenas 20 anos depois. Conforme Brito (2013), tal acontecimento se realizou apenas na redemocratização do Brasil.

Para o autor, na pós-ditadura, várias mudanças puderam ser observadas do ponto de vista de uma reestruturação de órgãos públicos responsáveis pela “formulação”, “implementação” e/ou “[...] acompanhamento de políticas orientadas para pessoas com deficiência [...]” além da “[...] abertura de instâncias de representação política de entidades desse segmento social nos vários níveis do aparelho estatal” (BRITO, 2013, p. 87). O autor ainda reitera que a derivação do movimento surdo no Brasil “[...] pode ser descrito como um produto derivado originalmente do movimento das pessoas com deficiência” (BRITO, 2013, p. 87).

Ao trabalhar com documentos e narrativas de intelectuais, lideranças e ativistas surdas/os que participaram de mobilizações, por meio de grupos e da organização de surdos (como as associações de surdos), Brito (2013) descreve de que forma os ativistas surdos promoveram um movimento entre 1990-2000, o qual conduziu a oficialização da Libras, sendo essa a principal bandeira durante esse recorte temporal.

Ao retomar a trajetória histórica da luta dos movimentos surdos pelo reconhecimento dos seus direitos, Jung (2011) apresenta um aparato das instituições políticas, internacionais e nacionais, que buscam representar as demandas das Comunidades Surdas, como a Federação Mundial dos Surdos, que tem “reconhecimento mundial” e presença representativa em outras entidades no âmbito internacional, como a ONU, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Jung (2011) ainda cita o documento da *International Disability Alliance* (IDA), entidade de representatividade mundial junto à ONU, que teve como objetivo reafirmar pontos sobre os Direitos Humanos e linguísticos dos surdos.

Essas instituições marcam uma importante rede de produção discursiva acerca dos direitos das pessoas surdas. No Brasil, organizações como a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis), fundada em 1987, e, posteriormente, a Federação Brasileira de Tradutores-Intérpretes e Guia-intérpretes de Libras (Febrapils), fundada em 2008, tornam-se os principais atores para a mobilização da comunidade surda e da categoria de intérpretes em pleito com entidades governamentais, com o objetivo de garantir direitos civis e linguísticos, assim como regularizar a profissão de intérprete de Libras por meio da Lei Nº 12.319, de 1 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010).

Rodrigues e Vieira-Machado (2019, p. 4) contextualizam que, em 2001, “[...] os surdos fazem manifestação em frente ao Palácio do Planalto” para reivindicar “[...] que o surdo seja compreendido e acolhido a partir de sua diferença cultural e linguística”. Em 2002, o movimento surdo brasileiro conquistou o reconhecimento de suas línguas pela Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002). Thoma e Klein (2010, p. 109) comentam que as “[...] articulações entre movimentos surdos e universidades [...]” foi o “[...] fator potencializador para uma virada epistemológica no campo educacional, social, cultural e político dos surdos no Brasil”. Da mesma forma, Monteiro (2006, p. 293) também destaca os movimentos dos intérpretes de Libras, paralelamente ao movimento dos Surdos, em prol do reconhecimento da Libras.

Rodrigues e Vieira-Machado (2019, p. 6), ao tratarem sobre o movimento surdo, colocam que uma questão específica está associada a “[...] questões maiores como direitos humanos”. Para os autores, o movimento surdo resistiu mediante a sua possibilidade de reinvenção e sua existência nas práticas de transformação social. Thoma e Klein (2010, p. 112) explicitam que as lideranças surdas “[...] entendem que o momento histórico, as configurações políticas, sociais e culturais interferem nas pautas e nas possibilidades de articulação do povo surdo”.

Brito (2013, p. 9) analisa que, na latência dos movimentos sociais, produziu-se uma ideologia que “conferiu sentido às suas ações”, o que levou a comunidade a experimentar “[...] novos modelos culturais e partilharem uma identidade coletiva ligada ao uso da Libras”. Assim, suas reivindicações por direitos manifestaram-se publicamente, por meio de “[...] passeatas e entregas de petições às autoridades públicas” (BRITO, 2013, p. 9).

Santos (2006, p. 21) coloca que as organizações sociais dos movimentos surdos são “[...] pertencentes ao seu legado cultural, agregando elementos como a língua, a cultura, a resistência política entre outros aspectos relevantes”. Os movimentos surdos atravessam deslocamentos políticos (SANTOS, 2006)⁴⁵, institucionalizando os seus discursos para pleitear seus direitos e suas posições em entidades representativas.

A Lei de Libras permitiu significativos avanços para a comunidade surda, podendo citar, como exemplo, a criação dos cursos de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Letras Libras; a inserção da disciplina de Libras como obrigatória nas Licenciaturas e no curso de Fonoaudiologia; os concursos públicos para professores de Libras de carreira acadêmica e concurso público para tradutores intérpretes de Libras nas instituições federais de Ensino Superior.

Além da organização institucional dos movimentos surdos, estes também se mobilizam por meio das redes sociais. Rodrigues e Vieira-Machado (2019, p. 6) observam que “[...] os novos espaços mediados pela tecnologia também se tornaram espaços para discussão e mobilização da comunidade surda”. Um importante movimento que podemos exemplificar da organização surda via redes sociais é a forte mobilização nacional presencial em Brasília – movimento em defesa da escola bilíngue para surdos em 2011, que se consolidou como uma das mais importantes da história do movimento surdo brasileiro. As autoras, pesquisadoras e ativistas surdas Ana Regina Campello e Patricia Rezende (2014), contam que, durante a Conferência Nacional de Educação (Conae) 2010, as propostas de lideranças surdas delegadas foram rejeitadas. Foi produzido um documento que serviu de base para o Plano Nacional de Educação (PNE), que abriria margem para um grande retrocesso na educação de surdos.

Campello e Rezende (2014) explicam que a exclusão das propostas surdas do Conae 2010 ocorreu devido a um forte *lobby* dos grupos inclusivistas (da mesma perspectiva do governo), que interpretavam as escolas bilíngues de surdos como segregacionistas, tendo o

⁴⁵ Santos (2006) entende deslocamentos políticos dos movimentos surdos as ações organizadas como a Federação Mundial de Surdos, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, as Associações de surdos, as Confederações esportivas de surdos, entre outros movimentos.

apoio da própria Secretária de Educação Especial. Não sendo o bastante, a então Diretora de Políticas de Educação Especial, Martinha Claret, foi até o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), uma instituição representativa da história dos/as surdos/as brasileiros/as, para informar aos professores, aos alunos e aos pais que o Colégio de Aplicação do Ines seria fechado no final do ano de 2011 (CAMPELLO; REZENDE, 2014).

Conforme as autoras, essa situação provocou uma reação de toda a comunidade escolar do Ines. Uma das lideranças surdas da época, Nelson Pimenta, professor efetivo da instituição, postou um vídeo estagnado e enfurecido pedindo o apoio da comunidade surda para que o colégio não fosse fechado. O vídeo causou uma comoção e mobilização histórica dos/as surdos/as brasileiros/as, que se organizaram com a ajuda da Feneis e fizeram uma passeata histórica em Brasília. Além disso, um abaixo-assinado foi criado, contendo grande adesão. Ainda, as autoras registraram as produções artísticas surdas produzidas em defesa de suas escolas bilíngues, matérias em jornais e em *sites* de grande circulação.

No mesmo ano de 2011, Campello e Rezende (2014) contam que, em comemoração ao Setembro Azul, mês que se comemora o Dia Mundial da Língua de Sinais, o Dia Mundial do Surdo e o dia Nacional do Surdo, foram organizadas diversas atividades em Seminários Estaduais em Defesa das Escolas Bilíngues para Surdos, realizadas em quase todas as capitais do país. As reivindicações da escola bilíngue para surdos são sustentadas por uma comunidade surda organizada com apoio de ativistas e pesquisadores/as surdo/as, ouvintes e intérpretes de Libras, além de pesquisas basilares sobre a eficiência de escolas bilíngues para surdos e a primazia da Libras como principal língua de instrução e de identificação das comunidades surdas brasileiras.

Ainda como um exemplo de mobilizações do movimento surdo promovido, em especial pela Internet, podemos citar a campanha #ENEMLIBRASJÁ, que uniu milhares de surdos de todo o Brasil em busca do direito de ter a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) aplicada diretamente com tradução em videolibras. A mobilização em redes sociais solicitava a comunidade surda uma manifestação em vídeos sinalizando “ENEMLIBRASJÁ” ou uma foto com o cartaz.

A comissão responsável pela organização desse material recolheu todos os protestos recebidos e encaminhou para o advogado Bruno Meirinho, responsável pelo pedido de garantia dos direitos linguísticos da comunidade surda pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) por meio de tradução da prova em videolibras.

Tendo a experiência de organizar o grupo que trabalhou na campanha, reunimos alguns intérpretes e estudantes de Libras para auxiliar na montagem e na legendagem dos

vídeos (Figura 9). Naquele período, ainda não conseguíamos articular a dimensão de agenciamento que tal postura nos colocava. Contudo, hoje, podemos retratar sobre esse acontecimento a partir da lente do ativismo tradutório, que contribuiu para essa conquista tão importante da comunidade surda.

Figura 9 – Vídeo compilado #ENEMLIBRASJÁ



Fonte: Imagens extraídas do vídeo. Acervo do autor.

As produções das comunidades surdas foram além da campanha virtual. A produção de *charges*, desenhos, poemas e videoarte também circularam nas redes sociais. A criatividade como ferramenta de reivindicação por direitos foi presente na manifestação surda. Junqueira e Lacerda (2019, n.p.), ao observarem o impacto de tal conquista, consideram: “O Enem em Libras representa uma mudança de paradigma na avaliação de pessoas que têm a Libras como primeira língua, configurando um reconhecimento dos direitos linguísticos dessa população”. Tal conquista pode ser observada sob a lente das políticas de tradução, que ampliam o seu horizonte para além do imediatismo da presença dos intérpretes de Libras em espaços de aplicação de provas, o que garante isonomia nas provas do Enem, ao produzir uma prova traduzida em Libras, que assegura maior qualidade, igualdade de acesso e autonomia do candidato surdo.

Nesta seção, apresentamos uma perspectiva sobre interpretação e sua relação com seu contexto histórico e todos os atravessamentos políticos e ideológicos, assim como a participação de intérpretes de Libras nos movimentos surdos e a busca por garantia de direitos linguísticos. Trouxemos as mobilizações das comunidades surdas e suas principais conquistas como movimento social.

3 O CONCEITO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo abordar os conceitos de interpretação e tradução dentro dos Estudos da Tradução, Estudos da Interpretação e dos Estudos da Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais (ETILS). Nosso interesse parte de reconhecermos a necessidade de balizar tais conceitos que podem ter outros contornos devido à modalidade visual espacial da Libras.

Sendo uma pesquisa que se interessa pela perspectiva de tradutores e de intérpretes de Libras que atuam em contextos de literatura surda em Direitos Humanos e injustiças sociais, cabe aqui explicitarmos as perspectivas teóricas que definem as diferenças conceituais entre tradução e interpretação, assim como observarmos como os/as participantes de pesquisa adotam tais terminologias na execução de suas atividades linguísticas e tradutória-interpretativa.

Para abordar tais conceitos, articulamos textos da teoria e da história da tradução, para apresentar, em um primeiro momento, os conceitos de tradução e de interpretação ao longo da história, na Antiguidade, no Medievo e no Renascimento. Como nossa proposta recai dentro dos Estudos da Tradução, é primordial observarmos a formação dessa disciplina acadêmica e os fios históricos que ligam às reflexões oriundas de uma base epistêmica que é forjadamente eurocêntrica.

Importante ressaltarmos que outras histórias da tradução fora do centro europeu ou norte-americano ficaram desabrigadas por muito tempo dentro dos registros e das disciplinas acadêmicas. Assim sendo, há, ainda, poucas iniciativas que se desdobram em constituir a historiografia ou a (arque)genealogia de intérpretes em outros territórios, em especial antes da colonização europeia pelo mundo.

Destacamos que a história da tradução segue em disputa, visto que certas traduções e tradutores/as foram abafados/as, sendo, hoje, alvo de pesquisa. Dennys Silva-Reis (2018), por exemplo, comenta como, no Brasil, a história da tradução negligencia a experiência da tradução negra e indígena, constituindo uma narrativa tradutória protagonizada por homens brancos.

Para colocarmos esse debate em pauta, faz-se necessário trazermos, inicialmente, as discussões históricas oriundas da leitura canônica sobre algumas concepções e exclusões que determinados discursos produziram por questões morais ou elitistas sobre interpretação e outras línguas. Em seguida, indicamos como os ETILS tratam o conceito de tradução e

interpretação, assim como diferenciam seus respectivos processos, levando em consideração a modalidade da língua de sinais, e também sua inventividade e produtividade conceitual para dar conta desses diferentes processos dentro da comunidade surda.

Discutimos, então, a especificidade da tradução em língua de sinais, mediada por tecnologias de vídeo, considerando a relação estreita que a tradução teria com o caráter “performático” de “encenação” ou “oral/corporal” dos tradutores de Libras. Para isso, trazemos, por fim, discussões pós-coloniais dos Estudos da Tradução e o conceito de *performance* nas poéticas orais e sinalizadas.

A importância de recorrermos à história da tradução para refletirmos sobre os usos do conceito de traduzir e interpretar dentro dos ETILS justifica-se pela necessidade de compreendermos as formulações teóricas sobre interpretar e traduzir em diferentes períodos. Ademais, as proposições ideológicas podem iluminar, até os dias atuais, diferentes perspectivas sobre esses conceitos. Isso sem deixar de considerarmos o que Cardozo (2018, p. 2) aponta sobre “[...] os limites e as possibilidades das concepções contemporâneas de história e quais os sentidos contemporâneos conferidos à prática historiográfica”, os quais podem nos aproximar de uma leitura da história como tradução e não como representação fidedigna da realidade.

Para Cardozo (2018, p. 11), hoje, há um significativo número de pesquisas “[...] interessadas em contar histórias de tradutores, histórias de traduções, histórias das práticas tradutórias e histórias do pensamento sobre a tradução”. Nesse sentido, esta pesquisa busca investigar as narrativas de intérpretes e tradutores/as de Libras que atuam com textos literários sobre Direitos Humanos e injustiças sociais, mas, para isso, como alerta Cardozo (2018), é necessário observarmos os limites dos “[...] pressupostos sobre os quais se fundam nosso olhar histórico e historiográfico sobre a tradução” (CARDOZO, 2018, p. 11).

3.1 A TRADUÇÃO EM DESTAQUE NA HISTÓRIA EUROCÊNTRICA E OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Os Estudos da Tradução, embora relativamente recentes na grade das Ciências Humanas, possuem diálogos históricos com pensadores que refletiram sobre a tradução, tanto na Antiguidade quanto no período Medieval e no Renascimento. Conforme abordaremos adiante, a ideia de tradução é muito mais teorizada e bem documentada se comparada ao conceito de interpretação, mesmo sendo a interpretação uma atividade mais antiga que a própria tradução, já que o ato de mediação linguística pela oralidade antecede a escrita.

Romão (1998) explica que há a atividade da interpretação desde que a humanidade começou a fazer o uso da palavra, em contatos comerciais, políticos e diplomáticos entre diferentes povos. Já as traduções, por estarem ligadas ao registro de textos, possuem uma história mais recente, porém mais bem documentada. Mesmo trazendo diversas concepções sobre a tradução e suas rupturas, é possível averiguarmos, a partir dos períodos estudados, que cada época nos revela suas especificidades sobre uma teoria geral da linguagem (FURLAN, 2006).

Furlan (2001) afirma que, no Ocidente, é possível identificarmos a prática de tradução em correspondências oficiais do Estado já no segundo milênio a.C. Segundo Furlan (2001, p. 11), foi a “Septuaginta – a primeira grande tradução (séculos III a.C. – I a.C.) conhecida em nossa cultura, feita do hebraico ao grego”. Foi a partir daí que “[...] vários autores latinos se serviram de modelos gregos, seja como fonte para traduções mais ou menos livres, seja como inspiração para suas (re)criações mais ou menos pessoais” (FURLAN, 2001, p. 11). De acordo com o autor, é possível verificarmos que a primeira época da tradução ocidental passa pela tradução do grego para o latim, traduções que revelam o desejo de ascendência da cultura romana a partir da criação literária e dos conhecimentos científicos de outros povos.

Assim sendo, os romanos tinham maior aproximação com a tradução, mesmo que com suas práticas miméticas de cópia e de recriação, romanizando textos gregos, com ênfase no texto de chegada e não no texto fonte, alterando não só expressões, mas também os conteúdos. Furlan (2001) ainda detalha que, para os romanos, a tradução é vista como a produção de uma réplica, uma cópia, realizada a partir da diferença e do deslocamento, da substituição e da apropriação.

As diferentes percepções sobre o que é tradução na Antiguidade são apresentadas por Furlan (2001), levando em consideração pensadores como Cícero e Horácio, assim como as tentativas de distinguir conceitos como oratória, imitação, tradução e interpretação. O autor também apresenta as formas de tradução nesse período, podendo ser mais técnica ou parafraseada, criativa ou retórica. Furlan (2001) explica que a Antiguidade se baseia na recriação, na imitação de modelos literários e no deslocamento da fonte. O pesquisador, ao trazer o comentário de Cícero, expõe que ele permite inferir que a tradução seria suplantar o original, “[...] reinventar a fonte grega, apropriar-se dela e latinizá-la” (FURLAN, 2006, p. 23).

Ainda, o pesquisador observa que os poucos registros que refletem sobre a prática de tradução, nesse recorte temporal – antes do medievo (séculos III a.C. – I a.C.) – não tinham como finalidade investigar o tema da tradução como objeto propriamente dito, mas, inseridos nos textos, indicava-se a melhor maneira de traduzir, de forma secundária, em textos que

explanavam sobre outros assuntos (FURLAN, 2001). Já no período Medieval, é possível observarmos uma mudança sobre a concepção e a prática da tradução. Furlan (2003, p. 10) comenta que são vários fatores que impulsionaram essas mudanças, mas, em especial, “[...] a progressiva perda da língua grega, o fim do Império Romano (395), e o avanço do cristianismo, aumenta a necessidade real de traduções”.

Com a difusão do cristianismo, no Medieval, a tradução tornou-se mais utilitária e ganhou caráter instrumental com o objetivo sacro, sendo ainda mais literária, perdendo o sentido artístico ou de réplica posta na Antiguidade. Requereu-se, assim, para os textos sagrados, maior literalidade, porém ganhando outros filtros como a glosa, os comentários e as versões intermediárias conhecidas como *enarratio*, cujas interferências praticamente substituíram o texto original, enriquecendo-o, corrigindo-o e variando-o (FURLAN, 2006).

Vale ressaltarmos que os diversos textos traduzidos e retraduzidos com inferências do *enarratio* eram vistos como repositórios fiéis do conteúdo original, por isso a tradução baseada em outra tradução e comentários seria uma prática justificável, já que havia a crença de fidelidade das palavras. Além disso, os pesquisadores modernos não consideram o período do Medieval como produtor de articulações teóricas sobre a tradução, mas como uma interpretação textual carregada de comentários, com objetivos didáticos e moralizantes (FURLAN, 2003). O autor supracitado ressalta que, apenas na Idade Média, com São Jerônimo, temos uma reflexão propriamente dita sobre como se deve traduzir, de forma a elaborar um prescritivo de como traduzir bem.

Esses preceitos influenciaram outros pensadores até meados do século XVIII, ficando a discussão dentro do binário tradução literal ou tradução de sentidos, tradução sacra (dos textos religiosos e a necessidade de sua literalidade) e a tradução profana (de outros textos circulares e de traduções mais livres). Contudo, como é alertado na reflexão de Furlan (2003), em diálogo com Rita Copeland, pesquisadora da literatura medieval, vale atermos que há rupturas entre perspectivas elencadas no Medieval sobre a tradução e que “[...] a compreensão medieval da tradução não é homogênea, nem pequena sua complexidade teórica” (FURLAN, 2003, p. 18).

Furlan (2006) afirma que a passagem da Idade Média para o Renascimento é o momento em que a tradução chegou a sua maioridade e assentou suas bases na tradutologia moderna. O Renascimento, que pode ser considerado um movimento (mais do que um período histórico), foi marcado pela redescoberta dos textos da Antiguidade e uma certa suspeita de que os textos traduzidos no período Medieval possuíam excesso de inventividade no *enarratio* (acréscimos, erros, mudança de sentidos e omissões). As acusações parecem que

vão na contramão do discurso moralizante e enquadrador do “bem traduzir”, que em seu método alterava o texto.

No Renascimento, Furlan (2006) explica que há um amadurecimento de uma nova concepção de traduzir, pois, ao revisitar os textos clássicos gregos da Antiguidade, a busca era pela verdadeira essência do texto. É nesse movimento de ruptura que se constituem os tradutores humanistas do Renascimento.

Ponderamos, aqui, uma colisão com a ideia de uma verdade possível do texto, assim como as aspirações universais sobre um método de se traduzir que parta da estrutura textual eminente no material linguístico. A moldura teórica do sentido e a prática da tradução é ornamentada em consonância com o pensamento puritano sobre a verdade e o esclarecimento, abordado por filósofos, literatos e diversos pensadores do Renascimento. A mesma ideia de verdade da palavra, que revela a sua autoridade pela retórica, também é modelo para epistemes de outros ramos do conhecimento que se formavam na Europa. O esclarecimento, baseado na razão universal, é a mesma matriz que constitui a neutralidade, a clareza, a fidelidade e porque não a “brancura” da tradução.

Furlan (2006), também sobre o Renascimento, atesta que uma das características que é circunscrita nas três épocas – Antiguidade, Medievo e Renascimento – é a perspectiva de que o profissional da tradução deveria dedicar-se ao exercício sistematizado das artes da língua, da retórica e da gramática, tendo como método o trabalho artesanal com as palavras, primeiro individualmente (léxico) e, depois, em grupo (sintaxe). No Medievo e no Renascimento, a palavra como ponto de partida da operação linguística da tradução corresponde à ideia de que as palavras e as coisas eram dependentes uma das outras para sua existência e sua correspondência no mundo, embora as coisas possuíssem propriedade sobre as palavras, por terem sua dignidade e sua existência. Na prática, o trabalho linguístico concentrava-se nas palavras singularmente e nas suas propriedades, na sua pureza e clareza, para, assim, serem unidas na construção do enunciado, sempre controlados.

O que difere o Medievo e do Renascimento, é que o último se voltou ao interesse pelos textos gregos direto na língua fonte (ou original). Isso ocorreu devido à volta do ensino da língua e da filologia grega na Itália, e a difusão de manuscritos bizantinos, facilitando, assim, o questionamento das versões latinas e a tentativa de busca pela originalidade contida nos textos da Antiguidade.

A concepção de tradução no Renascimento constituiu-se da teoria da retórica clássica, “[...] cujo sistema operador é a *elocutio*, a parte da retórica que veste as ideias com a linguagem e cuida de seu embelezamento, da técnica de seu uso” (FURLAN, 2006, p. 25).

Todavia, diferentemente das traduções medievais, acréscimos, omissões e mudanças na tradução ficaram, segundo Furlan (2006, p. 26), mais restritas e pontuais. Abriu-se, também, a perspectiva de que “[...] traduzir as palavras é traduzir o pensamento”, importando não trair o pensamento do original, mas também “[...] tornar inteligível e agradável aquilo que se traduz” (FURLAN, 2006, p. 26).

Uma inovação ainda na teoria renascentista da tradução é a preocupação com o leitor, assim como a compreensão da necessidade de manter as propriedades da língua de partida, sem ferir a língua de chegada, além de reflexões de como traduzir melhor diferentes tipos de gêneros literários. O Renascimento, explica Furlan (2006), possui um universo amplo sobre a tradução, deixando um legado para teorias contemporâneas. Entretanto, observamos que, nos três períodos – Antiguidade, Medievo e Renascimento –, há um desinteresse maior em relação ao ato interpretativo, à função do intérprete, não havendo, uma preocupação na definição dessa atividade, aparecendo apenas como uma operação hermenêutica do texto a ser traduzido.

Os anos que se seguem, devido à Modernidade e à efervescência iluminista do século XVII e XVIII, também atravessaram o pensar sobre a tradução. A ideia de tradução também era investida sobre o método científico, no sentido de encontrar a prova da verdade sobre as coisas, os objetos, a originalidade e a expansão universal, a unidade e o humano. A tradução, como uma prática da linguagem, era produzida dentro de uma concepção ideológica da linguagem, vinculada à uma cosmovisão (FURLAN, 2006), o que implica uma coadunação com as epistemes iluministas. De certa forma, parece-nos que a atenção para o conceito de interpretação como mediação linguística é menos aguçada na corrente de pensadores que se debruçam sobre o efeito de transposição entre uma língua e outra, se ocupando pouco sobre o conceito de interpretação no sentido de atividade linguística, mas explicitamente como compreensão do texto fonte para um fim tradutório.

Nessa história, a qual se volta às reflexões sobre a tradução, não significa que a atividade de interpretação não existisse, mas ela era vista como menor, realizada nas relações comuns e de contato. Além disso, nesse período – séculos coloniais, XVI, XVII e XVIII –, muitas mulheres em países em processo de colonização e colonizados eram raptadas, estupradas e utilizadas como intérpretes, às vezes em troca de sobrevivência e/ou segurança.

3.2 ONDE ESTÁ A INTERPRETAÇÃO? A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS DA INTERPRETAÇÃO

O século XIX foi marcado por diversos pensadores, especialmente do expressionismo alemão, que refletem sobre a tradução e seus processos. Podemos destacar o texto de Schleiermacher, de 1813, sobre os diferentes métodos de tradução, em que é possível observarmos um amadurecimento em relação às diversidades de línguas e suas propriedades particulares, que carregam em si sentidos que fazem de cada sujeito um produtor dela, assim como a necessidade de se traduzir dentro do interior da própria língua.

No texto do pensador alemão, é possível também observarmos uma distinção mais branda sobre o que significa traduzir e interpretar. Para o autor: “O intérprete efetivamente exerce o seu ofício no domínio da vida comercial, o tradutor genuíno preferencialmente no domínio da ciência e da arte” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 41). Para Schleiermacher (2010), o intérprete estaria condicionado à relação do contato, das trocas e das transações que exigem a presença física, enquanto o tradutor se ocuparia do texto científico e artístico, sem a urgência e os deslocamentos físicos como do intérprete.

Nas reflexões do autor, há uma certa visão que torna a interpretação depreciativa, como menos rigorosa do que a tradução, uma vez que: “A escrita é própria dos domínios da arte e da ciência, através da qual suas obras tornam-se duradouras; e a interpretação de boca a boca das produções científicas ou artísticas seria tão inútil quanto parece ser impossível” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 41). Sua exaltação sobre a atividade tradutória em detrimento da interpretativa é mais evidente quando afirma que se eleva “[...] o tradutor cada vez mais sobre o intérprete, até o seu domínio mais próprio, a saber, o das produções da arte e da ciência” (SCHLEIERMACHER, 2010, p. 43). A visão escritocêntrica do pensador alemão revela a negação das habilidades da oralidade e o conhecimento ligado a essa prática de mediação linguística.

Como já comentado, a figura do intérprete possivelmente antecede a invenção da escrita, presente nos contatos entre povos de diferentes línguas e territórios. Romão (1998) afirma que:

Desde que os seres humanos começaram a fazer uso da palavra falada, desde que se teve as primeiras notícias da existência do homem político e do homem econômico sobre o mundo, desde que diferentes povos falando diferentes línguas entraram em contato para troca de idéias ou interesses mútuos, pode-se afirmar que houve a necessidade da utilização de intérpretes. (ROMÃO, 1998, p. 103).

Romão (1998), localizando a presença dos intérpretes na história, em especial no Brasil, aborda o uso de intérpretes em terras ameríndias e realça “[...] o entrelaçamento de objetivos militares, comerciais e religiosos na atividade de intérpretes” (ROMÃO, 1998, p. 104). As terras ocupadas por Portugal eram possivelmente plurilíngues, onde também realizavam trocas linguísticas entre os diferentes grupos autóctones que aqui viviam.

No período do Renascimento, por exemplo, e nas investidas coloniais dos impérios europeus, é identificável a presença de intérpretes nas ações colonizadoras para intermediar a comunicação com os povos das “novas terras”, como comentam Oliveira e Vazquez (2018). Para as autoras, na colonização portuguesa, esses intérpretes eram conhecidos por “línguas”⁴⁶, tendo o papel de “[...] manipular a linguagem para sempre fazer com que a coroa portuguesa levasse a melhor nas negociações” (OLIVEIRA; VAZQUEZ, 2018, p. 10).

Oliveira e Vazquez (2018) explicam que, em terras brasileiras, os portugueses escravizaram indígenas para que estes aprendessem o Português e exercessem o papel de intérpretes, ensinados por prisioneiros da Coroa, conhecidos como os degredados, que tinham a função de aprender a língua dos indígenas e fazê-los intérpretes a serviço de Portugal. Wyler (2003) observa que, na instauração desse sujeito, “o língua” (intérprete), o poder colonial o definia como degredado.

Na mesma linha, Lima (2017, p. 48) explica que, para os Povos Africanos, “[...] os intérpretes eram muito valiosos, sendo a função associada a prestígio e poder [...]”. Assim, intérpretes foram utilizados como instrumento para a colonização, mediando comunicações e servindo a interesses da coroa portuguesa já no século XV e XVI. Segundo Lima (2017, p. 48): “Os intérpretes nativos eram formados em Portugal, onde aprendiam Português e eram batizados. Ou, então, eram usados os degredados, deixados nas regiões africanas para aprenderem as línguas e localizados em viagens posteriores”. Nesse viés, consideramos as variedades de línguas, povos e diferentes intérpretes que se encontraram em território, hoje brasileiro, uma vez que, para além das línguas indígenas e de colonizadores, a diáspora forçada pela escravização ibérica-europeia trouxe diversas línguas africanas, em que diferentes contatos, mediações e culturas se fizeram presentes, e, certamente, a interpretação fazia-se recorrente.

Nesse contexto, “[...] posteriormente, do casamento de portugueses com as ameríndias nasceram os primeiros mestiços, que depois também desempenharam o papel de intérpretes” (OLIVEIRA; VAZQUEZ, 2018, p. 11). Wyler (2003) coloca que, com a tarefa jesuíta da

⁴⁶ Segundo Wyler (2003), o termo “língua” para referir-se a intérpretes ou tradutores orais foi utilizado até o século XVII.

educação moral e por seus esforços em aprender as línguas que circulavam aqui com fins espirituais, a educação se tornou plurilíngue, fazendo dos mamelucos (filhos de portugueses e indígenas) intérpretes da sociedade colonial.

O processo de colonização portuguesa, por meio da escravização, forçou a migração de povos do continente africano, adensando ainda mais desde o século XVI a diversidade de línguas que circulavam em território brasileiro, assim como o aumento da presença de intérpretes (WYLER, 2003). Outros dados das investidas estrangeiras e contatos linguísticos possibilitam afirmar o “[...] extraordinário número de línguas em confronto, o que exigiu a presença de mediadores – os línguas ou intérpretes para que a comunicação pudesse efetivamente ocorrer” (WYLER, 2003, p. 34).

Silva-Reis (2018) explica que, no Brasil colônia, intérpretes negros possuíam um papel especial, atuando no mercantilismo e nas negociações, ou, ainda, como soldados-intérpretes de batalhas, como é observado no século XVII com “Os Henriques”, os quais mediavam correspondências entre o governo de Pernambuco e o quilombo de Palmares. Silva-Reis (2018), em suas buscas, percebeu registros mais escassos ainda sobre intérpretes e tradutoras mulheres negras, mas indica nomes de guerreiras negras e líderes que possivelmente desenvolveram essa atividade no período colonial.

Wyler (2003) expõe que a tradução oral (ou interpretação) em termos documentais teve início, na sua visão, com o “achamento” do Brasil, e que a tradução escrita teve sua aparição apenas em 1549 com os jesuítas. Já Guerini (2020) lembra que, no Brasil, a primeira prática estabelecida durante séculos é a da interpretação, e que a tradução apenas se tornou uma prática efetiva a partir da chegada da família real em 1808. A autora ainda cita que os portugueses só substituíram a língua geral do Brasil com a grande onda de imigração portuguesa devido à corrida do ouro no século XVIII.

Embora a tradução e a história da tradução no Brasil são contadas pela lente da branquitude, Silva-Reis (2018, p. 92) menciona dados de tradutores negros já no século XVIII, sendo “influências literárias e ideológicas”, bem como personagens que contribuíram para novas perspectivas literárias e políticas.

O trabalho historiográfico de Wyler é reconhecido por visibilizar os intérpretes na história do Brasil, aludindo, a partir de uma metalinguagem historiográfica, o contato entre indígenas, europeus, africanos e asiáticos e todo o processo de miscigenação. Contudo, Silva-Reis (2018) tensiona que o método empregado pela autora é reutilizado por outros/as pesquisadores/as que não mencionam colaborações protagonizadas por mulheres e nem por negros/as, mantendo um estereótipo do ofício de intérprete feito por indígenas e portugueses

durante o Brasil colônia, e apenas por brancos, no século XX, além de constituir uma história da tradução geograficamente hegemônica, privilegiando o Sudeste e o Sul como responsáveis pela tradução no país.

Desconfiado da ausência de tradutores/as e intérpretes negros/as e indígenas, Silva-Reis (2018) buscou, por meio de diversas fontes, constituir um mapa da interpretação durante o período colonial. Para isso, o autor propõe uma etno-historiografia da tradução, ocupando-se dos povos que não possuem suas histórias documentadas, o que abre um leque de investigações que tenham fontes para além da escrita, como “fontes arqueológicas, audiovisuais, imagens” (SILVA-REIS, 2018, p. 85).

O método de pesquisa proposto pelo autor considera as pesquisas realizadas por pesquisadores/as oriundos/as da comunidade investigada, fazendo parte do grupo e das narrativas produzidas (etno-historiografia êmica) ou pesquisadores/as de fora da comunidade investigada, mas que atuam traduzindo textos naquela comunidade ou naquele povo. O autor alerta que tais pesquisas não podem ser vistas fora de uma ideologia e que não devem “[...] tratar todos os atos de tradução para os povos pesquisados como algo eterno, fossilizado e estático” (SILVA-REIS, 2018, p. 86).

Em entrevista a Dennys Silva-Reis (CURIEL; SILVA-REIS, 2019) para o dossiê “Tradução e Feminismo Negro”, a pensadora Ochy Curiel comenta sobre as poucas mulheres negras presentes na história da tradução, as quais fazem pelo lugar do ativismo e não necessariamente pelo exercício profissional. Ainda no mesmo dossiê, organizado por Cibele Araújo, Luciana Silva e Dennys Silva-Reis (2019), é lembrado que, na história da tradução do Brasil, temos exemplos de tradutoras negras como Maria Firmina dos Reis, Lélia Gonzalez e Ruth Guimarães, mas pouco se fala e pesquisa sobre as práticas tradutórias delas e o que elas pensavam sobre tradução.

Nessa perspectiva, a figura do intérprete, embora pouco registrada na experiência teórica sobre a tradução, e ainda menos no Brasil, ocupa papel central nas investidas coloniais. Foi apenas no século XX que emergiu uma pauta que profissionalizou os intérpretes, no sentido de ter a profissão mais regulamentada (como categoria) e receber honorários pelo trabalho.

O australiano Pöchhacker (2010), no contexto internacional, afirma que apenas no século XX, após a Segunda Guerra Mundial, é que a interpretação consecutiva e simultânea ganhou interesse de pesquisa, em especial na área da Psicologia, curiosos com seu tempo de realização e suas formas de processamento cognitivo. Para o autor, a história da tradução excluiu essa atividade dentro dos escopos de seu interesse.

Pöchhacker (2010) também lembra que há muito tempo e nas mais diversas regiões e períodos históricos a prática da interpretação ocorreu. Entretanto, como já registramos, a investigação sobre o ato interpretativo foi sempre excluída das pesquisas sobre a linguagem e a tradução. Pagura (2015) relembra que, apenas após a Primeira e, em especial, após a Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade de estabelecerem-se diálogos entre diferentes atores sociais. Isso fez com que surgissem os primeiros intérpretes profissionais, que atuaram principalmente nas negociações do Tratado de Versalhes e na criação da Liga das Nações.

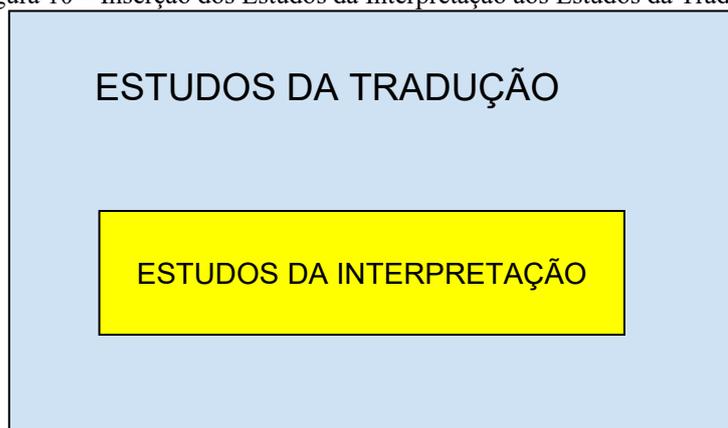
Pagura (2015) informa que foi nesse período que as primeiras tentativas da modalidade de interpretação simultânea foram realizadas. Isso porque as diferentes línguas impossibilitavam a interpretação consecutiva, necessitando de estratégias que individualizassem o receptor da interpretação. O autor explica que, no ano de 1926, o campo da interpretação foi marcado pela invenção da cabine, que influenciou, na sequência, todo o processo de interpretação simultânea. Esse modelo foi testado, no Brasil, em 1958.

Embora Pagura (2015) faça uma leitura terminológica do intérprete como profissional no século XX, Wyler (2003) já atesta a contratação profissional e documentada oficialmente dos “línguas” nas atividades prestadas à coroa portuguesa desde o século XVI, inclusive recebendo patentes militares de cabos. Essa mudança de função apagou da história a função do “língua”, constituindo apenas o exercício de militares bi/plurilíngues que exerciam a função de intérpretes. Wyler (2003, p. 38) traz a hipótese da entrada dos línguas na história como “[...] sertanista, conhecedor da geografia e do homem do sertão”, que vão prestar serviços em cargos do Exército na colonização e no contato com os indígenas até o os séculos XIX e XX.

No mesmo sentido, em contexto internacional, Pöchhacker (2004), atesta que, nos registros que se tem sobre a interpretação, nos mais variados períodos históricos, é possível observarmos diferentes formas de remuneração ou benefício e de normas, mesmo sem um *status* fixo de profissional, servindo como intermediários locais em diversas atividades, como “[...] guias, conselheiros, comerciantes, mensageiros, espião, negociadores” (PÖCHHACKER, 2004, p. 28).

Pöchhacker (2004) introduz os Estudos da Interpretação como uma disciplina pertencente ao extenso campo dos Estudos da Tradução, o que confere à tradução um termo guarda-chuva ou hiperônimo representativo das suas diversas facetas. Assim, embora o autor reconheça as particularidades de cada termo, ele anexa os Estudos da Interpretação aos Estudos da Tradução (Figura 10). A interpretação é uma forma de tradução em um sentido mais amplo.

Figura 10 – Inserção dos Estudos da Interpretação aos Estudos da Tradução



Fonte: Elaborada pelo autor.

Pöchhacker (2009 *apud* RODRIGUES, 2013, p. 24) relata que os “[...] Estudos da Interpretação (EI) surgiram concomitantemente aos ET [Estudos da Tradução], na segunda metade do século XX, embora seu reconhecimento só tenha ocorrido nos fins desse século, na década de 1990”. O termo *Interpreting Studies* – Estudos da Interpretação – foi utilizado de forma inédita na década de 1990 na publicação *The Distinctive Nature of Interpreting Studies*, de Heidemarie Salevsky. Cavallo e Reuillard (2016, p. 354), em diálogo com Pöchhacker (2004), explicam que “[...] Daniel Gile empregou pela primeira vez o termo ‘*interpretation studies*’ em um congresso ocorrido em 1992, na Universidade de Viena, com referência a essa nova área acadêmica”.

Para Pöchhacker (2004), mesmo a passagem do milênio sendo ainda arbitrariamente eurocêntrica, visto que os estudos da interpretação pulsam em coração europeu, há de observarmos uma mudança com abertura para diversas perspectivas e diálogos interdisciplinares se diversificando no decurso de 1990, não possibilitando a manutenção de apenas um núcleo central para a disciplina. Após a década de 1990, é visível a característica multifacetada que os Estudos da Interpretação e da Tradução tomam.

Vasconcellos (2010) explica sobre o mapeamento dos Estudos da Tradução, o qual, em sua primeira versão, apresentado por Holmes, em 1972, exclui a interpretação do seu bojo. Conforme o autor, o mapa não abarca os Estudos da Interpretação e nem das línguas de sinais, sendo os Estudos da Interpretação contemplados somente no mapeamento aprimorado e apresentado por Williams e Chesterman, no ano de 2002, quando se nomeou a interpretação como campo pertencente e consolidado nos Estudos da Tradução.

Ainda sobre o debate da formação disciplinar que abarca as reflexões sobre a tradução, podemos identificar o surgimento dos Estudos da Tradução como disciplina acadêmica apenas no final das décadas de 1970 e 1980, na Conferência de James Holmes, apresentada no

Terceiro Congresso de Linguística Aplicada na Suíça, cuja comunicação foi intitulada *The Name and the Nature of Translations Studies*, marcando um novo estágio de convergência de pesquisadores interessados no fenômeno tradutório, mas ainda com pesquisas tímidas sobre o campo da interpretação. Vasconcellos (2010, p. 125), afirma que, na década de 1970, o ofício de intérprete “[...] não tinha, ainda, se institucionalizado de forma a merecer atenção dos pensadores da área”.

Quanto ao conceito de interpretação, Pagura (2015) define que é um ato que acontece na conversão de um discurso oral, enquanto a tradução se concentra na produção escrita. Esse tópico de distinção conceitual é especial, uma vez que essas diferentes modalidades de trabalho exigem características e processos diferenciados. Ao comentar sobre a semelhança de capacidade entre tradutor e intérprete, Pagura (2015, p. 185) coloca que “[...] ambos devem ser pessoas capazes de compreender e expressar ideias relacionadas às mais diferentes áreas de conhecimento humano, sem ser especialistas nessa área, como são seus leitores ou ouvintes”. Embora pareça um alibi para o profissional, já que o desresponsabiliza de ser exímio em todas as áreas, essa ideia coloca-o frente a uma miríade de temáticas, a qual o desafia a buscar diversas estratégias e recursos para interpretação e para tradução.

Embora acentuem-se pontos de convergência entre os conceitos, há importantes diferenças na forma de operacionalização da interpretação para tradução. Pagura (2015, p. 186) argumenta que: “Não seria arriscado dizer ainda que o intérprete terá de ter maior domínio das línguas, do assunto, da cultura-fonte e da cultura-alvo do que o tradutor”, e que, também, terá de ter adquirido todo o conhecimento necessário e o vocabulário específico antes do ato de mediação linguística em si.

Outro ponto importante trazido por Pagura (2015) é que, enquanto a interpretação tem caráter de efemeridade, a tradução é permanente, já que o seu produto é físico e estável no tempo. O tradutor possui tempo hábil para fazer consultas externas, interromper seu trabalho e realizar pesquisas necessárias, diferentemente do intérprete que só pode prever suas estratégias de interpretação antes do ato interpretativo.

Uma das diferenciações postas sobre a interpretação é o cenário institucional. O autor entende a interpretação em uma concepção de *continuum* social em duas distinções: internacional e intra-social (ou comunitária). Nesse sentido, podemos observar critérios variados para as práticas, incluindo as atividades de intérpretes profissionais ou não profissionais, além das diferentes realidades sociais, políticas e econômicas. Na contextualização histórica sobre o intérprete, Pöchhacker (2010) enfatiza a presença desses intermédios da comunicação como herança há mais de 450 anos. O autor traz o dado de que,

na Espanha, a partir do século XVI, regulamentações eram aplicadas aos/às intérpretes envolvidos na administração das colônias.

Pöchhacker (2010) acentua que, em períodos mais próximos, as regulamentações e os códigos criados por intérpretes de língua oral (1950) e de línguas de sinais (1960) podem ser um artefato de orgulho dos/as intérpretes. Muitas das formulações que beneficiaram a categoria, os recursos e as estratégias foram desenvolvidos pelos/as próprios/as intérpretes, em especial em contextos comunitários, que podem, quiçá, ser o contexto de atuação mais antigo do mundo.

Dito isso, a seguir, abordamos a filiação dos Estudos da Tradução e Interpretação em línguas de sinais aos Estudos da Tradução e Estudos da Interpretação, além de comentarmos o adensamento do campo e as suas discussões no âmbito nacional.

3.3 OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUAS DE SINAIS

Pereira (2018) elaborou, em seu trabalho, uma interlocução endereçada a questionar os Estudos da Tradução e os Estudos da Interpretação canônica e produziu, assim, uma crítica sobre como o campo epistêmico da constituição das teorias, dos discursos e das publicações acadêmicas anulam e tentam impedir a presença da língua de sinais na circulação acadêmica. A autora interroga: Quem tem medo das línguas de sinais? É uma pergunta sem resposta, mas com profundos questionamentos sobre o *status quo* do lugar da tradução e da interpretação e os silenciamentos ou os posicionamentos atribuídos à língua de sinais, o que consequentemente afeta os profissionais e os falantes/sinalizantes da língua.

A autora aponta as lacunas do arcabouço teórico, descritivo e tipológico dos Estudos da Tradução e enfatiza, principalmente, como o campo designa a língua de sinais como mera acessibilidade. Para isso, Pereira (2018) faz uma retomada de alguns conceitos de direcionalidade para explicar o que se denomina como “tradução” e “interpretação”, já que, na passagem do tempo, temos novas paisagens tecnológicas que interferem no ato interpretativo e tradutório, assim como implicam novas terminologias. Segundo Pereira (2018, p. 2), com “[...] a evolução dos meios de comunicação e da tecnologia, as modalidades híbridas entre traduções escritas e interpretações faladas compõem um desafio terminológico e conceitual ainda não resolvido de uma forma satisfatória e consensual”.

A abordagem conceitual, focalizando a modalidade tradução *oral* (a partir de uma experiência corporal ouvinte), para ser metonimicamente representante de tais descrições e

discursividade, é apontada no texto de Pereira (2018). A autora afirma que a tardia admissão de intérprete de língua de sinais na Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC), apenas em 2014, é mais uma evidência da inibição histórica da interpretação da língua de sinais, ao ser reconhecida em conjunto à interpretação de línguas de modalidade oral e suas tecnologias escritas. O lugar dos periódicos de revistas acadêmicas é outra discussão importante, já que a autora demonstra como os meios de circulação do conhecimento excluem as línguas de sinais dos seus respectivos escopos de discussão.

Pereira (2018) traz evidências acadêmico-científicas que atestam a legitimidade das línguas de sinais como língua. Ela trabalha com a diversidade de autores que constroem um arcabouço retórico dentro das ciências, ao referenciar as pessoas surdas em vieses antropológicos e não mais patológicos, e ao descrever e conceitualizar as línguas de sinais e toda sua produtividade linguística, tradutória e cultural. Articulando-se às línguas de sinais no Brasil, a autora descreve os diversos acrônimos e termos empregados para as recentes pesquisas que investigavam as línguas de sinais até então.

Contudo, Pereira (2018, p. 10) adverte que as línguas de sinais “[...] fazem parte do grande repertório linguístico possível aos seres humanos”, embora pouco difundida e inserida no meio acadêmico. A lacuna disciplinar nos Estudos da Tradução é novamente apontada ao não se referirem às línguas de sinais. Tal campo demonstra seu não reconhecimento, o que interfere em uma diversidade de práticas e de direcionalidades que podem “[...] promover uma maior abrangência e conhecimento que vai qualificar, inclusive, a didática da tradução” (PEREIRA, 2018, p. 10).

Dessa forma, os ETILS constituem-se como importante campo, que estabelece profícuo diálogo entre tradutores e intérpretes de línguas de sinais que atuam na prática e/ou nas pesquisas que têm seu recorte voltado às línguas de modalidade visoespacial. Vasconcellos (2010), Santos (2013) e Rodrigues (2013) alegam que, no Brasil, as pesquisas em tradução e em interpretação em línguas de sinais ganha maior visibilidade a partir do I Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais, em 2008, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Santos (2013) aborda sobre a diversidade de pesquisas de TILS apresentadas com o intuito de tornar presente suas questões no espaço acadêmico. Rodrigues (2013, p. 27) aponta, ainda, que, naquele Congresso, ficou evidente o desejo de pesquisadores brasileiros em buscar a “[...] consolidação da área de pesquisas em tradução e em interpretação em Libras e sua consequente afirmação [...]” no campo dos Estudos da Tradução e da Interpretação em língua de sinais.

Vasconcellos (2010, p. 121) advoga sobre a importância da filiação dos ETILS aos Estudos da Tradução e aos Estudos da Interpretação e comenta que essa inserção é estratégica e “[...] pode contribuir para o fortalecimento do empoderamento (empowerment) desses profissionais [...]”. Para a autora, é necessário levar em consideração as especificidades identitárias que diferenciam as atividades do TILS e tornam problemática a afiliação aos Estudos da Tradução. Entretanto, reafirma a posição estratégica do TILS nos Estudos da Tradução, beneficiando tanto tradutores/as e intérpretes de línguas de sinais quanto de línguas orais em uma mão dupla.

Vasconcellos (2010), ao observar os mapas referentes aos Estudos da Tradução, lembra que, dentro do campo Interpretação, da proposta de Williams e Chesterman, em 2002, se agrupam diferentes tipos de interpretação, sendo uma delas a interpretação de língua de sinais e a interpretação de surdos, como uma primeira referência, ainda que tímida.

Santos (2018) explicita que as pesquisas bibliométricas sobre as línguas de sinais podem ser mais bem observadas a partir de 2008, com a abertura do curso de bacharelado em Letras Libras pela UFSC. A pesquisa de Santos (2013) revela o Estado da Arte das produções acadêmicas sobre interpretação e tradução em línguas de sinais. A pesquisadora trabalhou com o mapeamento de teses e de dissertações publicadas entre 1990 e 2010 em diferentes bases e periódicos. Já em 2018, a autora voltou-se a pesquisas desenvolvidas especificamente nos Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução no Brasil, que constituem o denominado ETILS.

Conforme Santos (2018), a institucionalização dos ETILS emerge de uma proliferação de pesquisas sobre interpretação de línguas de sinais que circulam nos Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução em nosso país. A autora retoma a pesquisa de Pereira produzida em 2010 e sua contribuição com um dos primeiros mapeamentos de pesquisas bibliométricas sobre tradução e interpretação em língua de sinais.

Santos (2013) faz um breve panorama de cada dissertação e tese e articula a potência desses resultados aos Estudos da Tradução e aos Estudos da Interpretação. A autora produziu uma pesquisa de abrangência nacional. Entre algumas considerações, a pesquisadora aponta o enfoque dos processos de tradução, as perspectivas sobre o/a profissional intérprete de língua de sinais e intérpretes em contextos educacionais como sendo as preocupações mais recorrentes nos ETILS.

Rodrigues e Beer (2015, p. 5) ampliam a discussão ao aproximarem os ETILS de um contexto internacional que acolhe as discussões sobre interpretação em língua de sinais: “As contribuições oriundas das pesquisas sobre línguas de sinais abrem possibilidades de ampliar

discussões realizadas nos Estudos da Tradução”. A articulação com os Estudos da Tradução é um importante movimento de expansão dos campos. Os ETILS constituem-se, assim, em um campo próprio e articulado aos Estudos da Tradução e aos Estudos da Interpretação.

Rodrigues e Beer (2015) tensionam a necessidade de revisitar tais conceitos e discutir os efeitos da modalidade na pesquisa e nas práticas dos/as tradutores e intérpretes de línguas de sinais. A discussão trazida pelos autores tem respaldo no contexto internacional, já que Pöchhacker (2010) destaca a contribuição da interpretação de línguas de sinais para a expansão dos paradigmas dos Estudos da Interpretação.

Mesmo com direitos positivados em texto legal, reconhecendo a língua de sinais e a persona do tradutor e intérprete de Libras, Santos (2018) observa que as temáticas de interpretação de línguas orais em contextos comunitários ou em esferas públicas são poucas nos Programas de Pós-Graduação em Estudos da Tradução do país. Há, assim, uma lacuna dentro dos Estudos da Tradução. Os programas de Estudos da Tradução estão em expansão no país⁴⁷, e as temáticas e as abordagens são flutuantes. Conforme Santos (2018, p. 383), “[...] ao longo do percurso histórico, não somente os temas reconfiguram-se de acordo com as demandas sociais, políticas e linguísticas, mas também os entrelaçamentos teóricos e metodológicos [...]”.

Santos (2018) ainda reflete que as demandas, oriundas do curso de Letras Libras, possibilitaram investigações sobre o processo de tradução; tradução e relação com a tecnologia, linguagem cinematográfica e aspectos cênicos; poesia, literatura e contação de história. Além disso, são alvos de investigação áreas voltadas a terminologias, lexicografias e glossários.

Para finalizar, vale lembrarmos que Pereira (2018) aponta como é vantajosa a articulação do campo dos Estudos da Tradução com as pesquisas em língua de sinais, abarcando tais produções em seu escopo. Desse modo, é possível ampliarmos o repertório teórico e terminológico, além das classificações interlíngua unimodais/monomodais, bimodais/intermodais.

⁴⁷ Vale mencionarmos o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da UFSC, o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (Postrad), da Universidade de Brasília (UnB), o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POET), da Universidade Federal do Ceará (UFC), e o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (Tradusp) da Universidade de São Paulo (USP) (SANTOS, 2018).

3.4 OS CONCEITOS DE TRADUZIR E INTERPRETAR NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUAS DE SINAIS

Nesta seção, objetivamos delinear como a literatura distingue o conceito de tradução e interpretação dentro das línguas de sinais. Justificamos que a importância dessa discussão passa justamente pelo interesse de conhecermos, por meio desta pesquisa, as estratégias utilizadas por intérpretes e tradutores/as de Libras na transladação textual de um texto sinalizado em Libras para o Português na modalidade escrita ou oral, assim como textos em Português para a Libras no contexto de literaturas que versam sobre Direitos Humanos e injustiças sociais.

Cabe iniciarmos essa questão levando em consideração as especificidades da modalidade visual-espacial da Libras e as implicações que isso coloca para o campo, já bem discutido dentro dos ETILS, mas ainda pouco evidente para pesquisadores dos Estudos da Tradução e dos Estudos da Interpretação que se ocupam de línguas de modalidade oral-auditiva. Isso influencia diretamente na percepção social e entre pares do que é traduzir e interpretar em línguas de sinais.

Pereira (2015), com o objetivo de refletir sobre a tipologia aplicada na língua de sinais, afirma que, no intercâmbio de pesquisas e diálogos, é difícil chegar em um consenso sobre o conceito de interpretação e tradução, sendo necessário, assim, observar a abrangência possível desse conceito. A delimitação de alguns conceitos, na história da atuação dos/as tradutores/as e dos/as intérpretes, era, em alguns pontos, “confortável”, já que se contava apenas com os textos escritos e falados, presenciais e sincrônicos, ou escritas não presenciais e assíncronicas. “A atualidade nos brinda com uma diversidade inovadora nos modos de interação e, conseqüentemente, de mediação interlíngua” (PEREIRA, 2015, p. 2).

Para Pereira (2015), é necessário um trabalho de definição para tratarmos sobre a interpretação e a tradução. A autora explica que os avanços tecnológicos e as diversas formas e suportes nos quais a tradução e a interpretação interagem desafiam o terreno terminológico do campo. O fértil campo resulta em interações mediadas na interpretação interlíngua como: interpretação remota e de teleconferências; utilização de avatares e robôs; mensagens de voz, por correio eletrônico, tradução audiovisual, tradução de jogos de videogames, em geral, e especificamente a legendagem (língua oral para língua escrita) e a dublagem (PEREIRA, 2015). Segundo a autora, os fatores que determinam as diferentes tipologias não são tranquilos e tão fixos. A interpretação interlíngua é exercida por pessoas que disponibilizam

suas habilidades bilíngues para a mediação entre pessoas que desconhecem uma das línguas da interação.

Ainda para Pereira (2015, p. 7), a “[...] distinção primordial e que, inclusive, serve como diferenciação entre as formas de traduzir (escrita) e interpretar (fala) é feita pela modalidade das línguas envolvidas”. As nomeações dessas direcionalidades podem ser diversas, como Interpretação oral, Tradução/interpretação oral à vista, Interpretação de língua de sinais (vocalização), Transcrição, Interpretação de língua de sinais (sinalização), Tradução (escrita), observando as direcionalidades: oral-oral, escrita de língua oral-oral, sinalizada-oral, oral-escrita de língua oral, oral-sinalizada, escrita de língua oral-escrita de língua oral, escrita de língua oral-sinalizada, sinalizada-escrita de língua oral, sinalizada-sinalizada.

Santos (2013), com base em Quadros e Souza (2008), explica que os diferentes aparatos que constituem a tradução em Libras combinam o aspecto visual (imagem, tradutor/a) ao aspecto tecnológico (filmagem, hipermídias, edição de vídeo), o que difere das traduções de línguas orais, em que a invisibilidade do tradutor está presente nos textos traduzidos. Isso ocorre devido aos efeitos de modalidade que altera não apenas os canais de produção da língua, como também processos interpretativos, tradutórios e de registros.

Rodrigues (2013, p. 47), ocupando-se de analisar os efeitos de modalidades na língua de sinais, atesta que: “A interpretação e a tradução para a LS [língua de sinais] envolvem a manifestação do corpo do ILS diante do público”. Para o pesquisador, a modalidade da língua é o fator que determina a presença física, tanto na interpretação quanto na tradução em língua de sinais, não podendo separar o texto de sua encenação.

Nesse sentido, Pereira (2015) atesta que a tradução assim como a interpretação interlíngue⁴⁸ são produzidas com movimentos corporais; o ato da escrita, porém, é com movimentos mais discretos. Assim, na direção texto escrito-texto sinalizado, um dos primeiros aspectos que é importante levantarmos é o caráter semiótico da corporeidade do tradutor de língua de sinais. Há muitas investidas de tradução em escrita de sinais, porém podemos perceber que o suporte vídeo é um instrumento que a comunidade surda privilegia para o registro de suas produções, o que, conseqüentemente, implica traduções também realizadas pelo suporte vídeo. Isso acarreta reconhecemos, também, o lugar performático ou de encenação que a tradução para a língua de sinais se posiciona. Quadros e Souza (2008) utilizam, por exemplo, o termo tradutor/ator, pois, para eles, é impossível separar o texto da expressão corporal em sinais utilizada pelo tradutor/ator.

⁴⁸ Intralingual refere-se à tradução no interior da própria língua; Interlingual, de uma língua para a outra; Intersemiótica, de sistemas de signos diferentes (JAKOBSON, 2010).

Para Quadros e Souza (2008, p. 173): “Um dos efeitos de modalidade mais marcantes é o fato do tradutor ser o ator e mostrar o corpo no ato da tradução”. Eles enfatizam que o tradutor é realmente visível e identificável devido à modalidade visual-espacial. Na mesma linha, Quadros e Segala (2015) conferem que, nessa modalidade tradutória para o suporte vídeo, a identidade dos tradutores é visível. No trabalho tradutório com línguas de sinais, de acordo com Quadros e Souza (2008, p. 173): “Os tradutores são atores que, depois de pensar sobre o texto na LF [Língua Fonte] (escrita) e elaborar o texto na LA [Língua Alvo] (Língua de Sinais na versão oral) com seus pares, posicionam-se diante de uma câmera de vídeo e gravam sua própria tradução”.

Souza (2010, p. 122), a partir da leitura de Stone sobre as Normas Surdas de Tradução, afirma que “[...] o discurso enunciado em um texto traduzido em Libras está completa e diretamente relacionado com a presença do corpo do surdo tradutor-ator durante o desenvolvimento de sua tarefa tradutória”. Isso imprime o lugar da performatividade do discurso e da sinalidade (oralidade) do ato de traduzir. A tradução até permite um controle sobre o texto fonte, mas sua ação frente às câmeras sempre será uma tradução cabível de ser alterada por sua característica performática. Retomamos, então, as palavras de Rodrigues (2013, p. 48), quando aponta que “[...] o processo tradutório e interpretativo entre uma língua oral e outra de sinais depende, respectivamente, da presença material do corpo do tradutor ou do intérprete”.

Nas Figuras 11 e 12, mostramos o exemplo de dois textos sinalizados do Português para a Libras. Neles, podemos observar os efeitos de modalidade da presentificação do tradutor como coautoria evidente do texto.

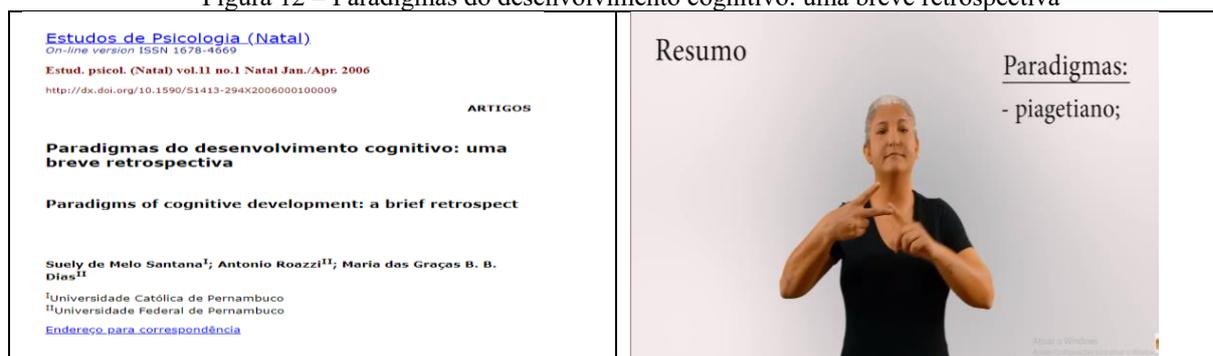
Figura 11 – Diversidade e Currículo de Nilma Lino Gomes



Fonte: Imagem extraída de PPGUEUFPR Oficial.⁴⁹

⁴⁹ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5GnYBDt6tXI&t=3584s>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Figura 12 – Paradigmas do desenvolvimento cognitivo: uma breve retrospectiva



Fonte: Imagem extraída de PPGEUFPR Oficial.⁵⁰

Quadros e Souza (2008) discutem, ainda, que o efeito de modalidade é impactado pela modalidade de registro em vídeo, o que implica revisões e aperfeiçoamentos que exigem a regravação do texto de forma diferente da produção escrita, já que não é possível editar e mudar apenas um sinal ou frase, necessitando o tradutor performatizar o texto novamente, pelo menos dentro de uma pausa e um corte possível. Da mesma forma, Quadros e Segala (2015, p. 363) reconhecem que: “Revisar o texto em Libras, editar e refazer a filmagem são características que não se aplicam a uma tradução envolvendo textos escritos”.

Segala (2010) identifica que a tradução em língua de sinais é permeada pela tradução intermodal e intersemiótica, já que, para além dos fatores linguísticos, o aspecto material do registro do texto de forma performatizada é algo a ser considerado em todo o processo tradutório. Os elementos intersemióticos de linguagem verbal e não verbal são discutidos sobre a óptica do letramento bilíngue para surdos por meio da tradução (FERNANDES; MEDEIROS, 2017; FERNANDES; MEDEIROS; SANTOS, 2017; MEDEIROS; LEMOS; FERNANDES, 2015), agregando outros recursos empregados pelos tradutores de Libras no tratamento dos textos produzidos do Português para videolibras. O aspecto do suporte vídeo e de sua modalidade intersemiótica impacta em *performances* tradutórias que levam em consideração as possibilidades de que o suporte vídeo traz para as traduções em línguas de sinais. Nos dois exemplos anteriormente mostrados (Figuras 11 e 12), além de ser evidente a presença do tradutor, é possível observarmos outros elementos presentes no texto que possuem correspondência intersemiótica. Além da linguagem verbal (termos em Português), há a presença de linguagem não verbal, que corresponde diretamente a sentidos do texto acadêmico, como “as cores de camisa” que representam diferentes partes do texto, como corpo do texto (camisa preta), citação (camisa vermelha), além de outros elementos. Quadros e Segala (2015) afirmam que:

⁵⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ikiGQN-Gh7E&t=1656s>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Parece que esses elementos visuais entram para a língua de sinais de uma forma tão produtiva que exigem uma revisão da separação entre os tipos de tradução interlingual e intersemiótica, assim como intermodal. Esses tipos de tradução se sobrepõem no texto em Libras, pois trazem elementos linguísticos combinados com elementos essencialmente visuais que apresentam também componentes linguísticos, no caso das descrições imagéticas, mas combinados com elementos não verbais, no sentido de não se enquadrarem na linguística convencional. (QUADROS; SEGALA, 2015, p. 365).

Na literatura surda, é possível verificarmos que, para além da linguagem verbal, que é esteticamente sempre carregada de imagens visuais (linguisticamente), há também um forte uso de recursos de edição de vídeo que elencam outros sistemas semióticos na composição da narrativa literária, apropriando-se de efeitos de edição, imagens, legendas, sobreposição de vídeos, hipervídeos etc. Nesse sentido, Sutton-Spence (2021) elucida sobre as possibilidades que a tecnologia abriu às produções poéticas surdas, cujas produções combinam diferentes signos semióticos visuais. Segundo a autora, assim como a invenção da máquina de impressão promoveu a maior circulação de textos escritos, a tecnologia de vídeo inaugura para a comunidade surda a possibilidade de registro de suas línguas, o que certamente só se proliferou com o advento da Internet e das redes sociais. Para Sutton-Spence (2021), a câmera e o filme são análogos à caneta e ao papel.

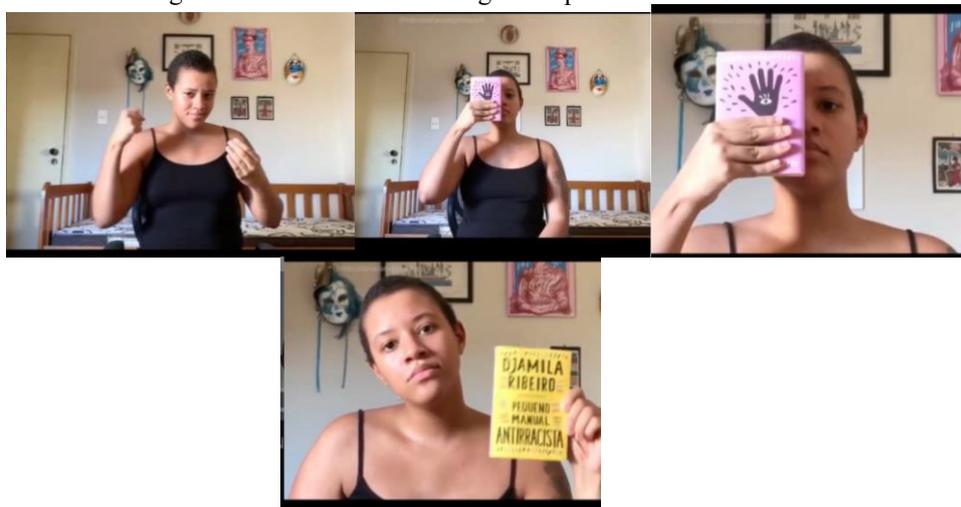
Nessa mesma linha, Rosado e Taveira (2019), em relação à gramática visual de videolibras, analisam as diversas conjunturas que podem ser formadas em uma tela, cujos diferentes signos verbais e não verbais se relacionam, didatizando em categorias as formas que esses elementos podem se apresentar. Rosado e Taveira (2019) enfatizam também que, assim como a escrita teve sua expansão com a prensa de Gutenberg e promoveu sociedades letradas, os vídeos possibilitam letramentos visuais dentro das comunidades surdas.

Sutton-Spence (2021) explica que, embora o vídeo permitisse o registro da língua, sua circulação ainda era difícil e morosa, sendo o advento do videocassete uma primeira tecnologia que permitia várias cópias e distribuição. A autora explana que os vídeos permitiram maiores complexidades para a literatura surda, além de possibilitarem outro tipo de interação, como assistir ao material mais de uma vez, pausar, acelerar, entre outros recursos.

Ainda nesse sentido, Sutton-Spence (2021) reflete sobre as tecnologias de vídeo e edição que abrem para a literatura surda uma gama de elementos a serem explorados, como os diferentes ângulos cinematográficos, enquadramentos, movimentos de câmeras e montagens de cenas. No poema *Racismo* (Figura 13), da poeta surda Yanna Porcine, por exemplo, é possível vermos o processo de montagem, que intercala momentos de sinalização com cortes

de imagens seguidos de uma cena estática da poeta segurando o livro *Pequeno Manual Antirracista* de Djamila Ribeiro.

Figura 13 – Processo de montagem do poema *Racismo*



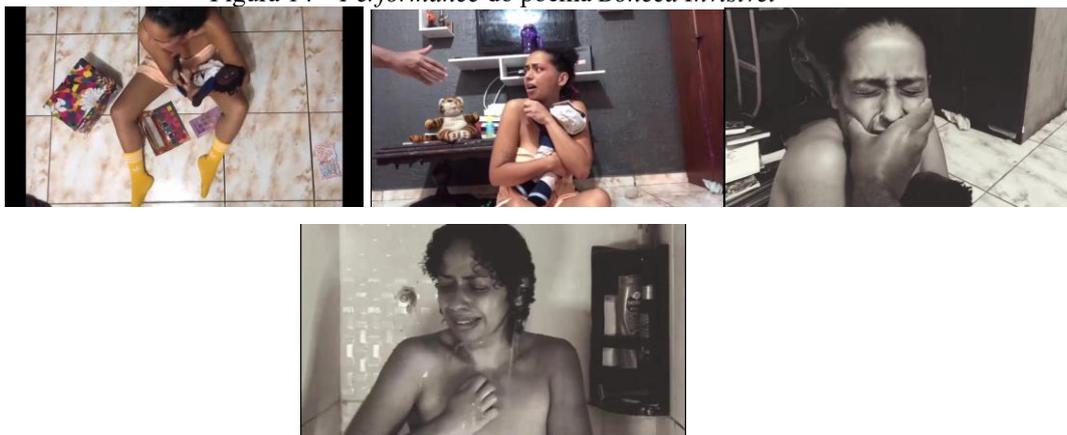
Fonte: Imagens extraídas de Meus Sinais Expressam no *Instagram*.⁵¹

Na poesia, para além do elemento performático, efeito de aproximação e de diferentes cortes, é notório a ambiência⁵² escolhida pela poeta como mais uma característica que as poesias registradas em vídeo contêm, uma vez que o espaço que é escolhido para gravar pode conter diferentes símbolos, materiais e objetos que contribuam para a narrativa.

Como Sutton-Spence (2021) explica, esses poemas que são produzidos pela mediação de tecnologias não podem ser reproduzidos da mesma forma ao vivo, uma vez que elementos de edição e tais efeitos estéticos não são aplicáveis, o que necessitaria de uma versão para sua apresentação em um espaço público. A relação verbal e não verbal, a linguagem cinematográfica (planos, ângulos, movimentos de câmeras e edição) são um todo que compõe muitas produções poéticas surdas.

Brito *et al.* (2021) refletem sobre a poesia *Boneca Invisível*, da poeta atriz e tradutora Nayra Silva, que serve como denúncia contra a violência sofrida por mulheres negras surdas, em especial, no poema, por crianças surdas que sofrem violências sexuais. A poesia que, para as autoras e o autor, contribui para a discussão de um feminismo negro surdo, é produzida exclusivamente a partir da *performance* e das diferentes cenas criadas pela poeta (Figura 14), das diferentes ambiências, dos ângulos, enquadramentos, efeitos de vídeo e objetos utilizados. Enreda uma poesia extremamente visual, a qual a tradução verbal se faz desnecessária.

⁵¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CA8hIxxHrgM/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

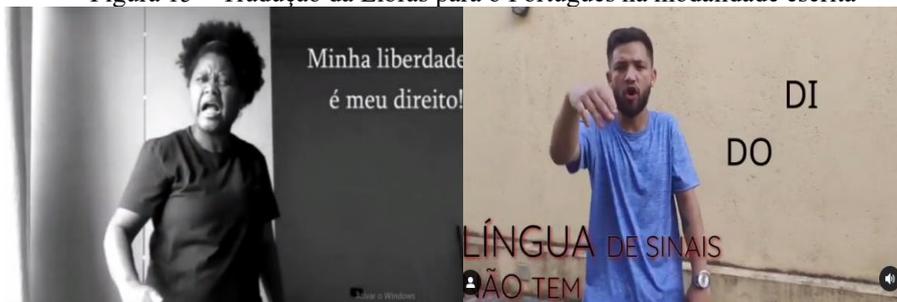
Figura 14 – Performance do poema *Boneca Invisível*

Fonte: Imagens extraídas do vídeo *Boneca Invisível*.⁵³

O poema é conceituado no artigo de Brito *et al.* (2021), como uma *poesia.doc*, que traduz com valor testemunhal e de denúncia as violências ocorridas nas infâncias surdas e com a mulher negra surda. O texto indica a falta de acesso que a mulher surda tem nos espaços públicos, em especial delegacias, e alerta para a falta de pesquisas que tragam dados sobre a situação de mulheres surdas no Brasil, uma vez que, em outros países, os números de violência (verbal, sexual, psicológica e física) contra mulheres surdas é assustador. Nayara Silva, em *Boneca Invisível*, ciente da situação que viveu e do quanto isso é comum a milhares de surdas, traduz sua experiência a partir da linguagem audiovisual.

No exemplo da Figura 15, a direção da tradução é da Libras para o Português na modalidade escrita. Os dois textos são do gênero poesia em Libras, foram gravados em vídeo e com a tradução apresentada em formato de legenda. Aqui a presença do tradutor já não é marcada de forma evidente, aproximando-se do anonimato comum aos tradutores de línguas que possuem modalidade escrita.

Figura 15 – Tradução da Libras para o Português na modalidade escrita



Fonte: Print dos poemas em vídeos “Angústia” e Proibição⁵⁴

⁵³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Egzx7MJGKO8>. Acesso em: 1 set. 2021.

⁵⁴ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CAHMUK3Jp-o/> e <https://www.instagram.com/p/CAEGbq0jZ7p/>

Contudo, a tradução ainda é pensada levando em consideração o suporte vídeo, o fluxo discursivo do poeta e o espaço disponível para a locação do texto em formato de legenda. O tamanho da fonte e até mesmo a sua relação estética com a poesia sinalizada é considerada.

A tradução para formato de legenda envolve questões que se inserem no campo da Tradução Audiovisual – TAV (FRANCO; ARAÚJO, 2012), que implica diversas tipologias e formas e modalidade de legendagem, que são inerentes à ação profissional dos tradutores, envolvendo também o conhecimento de ferramentas tecnológicas. Seguindo esse debate, Nascimento e Nogueira (2019) cunharam o termo Tradução Audiovisual em Língua de Sinais (TALS) para demarcar um campo de produção e pesquisa que volta seu interesse exclusivamente aos processos de tradução audiovisual para a comunidade surda, às políticas de tradução em língua de sinais no audiovisual e ao espaço da inserção da língua de sinais na tela. Conforme Nascimento e Nogueira (2019) explicam, o termo “janela”, comumente utilizado para nomear a tradução audiovisual em Libras, refere-se apenas ao local onde a tradução é inserida, sendo seu processo tradutório de natureza muito mais complexa do que apenas uma janela. Além disso, a TALS pode abarcar uma grande gama de gêneros traduzidos em língua de sinais em diferentes direcionalidades linguísticas.

Nas imagens da Figura 16 a seguir, podemos observar o processo de interpretação simultânea, do Português na modalidade oral para Libras e da Libras para o Português na modalidade oral. Ambos os trabalhos são restritos ao tempo do orador, assim como a espontaneidade do discurso, que mesmo podendo ser ensaiados antes, no caso de apresentação de *Slam*, ainda podem ser modificados no ato de fala.

Figura 16 – Interpretação simultânea do Português para a Libras



Fonte: Imagens da página *Slam Curitiba Contrataque*.

Rodrigues (2013) afirma que há um ínfimo intervalo entre o processo cognitivo do texto recebido e o oferecimento do texto interpretado, uma vez que o planejamento e as escolhas são feitas no ato da própria produção, sendo realizado sob pressão de tempo. Para além disso, o intérprete, diferentemente do tradutor, precisa dar conta de uma série de processos simultânea e ininterruptamente (Figura 17).

Figura 17 – Interpretação simultânea da Libras para o Português na modalidade oral



Fonte: Imagens da página *Slam Curitiba Contrataque*.

Os dois exemplos mostrados nas imagens referem-se a batalhas de *Slam*, cujo contexto nem sempre permite aos/às intérpretes acesso ao texto fonte, sendo alguns textos escritos pelos participantes e planejados, mas com pouco tempo de consulta ou, às vezes, produzidos no instante da apresentação, adensando ainda mais as dificuldades de transladação⁵⁵ do texto fonte.

A interpretação da língua de sinais para o texto oral sofre os efeitos de modalidades e requer do intérprete atenção a outros aspectos. Rodrigues (2013, p. 35) lembra que “[...] o discurso oral seria aquele marcado por uma cadeia sonora”. O autor explicita que: “Enquanto, na tradução, o tradutor pode definir o seu próprio ritmo de trabalho, na interpretação, o intérprete precisa seguir o ritmo do orador” (RODRIGUES, 2013, p. 37). Ainda para o autor, devemos levar em consideração que o discurso oral é “[...] marcado por diversas propriedades específicas: entonação, ritmo, dinâmica, intensidade, expressividade, postura, dentre outros” (RODRIGUES, 2013, p. 37).

Por fim, ainda segundo Rodrigues (2013), os tradutores que possuem o texto fonte escrito ou registrado em vídeo e/ou áudio têm maior tempo para construir o texto alvo, em um ritmo de trabalho mais autônomo, enquanto os/as intérpretes realizam seu trabalho no mesmo momento de enunciação do discurso proferido, “[...] sendo que quem dita o ritmo do trabalho é o orador e não o intérprete” (RODRIGUES, 2013, p. 37).

Na seção a seguir, enunciamos algumas perspectivas teóricas para aproximarmos o conceito de traduzir e interpretar em lentes pós-coloniais, o que permite relacionarmos de forma mais branda as atuais produções poéticas da comunidade surda, assim como os desafios que diferentes suportes e linguagens se colocam aos/às tradutores/as intérpretes.

⁵⁵ No sentido tradutório de levar de um lugar para o outro.

3.5 OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO EM DIÁLOGO PÓS-COLONIAL

As teorias da tradução, assim como a própria prática tradutória, são constituídas dentro de diferentes concepções da linguagem, perspectivas ideológicas e teóricas, que alteram suas definições em diálogo com outros campos do conhecimento. José Antonio Pinilla (2019, p. 597) comenta que as teorias modernas da tradução nasceram durante a segunda metade do século XX, cujas produções “[...] obedecem a uma necessidade de pesquisa no âmbito acadêmico e visam, primordialmente, a formação de tradutores”.

No entanto, como já comentamos, é a partir dos trabalhos de Holmes, que os Estudos da Tradução ganharam contornos e foram considerados como uma disciplina independente. Esteves (2009) explica que, na década de 1970, com sua formação, os Estudos da Tradução se pretendiam autônomos e com objetos específicos. Pinilla (2019) informa que foi depois dos anos de 1980 que os Estudos da Tradução incorporaram outras perspectivas em suas discussões, interagindo com áreas como a Linguística, a Literatura, a Sociologia, entre outras. Para o pesquisador, as teorias da tradução surgiram como necessidade de trazer defesa e justificativa para as práticas tradutórias.

Pinilla (2019, p. 616) atesta, ainda, que a teoria da tradução permite uma reflexão “[...] sobre o que fazemos, opções de tradução, diretrizes, justificativa de decisões e o reforço de pertencimento a um grupo”. O autor destaca que o campo pode ser visto pelo seu aspecto de vertente ética, “[...] que tem a ver com as escolhas que os tradutores fazem, mas também com a responsabilidade e com o compromisso que adquirem frente ao seu trabalho”. Pinilla (2019) conclui que as produções do conhecimento em Estudos da Tradução passam pela relação entre teoria e prática.

Andréia Guerini (2020), em seu estudo *História da Tradução: percursos teóricos*, comenta que a ausência do diálogo com autores/as brasileiros/as dentro dos Estudos da Tradução pode ser refletida em três questões: (i) desconhecimento sobre o que é produzido no Brasil; (ii) falta de acesso ao material que aqui produzimos apenas em Português; (iii) perspectiva extremamente eurocêntrica visando produções que são produzidas apenas dentro das culturas hegemônicas ou que interessa a essa cultura.

Guerini (2020) reflete, portanto, que, para pensar nos percursos teóricos dos Estudos da Tradução no Brasil, é necessário retroceder e compreender que o país convive com a tradução desde os seus primórdios, já que a história da tradução é antiga e mal documentada, mesmo que hoje os Estudos da Tradução tenham um campo de destaque no cenário das pesquisas nacionais. Atualmente, as pesquisas vinculadas aos centros acadêmicos são de

grande contribuição; entretanto, ainda há muito o que se produzir devido à diversidade de autores/as e à nossa extensão geográfica.

Maria Lucia Vasconcellos (2013, p. 34) explica que, no Brasil, “[...] a paisagem do campo disciplinar é dinâmica, adaptativa e em constante fluxo”; a autora, porém, não enxerga esse dinamismo como algo prejudicial à reflexão e à construção de uma identidade do campo. Para ela, a ideia de comunidade fortalece o sentimento de unidade da disciplina como comunidade de pesquisadores/as, assim como valoriza a multiplicidade de interesses e construtos epistêmicos das diversas formas teóricas e metodológicas de se produzir conhecimento dentro dos Estudos da Tradução.

Podemos dividir, de forma didática, os Estudos da Tradução em três gerações⁵⁶. A primeira geração é compreendida como a Ciência da Tradução (anos de 1960 e 1970), formada por matemáticos, linguistas e engenheiros, com caráter estritamente científico, pensada de uma forma mais calculada e universalista, voltando-se ao valor do original e às suas equivalências na língua de chegada.

Após a Segunda Guerra Mundial, podemos identificar a segunda geração como a Teoria da Tradução (final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980), buscando a formulação de uma disciplina, não necessariamente científica, mas que também privilegiasse os textos literários. No lugar de cientificidade, pensava-se em teorização. As preocupações voltam-se à descrição do fazer tradutório.

A terceira geração, considerada Estudos da Tradução (após a década de 1980), é reconhecida por uma consolidação da disciplina como campo que engloba diversas disciplinas, sem a necessidade de fornecer modelos e instruções de como se deve traduzir, mas elevando a tradução como comunicação intercultural, voltada à cultura e aos seus elementos, além do diálogo com diversas outras áreas do conhecimento. Os anos de 1990 foram marcados pela virada cultural, privilegiando debates em torno de questões de relação de poder, de ideologia e de como é possível manipular textos por meio da tradução.

Para Vasconcellos (2013), as interfaces com outras disciplinas impulsionaram um movimento de expansão. Desse modo, os Estudos da Tradução atualmente possuem “[...] um desenho multifacetado [...], também dinâmico, flexível e mutável, com vistas a buscar, cada vez mais, perspectivas que nos ajudem a entender e descrever nosso objeto de estudo, em suas mais variadas manifestações” (VASCONCELLOS, 2013, p. 43).

⁵⁶ A descrição sobre as três gerações refere-se a anotações de uma aula ministrada pela Professora Doutora Karine Simoni, na disciplina Teoria da Tradução, do PGET da UFSC, em 25 de novembro de 2020.

Mulinacci (2015) explica que a paisagem acadêmica da “virada cultural” nos Estudos da Tradução com os Estudos Culturais abriu uma passagem de estudos congêneres para interdisciplinares, relacionando temas como feminismo e tradução, colonialismo e tradução e, ainda, negritude e tradução (ou tradução afrodiaspórica), podendo ainda acrescentar a tradução LGBTQIA+, tradução surda, tradução indígena etc. Além disso, a virada cultural nos Estudos da Tradução começou a questionar o conceito de neutralidade do/a tradutor/a e seu papel objetivo e invisível. Essa percepção analisa o papel ativo dos/as tradutores/as e intérpretes (CASTRO, 2017). Consideramos a tradução como fruto de negociações, de escolhas, de omissões e de interferências, já que não traduzimos código a código, mas o sentido, e, no sentido, englobamos tanto a leitura de quem traduz, quanto a interculturalidade que está envolvida entre diferentes sistemas culturais e linguísticos.

Ainda, como decorrência dessa relação entre diferentes disciplinas e interesses culturais, sociológicos e antropológicos, podemos identificar, nas teorias críticas pós-coloniais e decoloniais, uma *virada tradutória*, que, conforme Costa (2010, p. 54), “[...] mostra que a tradução excede o processo linguístico de transferências de significados de uma linguagem para outra e busca abarcar o próprio ato de enunciação – quando falamos estamos sempre já engajadas na tradução [...]”.

Os efeitos dessa relação entre tradução e cultura também passam por uma noção antropológica intrínseca das dinâmicas de poder entre os conjuntos de “[...] saberes, tradições e hábitos e instituições que definem uma comunidade” (MULINACCI, 2015, p. 17), cabendo à tradução a tarefa fundamental de negociações. Ainda na relação dos Estudos da Tradução e dos Estudos Culturais pós-moderno e pós-coloniais, nos anos de 1990, foram abertos diálogos com áreas como a Sociologia, a História, a Psicanálise, a Filosofia, entre outras.

Pagano (2000) pergunta como se articulam os estudos pós-coloniais com os Estudos da Tradução. Em um primeiro momento, é importante compreendermos que as culturas que se formam nos locais colonizados passam por uma rearticulação cultural que é forjada pelo contato, pela escravização, pela migração e pela subalternização de diversos povos e grupos. Nessa perspectiva, Pagano (2000) abrange a formação cultural na colonização como uma operação ampla de tradução, deslocando para dimensões temporais, espaciais, culturais, linguísticas e narrativas. Para a autora, o sujeito pós-colonial é um “ser traduzido” e um “ser-entre-línguas” (PAGANO, 2000, p. 159).

Próprias da pós-colonialidade são a tradução, as transferências, as mesclagens, os plurilinguismos, a contaminação, a violência, a subordinação, a revolta, a sobreposição e os contornos, que não permitem mais nenhuma visão puritana sobre o pensar e o traduzir pós-

colonial. Quando pensamos nas comunidades surdas, podemos enxergá-las como sujeitos organizados coletivamente que, a partir de suas lutas pelo direito do uso da língua de sinais e o reconhecimento de suas culturas visuais, transitam entre traduções de suas línguas, suas culturas, suas reivindicações e seus pontos de vista sobre o mundo. Da mesma forma, acessam e compreendem a estrutura ouvintista e as narrativas feitas por pessoas ouvintes, por meio da tradução.

Ainda, assim como outros grupos minorizados e narrados pelo colonizador, há um processo histórico de traduzir suas histórias e contar as narrativas que os representam, diferente da metanarrativa ouvinte, médica, religiosa e jurídica. É como se aquilo que foi contado pelo ouvinte fosse uma tradução errônea do que é a experiência surda. Relembrando o Museu da Surdez descrito por Paddy Ladd (2013) a tarefa é fazer a tradução pelo anexo.

Pagano (2000) enfatiza o lugar polifônico da tradução em culturas que são carregadas de uma formação multicultural e interlíngua, em que diferentes camadas históricas podem ser compactadas em textos de sujeitos colonizados. Conforme a autora, “[...] o pensamento latino-americano sobre a tradução nasce a partir de um contexto de tensões entre línguas, memórias e histórias” (PAGANO, 2000, p. 160).

Tymoczko (2010a) percebe que os estudos do colonialismo permitem identificar os mecanismos utilizados por colonizadores por meio de tradutores/as para controle e exploração. Para a autora, as pesquisas voltadas à tradução pós-colonial empenham interesses à ideologia nas culturas que tiveram interferência colonial. A ideologia e o poder são alvos dos Estudos da Tradução em perspectiva pós-colonial (TYMOCZKO, 2010a, 2010b). Partindo da compreensão de que as relações de poder são assimétricas entre culturas pós-coloniais, torna-se impossível concebermos a tradução como uma ação separada das marcas coloniais deixadas pelas culturas imperialistas.

A tradução é movimentada dentro de uma colonialidade e de um sistema-mundo, cujos signos ideológicos do colonizador interferem diretamente nas línguas, nas culturas, na produção de conhecimento e, conseqüentemente, na forma de pensar e de fazer a tradução. Para Tymoczko (2010a), a tradução em contexto pós-colonial questiona os modelos dominantes que acreditam na necessidade de o/a tradutor/a conhecer as duas línguas e culturas para executar sua tarefa. Contudo, tais abordagens negligenciam fundamentalmente as dimensões epistemológicas do ato de traduzir, o ponto de vista de quem traduz e a possibilidade de a tradução ser uma forma de descoberta que pode preservar ou criar os conhecimentos afetados por questões políticas e ideológicas (TYMOCZKO, 2010a).

Na perspectiva adotada por Tymoczko (2010b), as diferenças semióticas e o uso do texto para a manipulação social revelam as lacunas das abordagens mais linguísticas, descritivas e funcionalistas. Assim, a autora assume que a tradução não é apenas um texto, mas um ato, um ato em contexto, mergulhado em horizontes culturais, ideológicos e políticos. Esse ato consiste em retirar intérpretes e tradutores/as da invisibilidade colocando-os/as em evidência, engajados/as na produção e na disseminação de discursos e de lutas contra opressões e injustiças sociais.

Uma importante contribuição nos Estudos da Tradução pode ser observada na articulação com os estudos pós-coloniais e o feminismo, que enriquece as temáticas tratadas pelos campos em diálogo (CASTRO, 2017). A autora explica que, da aproximação dos Estudos da Tradução e dos Estudos Feministas, emergiram as críticas sobre pesquisas focadas apenas no produto traduzido e não em seu processo, assim como os estudos meramente descritivos da tradução, centrados nas estruturas linguísticas, nas substituições de termos e nas buscas de critérios para a fidelidade tradutória, anulando de seus interesses questões subjetivas, ideológicas, temporais e espaciais de quem traduz.

Castro (2017) comenta que, na articulação teórica entre os estudos culturais e os estudos pós-coloniais feministas, o interesse volta-se à ideologia, como constituinte de todas as relações, sendo elas culturais, linguísticas e subjetivas. Em suas palavras, “[...] contemplar a ideologia como um ente alheio a quem traduz deixaria esse agente mediador e o próprio processo fora do intercâmbio cultural” (CASTRO, 2017, p. 220).

A análise da realidade por meio do prisma da cultura e da ideologia já constava na agenda dos feminismos, concebendo, dessa forma, sua relação com a tradução como mutuamente enriquecedora. Na agenda articulada entre os Estudos Feministas e os Estudos da Tradução, a cultura e a ideologia têm atenção privilegiada, já que o patriarcado, sendo parte da cultura, afeta diretamente a linguagem que traduz. Castro (2017, p. 222), ao localizar as primeiras contribuições das tradutoras canadenses no debate articulado dos campos, explica que estas “[...] concebem a tradução como uma continuação do processo de criação e circulação de significados dentro de uma rede contingente de discursos”.

Castro (2017) explicita, também, o lugar metafórico da tradução como inferiorizada em relação ao texto fonte, remetendo a ideia do autor (o homem) como produtor ativo e a tradução (a mulher) como reprodutora passiva. Além disso, a autora traz importantes reflexões historiográficas sobre o apagamento das mulheres na história da tradução, primeiro devido à atividade escrita desempenhada em especial por homens, e, depois, como anônimas, utilizando nomes masculinos para conseguirem publicar ou se passando por tradutoras para

falsear suas obras sem que as críticas ocorressem antes da leitura enviesada por uma sociedade machista. Apenas assim conseguiam fazer circular suas obras e suas denúncias contra o patriarcado. A tradução atua, portanto, “[...] como instrumento libertador, ao resgatar as mulheres de um silêncio imposto enquanto autoras, permitindo-as entrar no mundo literário como tradutoras, mas também como instrumento opressor, porque as condena à margem do discurso” (CASTRO, 2017, p. 228).

É importante explicitarmos que a articulação proposta entre as teorias sofreu críticas significativas, em especial sobre um certo essencialismo da linguagem feminista na tradução ou, ainda, como universais, já que apagaram diferenças das mulheres como se fossem um grupo oprimido unívoco (CASTRO, 2017). Colocar o gênero como centro, em síntese, exclui outras categorias que podem também influenciar na tradução.

Perspectivas atuais que articulam os Estudos da Tradução, do feminismo e do pós-colonialismo produzem conhecimento fora da ideia essencializante e biológica da mulher como estável para a proposta teórica e política feminista. Da mesma forma, a visão do significado como estável na tradução é desencorajada. Assim, outras reflexões são elaboradas dentro dos Estudos da Tradução, pois compreende-se que a tradução “[...] também pode contribuir para a transformação do cânone literário contemporâneo, optando abertamente por uma recuperação dos trabalhos de autoras silenciadas, o que, por sua vez, enriqueceria grandemente o campo da tradução” (CASTRO, 2017, p. 229).

As análises de alguns textos femininos e feministas traduzidos por homens revelam o significativo número de omissões e de exclusões de páginas e seções, assim como uso de termos equivocados. Tais ocorridos remetem ao conceito de falotraduções, que reproduzem, por meio de traduções culturais, perspectivas falocêntricas da cultura de recepção de textos acadêmicos e literários.

A emergência do feminismo negro também traz importantes contribuições para os Estudos da Tradução pós-coloniais: em primeiro lugar, pela crítica ao projeto universal da mulher e seu escamoteamento na branquitude e na cisgeneridade; em segundo, por estabelecer a tradução nas mais diferentes formas e modalidades como micropolítica de poder do feminismo negro (ARAÚJO; SILVA; SILVA-REIS, 2019). Acrescenta-se a essa perspectiva, para além da centralidade do gênero, outras categorias como raça, sexualidade e desigualdades sociais. Araújo, Silva e Silva-Reis (2019, p. 3) comentam que: “As categorias de gênero e raça não são somente sociais, mas igualmente categorias de análises linguístico-culturais”. As autoras e o autor atestam ainda que a “[...] tradução é fundamental na

construção e circulação de pensamentos e epistemologias feministas, antirracistas e decoloniais” (ARAÚJO; SILVA; SILVA-REIS, 2019, p. 3).

Outra contribuição de cunho epistemológico refere-se ao silenciamento tradutório e, conseqüentemente, à dificuldade de interlocução entre diferentes textos de mulheres de minorias étnicas em conflitos interseccionais que são similares. Isso leva a questionar os mercados editoriais e suas políticas de tradução. Além disso, revela o engajamento de mulheres negras tradutoras, ao contornar as barreiras editoriais e traduzir em espaços alternativos, constituindo o ciberfeminismo e fazendo circular o pensamento de autoras negras (ARAÚJO; SILVA; SILVA-REIS, 2019).

Para Araújo, Silva e Silva-Reis (2019), essas ações são politicamente conscientes e constituem-se como projeto político de mediação cultural feito por tradutoras. Conforme as autoras e o autor explicam, as novas gerações de tradutoras/es de textos negros relacionam-se diretamente a debates interseccionais que levam em consideração questões de raça, de geração, de sexualidade, de geografia e de simbolismo.

Finalizamos esta seção destacando que os Estudos da Tradução articulados às teorias pós-coloniais incidem na necessidade de leituras interdisciplinares e de associações pluriépistêmicas, as quais põem em relação diferentes perspectivas para pensarmos a tradução e a interpretação nas suas mais diversas camadas, materialidades, em seus espaços, suas culturas e seus grupos sociais.

3.6 INSPIRAÇÕES PÓS-COLONIAIS PARA A *PERFORMANCE* TRADUTÓRIA

Finalizamos este capítulo com uma explanação sobre o conceito de *performance* na tradução literária, de modo a refletirmos sobre o sentido do texto original dentro da perspectiva pós-colonial, assim como os diferentes modos do fazer literário que ampliam os sentidos textuais, em especial o lugar da oralidade na poesia, ou sua sinalidade, como debateremos melhor no capítulo a seguir.

Conforme Zumthor (2018), o pós-moderno, seguindo uma discussão pós-colonial, rompe com o cânone estético estrutural da instituição literária, recolocando novas formas do fazer artístico poético, em que não apenas a letra encontra seu imperativo, mas todo um conjunto de signos é convidado a se apresentar em um suporte que, em vez de ser mortificado na letra do papel, vivifica-se na multimodalidade do vídeo. Nessa visão, a “invisibilidade” poética já não é possível, uma vez que o corpo tem história, ele não é apenas produtor ficção, é realidade que pulsa e produz sobre outros signos.

Ao olharmos para as produções contemporâneas, podemos observar a transgressão da letra em todas as semióticas que compõem as poesias com batalhas de *Slam*, poesias surdas, poesias audiovisuais Kayapó⁵⁷, entre outras produções que não podem ser só letra e texto; são poesias que não cabem em um papel branco pronto a ser preenchido por letras mortas. A vida é o corpo, a letra é a música, o ritmo é a dança, e a métrica é o instrumento.

A subversão histórica não é apenas de conteúdo, “a era da política da literatura”, mas também de seus modos de produção, seu suporte e seu espaço de circulação. O dialogismo intermediático presentifica o autor e aproxima as linguagens até então secundárias. A força é um corpo, um gesto e um instrumento, em que tudo é signo-poético. Conforme Zumthor (2018, p. 68): “Na situação performancial a presença corporal do ouvinte e do intérprete é presença plena, carregada de poderes sensoriais, simultaneamente, em vigília”. A *performance* é, assim, “[...] ato de presença no mundo e em si mesma. Nela o mundo está presente” (ZUMTHOR, 2018, p. 67).

Augusto (2017, p. 9) reflete que a tradução é um ato ontológico e que, para poesias afro-americanas, por exemplo, deve levar em consideração a “[...] interação verbal, os harmônicos verbais, a espontaneidade da performance, o próprio público, o cenário, e os efeitos não-verbais”. Para quem pensa em traduzir textos como *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo, é bom “[...] ter em mente as imagens, sons e objetos que ganham vida nele”, mesmo sendo o suporte apenas escrito, pois tais elementos reverberam em tais textos (AUGUSTO, 2017, p. 9).

Partindo da reflexão de Flores e Gonçalves (2017), que comentam que a tradução de uma *performance* exige uma outra *performance*, podemos pôr em suspeita o sentido da antropologia e o desafio para o original, em uma condenação do que seria a fonte, a essência e a verdade. O original perde-se porque o texto é composto de várias vozes. Para Flores e Gonçalves (2017), um enunciado nunca é original e nunca é último.

Tatiana Nascimento dos Santos (2014), em uma lente das teorias da tradução de feministas negras lésbicas, traz uma reflexão contra-hegemônica das perspectivas clássicas sobre o valor da originalidade e a busca pela equivalência textual, como se fosse possível encontrarmos a partir da racionalidade (o logocentrismo) a precisão de significado entre as línguas, como se houvesse uma universalidade dos sentidos e uma hierarquia entre o texto fonte e o texto traduzido. Por isso, é preciso trazermos para o debate o corpo que traduz,

⁵⁷ Como exemplo, o Kworo Kango (letra e vídeo), canto indígena da tribo Kayapó – vídeo de Moacir Silveira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TQNMkjinjq-w>. Acesso em: 20 jun. 2021.

manipula e trafica sentidos, que transforma textualidades, “constrói e performa sentidos” (SANTOS, 2014, p. 104).

A tradução encaixa-se na chave da *performance* do corpo que vive a linguagem, que faz a mediação de texto no calor do tempo real, para fixá-lo na materialidade do tempo que congela os sentidos. O tradutor flui nas suas correntes de assimilação da vida dos discursos e dos letramentos que o interpela, amadurece, avança, retrocede, e isso tudo é da linguagem e se fazendo pela linguagem; modifica-se, assim, os sentidos. Ontem traduziríamos de forma diferente de hoje.

Santos (2014, p. 27) explica que “[...] teorias contra-hegemônicas de tradução estão preocupadas com o império logocêntrico do sentido e seus trânsitos pelo reino da equivalência perfeita”, o que em síntese contesta os pressupostos racionais da tradução e da fidelidade, da tradução e da equivalência, postos pela teorização europeia moderna sobre tradução. Para a autora, para além da textualidade, é necessário trazeremos “[...] o corpo, corporeidades, sexualidades, peles ao cerne do debate” (SANTOS, 2014, p. 27).

Ainda para as discussões da tradução dentro do feminismo negro, trazemos reflexões do importantíssimo dossiê Tradução e Feminismo Negro, organizado por Araújo, Silva e Silva-Reis (2019). As autoras e o autor compreendem que o ato de tradução de um texto é sempre performático, de elocução e de manifestação de vozes. Especificamente para tradutoras negras, o ato em si não é realizado apenas com a materialidade linguística textual, mas também pelo corpo e pela vivência, o que não permite a tradução ser uma tarefa neutra, já que a tomada da palavra é sempre ideológica e carregada de sentidos. A tradução assim é vista como transvivência, inspirada no conceito de “escrivivência” da escritora Conceição Evaristo (ARAÚJO; SILVA; SILVA-REIS, 2019).

As abordagens feministas negras sobre a tradução discutem sobre os fluxos de obras que são publicadas em determinados países, analisando as políticas de tradução e as manutenções ideológicas a partir da escolha do que se deve traduzir. Ainda, refletem sobre quem traduz e como diferentes perspectivas sobre determinado assunto podem impactar diretamente na recepção de uma determinada obra em um dado contexto. No mesmo dossiê, Collins (2019) explicita isso ao discorrer sobre como escritos de mulheres negras eram traduzidos de forma mais estereotipada na língua alemã por tradutores homens brancos.

Araújo, Silva e Silva-Reis (2019, p. 3) ainda acrescentam o quanto a tradução é importante para a circulação de epistemologias “[...] feministas, antirracistas e decoloniais, em um mundo no qual ainda prevalece, nos mais diversos campos de conhecimento, uma hegemonia branco-eurocêntrica, patriarcal, cisgênera e (neo)colonialista”. Nessa linha, o

contexto de colonização e de miscigenação brasileira exclui com maior veemência as mulheres negras dos mais variados espaços e instituições, o que as fizeram ser o outro do outro, já que aspectos economicistas sobre a classe deixam questões de gênero e de raça de fora. Debates feministas voltam-se apenas a mulheres brancas, e as discussões sobre raça não abordam a experiência da mulher negra. Assim, Araújo, Silva e Silva-Reis (2019) fazem um convite para pensar o feminismo na perspectiva Améfrica, um feminismo afrolatinoamericano, fazendo menção ao pensamento de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

Isso implica dizermos que, para o feminismo negro, a tradução está relacionada às questões de raça, de gênero, de sexualidade, de classe e de simbolismos. Ainda nessa acepção, a tradução é vista como uma ferramenta possível para a descolonização pensada dentro dos estudos pós-coloniais, isso porque ela é vista como um capital simbólico de letramento, podendo promover sinergias, capaz de reunir as vozes e a copresença de discursos (ARAÚJO; SILVA; SILVA-REIS, 2019).

Na perspectiva adotada, reconhecemos que as práticas de linguagem são racializadas e “[...] igualmente interseccionadas por gênero, geração e sexualidade, percebe-se que a tradução, enquanto prática linguístico-cultural, compõe igualmente esse bojo” (ARAÚJO; SILVA; SILVA-REIS, 2019, p. 5). Conforme as autoras e o autor abordam, as políticas de tradução sempre inviabilizam os pensamentos de mulheres negras, ou as deixam de representar na mídia e na literatura traduzida ou as representam sobre signos estereotipados. Por isso, o lugar de *performance* é o ato de traduzir-se e de como “se portar” em “corpo” e “vivência” na lida com as textualidades que nos exigem experienciar um lugar Outro, ideológico, histórico, marcado, discursivizado e discursivizante, subjetivo e subjetivizador.

Carrascosa (2017, p. 73) atesta que “[...] o trabalho tradutório configura-se como exercício de uma performance em si, a partir da qual emergem subjetividades transformadas e transformadoras”. A tradução sempre estará entre diálogos subjetivos e axiológicos nem tão sempre bem delineados e dificilmente perceptíveis, já que carrega um corpo de vivência única, que tenta receptionar em si um discurso outro.

Para a pesquisadora-tradutora, o ato performático é um deslocamento da demanda representacional para o outro, é uma disseminação de imagens; desse modo, tanto a linguagem quanto a tradução serão sempre performativas. Ainda, reconhecendo a episteme que emerge da performatividade do corpo e dos símbolos que dele emergem, Carrascosa (2018, p. 81) percebe que os “[...] gestos performáticos configuram um canal estético corporal vocal para traduzir a realidade cotidiana opressiva (corporal e mentalmente), alterando sua ordem simbólica na série histórico social”.

A autora analisa a tarefa do tradutor no sentido ético-político, como uma dobradiça que constitui intimidade com o texto literário e que possibilita a abertura do eu para o outro da cultura. Para Carrascosa (2017, p. 69), o tradutor opera na função do discurso, podendo manipular a “[...] zona significante de deslizamento de significados que não preexistem ao discurso, mas que são produzidos na cena mesma dos atos de fala a depender de suas contingências”. A pesquisadora reflete sobre a tradução afrodiáspórica e descreve o tradutor como um administrador, “[...] capaz de curar/envenenar as relações de força agenciadas pelos regimes de signos violentamente subalternizantes” (CARRASCOSA, 2017, p. 73), como o racismo etnocida e epistemicida.

Isso contesta um trabalho fidedigno da tradução não como ato mecânico e totalmente consciente, mas performático, (in)consciente, leitor-interpretativo, antropofágico, memorístico e criativo. No contexto pós-colonial, podemos observar a tradução como transcrição, ampliando seu repertório ao considerar o corpo, as oralidades e os símbolos do roteiro da conquista.

Collins e Silva-Reis (2019) lembram que a tradução não é politicamente neutra, e que justamente por nem todas as ideias poderem ser traduzidas, sendo traduzidas, pode em seus processos de domesticização apagar cosmovisões, driblar aspectos sexistas e/ou racistas de um/a determinado/a autor/a. A tradução pode forjar determinados aspectos ideológicos ou, ainda, retirar uma ou mais perspectivas que podem ser postas dentro de uma dada materialidade textual. Para além disso, a escolha do que se traduz está diretamente ligada à ideologia do mercado ou ao voluntariado de tradutores que se organizam ideologicamente para trazer determinados/as autores/as para circular em sua comunidade linguística, ou levar textos de sua comunidade linguística para outros grupos linguísticos.

Quando pensamos nas línguas de sinais, os aspectos relacionados ao mercado editorial ficam à margem da comercialização de suas produções, já que são raras as editoras que promovem publicações em videolibras de textos surdos. Assim, as traduções que ocorrem com os textos literários surdos são geralmente traduzidos por ativistas que se engajam para tornar acessível aos ouvintes o pensamento surdo, ou, ainda, de forma muito mais recorrente, a tradução de discursos ouvintes que circulam socialmente, em especial na mídia, para que a comunidade surda tenha acesso. Collins e Silva-Reis (2019), ao abordarem o projeto (de Collins) com a tradução, baseiam-se em traduzir o discurso dominante com o objetivo de este ser útil para a busca por justiça social; isso significa traduzir o discurso dominante de forma que seja útil para os projetos de justiça.

Ainda dialogando com Carrascosa (2017), compreendemos que a atividade tradutória “[...] não configura apenas um trabalho instrumental comunicativo de ampliar a acessibilidade [...]; mas, suplementarmente, produz performatividade na linguagem capaz de deslocar, descentrar e rearticular possibilidade de sentidos reversos [...]”. Campos (2011, p. 125), percebe a “[...] tradução como apropriação transgressiva, e hibridismo (ou cruzamento) como a prática dialógica de expressar o outro e expressar-se através do outro, sob o signo da diferença”. O ato em si é de devoração, não exato ao “bel prazer”, mas para imitação, incorporação, transfiguração e/ou transcrição transgressiva. Mescla e hibridismo linguístico são tônicos do fazer poético da tradução que não se subjugam, mas fazem contraversão ao que se põe original.

No texto *Da Transcrição: poética e semiótica da operação tradutória*, apresentado por Haroldo de Campos, em 1985, no II Congresso Brasileiro de Semiótica, o autor, em um recorte específico para o debate da tradução no campo poético, apresenta sua tese conceitual de identificar a tradução de poesias como *transcrição*, flexionando o termo também para reimaginação, transtextualização, transluminação e até mesmo transluciferação (CAMPOS, 2011).

No debate em questão, a textualidade epistêmica haroldiana coloca em evidência a culturmorfologia, as formas culturais, a problemática da temporalidade (tradução sincrônica, diacrônica) das produções poéticas e seus complexos de elementos significativos. Explorando sobre o isomorfismo, a impossibilidade da tradução, a chave que se abre na perspectiva defendida é que a tradução opera sobre o que não é linguagem em um texto, ou melhor, sobre o resíduo não linguístico do processo de significação. Isso incorre que, na tradução poética, “[...] quanto mais difícil ou mais elaborado o texto poético, mais se acentuaria aquele traço principal da impossibilidade da tradução” (CAMPOS, 2011, p. 16). Nesse sentido, as impossibilidades da tradução poética decorrem da fragilidade da informação estética, e é nessa perspectiva que se propõe a recriação de textos poéticos.

Campos (2011) utiliza o conceito de transcrição para entender que o ato de traduzir envolve criação e imaginação. Além disso, esse neologismo exprime a insatisfação com a ideia de tradução ligada aos pressupostos ideológicos de restituição da verdade (fidelidade) e da literalidade. Para o autor, o significado transcende do original e flutua. Isso permite a contestação das ideias de caráter universalizantes de fundação iluminista, que creem na existência de uma verdade a ser descoberta e encontrada, que existe um original a ser codificado de forma fidedigna.

Pensando a partir de Taylor (2013), podemos pontuar que a lógica pós-colonial da tradução contesta os modelos de logocentrismo que tomam a escrita como imperativo para a construção de verdades e de conhecimento e a colocam como única prova de presença, na lógica do arquivo e do poder da escrita. O processo de colonização utilizou a prática (ir)racional do aniquilamento do outro e da diferença, tornando(?) (tentando tornar) a paisagem cultural e linguística hegemônica, unilateral e totalizante.

Para além das fronteiras docializadas ou domesticadas, ou até mesmo as fundamentalistas, o olhar que se produz no seio pós-colonial é de uma tradução não pura, de contatos não com a brandura, mas com a violência, impactada e afetada, transformadora e in(corporada) e in(corporável), respaldada em um dialogismo que cria. É nesse dialogismo (im)possível que a *performance* de povos tradicionais ou da diáspora africana são postos como uma estética oriunda de um conhecimento que reafirma o lugar da presença performática como inscrita e produção de uma episteme. Carrascosa (2018, p. 84), ao elencar pontos de uma crítica performativa, ensina que “não vale tirar o corpo do palco!” e que “o verbo é a carne do presente”.

Comunidades de tradições orais ou sinalizantes, como as comunidades surdas, podem apresentar suas produções culturais e poéticas como matéria de suas intelectualidades e de sua cosmovisão, pois o arquivo está no corpo, nos rituais, nas tradições e nas formas de se fazer o saber, recolocado e retraduzido na modernidade. A tradução reafirma-se na criação, na *performance*, na vivência, na experiência e nos olhares que fogem da presença arquivista eurocêntrica.

Partindo do princípio que traduzir exige tipos de negociações entre a língua de partida e a língua de chegada, a consciência do ato de negociar e modificar, escolher e descrever, é fundamentalmente ética. Em específico, ao pensarmos em textos poéticos ameríndios, como descrito por Rothenberg (2006), esse tratamento é ainda mais atenuado ao relacionarmos a sua peculiaridade poética, que transpassa o efeito de transferência lexical, incluindo, em sua poética, uma sonoridade não captável pela lógica da escrita, o que tensiona a tradução a acurar as possibilidades de registrar significados para além do logocentrismo grafocêntrico.

Rothenberg (2006) traz essas observações ao discorrer sobre como lidar com o intraduzível, com elementos que são tão importantes quanto as próprias palavras. Isso porque, como comentamos, a tradução pode atenuar o desaparecimento de certos elementos que possuem significações e pode apagar uma estrutura microcós mica de sentidos do poema. Traduzir canções ameríndias, para a autora, é estar repleto de elementos não transponíveis em palavras, com ornamentos sonoros, instrumentais, icônicos (entre outros), que não se

enquadram na lógica tradutória grafocêntrica. Assim, para Rothenberg (2006), traduzir é remanescer, é criar um poema em um outro lugar que é análogo.

Salientarmos o sentido de uma poema-som, considerando a música dentro da gama de um idioma e preservando, por meio de descrições, o todo que compõe a *performance* poética ameríndia, é uma pista metodológica de como não exterminar traços culturais e físicos nas traduções de poéticas performatizadas por comunidades e povos que produzem poesia em uma lógica para além das limitações impostas pela tradução e pela escrita.

Por fim, resgatando Cardozo (2018), pensarmos na história da tradução e nos seus diversos conceitos leva-nos a refletir sobre em que medida as práticas tradutórias preservam, transformam, remodelam, consolidam imagens e “[...] valores críticos de obras e autores, bem como os valores éticos, estéticos, políticos e ideológicos representados por obras traduzidas ou por um recorte representativo de uma literatura” (CARDOZO, 2018, p. 7). É olhar o ato de tradução também como alteridade, de não deixar de ser um texto outro, sendo uma condição que “[...] lhe é inalienável, não lhe é dada outra possibilidade, a não ser, a de ser outro texto” (CARDOZO, 2018, p. 7).

Taylor (2013) aponta que uma teoria da tradução, em discursos pós-coloniais, é articulada à ética da diferença, sendo ela singular, produzida entre brechas e fissuras, entre as diferenças, continuidades e proximidades. Em *performances* tradutórias, o próprio ato é um instante irreproduzível, e a alteridade atualiza-se e foge da fixação.

Tomando as discussões apresentadas como lentes, vimos a tradução em Libras, em suas mais variadas possibilidades e direcionalidade, como *performance*, sempre recreativa, como forma de alteridade e contínua. Longe de esgotarmos o debate sobre a “(in)verdade” do texto, apenas abrimos o leque conceitual sobre o sentido de traduzir e interpretar, adotando uma visão menos autoritária sobre o pertencimento do original ou a verdade sobre o traduzir. Em especial, as novas modalidades e intermédias colocam-nos elementos a serem considerados, mas que nos abrem possibilidades tanto práticas como teóricas, de modo a apontar novos desafios na história da tradução e no que compreendemos em teoria sobre o que é traduzir e interpretar.

4 DIREITOS HUMANOS, LITERATURAS E TRADUÇÃO

Figura 18 – Obra *Unfolding the soul of black deaf expressions*



Fonte: Imagem extraída de *RIT/NTID Dyer Arts Center*.⁵⁸

A arte surda está ligada ao seu tempo histórico e traz, em suas mensagens, não apenas a experiência surda, mas também a experiência de ser surdo e ser atravessado por outros marcadores e identidades que constituem os sujeitos históricos. Um exemplo desses atravessamentos pode ser observado nas comunidades Negros/as surdos/as, surdos/as indígenas, mulheres surdas, LGBTQIA+, surdos/as imigrantes, surdos/as da classe trabalhadora, surdos/as da periferia, surdo/as não letrados/as na língua escrita de seu país ou mesmo em língua de sinais, surdos/as cegos/as e surdos/as com outras deficiências, são parte de uma comunidade surda que é plural, mesmo que, no seu interior, seja salientado muitas vezes e tão somente a experiência surda.

O fato de a língua ser um elemento de pertencimento da comunidade surda parece congrega a diversidade surda em espaços onde a língua de sinais é imperativa e homogênea, debates sobre a comunicação e direitos linguísticos se sobressaem a outros debates identitários de opressões cruzadas. Infelizmente, em espaços e movimentos sociais e políticos, predominantemente compostos por pessoas ouvintes, muitas pessoas surdas não se sentem confortáveis para posicionar suas bandeiras, principalmente por serem espaços que não congregam intérpretes de Libras e que não articulam as lutas surdas as suas reivindicações. Ainda muitos movimentos políticos geralmente não se interessam pela língua de sinais e a história das pessoas surdas.

Um exemplo de movimento que intersecciona suas pautas é a organização do Movimento Negro Surdo no Brasil e nos Estados Unidos⁵⁹. A obra da Figura 18, apresentada

⁵⁸ Disponível em: <https://dyerartscenter.omeka.net/exhibits/show/blackisblack2/item/384>. Acesso em: 20 set. 2021.

⁵⁹ Ratificamos que os movimentos negros assim como os movimentos surdos e negros surdos no Brasil e nos EUA possuem processos históricos diferentes, em especial pela política de *apartheid* nos EUA e de branqueamento da população no Brasil.

anteriormente, do artista negro surdo Fred Michael Beam, intitulada *Lift every voice and sign* (Erguer todas as vozes e sinais), retrata a experiência da mobilização de negros surdos nos Estados Unidos em concomitância ao movimento “Vidas Negras Importam”. A comunidade negra surda conseguiu imprimir o valor da Black ASL⁶⁰ e denunciar que, dentro e fora das comunidades surdas, pessoas negras surdas sofrem racismo.

Santos (2019), por exemplo, relembra os efeitos do *apartheid* na educação de surdos/as americanos/as, em que escolas de brancos/as surdos/as e negros/as surdos/as eram separadas, concedendo à comunidade negra surda estruturas precárias e menos recursos educacionais. Além disso, professores/as bilíngues brancos/as geralmente se recusavam a lecionar nessas escolas, o que causou duas situações: lacunas de determinadas disciplinas em alguns períodos e o aumento na formação de professores/as negros/as bilíngues para assumirem a escolarização de negros/as surdos/as.

A Figura 18 mostra diferentes telas que retratam cenas de um homem negro de capuz que, em diferentes *frames*, realiza um movimento com as mãos, soltando-as para cima, como se estivesse se expressando. Na descrição da obra, explana-se que: “A Comunidade Negra e os seus aliados marcharam para lutar pelo seu direito civil. Desta vez, nós, Comunidade Negra Surda, estamos a vir à luz com os sinais que são bem conhecidos na Comunidade Surda. A ASL Negra está aqui para ficar na tela e sem tirar o capuz!”⁶¹.

A crítica faz alusão ao levante dos movimentos negros, em especial negros/as surdos/as, que se posicionam frente ao racismo e ao ocultamento de suas presenças nos mais diversos espaços. A valorização da *Black ASL* e da cultura negra surda que ergue seus sinais é uma das mensagens que a obra mostra. A mensagem “sem tirar o capuz” refere-se ao lugar de marginalização das pessoas negras e o medo racista branco de lerem homens negros como ameaça, taxados e estigmatizados como perigosos.

A arte que faz parte da exposição *Black Is Black: Blackity AF da 2020* reúne obras de artistas negros/as surdos/as testemunhas, denunciando a ocultação de suas produções, mostrando o rompimento com os silenciamentos e suas jornadas de cura. A exposição traz justamente a problemática da marginalização das comunidades negras surdas, que são alvo de múltiplos preconceitos, assim como ignorados, sejam por pares surdos brancos ou negros ouvintes. Conforme é explanado no *site* da exposição, negros/as surdos/as continuam a ser

⁶⁰ *Black ASL* é uma variação linguística criada por negros/as surdos/as americanos durante o *apartheid*.

⁶¹ Texto fonte: “Black Community and its allies have marched on to fight for their civil right. This time, we BlackDeaf Community are coming to the light with the signs that is well known in Deaf Community. Black ASL are here to stay on the canvas with hood on!” Disponível em: <https://dycartscenter.omeka.net/exhibits/show/blackisblack2/item/384>. Acesso em: 3 out. 2021.

ignorados como se não houvesse racismo nas comunidades surdas, ou mesmo ouvintismo dentro dos movimentos negros. Nas palavras da organização: “A interseccionalidade desempenha um papel vital na vida de muitos Surdos Negros. Não só experimentamos o racismo. Enfrentamos múltiplas opressões de forma simultânea” (RIT/NTID Dyer Arts Center) Sexismo, machismo, misoginia, classismo, LGBTfobia, gordofobia, capacitismo, ouvintismo, preconceito linguístico, epistemicídio linguístico são opressões que podem se entrecruzar nas experiências surdas. A exposição ainda denuncia a exploração física e emocional, a apropriação cultural, as microagressões e a estereotipização sofrida pelas comunidades negras surdas.

Ainda, conforme consta na descrição do evento, a exposição não objetiva apenas celebrar a negritude surda, mas também objetiva demonstrar a evidente vulnerabilidade e dor de cada negro/a surdo/a através da arte. “A negritude é a sobrevivência e a felicidade de negros/as surdos/as” (RIT/NTID Dyer Arts Center). As obras trazem os traumas geracionais e as diferentes camadas de violências contra negros/as surdos/as. Para a organização, a exposição “[...] é um grito da negritude. É um grito para que as obras recebam a atenção com honra como os seus antepassados desejam” (RIT/NTID Dyer Arts Center).

No Brasil, podemos citar como importante mobilização o Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo (CNISNS), o qual reúne ativistas, artistas, poetas, pesquisadores e aliados que debatem a situação de negros/surdos de forma coletiva. Tenciona-se o mito de que dentro das comunidades surdas não há racismo, já que a experiência da opressão ouvintista afeta a todos/as os/as surdos/as de forma igual, possibilitando que a comunidade surda se emane sem diferenças.

Neste capítulo, abordaremos a concepção sobre Direitos Humanos adotada, apontando a filiação teórica em diálogo com Pires (2017, 2018), Gonzalez (2020) e Collins e Bilge (2021). Nessa linha, apresentamos o conceito de interseccionalidade debatido por Akotirene (2020), de modo a explicitar a contribuição desse conceito para pensarmos os Direitos Humanos amefricanos e interseccionais.

Na sequência, refletimos sobre a interseccionalidade dentro dos Estudos Surdos e sua relação com os Direitos Humanos, além de dialogarmos com algumas pesquisas que trabalham com mais de um marcador identitário, como a aplicação do conceito na análise de desigualdades sociais. Em seguida, debatemos sobre os Direitos Humanos e as pessoas surdas, demonstrando indicadores percentuais de como a comunidade surda compreende os Direitos Humanos, assim como as principais pautas de reivindicação como os direitos linguísticos e educacionais, além de debates interseccionais. Depois, abordamos a relação entre literatura e

Direitos Humanos, para apontar as temáticas e a formulação de um campo que compreende a literatura como ferramenta política e de transformação social. Com isso, abrimos diálogo também com os estudos em literatura surda e as produções surdas que pautam narrativas sobre injustiças sociais e violação de direitos. Por fim, apresentamos como a tradução da arte e da literatura bem como o agenciamento de intérpretes e tradutores/as podem contribuir com movimentos sociais e agendas políticas de grupos minoritários. Visualizamos experiências reais e contemporâneas de intervenções linguísticas e semióticas (seja pela tradução textual ou em imagens, como fotografia, vídeos, documentários etc.), que impactam diretamente na disseminação e na circulação de narrativas para além daquele contexto social e linguístico situado.

4.1 DIREITOS HUMANOS EM CHAVES PÓS-COLONIAIS AMEFRICANOS E INTERSECCIONAIS

Os grandes horrores da humanidade são acontecimentos que fazem parte de nossa história recente, atual e possivelmente vindoura. A criação da ONU foi um exemplo da tentativa de institucionalizar a administração dos horrores oriundos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que, embora tivera como principal vítima os Judeus, perseguiu diversos outros grupos considerados indesejados pelo regime de Adolf Hitler. Os grupos de extermínio nazista consideravam uma gama de sujeitos como pertencentes a uma “raça inferior” e pernicioso. A justificativa considerava crime contra a raça aariana pertencer a alguma raça inferior, como a judia ou, então, grupos tais quais: ciganos, pessoas com deficiência, negros, surdos, homossexuais, poloneses, prisioneiros de guerra, além dos que consideravam ser opositores as suas ideologias políticas.

Da dor da Segunda Guerra Mundial, nasceu a ONU, principal instituição no âmbito mundial que gere, na sua fundação, o principal documento da integridade humana acordado entre países: a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Perlbart (2018) faz a crítica a uma mobilização internacional que só ocorre quando a dor é branca, cujas técnicas de tortura apenas se aprimoraram e se voltaram contra a raça aariana, que até então se fazia desconhecer dos holocaustos que cometera com povos não brancos. Para o autor, a Europa suportou bem os crimes cometidos contra as pessoas negras, mas se escandalizou quando o mesmo ocorreu com os seus. A *plantation* nas Américas foi o laboratório do que mais tarde viria a ser os campos de concentração nazistas. Esse ímpeto destrutivo já estava presente nas ações dos colonizadores. A aproximação entre negros e judeus é de serem vítimas da racionalidade e do

humanismo, mas o afastamento é perceptível na forma como a comoção mundial se organizou para que tais violências contra os judeus não acontecessem novamente e que essa memória fosse preservada.

Voltando à Declaração Universal dos Direitos Humanos, esse documento, com aspirações universalistas, aborda um tratado de diálogo entre os países em busca de evitar uma Terceira Guerra Mundial, combater as desigualdades e assegurar a dignidade humana. É irônico o fato de os estados-nações que participaram das atrocidades contra a humanidade, durante a Segunda Guerra, e os motores da colonização serem os proponentes estratégicos da fundação da ONU. Embora dúbia essa formação, os Direitos Humanos institucionalizado como Carta Magna entra em uma arena de luta pelo seu significado e suas ações. Os Direitos Humanos estão em constante disputa e sua finalidade vem ampliando debates para além da textualidade primária proposta em 1948. Como aponta Santos (2019, p. 56), a “[...] Declaração Universal dos Direitos Humanos não problematiza as questões multiculturais que questionam os discursos de universalizar os sujeitos”.

Ribeiro e Joo (2015) compreendem que, na contemporaneidade, ocorre um esvaziamento do sentido dos Direitos Humanos, o que nos tangencia a olhar as cargas axiológicas presentes nas diferentes definições para o sentido das palavras “pessoa” e “humanidade”. Essa reflexão induz-nos a voltar um pouco o cursor histórico para não cairmos na inocência de ler o que chamamos de Direitos Humanos de forma romantizada ou atemporal, como nos alertam Ribeiro e Joo (2015). Quem é o humano dos Direitos Humanos? Qual o perfil pensado e traçado historicamente para definir o conceito de modernidade?

Assim, para tratarmos de dimensões pós-coloniais, seja nas discussões dos Estudos da Tradução, seja nos Estudos Surdos, dos Direitos Humanos ou da Literatura, ocupamo-nos dos correlatos conceituais de Modernidade, da Colonialidade e do Racismo, compreendendo esses três termos como imbricados na formulação das ciências modernas. É importante ressaltarmos que a colonialidade é a metodologia inaugural da modernidade onde se moldam as formas sociais em uma matriz de poder de larga duração que se estrutura em especial sobre a raça⁶², mas também em gênero, classe e sexualidade.

Para explicitarmos esse ponto, o qual será lido na lente interseccional adiante, fundamentarmos o conceito de Direitos Humanos é um dos pontos fulcrais para pensarmos a atuação de intérpretes e tradutores/as que atuam com literaturas surdas que reivindicam violações de direitos e denunciam injustiças sociais. As filiações desse diálogo teórico

⁶² Raça como motor do racismo e a mais valia do capitalismo.

emergente das proposições realizadas por Thula Pires (2018) racionalizam as discussões sobre Direitos Humanos, especialmente no contexto brasileiro. A autora anuncia uma percepção afrocentrada que é atravessada por raça, classe, gênero e sexualidade, tidas como categorias estruturais e estruturantes, tanto das intersubjetividades quanto das instituições da modernidade.

Partindo da perspectiva assumida por Pires (2018), reconhecemos que os Direitos Humanos não são neutros (assim como já apontamos sobre a ciência, a pesquisa acadêmica e a tradução), mas, sim, maquiados de neutralidade e de universalidade, o que lhes permite uma agenda hierarquizada que violenta grupos sociais minorizados. Não apenas nos Direitos Humanos, mas na própria dinâmica do funcionamento do direito isso é perceptível.

Dialogando com Frantz Fanon, Pires (2018) explana a construção de uma linha que separa a zona do não humano no projeto da modernidade a partir da categoria de raça. Para a autora, o padrão de humanidade é “[...] determinado pelo sujeito soberano (homem, branco, cis/hétero, cristão, proprietário e sem deficiência), também ele definirá o sujeito de direito a partir do qual se construirá toda narrativa jurídica” (PIRES, 2018, p. 66). A pesquisadora explica que o direito se atualiza em sintonia com o seu momento histórico e na modernidade, volta-se para a implementação de liberdades e justificativas dos interesses da racionalidade colonial.

Sobre esse construto, Adilson Moreira (2019) faz um profícuo debate sobre a condição da constituição do que é o direito e sua narrativa junto ao jurista branco. O direito é pensando em uma lógica europeia e se constitui dentro da mesma matriz de pensamento racista, baseado na ideia do jurista como intérprete do direito, acreditando exercer uma racionalidade interpretativa afastada do objeto, como ocorre com as ciências naturais, criando modelos científicos neutros dentro do campo das humanidades. Para Moreira (2019), o jurista como intérprete não atua e toma decisões fora do seu contexto histórico, estando inserido em um horizonte situado no tempo. Assim, raça, por exemplo, é uma categoria interpretada de diferentes formas em diferentes momentos, dentro de determinados sentidos sociais construídos em processos intersubjetivos na interação social (MOREIRA, 2019). Da mesma forma, poderíamos acrescentar que gênero, sexualidade, surdez e deficiência são conceitos que vão ter interpretações jurídicas diferentes na história.

O autor analisa como pensa um jurista branco, explicando que este recorre a categorias de medidas universais para todos os grupos, excluindo que diferentes grupos são interpelados por convergências de fatores de discriminação, como racismo, questão de classe, gênero e sexualidade. O jurista branco possui um olhar sobre o direito, forjado nas bases de uma

perspectiva epistemológica “[...] em uma posição que o leva a assumir que todas as pessoas possuem a mesma experiência social” (MOREIRA, 2019, p. 119).

Moreira (2019) informa que não existe uma posição neutra dos juristas brancos. Essa descrição é um discurso que beneficia tão somente o interesse de membros de grupos majoritários. O não recorte interseccional dentro da interpretação jurídica, por exemplo, mostra o desejo universal de perceber a existência das pessoas de forma abstrata. O jurista branco “[...] apresenta para si mesmo e a sociedade como um sujeito abstrato” (MOREIRA, 2019, p. 122).

O autor não reflete sobre o marcador da experiência surda, mas sobre a difícil garantia de neutralidade de juristas ouvintes ao interpretarem a presença das pessoas surdas nos mais variados contextos. Em primeiro lugar, a lógica estrutural ouvintista não possibilita a ascensão das pessoas surdas ao debate jurídico qualificado e a ocupação de cargos no magistrado, visto que há poucos exemplos. Em segundo lugar, os aspectos culturais e linguísticos das pessoas surdas, assim como outros marcadores identitários, são geralmente ignorados em interpretações legais, focando em argumentos de incapacidade, deficiência e limitações⁶³. O direito parece dialogar muito mais com a narrativa mestra da medicina do que os de cunho antropológico, sociológico e oriunda de grupos minorizados.

Lentes nacionalistas em prol da língua portuguesa em detrimento da Libras também são postas em jogos de interpretação sobre as pessoas surdas. No pleito pelo Enem em Libras, um determinado argumento contra a aplicação da prova em videolibras, feito por uma jurista, era que a Libras não substitui a língua portuguesa; assim sendo caberia às pessoas surdas bilíngues realizar exames na língua oficial do país. Essa mesma lógica é aplicada em concursos públicos e até mesmo em instituições de ensino públicas e privadas.

A fundação do direito em proposições lógicas que operam separadas de outros sistemas sociais forma, segundo Moreira (2019), uma falsa concepção de que a justiça é operada por sujeitos neutros e imparciais. Esses sujeitos operam baseados em teorias hermenêuticas que acreditam que o jurista é capaz de se deslocar de sua consciência e atuar de forma afastada dos objetos do mundo. Para o autor, metodologias de interpretação do texto jurídico buscam a precisão das palavras e seus sentidos exatos com análises linguísticas e suas relações lógicas. Esse é o mesmo princípio que alguns intérpretes e tradutores/as utilizam para legitimar as suas escolhas tradutórias de forma neutra e funcional. É a mesma lógica da pesquisa e da produção científica nas Ciências Humanas. A neutralidade é uma grande

⁶³ Seria interessante uma pesquisa que foque na interpretação de sentenças envolvendo pessoas surdas, no intuito de analisar quais os argumentos e os termos acionados para a justificativa de decisões jurídicas.

narrativa que envolve desejos de estabelecer uma verdade fora das interferências conscientes e/ou inconscientes que interpelam os sujeitos que, para muito além de operar, atuam nas relações institucionais e sociais.

O autor observa como se cria nessa narrativa um sujeito transcendente, que, a partir das ferramentas do formalismo jurídico, alcança os sentidos da norma e aplica o direito de forma objetiva, neutra e legítima. É como se a individualidade de quem interpreta o direito desse lugar do sujeito metafísico e racional se desvincula de todas as categorias que o compõe, como raça, sexo, sexualidade, classe social, e acrescentaria sua condição ouvinte, sem deficiência, a determinadas crenças religiosas e/ou valores.

Assim, o direito é produzido como discurso e ciência dentro de um sistema social e moral, sempre justificado por sua lógica interna (formalista, hermenêutica, propositiva, metodológica, epistêmica) e sua relação histórica direta. Portanto, os Direitos Humanos assim como o contexto histórico em que ele se formula ou se transmuta ao longo da história são carregados pelos interesses dos grupos que participam dessa construção discursiva, bem como de suas ideologias. Os Direitos Humanos, da mesma forma, não surgem, mas se constituem em um processo contínuo de fixações e transformações. Direito dos Homens e dos Cidadãos, Direitos Humanos são linhas de uma mesma ideia, mas seguem em arena de luta e disputas por significação.

Pires (2017) entende que o humano constituído na ideia da universalidade dos Direitos Humanos pressupunha uma única possibilidade de natureza humana, o que garantiu universalidade. Pressuposta como uma única possibilidade de natureza humana, desencadeou a “[...] proteção suficiente e adequada para um determinado tipo de experiência humana plena” (PIRES, 2017, p. 3). Esse ideário, para a autora, construiu um padrão de humanidade, o qual exclui as multiplicidades de experiências humanas. Dentre essas experiências, acrescentamos que a vivência surda também é retratada por um viés ideológico que nega a surdez como parte da experiência humana de forma positiva, já que sua natureza é vista como necessária de correção, e seus corpos são excluídos dos textos legais e das mais variadas disciplinas do direito, ou, quando lidos, sob um viés patológico. As pessoas surdas quando não excluídas são postas em vieses clínicos e patológicos.

A autora explica que o projeto universal europeu tomou chaves discursivas como a do desenvolvimento, da civilização e da modernização de povos considerados pré-modernos e incivilizados, para justificar e assegurar a manutenção de sua dominação colonial escravista imposta às Américas, à África e à Ásia. Ainda debatendo sobre o que é o ideário de humano na modernidade, Pires (2017) entende que o projeto universal e humano é da lógica europeia.

Desse modo, opera-se pela construção de binarismos, e a exclusão do Outro e do discurso pode soar ameaçador aos seus valores morais-ideológicos. Tal dinâmica produz hierarquização entre humanos, saberes, culturas e línguas, objetivando eliminar ou subalternizar tudo que possa afetar a sua dominação colonial.

O filósofo Achille Mbembe (2018) explica que o processo de subalternização dos povos africanos e sul-americanos permitiu criar o que era da qualidade de humano e o que era classificado como selvagem. Assim, tais grupos eram vistos como contra a humanidade, o que não concederia a essas “sub-raças” a possibilidade de exercer direitos, já que esses direitos só poderiam ser operados por aqueles que são plenamente humanos.

O autor ainda pontua que os que se narram como civilizados possuíam o direito de dominar os considerados incivilizados, escravizando e subjugando em nome de um “direito originário de intervenção” (MBEMBE, 2018, p. 115). Para o filósofo, o direito, nesse contexto colonial, funda-se juridicamente em uma qualidade de humanidade separada em raças, podendo eliminar os direitos de nativos, como do solo, e assumir o comando desses territórios, engajados na dominação e na civilização desses povos, incumbido de uma missão universal. Nesse sentido, o europeu é um super-homem, um missionário da civilização, de direitos excepcionais e um gênio superior (MBEMBE, 2018).

Isso nos é caro, tal como explica Pires (2018, p. 67): “As potencialidades dos direitos humanos só fazem sentido se entendidas a partir das representações sobre o humano que definem os próprios contornos da proteção jurídica”. Frisamos esse ponto uma vez que o direito e as normas jurídicas exercem poderes, que podem favorecer ou simplesmente deixar esquecer os direitos de determinados grupos sociais. Em síntese, a autora enfatiza que é necessário ver o direito como constituído a partir de uma ideologia do universo burguês individualista, que serve aos interesses da proteção do patrimônio privado e à manutenção do *status quo* da moral e dos valores.

Pires (2017), em diálogo com Lélia Gonzalez, parte da crítica aos Direitos Humanos e sua pretensa universalidade, que, ao posicionar-se como sendo “todos” do desejo universal, camufla os principais definidores do que na história se desenhou como humano: o norte global, masculino, cisheteronormativo e cristão. Uma ruptura com a proposta dessa leitura universalista pode ser vista em Gonzalez (2020), que cunhou o conceito de Amefricaneidade para trazer narrativas sob o ponto de vista de uma América que é constituída a partir das contribuições indígenas e da diáspora de povos africanos para a América Latina e Caribe. O conceito também carrega uma crítica ao termo “afro-americano”, que engloba apenas a experiência de negros e de negras estadunidenses como conjunto de vozes da América. O

conceito de Gonzalez (2020) amplia e unifica a luta de povos da diáspora e povos originários na contribuição e nos saberes que constituem esses territórios colonizados.

Gonzalez (2020) também reflete que é a partir da metade do século XIX que se configura o colonialismo europeu, com uma narrativa científica que justifica o racismo que estruturou o modelo ariano como referencial da evolução positivista, da civilização, da humanidade e da superioridade eurocristã. Nesse período, explica a autora, a Europa constitui racionalmente o outro selvagem, exótico, primitivo e biologicamente inferior, por isso a naturalização e a violência etnocida. Gonzalez (2020) explica que a América Latina é herdeira da racionalização histórica e ideológica de classificação social e das técnicas jurídico-administrativas das colônias. É dessa forma que Pires (2017) propõe uma interpretação dos Direitos Humanos pela lente do conceito de *Améfrica* criado por Lélia Gonzalez. Conforme Pires (2017), apenas uma perspectiva racializada e localizada é capaz de romper com as ideias universalizantes propostas pelo pensamento eurocêntrico.

Gonzalez (2020) cunhou o conceito *Améfrica* como uma forma de sistema etnográfico, que compreende os diferentes sujeitos, contextos históricos, organizações políticas, formas de resistências e dinâmicas culturais. Na interpretação de Pires (2017, p. 7), o conceito de Amefricanidade “[...] carrega um sentido positivo, ‘da explosão criadora’, da reinvenção afrocentrada da vida na diáspora”. Para Gonzalez (2020), é um conceito que se coloca como etnogeográfico de referência, que ultrapassa limitações territoriais, linguísticas e ideológicas. Améfrica como um conceito afrocentrado relaciona-se à negritude e a uma perspectiva que questiona a razão branca que constrói a África e a América do Sul como de natureza sub-humana. Gonzalez (2020) e Pires (2017, 2018) não trabalham com as comunidades surdas, mas é possível aproximarmos as demandas das comunidades surdas aos conceitos que são mobilizados pelas autoras, uma vez que a surdidade também ultrapassa limitações territoriais, linguísticas e ideológicas. O conceito de surdidade questiona a razão ouvinte que narra e constitui um lugar subalterno às pessoas surdas.

Para Pires (2017, p. 9): “Apostar nos direitos humanos como ferramenta política é reconhecer sua linhagem nessa tradição moderna/colonial, e não como um escape das violências desse mundo.” Nesse sentido, é possível observar que tanto Gonzalez (2020) quanto Pires (2017) trazem um debate interseccional ao tratar sobre questões de injustiças sociais, em especial por trazer diferentes marcadores para refletir a efetivação dos Direitos Humanos.

Embora Gonzalez (2020) não tenha utilizado efetivamente o conceito de interseccionalidade, suas pesquisas realizadas até o final do século XX travavam de uma

profunda reflexão sobre raça, gênero e desigualdade social, apresentando a mulher negra como sendo a mais prejudicada na pirâmide social, sendo “viga mestra da sua comunidade” (GONZALEZ, 2020, p. 40). Como explica a autora, as mulheres negras nos últimos séculos se desdobram em trabalhos com subsalários nas casas de patroas brancas, assim como têm de dar conta do cuidado e do sustento de suas famílias em territórios afastados e sem saneamento como as favelas. Gonzalez (2020) já denunciava as representações sociais mentais brasileiras que naturalizavam o lugar da mulher negra em papéis sociais desvalorizados.

As mulheres negras surdas não estão fora dessa lógica estruturante, sendo afetadas de forma ainda mais branda devido às barreiras linguísticas e culturais. Além disso, tornam-se mais vulneráveis frente à exploração de trabalho, às violências sexuais e psicológicas e à desigualdade socioeconômica. Para Akotirene (2020), o conceito de interseccionalidade interessa-se pelas desigualdades que são consequência de diferentes matrizes de opressão que se cruzam e pela análise da interação estrutural que produzem efeitos políticos e legais em identidades de encruzilhadas que tornam mulheres negras, por exemplo, mais vulneráveis frente às injustiças sociais. Para a autora, o conceito “[...] instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos” (AKOTIRENE, 2021, p. 62).

Akotirene (2020, p. 19), a partir das contribuições de Kimberlé Crenshaw⁶⁴, afirma que interseccionalidade é como “[...] a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias”. O conceito relaciona-se diretamente ao questionamento da ideia de universalidade, em especial da categoria da mulher universal, compreendida pela primeira onda do movimento feminista que excluía a articulação de raça e classe de suas pautas políticas e teorias. Além disso, com base em Akotirene (2020), a formulação do conceito de interseccionalidade permite uma crítica ao movimento negro que historicamente negligenciava as reivindicações de mulheres negras. Apenas as categorias de gênero ou raça não absorviam as experiências oriundas de corpos atravessados por mais do que um marcador. Importante ressaltarmos que esses marcadores não são vistos na lente do feminismo negro como somatórios, mas como unificados.

Kilomba (2019) enfatiza que não se separa raça e gênero, pois a experiência envolve ambos os marcadores nas construções racistas, os quais se baseiam em descritivos de papéis de gênero e de raça. A autora aponta que “[...] formas de opressão não operam em singularidade, elas se entrecruzam” (KILOMBA, 2019, p. 98). Assim, a interseccionalidade

⁶⁴ Autora norte-americana responsável por cunhar o conceito de interseccionalidade. Seu trabalho no campo do direito revela facetas do racismo e do machismo articulados em decisões judiciais.

pode ser aferida para verificar estruturas interseccionais, tendo como ideias centrais “[...] a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 45). Conforme as autoras, lentes monofocais não permitem uma leitura mais ampla das complexidades que envolvem opressões estruturais interseccionais, assim como sujeitos e contextos em que se manifestam convergências de injustiças. A exemplo disso, a autora comenta a disparidade de riqueza que, se analisada de forma interligada com raça, gênero, classe, território e sexualidade, revela que os sistemas de poder afetam marcadores entrecruzados.

Embora Collins e Bilge (2021) não tragam o debate sobre a experiência surda, vale ressaltarmos que o conceito se apresenta como aberto para outros marcadores que envolvem raça. Collins (2017) enfatiza que, a partir da tradução, o conceito de interseccionalidade vai mudando de forma e propósito em diferentes contextos materiais, sociais e intelectuais. Na sua perspectiva, a interseccionalidade constitui-se também de uma afetividade política entre grupos oprimidos para a construção de uma política emancipatória.

Collins (2017) comenta sobre o deslocamento das ideias do feminismo negro interseccional do movimento social para o campo acadêmico. Conforme a autora, é importante observarmos o quanto a formatação acadêmica impõe dificuldades para as ideias oriundas dos “[...] estudos das mulheres, estudos negros, estudos pós-coloniais, estudos culturais e projetos similares de perspectiva crítica” (COLLINS, 2017, p. 7), além de enfrentar visivelmente “[...] o desafio de traduzir as ideias dos movimentos sociais de liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa” (COLLINS, 2017, p. 7). Assim, a recepção do conceito de interseccionalidade dentro dos Estudos Surdos auxilia a ampliar a lente sobre as comunidades surdas e as diferentes opressões que sujeitos surdos interseccionais sofrem. Ao mesmo tempo, pode contribuir para leituras oriundas dos estudos interseccionais e produção de políticas que contemplem pessoas surdas em situações de vulnerabilidade.

Nesse contexto, no início do século XXI, podemos observar como um importante marco de mudanças nas perspectivas sobre os Direitos Humanos a entrada do conceito de interseccionalidade dentro da agenda da ONU, o que impacta em críticas na própria estrutura histórica de como se forma a noção de Direitos Humanos. Collins e Bilge (2021) apresentam a diversidade de debates no qual a interseccionalidade se insere e sua contribuição como ferramenta analítica para contextos nacionais e transnacionais e a agenda dos Direitos Humanos, abordando questões sociais. As autoras citam a presença da interseccionalidade em debates sobre mudanças climáticas e meio ambiente, por exemplo, em que estudos apontam

que áreas perto de usinas elétricas, rodovias e refinarias afetam diretamente a saúde de pessoas negras e pobres que residem nessas regiões, coincidindo com uma política racista ambiental em territórios que são racializados e, por isso, marginalizados.

Collins e Bilge (2021) observam como a interseccionalidade pode ser ferramenta para análise de populações afetadas em desastres ambientais (furacões, incêndios florestais, inundações, desmoronamentos, rompimento de barragens etc.), os quais afetam de forma mais extrema grupos interseccionais com poucas oportunidades e recursos, como pessoas negras e pobres. As autoras não negam as contribuições dos Direitos Humanos de 1948 como um marco legal para a estimulação da busca por justiça social, porém a interpretação e a implementação de políticas públicas oriundas da ONU parecem distantes dos sujeitos reais que necessitam dessas garantias.

A interseccionalidade dá vida a essas políticas públicas ao identificar as populações e os sujeitos alvos a serem alcançados. “A incorporação da interseccionalidade em um marco mundial abrangente de direitos humanos deu aos Estado-nação um encargo mais objetivo para revisar suas políticas e práticas de igualdade” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 125).

Ainda em Collin e Bilge (2021), podemos identificar que a interseccionalidade entra de forma efetiva nas discussões sobre Direitos Humanos na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo de 2001, realizada em Durban, na África do Sul. Isso graças à introdução da temática interseccional já no ano de 2000 no primeiro Comitê Preparatório da ONU em Genebra. Conforme contam Collins e Bilge (2021), foi após essa reunião que internacionalmente a interseccionalidade começou a fazer parte da agenda de Direitos Humanos da ONU.

Na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, as autoras ainda comentam que foi possível mobilizar o tema da interseccionalidade nos mais diversos espaços oferecidos pela ONU, permitindo que “[...] feministas de todo o mundo vissem que raça, gênero e pobreza eram uma questão de direitos humanos” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 125). Segundo as autoras, a interseccionalidade tem servido para práticas investigativas macro e microanalíticas para a orientação de políticas da ONU e nos Estados-nações. Essas reflexões em um contexto global de Direitos Humanos ocorrem graças às agendas de reuniões da Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH)⁶⁵ que colocam em pauta a interseccionalidade como possível estrutura analítica. As atividades contaram com

⁶⁵ Collins e Bilge (2021) lembram que a CIDH foi muitas vezes o primeiro contato de denúncia de violação de Direitos Humanos.

movimentos de base, ativistas, intelectuais, advogados/as e representantes de diversas organizações ligadas aos direitos de grupos minoritários.

Nas reuniões, as discussões foram supervisionadas em temáticas como direitos das mulheres, lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais e intersexuais, e concentrações em temáticas como direitos de afrodescendentes, povos indígenas e contra discriminação racial. A temática sobre pessoas surdas ou com deficiência não fizeram parte dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo interseccional. Em síntese, é difícil representar todos os espectros interseccionais, mas vale mencionarmos que as comunidades surdas sofrem epistemicídio linguístico sistemático e opressões estruturais que restringem toda a mobilidade surda nos espaços sociais. Há documentos internacionais ligados à ONU que retratam especificidades linguísticas das comunidades surdas como: Declaração sobre os Direitos da Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (ONU, 1992) e a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996). Tais documentos atestam sobre a proteção a direitos linguísticos, porém não apresentam discussões interseccionais, assim como parecem ter sido mobilizados nos debates de Direitos Humanos interseccionais.

Em um primeiro momento, os grupos de trabalho na ONU atuaram de forma independente, mas perceberam que algumas queixas e situações não se aplicavam na divisão proposta, o que os fez começar um trabalho conjunto. Os participantes então atuaram na análise de como a interseccionalidade pode moldar os Direitos Humanos e sugerir possibilidades de lidar com os danos causados pelas opressões interseccionais e reparação das violações de Direitos Humanos ao longo da história (COLLINS; BILGE, 2021).

O uso dos marcos interseccionais no cenário jurídico global aponta para a importância de um tribunal de Direitos Humanos em prol da justiça social, expandindo a interseccionalidade para além dos direitos civis, para o marco dos Direitos Humanos influenciando contextos transnacionais e políticas de Direitos Humanos nos territórios nacionais (COLLINS; BILGE, 2021). Ainda, para as autoras, a interseccionalidade potencializa as análises de violação dos Direitos Humanos, observando a intersecção de sistemas de poder que operam conjuntamente. O uso da interseccionalidade nos Direitos Humanos não permite uma leitura homogênea dos grupos que reivindicam pautas por justiça social. Se pensarmos nas comunidades surdas, podemos inferir que a união de pautas surdas ao coletivo de representação na ONU que debate a interseccionalidade pode contribuir para visibilizar lutas de grupos que são minorizados dentro de minorias.

Surdos e surdas latino-americanos negros/as estão dentro da categoria *amefricana* cunhada por Gonzalez (2020), assim como também possuem identidades interseccionais que

carecem de atenção em pesquisas acadêmicas e formulação de políticas públicas. Dentro dos Estudos Surdos, a temática de interseccionalidade ainda é emergente, já que ainda são poucos os trabalhos que se ocupam sobre os diferentes marcadores e sistemas de opressão que operam contra as pessoas surdas. A seguir, comentaremos sobre como nos Estudos Surdos articula-se o conceito de Interseccionalidade e Direitos Humanos.

4.2 ESTUDOS SURDOS: INTERSECCIONALIDADE E DIREITOS HUMANOS

Nos Estudos Surdos, a interseccionalidade, embora recente, tem trazido importantes debates para o campo e oxigenando saberes constituídos na área. Para além de lentes homogêneas na leitura sobre as comunidades surdas, a interseccionalidade pode contribuir com pesquisas que articulam surdidade e Direitos Humanos. Nesta seção, aproximamos o conceito de interseccionalidade dentro dos Estudos Surdos e pesquisas sobre os Direitos Humanos das pessoas surdas.

Pessoas surdas possuem identidades diversas e, apesar de se organizarem em pautas coletivas em torno da experiência visual e do uso da língua de sinais, possuem diferenças que se posicionam dentro de conflitos internos às comunidades surdas. Rhaul de Lemos Santos (2019), em sua pesquisa, aponta o conceito de interseccionalidade como uma ferramenta para os estudos da diversidade, contribuindo também para os Estudos Surdos e análises referentes às comunidades surdas, enxergando as diferenças identitárias internas em grupos minorizados. O pesquisador coloca em debate questões como: “O que a historiografia surda e negra está produzindo sobre esses sujeitos? Como as histórias de negros/as surdos/as estão sendo narradas e registradas? Estão as suas identidades sendo respeitadas enquanto sujeitos negros/as surdos/as?” (SANTOS, 2019, p. 53).

Santos (2019) contesta, em seu trabalho, uma leitura romantizada da comunidade surda como homogênea, tensionando pesquisas que se baseiam tão somente pela identidade da surdez como experiência da comunidade. Para o autor, é necessária a adoção de uma perspectiva multicultural que contemple a diversidade surda como atravessada por outros marcadores e culturas, raça, gênero, sexualidade, condição econômica, nacionalidade, território, religião, entre outros. Como afirma o autor, “[...] não podemos ignorar que os ataques contra pessoas surdas envolvem também questões como gênero, sexualidade e raça” (SANTOS, 2019, p. 79).

Quando colocamos em nossas pesquisas o debate sobre interseccionalidade, “[...] não estamos falando apenas de sujeitos que são surdos/as ou negros/as, mas sim de um sujeito

interseccional que se torna único quando cruzadas essas interdependências” (SANTOS, 2019, p. 54). Para Santos (2019), sujeitos negros/as surdos/as são minorias dentro de minorias, já que, para além da experiência de minoria linguística, também há o aspecto racial como determinante para a luta de seus direitos. Assim, para o autor:

Justifica-se a necessidade de fomentar o estudo da interseccionalidade no campo dos Estudos Surdos para buscar ampliar o olhar que, até então, centra-se no binarismo surdo/a X ouvinte, sem considerar aspectos conflitivos das relações surdo/a X surdos/as e o multiculturalismo que as atravessam. (SANTOS, 2019, p. 55).

Ainda Santos (2019) realiza um levantamento de pesquisas que ligam as categorias raça e surdez, encontrando dois significativos trabalhos, a saber: Buzar (2012) e Furtado (2012), os quais parecem ser inaugurais nessa abordagem. No trabalho de Furtado (2012), a autora utiliza o conceito de dupla diferença para demarcar que sujeitos negros/as surdos/as sofriam diferentes opressões a depender do ambiente. São excluídos enquanto surdos quando participantes da comunidade negra ou sofrem preconceito por ser negro quando em conjunto da comunidade surda. No trabalho de Buzar (2012), o autor analisa identidades surdas interseccionais por meio de entrevista semiestruturada com 30 surdos/as de São Luiz do Maranhão. Trazendo o debate entrecruzado de raça, gênero e surdez, o autor atesta que pessoas negras surdas são mais fragilizadas socioeconomicamente devido às barreiras linguísticas e trabalhistas.

Santos (2019) reconhece o caráter interseccional da pesquisa e suas contribuições ao debate que cruza raça e surdez, embora o autor lembre que o conceito de “dupla diferença” possa remeter à ideia somatória das identidades, o que é rejeitado também por Lorde (2020a) ao salientar que não há hierarquias de opressão.

Fazendo uma digressão para o contexto americano, podemos citar que a temática interseccional é debatida por surdas/os ativistas que assinam uma “Carta Aberta em ASL sobre Interseccionalidade” (MOGES-RIEDEL *et al.*, 2020), direcionada a pessoas brancas, cis, heterossexuais, videntes e pessoas surdas e sinalizantes. A carta é produzida no suporte vídeo em ASL (Figura 19) e objetiva responder sobre o mal uso do conceito dentro de estudos relacionados à experiência surda, correlacionando interseccionalidade apenas como multiplicidade de identidades. Para as ativistas, esse aspecto é apenas uma característica, pois, sem o marcador de raça como determinante, o conceito não se aplica. Elas/es explicitam que estão cansados/as do uso errôneo do termo em ser compreendido como multiculturalidade⁶⁶.

⁶⁶ O texto está sinalizado em ASL e possui nos comentários uma tradução em inglês na íntegra.

Figura 19 – Vídeo *Open Letter in ASL about Intersectionality*

Fonte: *Print* do canal do Youtube Muckymuddy.⁶⁷

Possivelmente a posição das ativistas norte-americanas referem-se à multiculturalidade neoliberal que abarca a diversidade sem a diversidade, ou então o “multiculturalismo de boutique” criticado por Hall (2018, p. 59). Nesse ponto, quando Santos (2019) se aproxima de uma lente multicultural para trabalhar interseccionalidade, é importante ressaltarmos que sua perspectiva é do multiculturalismo crítico que, conforme o autor, é uma “[...] forma de resistência desses grupos minoritários faz a crítica ao poder de homens, brancos, heterossexuais e ouvintes, que ditam leis e normas a serem seguidas, criando relações de poder assimétricas” (SANTOS, 2019, p. 54). Santos (2019) aposta no multiculturalismo de resistência, contestando diferentes formas de opressão e a intersecção de diferentes identidades que são oprimidas historicamente por marcadores de raça, gênero, classe, sexualidade, território, língua, experiência biocultural (auditiva ou não) e deficiência.

No vídeo das ativistas norte-americanas é destacado que o conceito de interseccionalidade foi criado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, referindo-se à injustiça e à opressão de mulheres negras em especial no sistema judiciário. É feita alusão à passagem em que a autora Crenshaw cita o processo judicial de mulheres negras que acusavam uma empresa de racismo por não contratarem mulheres negras em seus departamentos de trabalho. Conforme explica a justificativa que sentenciou favorável, a empresa alegou que ela contratava negros (homens – para linha de produção) e mulheres (brancas – para atividades administrativas), o que conferia o *status* de não racismo e nem sexismo da corporação.

⁶⁷ O vídeo encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JcTYXpofAI0&t=4s>. Acesso em: 20 set. 2021.

É nesse contexto que Crenshaw utiliza o termo interseccionalidade para apontar a impossibilidade de ler tal reivindicação entre marcadores de opressão separados. Racismo e sexismo articulam-se e não podem ser analisados distintamente. Vale ressaltarmos que a interseccionalidade, embora cunhado na literatura de Crenshaw, é invocado por mulheres negras há muito tempo. Akotirene (2020) informa que a interseccionalidade opera como um socorro epistêmico das mulheres negras oriundo do projeto feminista negro. Akotirene (2020) salienta que há mais de 150 anos mulheres negras invocam o conceito de interseccionalidade para exclamar suas experiências.

Akotirene (2020) lembra-nos de Sojourner Truth, pioneira do feminismo negro, que foi escravizada, vendida em leilão aos nove anos e proferiu, em 1851, o seu discurso “Eu não sou uma mulher?” na Convenção dos Direitos da Mulher de Ohio-EUA. A pioneira questiona em seu discurso improvisado o trato com as mulheres negras, o seu não lugar de mulher frente àquela sociedade, sua maternidade negada com a venda de seus filhos para serem escravizados e suas obrigações de amas e babás para o cuidado da casa e filhos de famílias brancas. Para Akotirene (2020), o conceito interseccionalidade é da mulher negra, pois ela sempre esteve frente às lutas pela abolição e o sufrágio universal, defendendo homens negros e mulheres brancas. O conceito de interseccionalidade, como enfatiza a autora, é oriundo do coração de mulheres negras, sendo indissociável das perspectivas teóricas do feminismo negro e formulações afrocentradas.

Voltando ao vídeo, o coletivo enfatiza que a interseccionalidade é herdada de uma tradição de mulheres intelectuais negras, indígenas e pardas⁶⁸. Ainda estabelece que se refere às identidades que se entrecruzam diariamente na instabilidade e insegurança. Assim, afirma que, para aqueles que querem usar a interseccionalidade nos Estudos Surdos apenas a partir do ouvintismo (audismo), cometem um equívoco. Conforme o coletivo explica, as pessoas surdas sofrem sistematicamente opressão por pessoas ouvintes que se sentem superiores às pessoas surdas, havendo tratamentos desiguais, sendo marginalizadas, impedidas de acesso e promoção em suas ocupações, além de negligenciadas nos mais diversos espaços sem o serviço de tradução e interpretação em suas línguas.

Contudo, como o coletivo afirma, o ouvintismo (audismo) é apenas uma forma de opressão, necessitando ao menos a intersecção com outra identidade oprimida e marginalizada. Como acentuam, se quisermos falar sobre identidades diversas como surdos-cegos, surdos com múltiplas deficiências, surdos mestiços, surdos *queer*, surdos trans, entre

⁶⁸ No vídeo, usa-se o termo “pessoas de cor”.

outros, será necessário discutir sobre raça e racismo em primeira instância, uma vez que os indivíduos não experimentam opressões múltiplas de forma uniforme.

Embora se ressalte a raça como marcador fundamental de uma análise interseccional, no vídeo se enfatiza que é importante não promover uma olimpíada de opressão. Isso comunga com o que é posto por Akotirene (2020, p. 46), a qual enfatiza que “não existe hierarquia de opressão”, já que o conceito não possibilita “[...] aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos” (AKOTIRENE, 2020, p. 43).

Por fim, na carta aberta é elucidado que as identidades que sofrem múltiplas opressões são o público da interseccionalidade, mas que tal conceito só poderia ser acionado a partir de raça. Caso deseje-se trabalhar com cruzamentos de opressão sem raça, é recomendado o conceito de “simultaneidade de opressão” criado por Barbara Smith, em 1983, para referir-se a pessoas que possuem simultaneamente estatuto de privilégio e identidade marginalizada. Conforme o coletivo explica, o experimento de mais de uma opressão sofrida por uma pessoa branca ainda mantém o *status* de privilégio pelo marcador da branquitude. Finaliza-se que sem a discussão de raça e racismo não é possível utilizar o conceito de interseccionalidade. Mesmo operando com outras identidades que sofrem opressão, a não discussão a partir de raça impede o uso desconexo do conceito.

Voltando ao diálogo no contexto do movimento negro surdo brasileiro, Ferreira (2018) comenta que muitos negros surdos são hostilizados por desconhecerem seus direitos. A autora reconhece a necessidade de aquilombamento⁶⁹ de seus pares. A intelectual e ativista Priscilla Leonnor Alencar Ferreira participou da formação do CNISNS. Embora em suas pesquisas não enfatize a interseccionalidade, é visível a presença transversal do conceito nas temáticas que se organizam ao longo da agenda dos congressos.

Ferreira (2018) lembra que o 1º Encontro Nacional de Jovens Surdos (ENJS) foi realizado na cidade de São Paulo, nos dias 16 a 20 de julho de 2008. Para ela, foi naquele momento que o movimento de Negros/as Surdos/as teve um marcante início, institucionalizando um evento de fortalecimento e organização de pautas e de discussões teóricas acerca das experiências e das situações de negros/as surdo/as. Um dos pontos de discussão que ocorreu foi sobre a terminologia “Negro Surdo” ou “Surdo Negro”. Conforme relatam Ferreira (2018) e Santos (2019), a utilização do termo “Negro Surdo” confere-se como mais apropriada, uma vez que a raça é identificada antes da surdez, o que eleva o racismo como primeira forma de discriminação sofrida por essa população.

⁶⁹ Aquilombamento remete à construção de espaços ocupados e organizados por pessoas negras em prol da união e da construção de redes de afeto, de resistência e de solidariedade.

Desse encontro do ENJS, nasceu o 1º CNISNS, tendo suas três primeiras edições na cidade de São Paulo⁷⁰. Na primeira edição, os debates foram relacionados às leis e à Constituição brasileira “[...] que asseguram a igualdade de direitos e deveres para todos e assim resultar em uma melhor inclusão social para os negros surdos” (FERREIRA, 2018, p. 14). Na sequência, no Congresso de 2009, os debates realizados concentraram-se em discussões sobre “cotas, discriminação nas empresas e ações afirmativas” (FERREIRA, 2018). O Congresso deliberou a necessidade de conscientização social sobre a situação de Negros/as Surdos/as, criando uma ementa encaminhada aos políticos solicitando a garantia de direitos iguais com cotas para negros/as surdos/as no mercado de trabalho e acesso às universidades.

O 3º Congresso, realizado no ano de 2012, aprofundou discussões sobre leis contra o crime de racismo e desigualdade sociais e econômica sofridas por negros/as surdos/as no país. O 4º Congresso, realizado em Salvador, debateu sobre o empoderamento das lideranças Negras Surdas e ações para superar as desigualdades (FERREIRA, 2018). O 5º Congresso, ocorrido em 2015, realizado no Rio de Janeiro, focou na construção da identidade negra surda. Assim como inaugurou o “Festival Afrosurd@s”, estimulando a poesia, a literatura, o teatro, os contos, a dança e as oficinas produzidas por negros/as surdos/as. No 6º Congresso, em 2017, e último até então, realizado em Florianópolis, debateu-se sobre mulheres negras surdas, ações afirmativas para negros/as surdos/as e acesso ao mercado de trabalho (FERREIRA, 2018).

Podemos observar, assim, na síntese desses congressos, a preocupação do movimento negro surdo em se organizar coletivamente frente às injustiças sociais sofridas por essa população, assim como proporcionar informação, formação, disseminação e construção de conhecimento sobre as experiências de ser negro/a surdo/a.

Santos (2019) analisa que esses encontros atuam como forma de aquilombamento da população negra surda. O debate sobre mercado de trabalho e a construção de suas identidades políticas parecem ser as principais pautas abordadas. Além disso, a arte entra como significativa produção de conhecimento, presente e estimulada entre os/as participantes. A temática interseccional da mulher negra surda aparece também como parte das discussões produzidas no histórico das preocupações do movimento.

⁷⁰ Conforme explica Ferreira (2018), um dos organizadores do evento foi Sandro Santos, negro surdo, professor e poeta.

Recentemente, o projeto de extensão “Em Pretas Mãos”, da Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁷¹, ofereceu formação a comunidade surda e demais interessados, acerca das discussões interseccionais sobre raça e surdez, debatendo aspectos da negritude em diálogo para a comunidade surda. Em especial, debates sobre terminologias, literatura, ensino das educações étnicos raciais, arte negra surda e tradução e interpretação.

O projeto teve alcance nacional e já está em sua segunda edição no ano de 2021. Devido ao seu formato *online*, mobilizou participantes de todas as regiões do Brasil. Suas vagas foram esgotadas rapidamente, necessitando de ampliação de vagas. Poetas surdos/as, pesquisadores/as surdos/as e ouvintes, ativistas negros/as surdos/as e ouvintes negros/as contribuíram semanalmente como palestrantes sempre relacionando aspectos sobre raça, outros marcadores e diferentes campos epistêmicos.

Por meio dos trabalhos mencionados (BUZAR, 2012; FURTADO, 2012; MOGES-RIEDEL *et al.*, 2020; SANTOS, 2019) e ações (Congresso CNISNS e Curso de Extensão em Pretas Mãos), é perceptível uma oxigenação dentro dos Estudos Surdos e dos demais campos que podem se entrecruzar e trazer à tona discussões até então hegemoneizantes ou até mesmo assépticas. Assim, a interseccionalidade pode ser uma importante ferramenta analítica para pensarmos os Direitos Humanos para as comunidades surdas, já que auxilia na localização dessa população e nos atravessamentos identitários e de sistemas de opressão que podem provocar maiores desvantagens, para além das linguísticas e sociais que o ouvintismo causa. Assim, seria também inviável pensar os Direitos Humanos surdos sem uma visão ampliada sobre as diferenças que compõem a diversidade surda.

Todavia, é importante ressaltarmos que a própria concepção de Direitos Humanos é uma temática que necessita de discussão ampliada dentro das comunidades surdas. Embora lideranças surdas acionem os Direitos Humanos para reivindicar seus direitos linguísticos e comunicacionais, há pessoas surdas que desconhecem o que são os Direitos Humanos e para que eles servem.

Em uma *live* organizada pelo Programa de Extensão Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais na Esfera Jurídica (TILSJUR) da UFSC, realizada no dia 19 de abril às 19 horas, apresentou-se a internacionalização das discussões voltadas à temática dos Direitos Humanos das pessoas surdas com Juan de Gouveia, presidente da Confederación Venezolana de Sordos – Consorven (Venezuela), tendo a mediação da Professora Doutora Marianne R. Stumpf (UFSC)⁷². Na *live*, Juan contextualiza a criação da ONU após a Segunda Guerra

⁷¹ O projeto é idealizado e coordenado pelas professoras Ires Brito dos Anjos e Nanci Araújo Bento.

⁷² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g6aXnkhvaCU&t=2802s>. Acesso em: 21 set. 2021.

Mundial e a Declaração das Nações Unidas de Direitos Humanos, assim como as comissões e as representações que compõem o órgão.

Ele enquadra que a comunidade surda faz parte dos diversos dispositivos que atravessam a declaração, mas enfatiza que aspectos específicos sobre os direitos das pessoas surdas só são postas na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada no ano de 2006 em Nova Iorque e que, no Brasil, é recepcionada pelo Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009). O documento elaborado pela Convenção traz diversos aspectos para diferentes grupos de pessoas com deficiência, incluindo as pessoas surdas e seus direitos linguísticos e comunicacionais.

Na *live*, Juan Gouveia (2021) cita uma pesquisa da Consorven e a Fundação Vanessa Perreti, em que se realizou investigação com surdos/as venezuelanos/as entre os anos de 2016 e 2017, em nove estados daquele país. Os dados apresentam os Direitos Humanos das pessoas surdas, elencando faixa etária, gênero, nível de estudo, espaço de aprendizagem de língua, entre outros. Os dados apresentados revelam que 89% das pessoas surdas desconhecem por completo leis que contemplem seus direitos; assim sendo, apenas 11% manifestaram ter algum conhecimento de sua existência. Sobre instruções e acesso relacionado aos seus direitos, 92% nunca receberam assessoria de alguma instituição informando sobre seus direitos. Quanto aos Direitos Humanos, propriamente dito, 91% das pessoas surdas desconhecem por completo o que são os Direitos Humanos, e os 9% que têm algum conhecimento estão localizados nas capitais e nos grandes centros urbanos. Isso é possivelmente reflexo da falta de acesso das pessoas surdas aos discursos institucionais e ao conhecimento de seus direitos. Também é o sintoma de uma falha em não pautar a língua como um direito humano.

A pesquisa apresentada por Gouveia (2021) ainda revela que as principais violações de direitos das pessoas surdas referem-se à incomunicabilidade e à discriminação. O fato de usar uma língua diferente da hegemônica (língua oral/escrita) inibe tanto o acesso aos mais diversos contextos sociais, como faz com que opressões e chacotas sejam mais comuns por parte de pessoas ouvintes em ambientes educacionais, trabalho, família e demais espaços. Isso incide que tais violências ferem diretamente os Direitos Humanos e a dignidade das comunidades surdas.

Os dados são alarmantes e, embora tenham sido realizados em território venezuelano, podem nos dar pistas da situação de acesso a Direitos Humanos das pessoas surdas da América Latina no todo. No Brasil, por exemplo, não foi encontrada nenhuma pesquisa que investigasse o conhecimento e o acesso das comunidades surdas aos Direitos Humanos. Se

olharmos para a realidade brasileira, é notório o descumprimento das garantias de direitos linguísticos e de acesso das pessoas surdas aos mais diversos contextos sociais.

Como pode ser observado no discurso de Gouveia (2021), um dos pontos fulcrais para os Direitos Humanos surdos refere-se aos direitos linguísticos de acesso e de participação social. Nesse sentido, pesquisas que abordam políticas linguísticas, políticas de tradução e políticas educacionais operam de forma relacionada a debater possibilidades de garantia de Direitos Humanos das pessoas surdas. Assim como fomentam a problematização da violação de direitos e da dignidade humana ao não fomentar a língua de sinais em políticas públicas, o que resulta no inaccessibilidade dessa população a serviços públicos, especialmente à educação de surdos/as, saúde e acesso à justiça.

Esses pontos afetam conseqüentemente a categoria de intérpretes e tradutores de Libras e guia-intérpretes, uma vez que sua atuação está ligada, significativamente, às políticas públicas. Intérpretes e tradutores/as de Libras, por exemplo, são constantemente acionados como se seu trabalho fosse tão somente de filantropia, sendo desvalorizados do ponto de vista financeiro, mas também como profissionais que trabalham com uma minoria linguística lida pelo ouvintismo apenas como “deficientes” que possuem uma “linguagem e gestos” para se comunicar.

Uma relação entre Direitos Humanos e política de tradução é possível de ser averiguada no artigo intitulado *Sign language interpreting: A human rights issue* (Intérpretes de Língua de Sinais: uma questão de Direitos Humanos), assinado pela pesquisadora surda Hilde Hualand (2009), que trata em específico das comunidades surdas americanas. A autora explica como a acessibilidade e o treinamento de intérpretes de língua de sinais são discutidos do ponto de vista dos Direitos Humanos dentro do contexto da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. Sua pesquisa faz uma importante articulação entre as comunidades surdas, Direitos Humanos e serviços de interpretação.

A autora informa que, em uma pesquisa internacional, realizada com 93 países, foi constatado que mais da metade não possui serviços públicos de interpretação e tradução para pessoas surdas, o que converge em um grande potencial da violação dos Direitos Humanos, o que não corresponde às expectativas propostas pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência. Conforme explica Hualand (2009), o documento da Convenção favorece ferramentas para a melhoria dos direitos das pessoas com deficiência e dos Direitos Humanos das pessoas surdas, porém sua aplicação não tem efeitos ainda em larga escala.

Em sua pesquisa, Haualand (2009) aponta que, dos países pesquisados, apenas 30 reconhecem as pessoas surdas como cidadãos iguais. Sobre acesso aos espaços públicos e educacionais, a maioria não fornece serviço de interpretação, sendo apenas 18 países que relatam ter políticas de interpretação em língua de sinais nas universidades, por exemplo, além de treinamento de intérpretes e tradutores e um código de ética dessa atividade. Entretanto, como explica a autora, o simples fato de ter intérpretes de línguas de sinais não garante os Direitos Humanos das pessoas surdas.

Pesquisas em específico do campo dos Estudos da Tradução e Interpretação em Língua de Sinais no Brasil que tencionam a ação de tradutores intérpretes de Libras sobre textos poéticos que pautam os Direitos Humanos e justiça social ainda são raramente investigadas, assim como essa discussão na literatura surda infelizmente ainda não é posta, o que torna um campo de difícil observação e revisão teórica.

No que tange ao campo dos Direitos Humanos articulado às comunidades surdas, as pesquisas de Furtado (2016) e Santos e Francisco (2018) são basilares na discussão que trata sobre o direito linguístico dos surdos como fundamental para que estes gozem de seus direitos e tenham acesso pleno e igualitário aos mais diversos contextos e serviços públicos. Embora não estejam explícitas as questões linguísticas dentro do escopo dos Direitos Humanos, é possível induzir que a dignidade humana só pode ser acessada e compreendida a partir de uma língua, o que contempla o direito à língua como parte dos Direitos Humanos.

Furtado (2016) problematiza, por exemplo, sobre a ascensão dos direitos linguísticos a categoria de Direitos Humanos, tida como um direito fundamental básico. A autora ainda ressalta que é indissociável questões linguísticas e Direitos Humanos, possuindo uma relação estreita, já que sem direitos linguísticos, explica a autora, é impossível uma participação social igualitária.

Para Furtado (2016), a Declaração Universal dos Direitos Humanos não garante, em seu texto, de forma sólida, o reconhecimento para a defesa dos direitos linguísticos de minorias. Importantes documentos que são oriundos dessa declaração não dão importância à necessidade de proteção direta de línguas minoritárias e de seus falantes/sinalizantes. A autora explica que apenas documentos como a Declaração sobre os Direitos da Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (ONU, 1992) e a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996) tratam de forma mais branda as questões relacionadas a garantias sobre o acesso a línguas minoritárias de diversos grupos e o direito de acessarem diferentes contextos a partir de sua experiência linguística. Questões de *status* linguístico, participação, proteção e acesso são alvos dos referidos documentos.

Para Furtado (2016), os direitos linguísticos se enquadram nos direitos fundamentais e na garantia do respeito à integridade e à dignidade humana. Se é indiscutível o papel da língua no desenvolvimento humano para acessar todas as esferas da vida, é impossível não contemplá-la como primordial para que as pessoas surdas possam ter participação efetiva, para se expressar e acessar diferentes contextos e serviços públicos.

Para Haualand e Allen (2009), há um problema em não haver um reconhecimento da língua como um direito humano. Conforme as autoras lembram, no Art. 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é posto que todos os seres humanos podem invocar seus direitos e liberdades, independentemente de raça, gênero, sexualidade, língua, religião, nacionalidade, origem social ou opinião política (HAUALAND; ALLEN, 2009).

Embora a leitura da declaração reconheça a língua como um direito humano, parte do princípio de que todas as línguas são iguais e, portanto, protegidas por direito. As autoras reafirmam as desigualdades das comunidades surdas no pleito desse direito, o que, em sua neutralização de citar apenas línguas, não especifica sua modalidade, invisibilizando as línguas de sinais. Haualand e Allen (2009) afirmam que a língua de sinais está no centro da vida surda. É ela que permite o primeiro acesso aos Direitos Humanos, pois dignifica a sua experiência surda como possível e parte da diversidade humana.

Haualand e Allen (2009) apresentam dados da Federação Mundial de Surdos (*World Federation of the Deaf* – WFD) e organizações que trabalham com pessoas surdas nos países em desenvolvimento que reconhecem que aproximadamente 90% das crianças e dos adultos surdos do mundo nunca frequentaram a escola, o que resulta em um grupo relativamente mais ou menos analfabeto. Isso ocorre devido à repressão da língua de sinais em muitas escolas ou sua aceitação de forma distorcida e parcial. Essa violência ocorre sistematicamente e não é anunciada como uma grave violação dos Direitos Humanos. Para as autoras, uma das dificuldades em se ampliar esse debate ocorre pela escassez de dados e estatísticas que informem a situação dos surdos de diferentes regiões do mundo.

No cenário das políticas públicas nacionais, o reconhecimento da diferença linguística e cultural da cidadania bilíngue da população surda brasileira foi um marco importante por meio da positivação do direito a Libras como língua de instrução e expressão da comunidade surda. Constantes tensionamentos e negociações com o Estado são feitas pelos movimentos surdos que posicionam como principal bandeira a reivindicação da educação bilíngue para surdos, compreendendo o direito de serem educados em Libras como primeira língua, desde a educação infantil (FERNANDES; MOREIRA, 2017).

Como comentado no segundo capítulo deste trabalho, os movimentos surdos têm como uma das principais bandeiras de reivindicação da comunidade surda a discussão da modalidade de educação bilíngue para surdos e o *locus* das escolas bilíngues de surdos. Esse aspecto da pauta política das comunidades surdas reflete nos documentos internacionais pleiteados em diálogo com representações institucionais dos direitos das pessoas surdas.

Fernandes e Moreira (2017) refletem sobre a complexa situação de bilinguismo dos/as surdos/as brasileiros/as frente às diferentes perspectivas educacionais e o processo de inclusão das pessoas com deficiência, o que engloba as pessoas surdas. As autoras alertam sobre o modelo monolinguista das escolas inclusivas ou bilinguismo limitado, tendo o Português como prática linguística e cultural de referência.

As pesquisadoras denunciam a leitura inclusivista que enquadra a língua de sinais como um recurso ou tecnologia assistiva, desvinculando aspectos culturais, metodológicos, históricos e comunitários da experiência coletiva da comunidade surda. As políticas linguísticas são uma variável determinante para pensar as políticas educacionais de surdos, embora elas nem sempre sejam acionadas de forma evidente, já que outras interpretações de cunho menos sociolinguístico são imputadas às comunidades surdas.

Para Fernandes e Moreira (2017), deve-se reconhecer a Libras como direito fundamental das comunidades surdas, o que implica políticas linguísticas e políticas educacionais que reconheçam a importância da Libras como primeira língua das pessoas surdas, assim como patrimônio linguístico e cultural. Esse pensamento está atrelado à perspectiva dos Direitos Humanos das pessoas surdas apresentado por Hualand (2009), que compreende que as línguas de sinais locais de cada país devem ser vistas como portadoras das culturas surdas e da cultura nacional, sendo uma herança que carrega elementos do patrimônio cultural de uma determinada região. Conforme Hualand (2019) afirma, o reconhecimento dessas línguas demonstra o respeito ao conjunto linguístico e cultural como capital humano sociocultural. Acrescentamos ao debate interseccionalidade surda como contribuinte não apenas das culturas surdas, mas também dos grupos que aquela identidade interseccional representa, fortalecendo a diversidade inerente a outros grupos minorizados, em especial a população negra, mulheres e população LGBTQIA+.

Para Fernandes e Moreira (2017), o Português como uma língua de imposição fere um direito básico das pessoas surdas, corrompendo interpretações legais e políticas sobre o direito à diversidade linguística. Como as autoras afirmam, isso implica a inviabilidade da promoção artístico-literária em Libras, assim como das pedagogias surdas, dos currículos surdos e das epistemologias surdas. Em síntese, os entraves sobre a compreensão das comunidades surdas

encontram-se em arenas de lutas narrativas que disputam os corpos surdos em aspectos linguísticos, culturais e pedagógicos.

Ainda sobre os aspectos de direitos linguísticos, podemos afirmar, a partir de Santos e Francisco (2018), a estreita ligação entre políticas linguísticas e políticas de tradução que se referem especialmente às comunidades surdas. Tratar de direitos linguísticos implica discussões sobre o direito à interpretação e à tradução nos mais diversos contextos sociais. Para as autoras, o acesso a diferentes espaços como saúde, educação, justiça, entre outros, passa por políticas de tradução que envolvem mediações linguísticas, o que implica a participação de intérpretes e tradutores de Libras. Conforme Santos e Francisco (2018) defendem, políticas de tradução são uma questão de políticas linguísticas, o que envolve também direitos linguísticos. Segundo as autoras, a Lei de Libras no Brasil desemboca em questões como:

- i. leis e resoluções que normatizam princípios linguístico-educacionais (como a língua deve ser nomeada, como deve ser ensinada, para quem e por quem deve ser ensinada, quais os lugares que deve ser ensinada);
- ii. normativa e perfis de tradução e interpretação (a definição do profissional da tradução e da interpretação, a formação de tradutores e intérpretes, a definição de lugares de atuação para esses profissionais, normas e códigos de conduta);
- iii. em recomendações ao poder público em relação ao uso e à difusão da Libras. (SANTOS; FRANCISCO, 2018, p. 2946).

Esses pontos incidem em uma série de outras políticas e ações que se desdobram em âmbitos institucionais, acionando aspectos da formação e oferta de educadores bilíngues e profissionais intérpretes e tradutores de Libras. Para as autoras, isso retrata uma típica articulação entre políticas linguísticas e políticas de tradução, o que impacta em posturas institucionais, no que se chama de indústria da língua e todo o mercado de profissionais que atenderão esse campo.

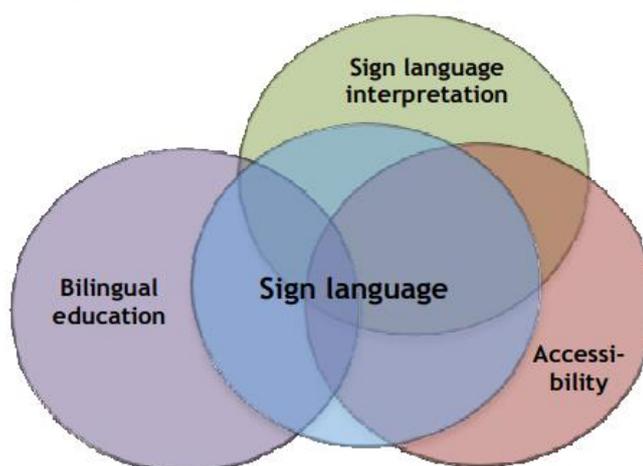
Todas as discussões postas sobre os direitos linguísticos, educacionais e de interpretação e tradução compõem a agenda dos Direitos Humanos das pessoas surdas. Em uma publicação da *World Federation of the Deaf and Swedish National Association of the Deaf*, organizada por Haualand e Allen (2009), são elencados fatores básicos para a garantia dos Direitos Humanos das pessoas surdas, a saber:

- Reconhecimento e utilização das línguas de sinais, assim como reconhecimento e respeito pelos Surdos cultura e identidade;
- Educação bilíngue em língua(s) de sinais e língua(s) nacional(ais);
- Acessibilidade a todas as áreas da sociedade e da vida, incluindo o acesso à legislação para assegurar a igualdade e a cidadania para todos, podendo prevenir a discriminação;

- Interpretação em língua de sinais. (HAUALAND; ALLEN, 2009, p. 9, tradução nossa).⁷³

Observamos que há um conjunto de campos que se articulam para uma proposta de efetivação dos Direitos Humanos de pessoas surdas (Figura 20). Isso significa que diferentes políticas públicas educacionais, linguísticas, de tradução e de acessibilidade deverão ser formuladas envolvendo diferentes atores sociais e agentes para a realização dessas políticas. Para Hualand e Allen (2009), sem a segurança desses fatores não é possível haver a garantia dos Direitos Humanos para as pessoas surdas.

Figura 20 – Direitos Humanos para as pessoas surdas



Fonte: Hualand e Allen (2009, p. 9).

Para Hualand e Allen (2009), só será possível haver pleno gozo dos direitos surdos a partir desse modelo que tem a língua de sinais como principal ligação característica das comunidades surdas, o que inclui a cultura e as identidades surdas. A língua de sinais está representada no círculo que mais se sobrepõe aos demais, mostrando que ela está presente em todos os campos que formam os Direitos Humanos das pessoas surdas.

Nas discussões trazidas por Hualand e Allen (2009), aspectos da interseccionalidade surda não são abordadas. Embora não seja seu recorte, é possível problematizarmos como políticas linguísticas e educacionais para a comunidade surda, excluindo outros atravessamentos da pluralidade surda que pode impactar diretamente na forma como as políticas são pensadas. Pessoas surdas em territórios não urbanos, mulheres negras surdas, surdos/as com baixa renda enfrentam maiores barreiras para acessar esses direitos.

⁷³ Texto fonte: “• Recognition and use of sign language(s), including recognition of and respect for Deaf culture and identity • Bilingual education in sign language(s) and the national language(s) • Accessibility to all areas of society and life, including legislation to secure equal citizenship for all and prevent discrimination • Sign language interpretation”. (HAUALAND; ALLEN, 2009, p. 9).

Ainda, conforme Haualand e Allen (2009) explicam, interpretação e acessibilidade partilham maiores articulações porque a acessibilidade se dá pela disponibilidade da língua de sinais por meio de intérpretes. As autoras enxergam que a oferta da acessibilidade ocorre com a garantia de direitos linguísticos. Haualand e Allen (2009) também afirmam que o círculo da interpretação é menor na educação de surdos, pois esta não se faz apenas com a presença de intérpretes que transmitem o conteúdo elaborado em outra língua, mas também é ministrado por professores que desconhecem a língua de sinais e aspectos da comunidade surda.

A cultura, a educação e os meios de acesso passam pela língua. Não é possível, assim, discutirmos políticas públicas sem levar em consideração esses aspectos. Ainda no esquema elaborado pelas autoras, é visível que intérpretes e tradutores/as têm suas atividades centradas em especial na articulação do campo da língua de sinais e da acessibilidade, tendo menos ênfase na educação bilíngue.

Pensando no contexto brasileiro e as políticas de inclusão, podemos observar que intérpretes de Libras têm massiva presença no campo educacional, que não é bilíngue em sua estrutura comum, mas, sim, inclusivo; o que, na leitura do organograma, estaria amparado pela atividade com a língua de sinais e na acessibilidade. Na leitura proposta por Haualand e Allen (2009), a educação bilíngue não demanda com tanta efetividade a presença de intérpretes e tradutores/as de língua de sinais.

Gostaríamos de salientar que a educação bilíngue do ponto de vista qualitativo de seu corpo docente realmente dispensa, em um plano ideário, com professores de bilinguismos satisfatórios, a presença de intérpretes em salas de aula. No entanto, sua presença continua sendo necessária em reuniões com familiares responsáveis que desconhecem a língua de sinais, atividades com presença de não sinalizantes, atividades externas, cujo ambiente não tenha profissionais bilíngues etc.

Além disso, a fomentação de políticas de tradução, para além da atividade de interpretação, seria um espaço possível para a produção de materiais em videosinalizados, traduções de livros, artigos, atividades, avaliações, literaturas entre outros gêneros e conteúdos, agregando intérpretes e tradutores/as ouvintes e surdos/as na educação bilíngue de forma mais efetiva, construindo acervos de materiais sinalizados. Em resumo, na educação bilíngue, a presença de intérpretes e tradutores/as poderia ser expandida para o fomento de videosinalizados nos mais diferentes gêneros que alimentam o cotidiano escolar. Nesse sentido, ressaltamos que a discussão da educação bilíngue de surdos é um dos pontos fulcrais

para o debate dos Direitos Humanos das pessoas surdas, haja vista que a aquisição da língua de sinais é fundamental para a manutenção das gerações surdas sinalizantes⁷⁴.

Dentro das discussões que foram traçadas nesta seção, podemos comentar sobre a necessidade de articular, de forma mais adensada, as dos Direitos Humanos e da interseccionalidade dentro dos Estudos Surdos. Apontamos que é necessário trabalharmos não apenas com esses campos de pesquisa de forma distinta, mas em diálogos, reconhecendo a complexidade de marcadores e categorias que formam as comunidades surdas e, também, a população negra, mulheres, LGBTQIA+, classe trabalhadora, de diferentes localidades e históricos de vida, pessoas surdas que constituem também essas identidades e uma narrativa sobre elas.

Finalizamos argumentando que investigações acadêmicas que articulam Estudos Surdos e Interseccionalidade parecem trazer, mesmo que não de forma explícita, aspectos sobre os Direitos Humanos das pessoas surdas, mormente as comunidades negras surdas. Quando essas investigações se referem aos trabalhos sobre Direitos Humanos das pessoas surdas, parece não haver articulações com debates interseccionais. Os campos teóricos têm contribuições riquíssimas para os Estudos Surdos, assim como os Estudos Surdos para esses campos. Todavia, as temáticas podem ser potencializadas se articuladas, trazendo a interseccionalidade e os Direitos Humanos como debates próximos que se fortalecem em prol de discussões sobre as comunidades surdas. Essa articulação ajuda a reconhecermos a diversidade surda e as camadas sobrepostas de opressões, sobretudo cruzando raça e experiência surda, assim como auxilia a avaliar se os Direitos Humanos estabelecem (ou não) suas proteções. Longe de esgotarmos esse debate, trazemos, na próxima seção, a relação dos Direitos Humanos com a literatura. Somente depois dessa discussão, será possível, na seção seguinte, dialogarmos sobre a Literatura Surda e os Direitos Humanos das pessoas surdas em lentes interseccionais.

4.3 LITERATURAS E DIREITOS HUMANOS

No campo das literaturas em modalidade escrita, é possível vermos o tensionamento dos Direitos Humanos por meio de textos literários. De forma muito bem demarcada por alguns pesquisadores, tais como Ginzburg (2008), Dalcastagnè, Dutra e Frederico (2018), Lehnen (2018), observamos, em seus trabalhos, uma miríade de temáticas que podem ser

⁷⁴ Fernandes (2011) aponta que aproximadamente 95% das crianças surdas nascem em lares ouvintes, o que as impede de adquirir a língua de sinais no seio familiar, sendo a escola lócus ideal da aquisição da língua e da cultura surda.

alocadas na interlocução entre a esfera do direito e a esfera literária⁷⁵. Várias temáticas e gêneros literários são mobilizados para explicar discussões relacionadas às injustiças sociais e às violações de direitos. Prosas, contos, romances, poesias e até mesmo músicas, danças, teatro e cinema podem compor uma vasta forma de produção literária, que pode ser feita para além da escrita, acontecendo como *performance*, sonoridade, imagem e corpo. Essa concepção alarga o conceito de literatura baseada na tradição escritocêntrica, adicionando experiências da oralidade e da sinalidade, como discutimos no capítulo anterior.

Ginzburg (2008) compreende que umas das experiências difíceis de ser compartilhada em consenso é a dor. O autor explicita que as palavras não conseguem formar modulações e imagens precisas sobre o sofrimento, não alcançando, necessariamente, as mesmas intensidades protagonizadas pelo vivente da dor. Não se transmite com exatidão o que o outro sente, pois a dor é incompartilhável, a menos se “[...] no corpo do outro for infligida dor idêntica” (GINZBURG, 2008, p. 1).

O autor explica que havendo, dificuldades inerentes à explicitação de tais experiências, acham-se soluções para expressar o que o pensamento e a linguagem omitem e silênciam. Tal exercício empreende justamente a relação com a linguagem e a capacidade de utilizar a língua como instrumento para formulação e construção de um “[...] vocabulário disponível para referir aos problemas em pauta” (GINZBURG, 2008, p. 2).

Também vale ressaltarmos que a literatura influencia diversos setores da sociedade, em que a relação literatura e direito suscita debates silenciados e a criatividade. Tomamos como exemplo o clássico *O último dia de um condenado*, de Vitor Hugo (2018), escrito em 1829, anos após a Revolução Francesa. A obra de denúncia e manifesto revela as angústias e as torturas psicológicas sofridas por um condenado à morte na França do século XIX. A guilhotina como ferramenta de morte, a normalização de cabeças decapitadas em praça pública, como um espetáculo ao ar livre reunindo mulheres, crianças e homens.

Vitor Hugo foi um importante defensor da abolição da pena de morte, a qual chamava de assassinato judicial. Sua posição parecia utópica frente ao modelo jurídico de sua época, que adotava a guilhotina inclusive como uma morte mais humanizada, por ser indolor e aplicada a todos os sujeitos⁷⁶. O autor, no prefácio do mesmo livro, na edição de 1832,

⁷⁵ O foco desta dissertação articula a temática de Direitos Humanos dentro da literatura, mas vale lembrarmos os debates sobre o direito à literatura como direito humano, como debatido por Candido (1989), cuja tese central é reconhecer como indispensável a literatura na formação humana devido à sua complexidade e ao fato de ser um campo do conhecimento.

⁷⁶ Antes da invenção da guilhotina, pessoas comuns e da nobreza eram decapitadas com espadas.

comentou sobre o cuidado e a atenção que deve se ter com a primeira cabeça que cai: “Ela abre o apetite do povo” (HUGO, 2018, p. 165).

O autor questionava as modernas ideias da França, produzidas em sua revolução em favor dos direitos do homem e do cidadão, mas que não abatiam de suas práticas o cadafalso. Seu livro propõe, de forma evidente, a defesa direta e indireta da abolição da pena de morte. O que podemos tomar como exemplo da obra comentada é o uso da literatura como linguagem criativa e impulsionadora de debates que são camuflados e evitados dentro de um sistema social e de governo.

A literatura e a sua relação com o direito podem adiantar temas impensáveis e que precisam ser postos em evidência. A obra de Vitor Hugo influenciou diversos contemporâneos de sua época e contribuiu para despertar, mais tarde, uma mudança jurídica sobre o código penal que influenciou praticamente todo o globo.

A literatura que tensiona os Direitos Humanos pode ser vista como um encontro de diversos/as autores/as que partem de campos diferentes para problematizar as violências sofridas por grupos historicamente marginalizados e anunciados como subalternos. Podemos citar, por exemplo, debates raciais, gênero, de sexualidade e de desigualdade social, sendo alvo de campos constituídos como literatura negra, literatura feminista, literatura *queer*, literatura marginal, literatura indígena e literatura surda, entre diversos outros.

Esses lugares de produção recorrem de forma mais efetiva ao debate de Direitos Humanos, embora não sejam preocupações exclusivas desses campos literários, e muito menos campos que discutem apenas os Direitos Humanos, mas fazem emergir deles um maior número de obras que envolvem injustiças, racismos, sexismo, LGBTfobia, etnocentrismos, elitismos, ouvintismo e todas as mais variadas formas de subjugação humana. Uma possível justificativa pode ser as paisagens de violação de direitos que são a esses próximos ou mais comuns.

Carrascosa (2018), ao trabalhar com mulheres privadas de liberdade, reconhece seu papel como agente de transformação que aproxima arte, literatura e realidade de vida. Um dos relatos trazidos por Carrascosa (2018) é uma carta repassada por Ivonildes, uma das encarceradas na penitenciária feminina do Estado da Bahia. Ela narra seus maus tratos e sofrimentos pós-cirurgia dentro de um espaço de violência e de negligências, de secreções, de inchaço, de falta de remédio e de limpeza do curativo. A autora da carta conta que foi por sua dor que começou a lutar pelos seus direitos.

Conforme Carrascosa (2018) relata, a carta chegou rasgando o espaço. Denise Carrascosa solicitou a uma poeta, Márcia Limma, que realizasse a *performance* do texto. A

autora comenta o silêncio que a *performance* provoca, assim como o constrangimento de quem lê as palavras-denúncia de Ivonildes. “O drama ali escrito inscrevia sua densidade de morte e seu cheiro de pus que superpunham-se a todo o drama que era encenado entre quatro paredes” (CARRASCOSA, 2018, p. 30).

Parece que a narrativa em forma de carta se torna literária na performatividade de outra mulher negra, mas, ao mesmo tempo, revive odores, dores, rasgos e prisões. “A carta traficada por entre portões de ferro e gradis, de mão negra a mão negra, ganhou sorratamente a rua e o corpo negro de uma atriz, que daquele verbo em carne viva fez intensidade performativa no grito coletivo: Não sou bicho, sou mulher!” (CARRASCOSA, 2018, p. 31).

Ainda é possível citar o trabalho literário da mineira Odailta Alves, que, com sua poética, traz um lugar de resistência, denúncia e subversão das narrativas institucionais postas. A poeta, em seus textos, diz que não falará de amor enquanto houver o extermínio da juventude negra. Para ela “[...] o meu amor está congelado / numa gaveta de necrotério”. Suas palavras não alcançarão o lírico poético do romance e da doçura poética. Como ela diz, sua poesia é inchaço e dor, “[...] sangra e mancha as páginas brancas / do livro colonizador” (ALVES, 2009, p. 12). Não é poesia de paz, porque

[...] a paz não é bandeira preta
 não é pomba preta
 não é carne preta
 a paz é branca,
 de branco para branco.
 (ALVES, 2009, p. 54).

Outro interessante ponto que sua poesia apresenta é sobre seu lugar de agência, de não querer ser salva por ninguém, mas querer salvar; de não ser objeto de estudo, mais sujeito estudado; de contar suas memórias e narrativas, sem o agrotóxico acadêmico (ALVES, 2009). Costa (2009) comenta que a poesia de Odailta Alves rasga um lugar epistemológico de poetas-ativistas que lançam a poesia negra para o mundo, revelando que o corpo negro ocupa um lugar de “desprivilegio”. Para Costa (2009, p. 75), a poesia se lança para um mundo que deve tudo aos povos da diáspora africana: “reparação histórica, simbólica e material”. Costa (2009) ainda reitera que as poesias de Alves são interseccionais e abrem para a diversidade da população negra.

Esses campos literários compõem e tensionam com maior frequência o campo dos Direitos Humanos, já que perpassam por cenários de violações, de injustiças, de resistências e de lutas. Isso significa que esses campos produzem apenas debates sobre injustiças sociais.

Em comum, esses campos apresentam, em suas paisagens, tramas e enredos, uma combinação de diversidades de sujeitos de fala e um acentuamento de questões sociais que se aproximam de narrativas de denúncia.

Os diferentes campos e conceitos não são alvo deste trabalho, mas pode ser um possível exercício de visualização dos principais grupos e temáticas que movem a articulação entre literatura e Direitos Humanos. A exemplo da literatura brasileira, podemos citar nomes como Maria Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Sérgio Vaz e Sacolinha, que compõem parte de uma vasta literatura, utilizando da escrita como ferramenta de denúncia às injustiças sociais e o ao não cumprimento dos Direitos Humanos. Tais autoras e autores aproximam suas vivências, suas experiências, seus territórios, sua classe, sua raça e seu gênero à formulação de suas personagens, que confundem realidade e ficção, fatos e imaginários, que saem do papel estigmatizado, para um lugar de pertencimento e movências.

Como apresentamos, a literatura, nos seus mais diversos gêneros, aproxima-se da discussão sobre Direitos Humanos tensionando debates que emergem de determinadas realidades sociais e jurídicas de grupos, povos ou territórios. Contudo, dentre a diversidade de gêneros empregados para esse tensionamento, ressaltamos o caráter prolífero da poesia, como gênero que possibilita a expressão de complexidades em compiladas palavras ou sinais.

A poesia compacta uma experiência singular e social comunicada em instantes. Audre Lorde (2020b, p. 144) reconhece a poesia como de acesso possível e “[...] principal voz dos pobres, da classe trabalhadora e das mulheres de cor”. Conforme o autor explana, diferentemente de algumas modalidades literárias ou artes visuais, a poesia exige menos recursos de tempo e de materiais para a sua produção (a escrita de um romance, por exemplo, exige maior tempo de dedicação, papéis ou algum computador; a criação de uma escultura, além de tempo solicita o uso de matérias primas; a fotografia técnica e máquina fotográfica e outros recursos etc.). O/a leitor/a do romance necessita de horas para sua produção, a poesia pode ser feito com recursos mínimos, o que não torna menor e nem menos especial, mas a faz resistir, como trabalho, como trincheira e espaço-tempo.

Pensando nas línguas de sinais e nas produções poéticas registradas em Libras que se utilizam do suporte vídeo, é visível que podem ser registradas de forma mais livre, com apenas a poesia sinalizada registrada em um vídeo ou editadas, com diferentes planos cinematográficos e efeitos de vídeo, o que ainda exige recursos nem sempre acessíveis. As poesias em vídeo podem ter o aproveitamento da soma de uma ou mais tecnologias para a interação com o texto sinalizado, privilegiando planos cinematográficos, movimentos de câmera e ou efeitos de edição. Independentemente dessas tecnologias, a poesia sinalizada

circula também em *Slams* e saraus surdos, congressos de línguas de sinais, associações de surdos, nos bares, no encontro entre amigos/as sinalizantes, em páginas como *Facebook*, *Instagram*, *TikTok* e outras plataformas de redes sociais. A poesia circula em sua sinalidade (oralidade) presencial ou em técnicas de registros. O que vale ressaltarmos é o caráter democrático e conciso da poesia, que é também existente nas comunidades surdas e produzidas em diversos formatos e suportes, com mais ou menos tecnologias. A literatura surda abastece-se de poesias, gera-se fortemente a partir dela.

Para Lorde (2020a, 2020b), a poesia não é luxo, mas instrumento possível para mudanças, de ensinar, de inventar ideias e sonhos para novos conceitos em busca da liberdade e da emancipação de diferentes formas de subjugação. A poesia pode ser um grito de coisas que não foram ainda ditas (e sinalizadas), pois não acharam suas palavras (e sinais). É uma forma de criar “[...] a linguagem para expressar e construir a implementação dessa liberdade” (LORDE, 2020a, p. 109). Para a autora, “Poesia é a maneira como ajudamos a nomear o que não tem nome, para que possa ser pensado” (LORDE, 2020a, p. 108). A autora entende o fazer poesia como um ato de ensinar, ligada diretamente à vivência, é uma forma de comunicação e tocar o outro, como “destilação reveladora da experiência” (LORDE, 2020b, p. 46).

De forma próxima, para Ginzburg (2008, p. 11), “[...] o problema das relações entre literatura e direitos humanos tem ligação com omissões, lacunas e silenciamentos em discursos institucionais, jurídicos e científicos”. Assim, é observável que a literatura, por meio de agenciamento intelectual poético, pode influir sobre silenciamentos institucionais ou produzir uma contraversão de discursos oficiais. Ginzburg (2008) salienta como a intelectualidade pode servir-se de interesses ideológicos que podem ser “solidários” ou não aos Direitos Humanos, sendo, então, um campo de contradições e arena de disputas, tanto do agenciamento da intelectualidade conservadora, para “preservar, defender e reforçar a exclusão” (GINZBURG, 2008, p. 10), quanto para denunciar injustiças sociais e violação de direitos.

Ainda em Ginzburg (2008), é possível compreendermos como o controle conservador das relações sociais torna conveniente e oportuno os “[...] casos em que os interesses se direcionam à exclusão social”, e ao empenho de “[...] criar condições para que não se desenvolva uma linguagem propícia à resistência” (GINZBURG, 2008, p. 2).

Ampliando o debate sobre literatura e Direitos Humanos, Dalcastagnè, Dutra e Frederico (2018, p. 10) apontam que a literatura pode “[...] dar bases para prática de valorização e respeito aos direitos humanos”, mas que nem sempre ela serve a isso, o que faz

ampliar a necessidade de olharmos para algumas temáticas relacionadas ao campo da literatura e do direito, como discussões dos “[...] cotidianos sofridos pelas mulheres, pelos negros, pelos indígenas, pela classe trabalhadora, pelos moradores das periferias e pela população LGBT” (DALCASTAGNÈ; DUTRA; FREDERICO, 2018, p. 10). Diferentes articulações são acionadas entre literatura e Direitos Humanos, enfatizando violações de direitos, movimentos sociais, desigualdades sociais, agentes de transformação social.

Na mesma linha argumentativa, Lehnen (2018, p. 16) enxerga a literatura como prática de representação, que pode reforçar uma dada ordem hegemônica ou “[...] desafiar a estrutura dominante através do uso do dissenso como dispositivo retórico ou de tema”. De forma estilística ou temática, para a autora, na ordem da participação democrática, tal tática literária introduz “[...] vozes diferentes, incluindo sujeitos que muitas vezes são ofuscados pela ordem hegemônica” (LEHNEN, 2018, p. 16).

Para Ginzburg (2008, p. 6), “[...] o crescimento dos movimentos sociais de direitos humanos no Brasil está diretamente associado ao desenvolvimento das condições de expressão de grupos interessados em transformações”. Assim sendo, podemos averiguar como os discursos surdos criam, por meio das Literaturas Surdas, formas de expressar omissões e violações de direitos, bem como apontam direcionamentos para pensarmos políticas linguísticas para a comunidade surda.

A partir das discussões aqui apresentadas, abordaremos como as literaturas surdas também operam na produção de formas de enunciar a falta dos Direitos Humanos, apagamentos e anseios por uma educação de surdos como espaço para o empoderamento linguístico e cultural, violências, opressões e identidades interseccionais, assim como a mobilização para a difusão da Libras em diversos espaços.

4.4 LITERATURA SURDA E DIREITOS HUMANOS

Todas as culturas possuem suas expressões artísticas e literárias. Isso não é diferente com as comunidades surdas. Na história possível de ser observada das literaturas surdas, temos seu registro em vídeo datado de pelo menos 1914. Após 20 anos da invenção da câmera, a Associação Nacional de Surdos dos Estados Unidos (*National Union of Deaf – NUD*) se organiza para filmar uma coletânea de vídeos-sermões que tratam de várias temáticas, inclusive da literatura surda em ASL.

Com os avanços tecnológicos, como já comentamos no capítulo anterior, o vídeo torna-se suporte privilegiado dos registros em línguas de sinais. Assim, a literatura surda na

contemporaneidade é abastecida diariamente com produções surdas e de não-surdos bilíngues, circulando em diversos canais, principalmente fora do mercado editorial. É interessante marcarmos que, para além da literatura sinalizada, há uma inserção da comunidade surda em diversos contextos artísticos. Nakagawa (2012) demonstra a riqueza das produções artísticas da comunidade em várias frentes, como Artes Plásticas, Teatro, Cinema e Literatura. A arte surda é a representação de uma narrativa do acúmulo histórico das comunidades surdas que resistem a gerações e fecundam sua cultura por aquilo que Nakagawa (2012) conceitua como *sinal-arte*.

O sinal-arte refere-se ao conjunto de produções surdas que imprimem o lugar sócio-histórico das comunidades surdas e suas narrativas. Seria a marca epistêmica surda nas artes produzidas por pessoas surdas, pela cadência poética da sinalização, dos ritmos, das expressões e do movimentos da sinalização, segundo as contribuições da autora.

Nosso foco de análise neste trabalho é o campo narrativo literário sinalizado em Libras, o que inclui a Literatura Surda, Literatura Sinalizada e a Literatura Traduzida em Libras. Sobre a Literatura Surda, o pesquisador e artista Cacau Mourão (2016) comenta sobre a dificuldade em identificar o que esta seria, em especial por ser aberta e não possuir uma definição completa. Para o autor, uma característica importante é compreender que o conceito de literatura atualizado à realidade surda não abarca apenas os textos escritos, mas também sinalizado e realizado em diferentes formatos.

Com o objetivo de investigar a produção e a manifestação da literatura surda, Mourão (2011, p. 50), afirma que “[...] a literatura surda traz histórias de comunidades surdas, com os processos sociais e as práticas discursivas relacionadas que circularam em diferentes lugares e em diferentes tempos”. O autor também comenta que a Literatura Surda é formada por histórias que circulam na comunidade em especial na língua de sinais, com foco na língua e no empoderamento das pessoas surdas e na construção de suas identidades.

Isso em síntese aponta não somente para a potência que a literatura surda tem em promover tradições culturais surdas, mas também para compartilhar conhecimentos acumulados cultural e linguisticamente, abrindo possibilidades e espaços para a criação, a crítica e o empoderamento surdo. Contudo, tal como o autor enfatiza, essa literatura não é isolada e relaciona-se com demais textualidades produzidas pela comunidade ouvinte, por exemplo, assim sujeitos surdos/as e ouvintes participam do fomento da literatura surda (MOURÃO, 2016).

O autor define três formas de literatura surda, sendo a de criação, de adaptação e de tradução. Conforme Mourão (2016) explica, a de criação refere-se às histórias surdas, cuja

narrativa principal revela elementos da cultura surda e da subjetividade surda, sem necessariamente levar em consideração a estética, a forma, a métrica e as narrativas da instituição literária das pessoas ouvintes. De forma diferente, a literatura adaptada, segundo Mourão (2011), possui um texto de partida produzida por ouvintes, mas que é apropriada por artistas surdos/as ou sinalizantes e recontada por uma perspectiva surda. São, desse modo, textos ouvintes, visualizados e ensurdecidos por uma estética e experiência surda. Já a tradução refere-se a textos de partidas feitos por ouvintes e que são vertidos em língua de sinais sem grandes alterações de seu conteúdo ou interferências na percepção e na constituição de personagens, mantendo suas características culturais.

Para Mourão (2011), as gerações de artistas surdos criam e contam histórias surdas que perpassam gerações por intermédio de diferentes gêneros sinalizados. Além disso, a herança cultural, linguística e valores da experiência surda são passadas por meio da literatura surda. Na mesma linha, Sutton-Spence (2021) enfatiza que as narrativas surdas presentes nas literaturas surdas dizem respeito a experiências vividas. Para a autora, o conteúdo criado por artistas podem ser histórias em prosa, poemas ou teatro; nesse sentido, o conceito de literatura abre-se para diferentes suportes e formas de produzir literatura.

A autora explica que essas narrativas contam experiências que, embora possam ser individuais, se relacionam com a coletividade surda, pois são experiências que só aconteceriam com pessoas surdas e não ouvintes. Nessas narrativas, conforme Sutton-Spence (2021), a presença do personagem ouvinte geralmente aparece para informar desafios, incomunicabilidade, preconceito e até mesmo satirizar a experiência ouvinte na justaposição com a experiência surda.

Importante apontarmos que o repertório de conteúdo literário que circula em língua de sinais é variado e não apenas textualidades surdas. Mourão (2011) e Sutton-Spence (2021) argumentam sobre diferentes categorias que podem formar o espectro da Literatura Surda. Acrescentamos a isso a definição de Literatura em Libras discutida e analisada por Sutton-Spence (2021). Assim sendo, sintetizamos, no Quadro 2, as características da Literatura Surda, da Literatura em Libras, da Literatura Adaptada e da Literatura Traduzida.

Quadro 2 – Conceitos de Literatura Surda

Literatura em Libras	Literatura Surda	Literatura Adaptada	Literatura Traduzida
Literatura produzida em língua de sinais, independentemente do conteúdo.	Narrativa e criação são surdas.	Narrativa pode ser ouvinte e adaptada para uma realidade surda e vice-versa. Envolve mudança radical na narrativa.	Literatura produzida em português e traduzida para língua de sinais.
Os/as personagens podem ser surdos/as ou ouvintes ou não serem identificados/as.	Enfatizam elementos da comunidade surda e geralmente os/as protagonistas são surdos/as.	Personagens principais são surdos.	Os/as personagens possuem as mesmas características que o texto de partida.
Pode ou não haver um texto de partida.	Não é uma tradução.	Há um texto de partida.	Há um texto de partida.
Em vídeo ou face a face.	Escrita face a face ou em vídeo.	Escrita face a face ou em vídeo.	Escrita face a face ou em vídeo.
Feita por pessoas surdas ou ouvintes.	Feita em especial por pessoas surdas.	Feita por pessoas surdas ou ouvintes.	Feita por pessoas surdas ou ouvintes.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Mourão (2016) e Sutton-Spence (2021).

Podemos observar que a Literatura Surda pode ser vista como um hiperônimo para representar as demais categorias, embora, como conceito, tenha uma definição que leva em consideração as produções surdas. Mourão (2011), em sua pesquisa, privilegia o conceito de Literatura Surda como macrocategoria das literaturas sinalizadas, enquanto Sutton-Spence (2021) prefere Literatura em Libras.

Sutton-Spence (2021), ao resgatar as contribuições de Mourão (2011), destaca que a Literatura em Libras é um artefato e um processo da cultura surda. “A literatura produzida em Libras é uma forma linguística de celebrar a vida surda e a língua de sinais” (SUTTON-SPENCE, 2021, p. 26). A autora enfatiza que as literaturas em Libras originais (sem serem traduzidas) são especialmente valorizadas pela comunidade surda, em especial por tratarem de assuntos como “[...] a resistência à opressão pela sociedade dos ouvintes, os problemas de educação dos surdos, as alegrias de conhecer a Libras, a experiência visual do mundo dos surdos e os sucessos da comunidade surda [...]” (SUTTON-SPENCE, 2021, p. 27).

As Literaturas Surdas são plurais em seus gêneros, suportes, estéticas, temáticas e objetivos. As pesquisas atuais acumulam um significativo arcabouço teórico que discute a Literatura Surda articulada a diversos campos como a Educação, a Linguística e os Estudos da Tradução. Na abordagem que propomos na presente dissertação, optamos por utilizar Literaturas Surdas e Sinalizada no plural apenas como lembrete da diversidade literária e

cultural que se cruza ao pensarmos o fazer literário das comunidades surdas, assim como Literatura em Libras para abranger literaturas traduzidas e /ou produzidas por não surdos.

As comunidades surdas são plurais e interseccionais, o que induz que as Literaturas Surdas não são produto de um sujeito surdo hegemônico, mas atravessadas por outras interseccionalidades, conforme já discutidas neste capítulo. A pesquisadora Ires dos Anjos Brito, no vídeo “Terminologias negro-africanas e a literatura negra surda” (MEIRA, 2020), contribui nesse sentido para pensarmos a Literatura Negra Surda como pertencente à Literatura Negra e a Literatura Surda, mas também como singular, interseccional. Desse modo, Ires dos Anjos Brito defende que não é a soma dessas categorias literárias, mas a encruzilhada de identidades e opressões que permitem uma textualidade marcada por pessoas negras surdas.

Da mesma forma, podemos argumentar a existência de outras Literaturas Surdas cuja experiência é atravessada pela surdidade e, também, carregada por outras experiências identitárias que não nos permitem afirmar que uma Literatura Surda seja singular. Conforme Sutton-Spence e Quadros (2014, p. 113), “[...] a poesia em língua de sinais é inseparavelmente unida ao mesmo fenômeno, constitutivo da identidade Surda, conhecimento e poder surdo”. Isso caracteriza a literatura surda como forte instrumento de letramento crítico e linguístico das comunidades surdas fortalecendo seu caráter comunitário, seu sentimento de pertença e aceitação. Entretanto, não há como negar que não é apenas a identidade surda que marcam os movimentos literários da comunidade surda. Há diferentes subjetividades surdas atravessadas por outros marcadores que estão produzindo literatura em Libras e imprimindo outras experiências para além da surda.

Podemos observar que as Literaturas Surdas se hibridizam quando outros pontos fulcrais se cruzam, em especial se pensarmos na literatura produzida por sujeitos surdos interseccionais que não sinalizam poesias monotemáticas. Embora a experiência e a opressão surda possam ser uma constante em suas poesias, outros marcadores e narrativas são acionados e pluralizam suas temáticas. Algumas poesias surdas desafiam um lugar único de encaixe literário. Por exemplo, poesias produzidas por mulheres negras surdas articulam-se tanto com a literatura surda, quanto com a literatura negra, quanto a literatura de mulheres negras. Se partimos do critério de que a língua constitui o lugar categórico dessa literatura, excluiremos a experiência corporal, estética e de vivência que atravessam a própria língua e o pensamento que produz essas poéticas.

Nas produções que circulam de poetas surdos/as, diferentes categorias são convocadas em narrativas interseccionais. Raça, gênero, classe, sexualidade, território, corpo e estética são

parte das temáticas acionadas especialmente por poetas negros/as surdos/as, mas também outras intersecções de identidades oprimidas. Um exemplo que trazemos é da poeta Nayara Rodrigues, que, em sua poesia, apresenta temáticas feministas, denunciando o machismo, a violência sexual das mulheres surdas, a violência obstétrica contra mulheres surdas, a violência policial e jurídica, além de trabalhar com poesias eróticas com teor político. A poesia “Dá tempo para desviar não cair machismo”, é um exemplo de temática trabalhada para além da experiência surda, já que o aspecto da violência de gênero se sobressai em seu texto. A narrativa poética inicia-se apresentando uma mulher que se fotografa (*self*) de forma feliz e leve (Figura 21). O vídeo é às vezes congelado, dando um efeito de fotografia. No decorrer das fotos e das poses realizadas, é perceptível que a personagem conhece alguém e inicia um relacionamento, registrando momentos felizes ao seu lado, mas que logo parece chateá-la. Suas expressões ficam mais sérias e retraídas, como se alguém a inibisse.

Na cena seguinte, sua imagem é congelada em preto e branco em um sinal que representa a morte, como se fosse a morte subjetiva da personagem. Ela volta a se fotografar com um sorriso forçado ao lado do companheiro; em seguida, com sua saída, ela se fotografa sozinha e começa a sentir seu corpo, como se visse a realidade de opressão em que se encontra. Desesperada, olhando para a câmera, sai correndo, representando a fuga de uma relação abusiva.

Figura 21 – Poesia Nayara Rodrigues



Fonte: Imagem extraída da página do *Instagram* @nayda23.

A linguagem estética utilizada mescla vídeo e fotografia, passando por um tratamento de edição para a inserção de efeitos. O conteúdo do vídeo, em um primeiro momento, não apresenta sinalização lexical densa, pois seu texto é visivelmente compreensível a partir de sua *performance*. Essa poesia não é isolada dentro das comunidades surdas, mas parte de um movimento artístico cuja narrativa e estética convergem para a formação de um campo poético, discursivo e de possível discursividade e análise acadêmica, que compreende a

articulação entre Literaturas Surdas e Direitos Humanos. Assim, podemos afirmar que a relação entre literatura e direito é também presente nas Literaturas Surdas. Embora não seja um campo de pesquisa e análise constituído dentro da academia, é presente em eventos da comunidade surda, nos *Slams* e nas redes sociais de artistas surdos/as.

Em algumas publicações, podemos observar essa relação entre Literaturas Surdas e Direitos Humanos, mesmo não sendo posta de forma evidente. Santos, Grigolom e Medeiros (2020) explanam sobre as experiências de produção e realização do *Slam* Resistência Surda em Curitiba, como espaço de resistência. Os autores e a autora, sujeitos da movimentação desse evento poético, descrevem suas empreitadas para a fomentação da participação de surdos/as na cena literária do *Slam*, comentando, em especial, a agência da poeta Gabriela Grigolom (Negabi). Conforme explicam, a poeta revela, por meio de sua poesia, debates interseccionais e de denúncia às injustiças sociais, “[...] abordando temáticas sobre o feminismo, a língua de sinais, a luta contra o racismo e as barreiras enfrentadas por ser uma mulher negra surda” (SANTOS; GRIGOLOM; MEDEIROS, 2020, p. 40). O artigo é produzido por sujeitos que localizam seus lugares de enunciação e suas identidades geopolíticas e posição político-teórica.

Utilizando-se do conceito de poetas subalternos, os autores e a autora refletem que diferentes poetas surdos/as ocupam territórios literários, como o *Slam*, que precisam ser vistos como arenas políticas. Relembrando o primeiro poema feito pela poeta, Santos, Grigolom e Medeiros (2020 p. 46) comentam que: “O pedido de justiça foi o tom da poesia sinalizada. O debate da mulher, negra e surda foi a mensagem que marcou o conteúdo da sua poesia, fazendo da sua vida, texto, representatividade e demarcando o seu lugar de fala”.

Embora no texto não seja discutido o conceito de agência, é visível como os autores e a autora, também sujeitos desse contexto poético, atuam para a constituição desse cenário em sua cidade. Enquanto poeta (Negabi) e intérpretes (Rhaul e Jonatas, eu – o pesquisador) são simultaneamente promotores do evento *Slam* Resistência Surda e ainda pesquisadores, relatam-se academicamente suas experiências oriundas dessas produções poéticas e suas traduções.

De forma semelhante, podemos observar a agência de Edvaldo Santos, mais conhecido como Edinho Poesia, e de Erika Santos. O poeta surdo e a intérprete de Libras participam da construção da cena poética da poesia marginal surda, engajando-se em *Slams*, *saraus*, palestras e em artigo acadêmico. No trabalho intitulado *Literatura marginal: Da Vizinhança aos Slams de Poesia* (SANTOS; MOTA, 2020), o autor e a autora abordam sobre suas trajetórias de imersão na cultura dos *Slams* e a relação com temáticas sobre raça, LGBTQIA+

e outras que se interseccionam. As “[...] vizinhanças na vida, nas línguas, nas interpretações, nas criações e transcrições” são alvo desse trabalho (SANTOS; MOTA, 2020, p. 86). Assim como em Santos, Grigolom e Medeiros (2020), Santos e Mota (2020) também localizam geopoliticamente seus lugares de enunciação como moradores da Zona Sul de São Paulo:

Nossos bairros vizinhos tinham, igualmente, menino na rua, futebol, mães adolescentes, mulheres chefes de família, quadra de basquete, campinho, botecos, igrejas, samba na laje e na rua, cerveja, pipa, aviãozinho, tiros, mortes, polícia, violência, favela, beco, barraco, escolas, música, poesia. (SANTOS; MOTA, 2020, p. 87).

É nesse lugar que o poeta e a intérprete-poeta se encontram, como militantes da educação e dos contextos literários-artísticos. A parceria que se constitui reverbera diretamente em um cenário literário que marca proficuamente a literatura surda. Desse encontro, ambos artistas comentam sobre o beijo de línguas⁷⁷ entre a Libras e a língua Portuguesa, performatizada por poetas surdos/as e intérpretes e tradutores/as de Libras. É nessa linha que, em seu artigo, o autor e a autora dialogam com Haroldo de Campos para pensarem a prática interpretativa e tradutória como transcrição. Esse lugar de criação permite a conceitualização de intérprete-poeta para nomear mediadores linguísticos que atuam nesse cenário de *Slams*. As conquistas de espaço e ocupação de um lugar na literatura só foi possível, segundo o autor e a autora, devido ao caminhar junto entre intérprete-poeta e poeta surdo/a.

O aspecto da representatividade é outro elemento trabalhado no texto: “Existe uma conexão entre nossos repertórios, compartilhamos experiências semelhantes advindas de nossos contextos raciais” (SANTOS; MOTA, 2020, p. 91) e, ainda, no “[...] contexto das batalhas de *slam* nossas poesias requerem uma performance impregnada do que somos e como somos” (SANTOS; MOTA, 2020, p. 91). É evidente que a experiência da negritude importa para poetas negros/as surdos/as e intérpretes e tradutores/as de Libras negros/as. Conforme Santos e Mota (2020) explicam, há marcas culturais como gírias e gestualidades que são potencializadas por aqueles que comungam de realidades próximas. É o que o autor e a autora chamam de corpo experiência daquele que traduz, que se envolve diretamente com as pautas de urgências e poesias de poetas negros/as surdos que trazem em seus textos força ancestral e inspiração para crianças negras surdas e jovens em reclusão socioeducativas. “Nossos corpos negros são políticos, nossas poesias militam por nós surdos e ouvintes, e

⁷⁷ A ideia de Beijo de Línguas é trabalhada por Cibele Lucena (2017) ao retratar a experiência do grupo corporosinalizante.

quando os dois mundos se juntam a poesia aumenta e chega em muitos lugares” (SANTOS; MOTA, 2020, p. 95).

Durante a produção desta dissertação, tivemos a oportunidade de aprofundar esse debate em três artigos produzidos em uma rede de poetas e intelectuais que observam diferentes movimentos nas literaturas surdas. Comentamos dois desses artigos que aprofundam a articulação entre Direitos Humanos e Literatura Surda trazida aqui, algo ainda emergente para os Estudos da Tradução e, especialmente, para os ETILS.

No artigo *Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências*, produzido por Brito *et al.* (2021), as autoras e o autor debatem sobre aspectos do feminismo negro surdo brasileiro e sua composição textual teórica a partir da literatura produzida por mulheres negras surdas. Nesse trabalho, é destacada a *poesia.doc*⁷⁸ de Nayara Rodrigues Silva, conhecida artisticamente como Nayuda, que, por meio de sua poesia, denuncia o abuso sexual sofrido pelas mulheres surdas, em especial na infância surda, quando essas meninas são mais vulneráveis.

A poesia testemunhal reúne uma violência recorrente na narrativa de muitas surdas. As autoras e o autor demonstram dados alarmantes de pesquisas que investigam a violência dentro das comunidades surdas fora do Brasil. A pesquisa apresenta números assombrosos sobre violência física e sexual sofrida por pessoas surdas, bem como são apresentados/as autores/as brasileiros/as que trazem no escopo de suas pesquisas relatos sobre violências contra as mulheres surdas. Mesmo não havendo dados quantitativos no Brasil, a recorrência dessa situação é presente em vários trabalhos acadêmicos nacionais.

A pesquisa demonstra o lugar de imanência da poesia de mulheres negras surdas que apontam tanto para um feminismo negro surdo quanto para violências que não foram observadas nem pelo poder público, nem pela academia. A não articulação entre os diferentes movimentos sociais que ignora a presença de mulheres negra surdas, seja no movimento negro, feminista ou movimento surdo, é alvo da crítica que o artigo traz. Esses pontos levantados do trabalho aplicam-se diretamente na literatura surda de Direitos Humanos, que se abastece justamente dessas pautas que apresentam injustiças sociais e a violação de diferentes grupos.

Outro artigo que aprofunda o debate entre Literatura Surda e Direitos Humanos é o produzido por Medeiros, Santos e Santos (2021), intitulado *O que a poesia surda periférica sinaliza para as políticas linguísticas direcionadas às comunidades surdas?*. O artigo trata

⁷⁸ *Poesia.doc* é um conceito de Ires dos Anjos Brito, criado para se referir à poética surda documental que revela, pela poesia, experiências reais vividas por pessoas surdas.

sobre o lugar da poesia surda periférica do poeta Edvaldo Santos, que focaliza de forma evidente o papel e a relevância das políticas linguísticas para as comunidades surdas. O trabalho argumenta sobre a assimetria de poder entre a Libras e a Língua Portuguesa, assim como a inacessibilidade de pessoas surdas aos serviços públicos. Para os autores e a autora, só haverá garantia dos Direitos Humanos das pessoas surdas e seu reconhecimento como pessoa cidadã se houver políticas que garantam o acesso das pessoas surdas aos espaços públicos por meio da Libras. A desconstituição do Português como língua de maior prestígio na educação de surdos e o aumento de acervos de materiais em Libras, além do registro da memória surda, são aspectos também discutidos pelos autores e pela autora.

Cabe ressaltarmos que a interface entre Literatura Surda e Direitos Humanos ainda carece de mais investigações acadêmicas para melhor mapeamento e expansão do debate em torno dessa temática tão produzida pela comunidade surda. A literatura surda infantil e os Direitos Humanos, por exemplo, poderia ser averiguada, do ponto de vista da produção, da temática, da circulação e do próprio letramento político a partir da literatura. Ainda, os diferentes gêneros literários (prosa, narrativa, *haikai*, piadas, vernacular visual etc.) podem ser investigados a partir da temática dos Direitos Humanos.

Nessa contextualização, um personagem central para que os discursos surdos possam emergir é a figura dos/as intérpretes e tradutores/as de Libras. Profissionais que atuam dentro de contextos sensíveis e de produções discursivas ideológicas podem ser considerados isentos de uma participação de engajamento nos movimentos artísticos pelos direitos das pessoas surdas e na luta por justiça social? Qual a perspectiva desses profissionais frente às suas atuações com poetas surdos/as e as implicações na tradução nesse contexto? Existe ativismo nessa agenda tradutória? Essas e outras indagações são tratadas na próxima seção, a qual encerra o presente capítulo.

4.5 AGENCIAMENTO TRADUTÓRIO E ATIVISMO PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

O conceito de agência ganha força dentro dos Estudos da Tradução após a articulação fecunda entre esse campo e os Estudos Culturais e as discussões pós-coloniais. Assim sendo, nesta seção, partimos da compreensão de que, mais do que casualidade, intervenções culturais, linguísticas, literárias e revolucionárias fazem parte de agendas políticas relativamente organizadas por diferentes grupos sociais e seus atores. Desse modo, intérpretes

e tradutores/as circulam em diferentes instituições, ideologias, textos, crenças, campos teóricos e políticos.

Embora suas preparações podem (ou não) se estruturar em uma lógica de neutralidade, enquanto sujeito social e político, intérpretes e tradutores/as atuam em determinadas molduras narrativas. Suas técnicas, por mais que possam ser fundadas em epistemologias menos subjetivas, não deixam de estarem acentuadas a valores e letramentos que extrapolam a perspectiva de transposições linguísticas. Sujeitos politicamente engajados podem promover a circulação de determinadas narrativas e posições ideológicas dentro de seus contextos de atuação. Assim, abordamos inicialmente, nesta seção, as semelhanças e as diferenças entre o conceito de ativismo e agência. Na sequência, mostramos como dentro das comunidades surdas é observável a agência de intérpretes e tradutores/as de Libras em espaços ativistas.

Milton e Bandia (2009) destacam que a agência pode ser observada por parte de tradutores, editoras, políticos e empresas que desejam contribuir para mudanças de hábitos sociais, linguísticos, políticos e culturais. O papel individual de certos agentes pode se desdobrar em traduções, produções de artigos, cursos, palestras e todas as formas de divulgar determinados conhecimentos. Para os autores, agentes da tradução atuam na introdução de novos conceitos literários e filosóficos por meio de suas traduções, imprimindo valores, ideologias e causas em suas atividades. Ainda podem influenciar tendências literárias e a apresentação de determinados autores/as para suas comunidades.

Os pesquisadores identificam diferentes formas de agências tradutórias que podem ser observadas, tais como: a de financiadores de determinadas obras a serem traduzidas, editoras engajadas que podem disseminar traduções de literaturas de grupos minorizados e de países sem reconhecimento de suas obras, promovendo literaturas pós-coloniais e ideias revolucionárias.

Os pesquisadores ressaltam que agentes da tradução podem atuar individualmente, porém sempre estando atrelados a uma teia social coletiva. Ainda é possível averiguar o *habitus* de intérpretes e tradutores/as (em uma perspectiva Bourdieuana), que se inserem em determinados contextos, executando certas temáticas com maior frequência e interesse. Embora intérpretes e tradutores/as tendam a seguir certas convenções para serem aceitos/as no mercado profissional e terem credibilidade, suas ações pessoais ou coletivas demonstram diferentes preferências, posições políticas, ideológicas, religiosas além de identidades que os/as constituem como raça, gênero, sexualidade, classe social, território, línguas de conhecimento e etc.

O campo acadêmico e cursos de formação reforçam normas, comportamentos, teorias mais proeminentes e técnicas que julgam ser melhor e permitem maior fidelidade em suas ações. Pesquisas sobre a sociografia de tradutores/as, que analisam suas trajetórias, seus interesses e suas filiações, buscam observar a influência desses percursos nas escolhas lexicais e perspectivas tradutórias.

Milton e Bandia (2009) explicam sobre a negociação de conflitos refletidas por Hélène Buzelin sobre a tradução, a qual afirma que, quando se pensa em agência, se correlaciona com o agir e o intervir. Ao pensar isso, compreende-se o lugar ativo em que intérpretes e tradutores/as podem atuar, levando a questões sobre o que os/as motivam e seu engajamento com tais traduções, seus canais, sua forma de seleção de textos, assim como os argumentos de suas seleções.

Para exemplificar esse debate, Bandia (2009) descreve como a agência na tradução pode servir para a história, dando exemplo de como o senegalês Cheikh Anta Diop (tradutor, historiador, antropólogo, físico e político) trabalhou na tradução-decifração dos hieróglifos egípcios para línguas de escrita moderna. O objetivo do tradutor era mostrar a correspondência entre os conhecimentos produzidos pelo Antigo Egito e a África Negra para contestar a narrativa de que a África subsaariana não havia contribuído em nada com a humanidade, que esta era sem história, que suas línguas seriam primitivas e, portanto, intraduzíveis para as línguas modernas de dimensões científicas. Seu trabalho mostra um lugar de agência em prol da história, desejando, por meio do seu trabalho de tradução-decifração, inserir a história da África, em especial a subsaariana, no contexto do movimento da história universal (BANDIA, 2009).

O trabalho de Diop, segundo Bandia (2009), contestava a tradução colonial da África como uma tábua rasa, sem contribuições à humanidade, o que justifica os argumentos de desumanização dos povos africanos e a legitimidade de sua colonização. Para Bandia (2009), sua agência tradutória contribui como uma (re)escrita da história. É o papel da tradução na produção e na gerência de narrativas para se inscrever na história e questionar distorções, apagamentos, problemas e debates controversos. O intelectual Diop percebia a tentativa de branqueamento da civilização do Antigo Egito em benefício da ideologia europeia de superioridade racial, por isso engajou-se na construção de uma narrativa que demonstrava a articulação entre diferentes povos na África (BANDIA, 2009).

Em sua agência tradutória, por exemplo, Diop traduziu para o seleganês a Teoria da Relatividade de Einstein com o objetivo de desmentir a narrativa acadêmica ocidental de que as línguas africanas não possuem sofisticação para expressar conceitos abstratos. Seu

engajamento novamente era para contestar o discurso de linguistas e antropólogos que argumentavam sobre a intraduzibilidade de línguas que consideravam nativas e primitivas. As reflexões de Diop para além da história e da antropologia contribuem também para pensar a tradução, ao considerar questões inerentes à tradução intercultural, à impossibilidade da tradução literal em línguas que não compartilham as mesmas culturas e imagens, além da relação da tradução com características sociogeográficas (BANDIA, 2009).

De forma semelhante, o ativismo da tradução também ocorre por meio da agência individual ou coletiva de pessoas que são intérpretes e tradutores/as profissionais ou que possuem habilidades tradutórias inter ou intraculturais (BAKER, 2006b). Mona Baker é uma pesquisadora oriunda do continente africano, residente na Inglaterra. A autora possui pesquisas relacionadas ao papel da tradução, em especial daqueles que traduzem em contextos de ativismo, guerras e situações sensíveis que envolvem conflitos e luta por direitos e narrativas marginalizadas. A pesquisadora aborda a centralidade da tradução, entendendo que esta afeta o mundo real e as relações sociais, culturais e políticas. Baker (2016) enfatiza que é impossível ignorarmos as responsabilidades éticas e sociais de intérpretes e tradutores/as, que como cidadãos participam ativamente da produção de todos os aspectos do ambiente em que vivemos.

Baker (2016, p. 8, tradução nossa) explica que “[...] as intervenções discursivas e não discursivas na arena política são fortemente mediadas por vários atos de tradução que permitem a conexão de movimentos de protesto em todo o mundo”⁷⁹. Não sendo a tradução um processo desinteressado, nem neutro, a autora entende que intérpretes e tradutores/as são pessoas com domínio na mediação de duas (ou mais) línguas e podem ver a ação tradutória como uma ferramenta para mudar o mundo. Assim, inspirados pelo pensamento de Baker (2016) e dos demais autores, cabe-nos compreender como os intérpretes e tradutores de Libras transitam e são impactados pelos discursos de pautas reivindicatórias em poesias de artistas surdos/as e traduções de literaturas sobre Direitos Humanos.

Essa abordagem possibilita-nos estabelecer a relação da literatura e dos Direitos Humanos já que a ideia de direito na humanidade é posta como uma construção histórica, da relação do humano com o processo de empatia com o outro e a organização social em prol da valorização da vida. Para Baker (2018), a interpretação e a tradução podem estar envolvidas com agendas fora das instituições formais, desafiando as narrativas dominantes da época. A

⁷⁹ Texto fonte: “[...] that discursive and non-discursive interventions in the political arena are heavily mediated by various acts of translation, and that this is precisely what enables protest movements to connect and share experiences across the globe” (BAKER, 2016, p. 8).

autora cita uma variedade de coletivos de intérpretes e tradutores/as⁸⁰ que se organizam com o objetivo de promover contradiscursos e lutar por justiça social e causas humanitárias, colocando suas habilidades linguísticas em função de causas que acreditam.

A agência de intérpretes e tradutores/as se cruzam na medida em que suas histórias pessoais se aproximam uma da outra criando senso de identidade e sentimento de coletividade. Para Baker (2018), não faltariam exemplos de comunidades de intérpretes e tradutores/as empenhados/as em ambientes acadêmicos, associações, Organizações não Governamentais (ONGs,) organizações pró Direitos Humanos, grupos políticos e até mesmo entidades comerciais fornecendo apoio de tradução e interpretação ideologicamente engajado, contribuindo com determinadas causas.

De forma próxima, Tymoczko (2010b) entende os/as tradutores/as como sujeitos sócio-históricos e culturalmente construídos. A autora explica que existe a autoridade do/a tradutor/a como agente construtor de significados, sujeito ético e ideologicamente responsável por suas escolhas e (re)leituras. Isso mostra a necessidade de reconhecermos intérpretes e tradutores/as como agentes participantes das mudanças sociais. A tradução assim é tida como uma atividade ética, política e ideológica e não apenas uma transposição estritamente linguística.

Essa questão leva-nos a discutir sobre as narrativas de intérpretes e tradutores/as de Libras frente aos conteúdos com engajamento poético de cunho político que reivindicam pautas dos Direitos Humanos. Essa perspectiva está alinhada diretamente ao problema da presente pesquisa, o qual se concentra em analisarmos como intérpretes e tradutores/as de Libras enxergam as implicações desse contexto tradutório e suas agências nos discursos surdos em poesias sinalizadas.

Baker (2006a, 2006b, 2016, 2018), em suas pesquisas, apresenta uma possível crítica aos Estudos da Tradução, elencando experiências de ação tradutória que subvertem a narrativa acadêmica de discursos apolíticos e neutros imprimidos na prática profissional de intérpretes e tradutores/as. Em diversos textos publicados sobre a agência e o ativismo desses sujeitos, a autora demonstra que narrativas com a atitude, a posição socioideológica e o contexto que determinados intérpretes e tradutores/as vivem podem aferir diretamente em suas escolhas,

⁸⁰ Como exemplo a autora cita: Translators for Peace – Tradutores pela Paz; Translators United for Peace (TUP) – Tradutores Unidos pela Paz; Translator Brigades – Brigada de Tradutores; Tlaxcala: The International Network of Translators for Linguistic Diversity – Tlaxcala: Red Internacional de Tradutores para Diversidade Lingüística; ECOS, traductores e interpretes por la solidaridad.

tanto interpretativas, no sentido textual, quanto do próprio conteúdo a qual se engaja a traduzir.

Nessa perspectiva, as contribuições de Tymoczko (20010b) dialogam diretamente com esses elementos já pautados até o presente momento. A autora problematiza as relações existentes entre o texto, a língua e a cultura de partida com seus “correspondentes” de chegada, observando que intérpretes e tradutores/as como sujeitos históricos estão sempre inseridos em um contexto político ideológico e podem agir a favor de uma determinada causa. Tymoczko (2010a, 2010b) defende a tese de que intérpretes e tradutor/es devem ser ativistas engajados/as; desse modo, devem se manter visíveis a todos como sujeitos políticos e ideológicos. O Quadro 3 mostra os elementos que dizem respeito à agência e ao ativismo na tradução.

Quadro 3 – Agência e ativismo na Tradução

Agência na Tradução	Ativismo na Tradução
Individual ou coletivo.	Coletivo.
Particular ou organizacional (editoras, agências, investidores, mecenatos etc.).	Ligado aos movimentos sociais.
Nem sempre é visível.	Deve se manter visível.
Não necessariamente é feita pelo/a tradutor/a, mas pode ser quem incentiva ou financia as traduções.	Historicamente nomeado como agitadores, movimentadores, rebeldes, abolicionistas, reformadores, anarquistas e etc.
Pode influenciar tendências literárias de cunho político variado.	Engajam em literaturas de cunho político-ideológico.
A pauta pode ser política, literária, geográfica, religiosa, estilística ou autoral.	A pauta é sempre ligada a movimentos políticos sociais.
Dentro de diferentes espectros políticos (da direita à esquerda).	Dentro de diferentes espectros políticos (da direita à esquerda).
Nem sempre possui uma agenda.	Está ligada a agendas políticas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tymoczko (2010a, 2010b) faz defesas mais enfatizadas sobre o poder de manipulação de textos por meio da interpretação e da tradução, podendo favorecer as línguas de chegadas e contribuir para uma não colonização das ideias contidas no texto fonte. A autora argumenta sobre um papel possível de identificar e combater, por meio dessa atividade linguística, ideologias imperialistas. Diferentemente dessa posição, Baker (2006a) ressalta sobre o cuidado que intérpretes e tradutores/as ativistas devem ter em suas mediações linguísticas, uma vez que estando desnudados/as de seu lugar ideológico, tornam-se mais responsáveis em

tentar ser o mais próximo possível do texto-fonte, mantendo suas ideias para não serem acusados/as e descredibilizados/as.

Mona Baker apresenta no livro *Translating Dissent Voices from and with the Egyptian revolution* (Traduzindo a dissidência: Vozes do e com a Revolução Egípcia), da editora Routledge, a diversidade de narrativas traduzidas, em diferentes formatos sobre a Revolução Egípcia. As escritas literárias que contam acontecimentos, fotografias, cinemas, legendagens e artes de rua são vistas, neste trabalho, como formas de tradução, não restritas apenas à transposição linguística de signos verbais, mas amplas, abarcando diferentes sistemas de signos e suportes.

Como exemplo de outras formas de tradução, exemplificamos a tradução de testemunhos e de experiências vividas, o registro audiovisual de depoimentos e sua legendagem para que a mensagem ultrapasse as fronteiras nacionais, as fotografias e as narrativas que as acompanham, além de grafites de rua, poesia, *cartoons* etc. Essas ações forjam redes de solidariedade entre intérpretes e tradutores/as com movimentos revolucionários.

Para Baker (2016), no caso da Revolução Egípcia, era evidente que as traduções, em seus mais variados suportes, eram realizadas exclusivamente por voluntários, os quais se alinhavam aos mesmos valores dos movimentos sociais que ali emergiram, utilizando suas capacidades linguísticas em favor de um projeto político comum. A criação e a tradução de poesia mostram um exemplo dessa possibilidade de forjar novas linguagens dentro de uma conjuntura de crise. Assim, a tradução desempenha papel fundamental na disseminação de contranarrativas.

Outro exemplo que podemos observar, nessa perspectiva, são as pesquisas realizadas na descrição de povos originários no Peru e suas línguas indígenas. Ciudad, Howard e Ricoy (2017) investigaram como intérpretes e tradutores/as atuam também ativamente pela pauta de direitos de comunidades locais, narrando-as como atores que desenrolam um papel multifacetado, combinando sua função técnica com uma postura de ativismo e a favor dos direitos linguísticos e culturais de seus povos. As pesquisas utilizam-se de aportes teóricos da Antropologia, da Sociologia e dos Estudos da Tradução.

Conforme Ciudad, Howard e Ricoy (2017) atestam, o ativismo de intérpretes e tradutores/as está diretamente ligada às ideologias linguísticas e às dinâmicas de autorrepresentação indígena. A visão que podemos estabelecer desses intérpretes e tradutores/as que atuam com as comunidades originárias é de agência e não a “invisibilidade” comumente atribuída a esses profissionais. O lugar de ativismo, como mostram os autores,

ocorre antes da formação desses intérpretes e tradutores/as, no contato com suas comunidades. Esses/as profissionais, quando em atuação, manifestam seus ativismos em diferentes ações, seja nos serviços estatais, em meios de comunicação de massa ou em redes sociais. Estão sempre difundindo, defendendo e promovendo a língua e a cultura dos grupos indígenas comunitários em que atuam.

No contexto brasileiro, é visível a presença de intérpretes e tradutores/as de Libras contribuindo para diversos movimentos surdos, tal como discutimos no segundo capítulo sobre o reconhecimento da Libras e o #ENEMLIBRASJÁ. É possível mencionarmos a presença desses/as profissionais em movimentos sociais surdos que organizam suas pautas em diferentes temáticas, por meio das redes sociais, os quais fazem uso da interpretação e tradução em seus projetos. As narrativas produzidas por ativistas surdos/as conseguem alcançar um número maior de público graças às traduções e às legendagens feitas de forma colaborativa por intérpretes e tradutores/as aliados às reivindicações surdas. Citamos como exemplo o coletivo SurdoVisão e o Grupo Movimento das Surdas Feministas do Brasil (MOSFB).

O MOSFB congrega mulheres surdas feministas de várias regiões do país. A proposta das páginas no *Facebook* e no *Instagram* é de congregar e apoiar outras mulheres surdas e disseminar informações sobre o feminismo, mulheres LGBTQI+, visibilidade lésbica, violência doméstica e outras temáticas. Entre suas produções é notório o engajamento de suas narrativas por meio da interpretação e tradução. Há diferentes vídeos que possuem a tradução em formato de legenda da sinalização de mulheres surdas ou tradução em Libras de discursos feitos em português (Figura 22).

Figura 22 – Ações MOSFB



Fonte: Imagem extraída da página do *Instagram* do MOSFB.

O movimento também organiza diversas *lives* com convidadas surdas e ouvintes (Figura 23). Dentre as convidadas e as temáticas que já circularam nas páginas, podemos citar Gabriela Grigolom e Márcia Tiburi, as quais discutem a “Política e Mulheres no Brasil, passado, presente e futuro” e “Beijar Mulher é um ato Político” com Camila Marins e Louren Farias.

Figura 23 – *Lives* e temáticas do MOSFB



Fonte: Imagem extraída da página do *Instagram* do MOSFB.

Além disso, o movimento organiza grupos de estudos feministas, *lives* com convidadas diversas e participação em diferentes marchas e protestos de cunho político. Nas páginas do grupo, há uma diversidade de vídeos informativos produzidos em Libras de forma independente, sendo todos os vídeos sinalizados com tradução para o Português em legenda e alguns com áudio. Quando são vídeos com fala em Português há tradução em Libras inserida no vídeo.

As intérpretes e tradutoras que contribuem para o movimento atuam de forma colaborativa e engajada, participando da tradução de vídeos, legendagem, interpretação de *lives*, reuniões e divulgação do movimento. Sem as práticas interpretativas e tradutórias, as ações ficariam circunscritas às comunidades surdas, não visibilizando suas lutas para um grupo maior de mulheres e outros movimentos feministas. É interessante observarmos que essa preocupação é oriunda das mulheres surdas, já que infelizmente outros movimentos feministas compostos pela maioria ouvinte não se articulam para receber mulheres surdas em suas atividades.

O Coletivo SurdoVisão é outro grupo cujas produções também se preocupam com a atividade de interpretação, tradução e legendagem de suas narrativas. As temáticas que circulam na página são variadas. O Coletivo debate sobre polarização na comunidade surda, o

lugar de fala das pessoas surdas, professores/as surdos/as, violência doméstica contra mulheres surdas, história dos surdos brasileiros, história dos movimentos surdos, poesias surdas com diferentes temas políticos, entre outros assuntos, mas enfatizando sempre o empoderamento surdo (Figura 24).

Figura 24 – *Lives* do Coletivo SurdoVisão

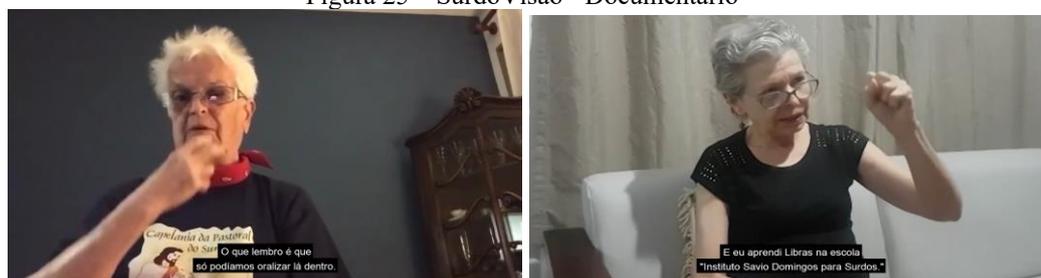


Fonte: Imagem extraída da página do *Instagram* do SurdoVisão.

A maioria dos vídeos postados pelo Coletivo SurdoVisão possuem tradução com legenda e voz. Como grupo independente, intérpretes e tradutores/as atuam de forma colaborativa para possibilitar que as narrativas surdas sejam compartilhadas para pessoas que desconhecem a Libras. O grupo de intérpretes e tradutores/as que contribuem são mulheres e homens aliados que desempenham um papel político em concederem suas habilidades linguísticas, tradutórias e interpretativas às pautas plurais de um movimento surdo cibernético.

O coletivo também já promoveu *lives* com temáticas como “A luta das Comunidades Surdas: impactos sobre as Línguas de Sinais e os Direitos Humanos” (com interpretação da Língua de Sinais Internacional para Libras e Língua Portuguesa) e “Polarização na Comunidade Surda: Existe ou Não?”. Também é possível verificarmos a produção de vídeos documentários (Figura 25) que debatem questões como “geração surda”, sobre surdos/as idosos/as, registram a memória de grupos de surdos que foram proibidos de usarem a língua de sinais e que denunciam o modelo educacional oralista, ao qual foram submetidos em um passado que ainda reflete no presente.

Figura 25 – SurdoVisão - Documentário



Fonte: Imagem extraída da página do *Instagram* do MOSFB.

Além disso, o grupo traz produções em artes visuais produzidas por artistas surdos/as, como é possível exemplificar nos quadrinhos feitos por Catherine, Candy Uranga e Diogo Madeira (Figura 26), cuja mensagem denuncia a violência doméstica de uma surda. A narrativa denuncia a violência de homens surdos contra mulheres surdas e a dificuldade de denúncia via celular, cujo único canal é a central de Libras, porém congestionada devido à alta demanda de atendimento e presente apenas em algumas capitais do país.

Figura 26 – SurdoVisão – Quadrinhos



Fonte: Imagem extraída da página do *Instagram* do MOSFB.

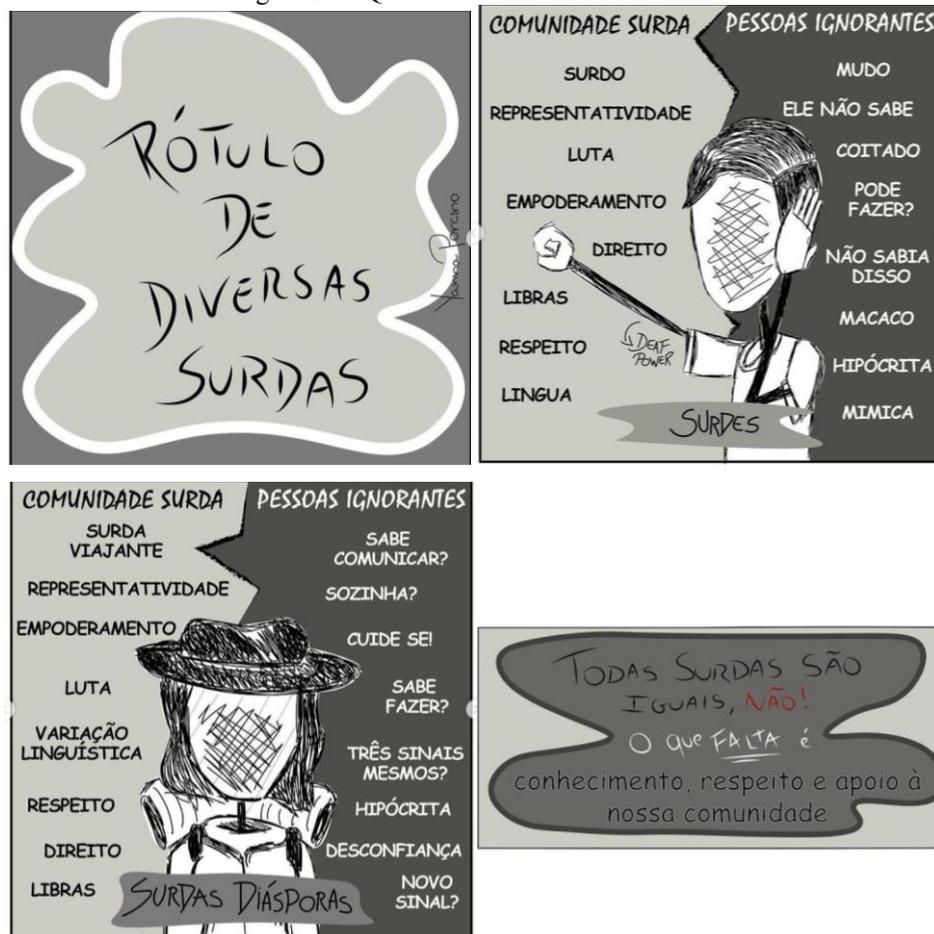
O fato de as artistas e de o artista trazerem um personagem homem surdo revela o desejo de quebrar com o tabu de uma comunidade surda inocente, harmoniosa e não machista. O racismo e o machismo são estruturais e impactam também as pessoas surdas, constituindo subjetividades também agressivas e preconceituosas. Além disso, nas imagens, é possível averiguar a personalidade agressiva do personagem em persuadir a mulher surda e agredi-la. A presença de substâncias alcoólicas, mudança de comportamento do homem surdo, a violência sexual e os hematomas no corpo da mulher surda são evidentes na narrativa.

Nas *hashtags* que descrevem a postagem na página do *Instagram* aparecem termos como denúncia, assédio, machismo, lei Maria da Penha, direitos surdos, mulheres surdas, feministas e feminismo. Essa arte exemplifica bem um lugar de agência de artistas que traduzem, em um outro sistema de signos, assuntos que são lacunares dentro das comunidades surdas e que são ignorados por movimentos sociais, políticas públicas, debates acadêmicos e a sociedade civil em geral.

Outra arte que demonstra ativismo por meio de outros suportes e o ato de tradução de artistas surdos/as são os quadrinhos intitulados “Rótulos de diversas surdas”, feitos pela artista Yanna Porcine (Figura 27). A poeta trabalha entre a linguagem verbal e não verbal para apresentar a dicotomia narrativa da perspectiva da comunidade surda e de pessoas ignorantes

sobre a diversidade surda. Sua crítica consiste na visão romantizada de uma comunidade surda homogênea de identidades fixas. Além disso, é visível a crítica da narrativa produzida pelo senso comum social, que identifica as pessoas surdas em um viés audista sobre seus corpos e suas línguas de sinais.

Figura 27 – Quadrinhos “Rótulos de diversas surdas”



Fonte: Imagens extraídas da página do *Instagram* do SurdoVisão.

Articulando essa arte com a que apresentamos da poeta Nayara na sua *poesia.doc* e nas demais literaturas apresentadas, mostra-se evidente a presença de intérpretes e tradutores/as de Libras, nos mais diversos espaços da produção narrativa surda, seja em movimentos sociais, seja na literatura e nas artes em geral. A comunidade surda é composta por ativistas surdos/as que traduzem suas inquietações nos mais diferentes suportes, assim como ativistas intérpretes e tradutores/as de Libras, os quais contribuem com tradução, interpretação, legendagem, edição de vídeo e construção coletiva das pautas surdas.

Por fim, destacamos que o lugar de agência e ativismos de poetas e artistas surdos/as fazem de suas artes canal de denúncia e reivindicação por justiça social. Também se agrega valor ao fato de essas artes, na maioria das vezes, promoverem em seu escopo narrativo

diferentes formas e modalidades de tradução, seja dos/as próprios/as poetas (em autotradução) ou intérpretes e tradutores/as aliados/as às comunidades surdas e às suas bandeiras de lutas. Assim, com interesse nas narrativas de intérpretes e tradutores/as de Libras, apresentamos no capítulo a seguir o desenho metodológico elaborado para coletar e analisar aspectos que nos revelem agência, ativismo, representação, história de vida, literatura e movimentos sociais.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo, abordamos os passos metodológicos empreitados. Em um primeiro momento, discorremos sobre a Teoria Narrativa nos Estudos da Tradução. Na sequência, descrevemos o tipo, o local, os participantes e o instrumento da pesquisa, os procedimentos de tratamento de dados e a sua apresentação. Versamos, também, sobre os eixos de análise: (I) Intérpretes e tradutores/as: histórias de vida e movimentos sociais; (II) Literaturas Surdas e Direitos Humanos; e (III) Direitos Humanos: Tradução, agência e ativismo. Ainda descrevemos a forma de transcrição e de tradução dos dados, além de informações sobre o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) ao qual a pesquisa foi submetida.

5.1 TIPO DE PESQUISA

O problema de pesquisa concentra-se em entender como raça, gênero, sexualidade e classe podem ser também marcadores que incidem na agência, na interpretação e tradução de contextos literários em língua de sinais voltados aos Direitos Humanos e às injustiças sociais. Por isso, esta pesquisa enquadra-se como exploratória, pois busca apresentar certa familiaridade com uma temática ainda pouco debatida nos Estudos da Tradução. Conforme Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória possui um planejamento que é “[...] bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato”.

Selltiz (1967 *apud* GIL, 2002, p. 26) descreve que a pesquisa exploratória pode realizar: “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que ‘estimulem a compreensão’”. A pesquisa exploratória permite-nos averiguar um campo cujas pesquisas ainda não formularam um *corpus* de análise que responda, de forma satisfatória, a problemas e a perguntas que decorrem de uma dada realidade – especificamente ao tratarmos das narrativas de intérpretes e tradutores/as de Libras no contexto da literatura de Direitos Humanos, observando suas agências. Raramente encontramos subsídios acadêmicos que nos forneçam uma articulação direta entre os campos de Estudos Surdos, Literatura, Direitos Humanos e Estudos da Tradução, o que nos localiza em uma empreitada teórica inicial.

5.2 COMITÊ DE ÉTICA

Para fins éticos, utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participação em pesquisa na versão em Português (ver Apêndice B), em uma linguagem acessível e em videolibras⁸¹ para os/as participantes surdos/as.

Por tratar-se de uma pesquisa em que os participantes expõem seus corpos em fotografia narrada e suas narrativas compartilhadas nas entrevistas, a escolha da identificação dos participantes foi um ponto de demanda e destaque no TCLE. O projeto atendeu aos critérios da Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, a qual: “Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos” (BRASIL, 2013, p. 59). Além disso, contamos com o Parecer Consubstanciado do CEP emitido pelo Parecer número 4.822.543 (ver Anexo A).

5.3 LOCAL DE PESQUISA

As entrevistas foram realizadas de forma *online* em plataforma virtual. O formato foi escolhido devido ao contexto de pandemia da Covid-19 que impactou o processo de coleta de dados, devido ao distanciamento social. Utilizamos o *Google Meet* para as entrevistas com os participantes ouvintes e, posteriormente, o *Zoom* com os participantes surdos/as⁸². Ainda, como segurança, fizemos uso do gravador de tela *Itop Screen Recorder FREE*. Os autodomentários foram gravados pelos/as participantes de pesquisa em suas casas, em seus locais de trabalhos e em diferentes cenários de suas cidades ou em viagens, seguindo uma rotina transeunte conforme a agenda de atividade de cada intérprete e tradutor/a. Essas gravações foram realizadas com câmera de celular. Embora o roteiro do autodomentário (sobre o qual comentaremos mais adiante) indique cenas, a ambiência e a localização foram de escolha individual de cada participante.

As entrevistas e os autodomentários gravados são utilizados em três desdobramentos:

⁸¹ Disponível em: <https://youtu.be/Y-x535rVdiQ>. Acesso em: 20 fev. 2022.

⁸² O *Google Meet* foi uma ferramenta que contribuiu para a coleta de dados dos/as participantes ouvintes, pois reconhecia a voz do/a entrevistado/a mantendo sua imagem em tela cheia. Utilizamos o *Zoom* com as participantes surdas, pois, na primeira entrevista realizada com a participante Malu, feita no *Google Meet*, a imagem da participante não foi gravada, devido a não articulação sonora de identificação de quem fala. Essa entrevista foi completamente perdida, visto que um Plano B não havia sido acionado. Dessa falha em diante, utilizamos uma segunda plataforma, além de um segundo aplicativo com gravação de tela. Malu refez a entrevista, conversamos antes sobre a não preocupação com uma memória da entrevista primeira, manter ou mudar de opinião, esquecer algo, lembrar outros pontos etc. Ambos não negariam que a entrevista era refeita, sem trair nossa memória, ao mesmo tempo não ter necessidade de tentar lembrar o que havia sido dito anteriormente.

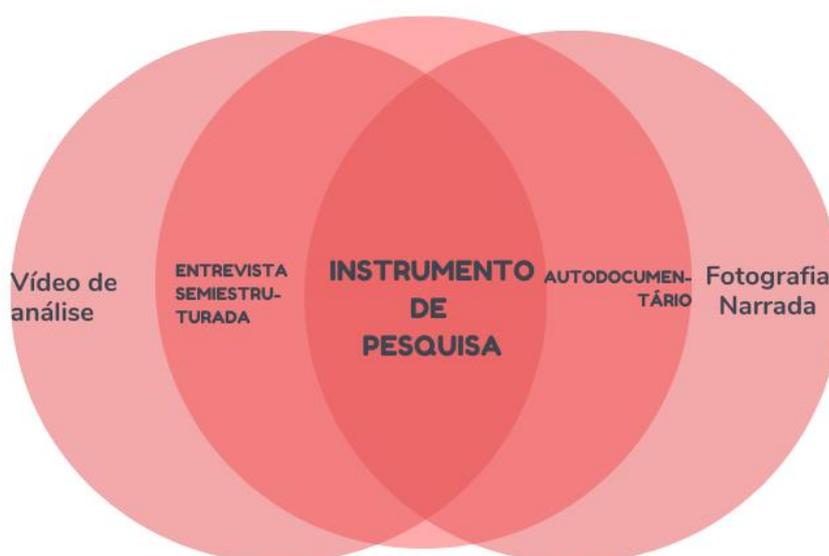
1. Análise narrativa da entrevista e das imagens produzidas.
2. Produção de documentário.
3. Utilização na tradução desta dissertação em videolibras.

Na escrita em Português, foram utilizadas as gravações para transcrição das narrativas de participantes ouvintes e tradução da Libras para o Português dos/as participantes surdos/as, para, assim, realizar a análise de dados.

5.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O instrumento de pesquisa foi configurado por duas etapas. A primeira ocorreu com uma entrevista semiestruturada, seguida da aplicação de um vídeo para comentários e análise. A segunda etapa consistiu na produção de uma série de gravações autodocumentais com imagens do cotidiano e depoimentos com uma ação chamada de “fotografia narrada”. A produção audiovisual que conceitualizamos como autodocumentário foi sugerida com um roteiro de gravação e de ação de fotografia narrada. Os resultados dessas produções foram analisados nesta pesquisa, assim como compuseram, de forma independente, o documentário *Interpretar e traduzir a dissidência: Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos*, que objetiva circular em diferentes espaços (sociais e acadêmico) após a conclusão da pesquisa. A Figura 28 ilustra os instrumentos selecionados.

Figura 28 – Instrumentos de pesquisa



Fonte: Elaborada pelo autor.

5.4.1 Entrevista semiestruturada

Concomitantemente à produção do autodocumentário, trabalhamos com o instrumento de pesquisa de entrevista semiestruturada para diálogo com os/as participantes. Conforme Gil (2002, p. 117), esse tipo de entrevista “[...] embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão”.

A entrevista, nesta pesquisa, teve como objetivo traçar o perfil e as histórias de intérpretes e tradutores/as de Libras que atuam no contexto de poesias surdas que tenham como temática os Direitos Humanos por meio das seguintes indagações: Qual a trajetória desses/as intérpretes e tradutores/as? Como eles/as se movem frente aos conflitos inerentes à temática dessas literaturas? Qual o papel que assumem frente a esse contexto?

Pensando nas palavras de Santos (2006, p. 57), esperamos “[...] que a entrevista mantenha estreita relação com a afetividade, com a busca de identificação com o sujeito entrevistado”. Isso porque a tessitura do trabalho é constituída a partir da análise das posições desses/as intérpretes e tradutores/as, já que a lente frente à discussão da Literatura Surda e os Direitos Humanos perpassam pelas palavras desses/as agentes que são, além de diversos/as, sociais e políticos/as.

Interessamo-nos, assim, em observar os sujeitos que agem nas temáticas que expõem situações de conflito, entrelugares e fronteiras de tensionamento por direitos. Quando elegemos participantes que transitam com a literatura de Direitos Humanos em Libras, adentramos um campo de produção textual que justamente ocupa um espaço de tensionamento do cânone literário brasileiro na aproximação com o discurso marginalizado de autores/as como Carolina Maria de Jesus, Paulo Lins e Ferré.

Aproximamo-nos na perspectiva do rompimento com as traduções clássicas literárias e o modo de fazer literatura, fazendo uso de outras estratégias e recursos para a proposição de seus discursos. Dada a pluralidade de poesias nesse gênero, cabe-nos averiguar as narrativas de intérpretes e tradutores/as surdos/as e ouvintes que trabalham com textos poéticos que tenham como conteúdo a pauta dos Direitos Humanos, já que as suas atuações podem revelar ações de agência, ativismo ou mesmo permanência em zonas de conflito narrativos, éticos, políticos e ideológicos.

5.4.1.1 *Roteiro de Entrevista*

A entrevista foi organizada em três momentos. Na primeira parte, as perguntas concentraram-se em captar a história de vida dos/as intérpretes e tradutores/as participantes, tendo enfoque nas suas relações com a literatura surda e/ou sinalizada e/ou traduzida. Na segunda parte, adentramos questões relacionadas à aproximação com os movimentos sociais e o campo dos Direitos Humanos, a partir da literatura, questionando sobre agência, ativismo e representação. Por fim, na terceira parte, mostramos um vídeo para que os sujeitos tecessem comentários sobre a representação, a interpretação e a tradução e os aspectos da materialidade dos textos traduzidos.

No primeiro momento, iniciamos com informações sobre a participação na pesquisa, o uso de imagem, a segurança ao acesso dos dados e os direitos sobre eles até a publicação dos resultados (TCLE no Apêndice B). Explicamos, também, que nos interessamos nas narrativas de suas histórias com as comunidades surdas e a literatura (compreendendo a literatura na sua amplitude, para além da escrita, com diferentes gêneros literários, *Slams*, videopoesia, música, contação de história, dança, cinema etc.). Informamos que, no diálogo, eles/as teriam a liberdade de relatar todas as vivências que viessem à mente, que podiam usar o tempo que achassem necessário. Também comunicamos que se eles/as não dispusessem de tempo suficiente, poderíamos marcar em um segundo momento. Não havendo dúvidas sobre o procedimento e a liberdade sobre a participação, iniciamos com a primeira parte da entrevista, intitulada *Motivações com a Literatura Surda e Sinalizada*. As perguntas realizadas foram:

1. Qual a sua relação com a arte, incluindo a literatura surda e as produções artísticas em geral?
2. Na circulação de produções dentro da Literatura Surda e Sinalizada, há uma gama de temáticas que são alvo do interesse de poetas surdos/as. Como você enxerga os discursos surdos nas poesias? Quais temáticas você acredita que se destacam, refletindo sobre as poesias que você conhece?
3. Pensando nos contextos de aprendizagem/aquisição da língua de sinais pelos quais você passou, em que momento você teve oportunidade de acessar contextos artísticos e literários em Libras?

Na segunda parte da entrevista, denominada *Relações com Direitos Humanos, movimentos sociais, tradução e interpretação*, objetivamos aprofundar aspectos ligados à agência, ao ativismo e à relação com pautas ligadas aos Direitos Humanos. Os debates sobre

representação, ideologia política e neutralidade foram levantados também nesta parte. As perguntas realizadas foram:

1. Como você descreve seu relacionamento com os movimentos sociais, dentre eles o movimento surdo? Quais discursos dos movimentos sociais você acredita que agregam na sua formação como tradutor/a e intérprete?
2. Para traduzir e interpretar literatura que pautam as dores e as vivências de grupos minoritários, é importante pertencer ou ter alguma vivência com eles? É possível traduzir e interpretar com distanciamento desses grupos sociais?
3. Você usa a tradução como forma de disseminar alguma crença ou ideia que você defende?
4. Quais os desafios de traduzir literatura surda que falam sobre injustiças sociais?
5. A tradução de produções artísticas de surdos/as e ouvintes exige representatividade na tradução? Há um lugar de fala na tradução?
6. Como a tradução de Literatura Surda e Sinalizada pode contribuir com os Direitos Humanos das pessoas surdas?
7. Um tradutor anti Direitos Humanos consegue atuar com a tradução de textos literários que versam sobre reivindicação de justiça social?

Informamos que, embora tenhamos preparado um roteiro, algumas perguntas poderiam ser respondidas no contexto de outras, o que permitiria sua exclusão na sequência. Além disso, alertamos que algumas perguntas se abririam no momento de fala, de forma a instigar determinados pontos de interesse da pesquisa, o que comentaremos nas análises no próximo capítulo.

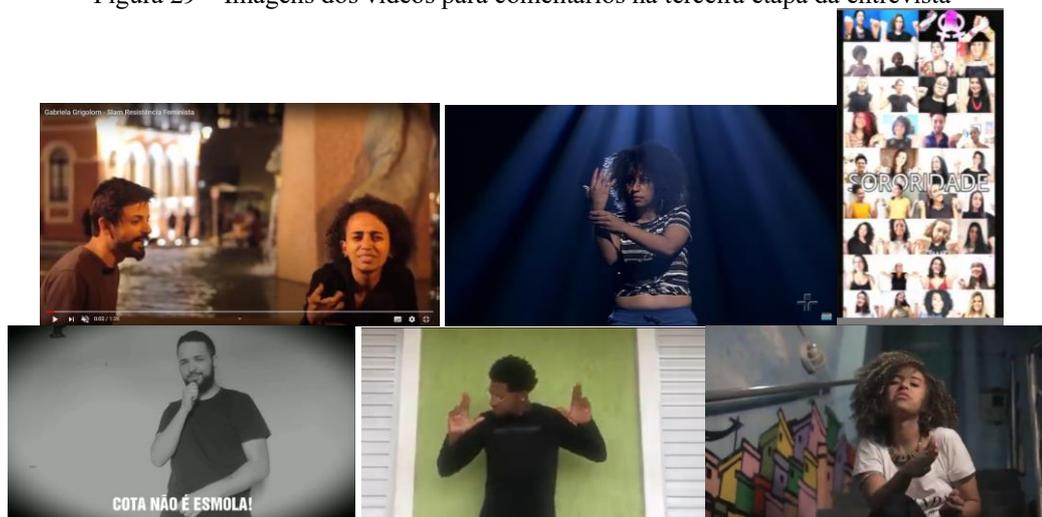
5.4.1.2 *Vídeo para comentário na entrevista*

Após as duas primeiras partes da entrevista, apresentamos para os/as participantes um vídeo compilado com aproximadamente oito minutos, com poesias sinalizadas, literatura e músicas traduzidas que versam sobre os Direitos Humanos e injustiças sociais. As poesias possuem traduções, com legenda ou com voz.

Os comentários solicitados após a visualização do vídeo referem-se à representação do corpo de quem traduz esses materiais, seja traduzindo do Português para Libras, seja legendando da Libras para o Português ou interpretando e/ou traduzindo da Libras para Português na modalidade oral, assim como os desafios de se traduzir essas temáticas. Essa parte do instrumento consiste na observação dos vídeos, seguido de uma breve discussão

sobre as percepções de ambiência, sonoridade, visualidade, legendas, representações e semióticas (Figura 29).

Figura 29 – Imagens dos vídeos para comentários na terceira etapa da entrevista



Fonte: Imagens extraídas do instrumento de pesquisa.⁸³

Os conteúdos dos vídeos mostrados para comentários dos/as participantes são (em ordem de apresentação):

(I) Poesia: Coletivo - Sororidade⁸⁴ – (*Instagram*).

(II) Poesia: “A minha luta é pela mulher negra, surda, militante...”, de Gabriela Grigolom (tradutora não identificada) – Programa Manos e Minas (vídeo do *Youtube*).

(III) Poesia: “Negra Surda”, de Gabriela Grigolom (interpretação de Jonatas Medeiros) – *Slam Contrataque CWB* (vídeo do *Facebook*).

⁸³ As imagens da figura são *prints* das seguintes produções: Gabriela Grigolom – Slam Resistência Feminista (<https://www.youtube.com/watch?v=RGDWcmUvaps&t=3s>); Nossa luta é para quebrar os padrões da sociedade (<https://www.youtube.com/watch?v=Azlo4qfBJi4>); Cota não é esmola – Libras You Libras (<https://www.youtube.com/watch?v=uWXeY9HOo5Q>); Cota não é esmola, Ricardo Jr (<https://www.youtube.com/watch?v=EnW6R95nBwo&t=222s>); Cota não é esmola, Gabriela Grigilom (<https://www.youtube.com/watch?v=rzQdSbOrACE>)

⁸⁴ Organizadoras do projeto: Catharine Moreira e Priscilla Leonnor; editora do vídeo: Anna Luiza Maciel; tradutoras: Flávia Lima e Jéssica Lacerda; convidados especiais com as manas: Sylvia Lia – @sylvialia_neves; Catharine Moreira – @cathyfofa; Priscilla Leonnor – @cillinhablack; Stefany Krebs – @stefanykrebs11; Rafaela Hoebel – @rafahoebel8; Lara Gomes – @laugomessilva; Klicia Araújo – @kliciaac; May Ciardelli – @13.diabla Adriana Marques – @drikamques; Andreia de Oliveira – @falamesmodeia; Ana Clara – @anafeitos; Thais Martins – @tmartinsf; Betina Körbes – @bekorbes; Cristiane Girafa – @crisgirafa; Yanna Barbara – @yannaporcino; Isabel Alvim – @isabelalvim8; Cinthia Ramos – @ttinaramos; Renata Rezende – @renata_rezende7; Dodora Araújo – @dodoradeaf; Alicy Queiroz – @alicyqz; Gabriela Otaviani – @zgotaviani; Anna Luiza Maciel – @lulumaciel; Sara Theisen – @saratheisen; Alinny Umeno – @alinnyumeno; Malu Dini – @maludini; Nayara Rodrigues – @nayuda23; Rafaela Schneider – @rafayschneider; Maria Rita – @marita_oliver; Mariana Ayelen – @mari.agsl; Renata Freitas – @renata_freitas_libras; Victoria Pedroni – @victoriapedroni; Gabriela Grigolom – @negabi.oficial; Tainá Borges – @tainaborgess; Hellenne Salvatore – @lenny3o; Carilissa Dall’Alba – @carilissa (Fonte: *Instagram* de Priscilla Leonnor).

(IV) Poesia: “Voz”, de Catharine Moreira e Amanda de Lima – *Slam* do Corpo no Programa Manos e Minas (vídeo do *Facebook*).

(V) Música: “P.U.T.A” Mulamba, tradução *performance* de Jonatas Medeiros – Canal Jonatas Medeiros (vídeo do *Youtube*).

(VI) Música: “P.U.T.A” Mulamba, tradução *performance* de Stephanie Saskya – Canal Tradulab Avuá (vídeo do *Youtube*).

(VIII) Música: “Cota não é esmola”, de Bia Ferreira, tradução *performance* de Gabriela Grigolom – Canal Fluindo Libras (vídeo do *Youtube*).

(VIII) Música: “Cota não é esmola”, de Bia Ferreira, tradução *performance* de Marcos – Canal You Libras (vídeo do *Youtube*).

(IX) Música: “Cota não é esmola”, de Bia Ferreira, tradução *performance* de Ricardo Junior – Canal Ricardo Junior (vídeo do *Youtube*).

(X) Música: “Cota não é esmola”, de Bia Ferreira, tradução *performance* de Adriano Ruan – Canal Adriano Juan Libras (vídeo do *Youtube*).

(XI) Música: “Cota não é esmola”, de Bia Ferreira, tradução *performance* de Dri Farias – Canal

LIBRAS NA MÃO E NO CORAÇÃO MINISTÉRIO MQL Dri Faria (vídeo do *Youtube*).

É importante mencionarmos que, antes de mostrarmos os vídeos de músicas traduzidas, apresentamos as imagens das cantoras das músicas e os respectivos vídeos dessas músicas (com legenda) sem a tradução em Libras. Isso para que os/as participantes pudessem reconhecer o texto e a pessoa traduzida.

5.4.2 Autodocumentário

O autodocumentário consiste na produção de vídeos realizados pelos/as participantes da pesquisa. Estes/as tiveram autonomia para documentar seu cotidiano e escolher o que seria ofertado para este estudo. A proposta do autodocumentário envolveu a gravação de cenas do cotidiano com objetos que representam os/as participantes da pesquisa, os elementos simbólicos, a rotina de trabalho e de outras atividades, além de um quadro de fotografia narrada. Para isso, os/as participantes foram convidados a escolher fotografias que marcaram suas trajetórias com a comunidade surda, os movimentos sociais, a arte e a literatura. A proposta da fotografia narrada é uma atividade geralmente realizada com estudantes de cinema ou de disciplinas relacionadas à mídia e ao audiovisual. O objetivo desse tipo de

produção é resgatar, registrar e valorizar a memória e a história oral, no nosso contexto oral e sinalizada, como sinônimos de enunciados não realizados por meio da escrita.

O instrumento segue inspiração do projeto “Inventar com a diferença”, realizado pelo Departamento de Cinema da Universidade Federal Fluminense e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O projeto propõe algumas atividades audiovisuais dentro de ambientes escolares em articulação com o cinema, os Direitos Humanos e a educação.

Kênia Cardoso Vilaça de Freitas (2010) traz exemplos de autodocumentários que registram o cotidiano, o que a autora chama de receptáculo de impressões, em que o celular registra o fluxo da vida, e a ele são confiadas as emoções e as imagens do cotidiano. O autodocumentário também pode ser compreendido como um documentário em primeira pessoa e que coloca em cena não um olhar extraposto, de fora, do observador afastado. Pelo contrário, quem grava é quem vê de dentro, o sujeito é o próprio observador de si.

Freitas (2010, p. 81) afirma que o documentário pode ser entendido como uma “[...] atualização contemporânea dessa *mise en scène* da vida comum”. Os sujeitos são atravessados pelas relações de poder e, também, alvos da compreensão das formas como as relações estruturais e narrativas afetam a subjetividade e a percepção de diferentes pessoas. Nessa captura das relações, a “[...] imagem coloca em evidência aquela existência que antes de ser filmada era desconhecida para outros” (FREITAS, 2010, p. 81).

É nesse sentido que Freitas (2010) propõe a análise da estética do cotidiano de filmes feitos com o celular, também chamados de “filmes de bolso”. As formas de versos-livres, hibridismos, ética, política e imagem de si, autoconfabulação e escrita de si são parte do debate trazido pela autora. Um pouco diferente do documentário, que documenta o sujeito externo ao olho que registra (como um objeto), o autodocumentário torna-se um processo de documentar o sujeito comum das relações de poder, não pela lente externa, mas pela própria perspectiva de quem narra-filma, empoderando o/a protagonista da ação da história também como do seu enquadramento. É ele/a que decide o recorte de sua vida e experiência que deseja narrar. É o controle da produção da imagem de si, que, como Freitas (2010) comenta, é ponto de debate e de questionamento dentro do cinema documental.

A proposta do autodocumentário é justamente permitir que, por meio da câmera de celular, os/as participantes de pesquisa tivessem autonomia, tanto no tempo dessa captação de imagem quanto nas escolhas de qual parte de suas paisagens e de seus cenários seriam compartilhadas com a pesquisa. Além disso, estimulamos o que Freitas (2010) explica como autorretrato, que seria o retrato de si na produção autodocumental. Em síntese, tal forma de

produção documental objetiva registrar o íntimo de si, o privado e o pessoal. O autorretrato, conforme explica a autora, refere-se a “[...] um recorte caracterizado pela ausência de sequência narrativa, baseando-se em bricolagens temáticas, justaposições, montagens, retomadas” (FREITAS, 2010, p. 83).

Como um dos elementos do roteiro sugerido para o autodocumentário propomos uma ação de fotografia narrada, que objetiva o estímulo da memória pela imagem, tomando a fotografia como elemento presente no autodocumentário. Isso porque a fotografia suspende a história e traz a nostalgia de tempos vividos. Justo (2009, p. 12) entende que “[...] recorrer à fotografia não é apenas olhar coleções de imagens guardadas por uma pessoa, mas também conhecer parte da sua história”.

Em uma breve experiência no curso de Pós-Graduação de Produção Cinematográfica e Audiovisual da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), na qual me formei⁸⁵, em 2021, foi desenvolvida a atividade de fotografia narrada. Pensando nas possibilidades desse gênero para a língua de sinais, modifiquei a ideia e apliquei com minha amiga surda, Paula Roque. A readequação foi realizada, visto que, nos modelos apresentados, o corpo de quem narra geralmente não aparece, ficando apenas a voz em *voice over* enquanto as fotografias são apresentadas.

Na atividade que desenvolvi, a convidada foi Paula Roque, surda formada em Letras – Libras pela UFPR, atriz, poeta, com 46 anos de idade. Por ter proximidade com as histórias e as narrativas de Paula, perguntei se ela aceitaria compartilhar sua história no modelo da proposta. Prontamente ela aceitou, e a fotografia narrada com a imagem que ela escolhera foi de sua mãe, também surda, conforme mostra a Figura 30 a seguir.

Figura 30 – Fotonarrativa “Mãe não viu”⁸⁶



Fonte: Imagem extraída de Canal Jonatas Medeiros.

⁸⁵ Aqui uso a primeira pessoa do singular por ser uma experiência minha, do pesquisador.

⁸⁶ Disponível em: https://youtu.be/0UDxeDgy_6s. Acesso em: 25 set. 2021.

Para esta pesquisa, foi reformulado o formato de gravação. Solicitamos, então, que os/as próprios/as participantes gravassem suas narrativas, a partir da intermediação de um roteiro proposto, que comentaremos na subseção seguinte.

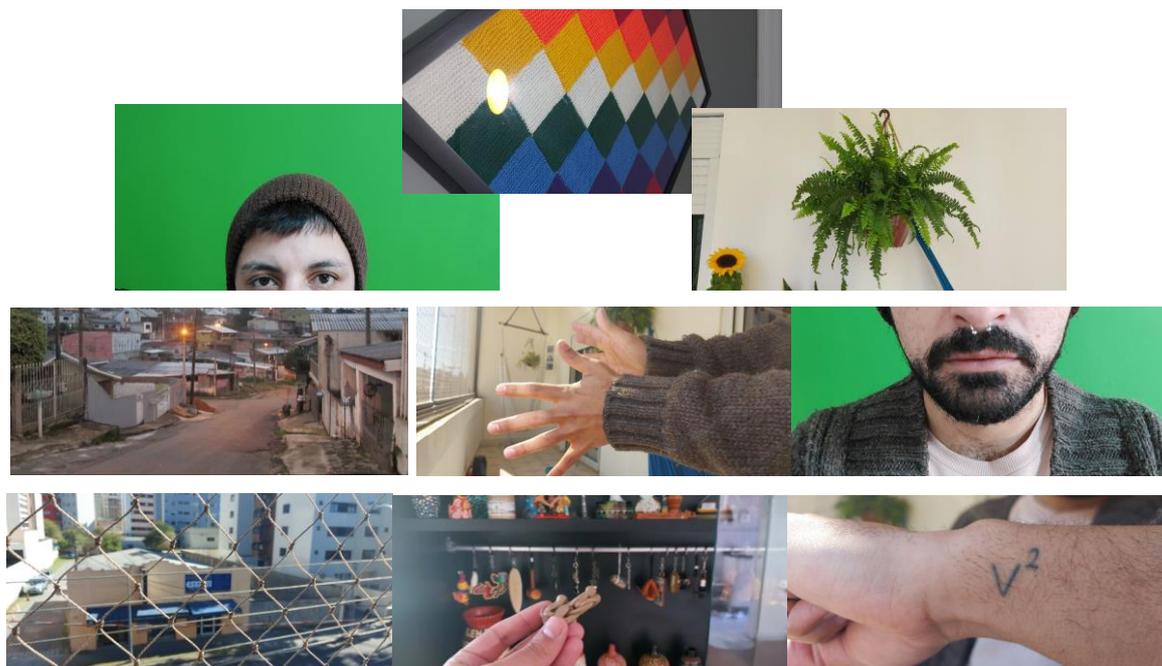
As gravações autodocumentais e as fotografias narradas foram compartilhadas em pastas individuais do *Google Drive*, para evitar sobrecarga na memória de seus aparelhos e no acompanhamento da produção dos/as participantes. Todo o material enviado foi utilizado nas análises desta dissertação. Além disso, os dados videográficos passaram por tratamento de edição para montagem, corte e masterização, o que resultou em um documentário que é fruto da pesquisa, porém não foco da análise da dissertação. Salientamos que foram utilizados como dados para análises a entrevista semiestruturada, o vídeo de análise dos/as participantes e a produção autodocumental com a fotografia narrada. O documentário foi um segundo resultado, porém como objeto, não foi alvo da análise. O local de gravação e a disposição das gravações foram todas escolhas dos/as participantes que receberam orientações gerais sobre as técnicas de captura de imagem. Vale ressaltarmos o caráter de intermídia que se estabelece na pesquisa, já que diferentes suportes são acionados para além da própria escrita como o vídeo e a fotografia.

5.4.2.1 *Roteiro de autodocumentário, gravação e montagem*

A seguir, abordamos o esquema proposto de roteiro para gravação do autodocumentário. O roteiro foi dividido em cinco partes, pensadas para serem executadas em cinco semanas. No entanto, os/as participantes da pesquisa puderam ficar à vontade para adiantar as gravações, acrescentar outras partes com cenas não solicitadas ou até mesmo pular alguma etapa da captação de imagem, caso assim não o quisessem. Em diálogo com os/as participantes, por meio do *WhatsApp*, informamos sobre a possibilidade de fazerem as capturas de imagens em ordens diferentes da proposta. Além disso, orientamos sobre boas técnicas de gravação: enquadramento, ângulos e iluminação das cenas propostas.

Foi dada a orientação de que os/as participantes poderiam gravar de dez a 20 minutos por semana. Pequenas gravações de segundos, diferentes informações com ângulos e enquadramentos variados. Para a **Primeira Semana**: Filmar detalhes (objetos que o/a representam, fotos de livros, partes do seu corpo [se desejar], roupas, adesivos, bandeiras, chaveiros, quadros, partes da casa, das suas paisagens diárias). As gravações poderiam ser curtas, 40 segundos cada, mostrando o que desejassem. A Figura 31 traz exemplos de fotografias para a gravação em vídeo posta no roteiro.

Figura 31 – Exemplos de filmagem da Primeira Semana



Fonte: Acervo do autor.

Para a **Segunda Semana**, solicitamos que fotografias antigas fossem enfileiradas para filmá-las em ângulo (*Cenital/Contra/plongée*), como mostra a Figura 32. Os movimentos da câmera deveriam ser próximos das fotografias para mostrá-las. Caso houvesse apenas fotografias digitais ou interesse em mostrar uma fotografia não física, os/as participantes poderiam encaminhar a fotografia ou o *print* dela de onde ela estava postada.

Figura 32 – Exemplos de filmagem da Segunda Semana



Fonte: Acervo do autor.

Em seguida, solicitamos que os/as participantes escolhessem um ângulo que mostrasse bem a sinalização para o depoimento referente a duas ou três fotografias que marcaram sua trajetória (exemplos na Figura 33). A orientação era que não seria necessário mostrar a fotografia enquanto falavam/sinalizavam, só se desejassem. Entretanto, antes de

falarem/sinalizarem sobre a fotografia escolhida, era necessário mostrá-la para a câmera. Assim o procedimento foi:

- a) Escolha uma ou duas fotografias que marcaram sua vida e conte sua história com a fotografia. Escolha uma fotografia da infância e conte sobre você (nome, onde nasceu, pode falar do seu contato com a língua de sinais, trabalho, religião e o que gosta hoje de produzir em Libras).
- b) Escolha uma fotografia que marcou a sua história (algo que ocorreu, a presença de alguém importante para você, uma boa lembrança, ou algo que lhe entristece ao lembrar).
- c) Escolha uma fotografia que remete a você e à interpretação em língua de sinais. Que história essa foto conta? (se tiver apenas digital, não tem problema, pode falar/sinalizar e me enviar).

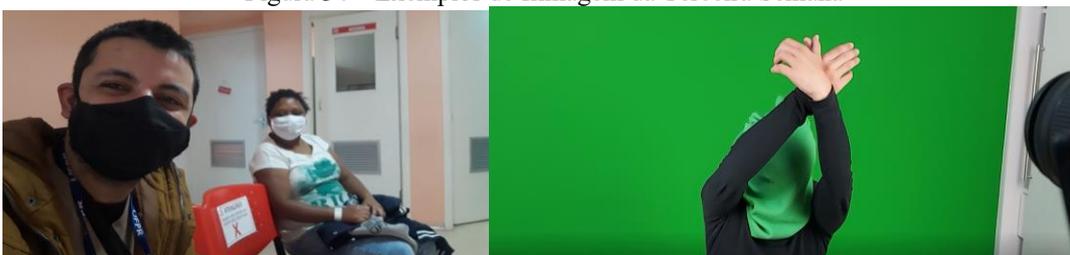
Figura 33 – Exemplos de filmagem da Segunda Semana



Fonte: Acervo do autor.

Na **Terceira Semana**, solicitamos a gravação dos/as participantes interpretando e ou/ traduzindo algo (poderia ser do trabalho, uma atividade voluntária, um *hobby*, auxílio a um grupo etc.). Poderia ser filmado desde a preparação, a organização do espaço da atividade até o ato de interpretação e/ou tradução. A orientação foi fazer várias pequenas cenas de 40 segundos, podendo escolher diversos planos e ângulos, como no exemplo da Figura 34.

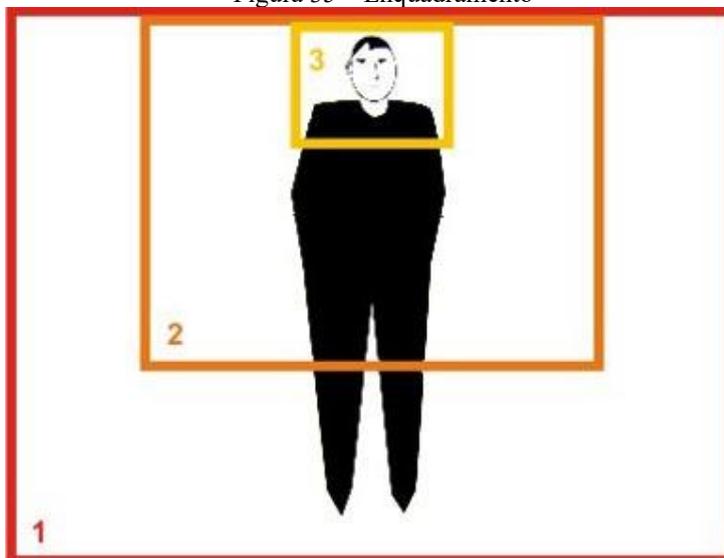
Figura 34 – Exemplos de filmagem da Terceira Semana



Fonte: Acervo do autor.

Na **Quarta Semana**, pedimos aos/às participantes que as gravações fossem realizadas em plano médio (enquadramento nº 2 da imagem da Figura 35, cor laranja). Todavia, os/as participantes poderiam escolher outro plano se desejassem.

Figura 35 – Enquadramento

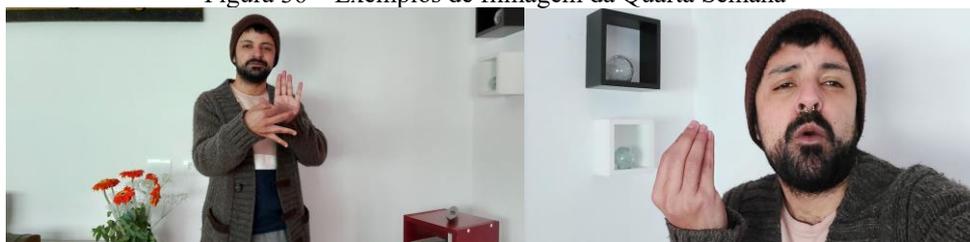


Fonte: Imagem extraída de Farias (2015).

A partir desse enquadramento (Figura 36), os sujeitos foram convidados a responder o seguinte questionário:

- a) Se você pudesse se dedicar a traduzir um conteúdo apenas ou uma temática (da arte, literatura e movimentos sociais), qual escolheria?
- b) Dessa temática que você escolheu, quais elementos você considera importantes para atenção de quem traduz? Quais temáticas ou conteúdos você não aceitaria traduzir? Por quê?
- c) A sua atuação contribui ou já contribuiu com a garantia dos Direitos Humanos? Fale sobre uma experiência ou mais.

Figura 36 – Exemplos de filmagem da Quarta Semana



Fonte: Acervo do autor.

Na **Quinta Semana**, e última, solicitamos a gravação, em *Timelapse*, com imagens com o/a filho/a, parceiro/a, familiares, sozinho/a vendo filme, navegando na

Internet, lendo, batendo papo, cozinhando etc., com quaisquer cenas e ângulos que desejassem mostrar. Poderiam ser vídeos de dois ou três minutos e mais de uma cena.

O roteiro encaminhado para os/as participantes de pesquisa era acompanhado com dicas de filmagem para melhor aproveitamento (Figura 37). As recomendações foram:

- 1) Sempre gravar com alguma fonte de luz próxima ao rosto e posicionada na direção a iluminar o rosto.
- 2) Quando for com o celular, sempre gravar na horizontal, e com bastante recuo, para ter mais opções de recorte na edição.
- 3) Evitar fazer movimentos muito bruscos com o celular, caso a filmagem seja pelo celular sem o uso de tripé.
- 4) Fazer mais de um *take*, ou tentativa, por vídeo, mesmo se a filmagem acontecer sem nenhum erro, para ter mais possibilidades na edição.
- 5) As filmagens podem ser feitas em dias bons e dias não tão bons; dias ruins e tristes também são narrativas.
- 6) Para não encher tanto a memória do celular com esse material, coloquei o arquivo na pasta enviada.

Figura 37 – Ilustração das dicas



Fonte: Acervo do autor. Desenhos produzidos por Vicktoria Von Holleben

A montagem do autodocumentário é o momento de maior interferência externa, pois é a parte em que nosso olhar é colocado em jogo e nossas escolhas recortam e selecionam o que será contato no resultado da produção documental. A escolha estética da montagem, os efeitos de edição, as sobreposições de cenas, as postagens das redes sociais dos/as participantes, a inserção de suas produções artísticas e outros elementos que aparecem. Nessa escolha de gênero cinematográfico, a “[...] representação maquínica do corpo [...] passa pelo aspecto híbrido deste cinema de bolso, que mistura muitas vezes fotografia, imagem digital de origens diversas e dispositivos de comunicação como computadores e o próprio celular” (FREITAS, 2010, p. 17).

Da mesma forma, nesta pesquisa, não é a narrativa integral que analisamos, mas um recorte daquilo que consideramos metodologicamente mais interessante e nos saltam aos olhos, por meio das recorrências no modo de narrar. O processo de análise é, assim, “manual”, considerando a perspectiva narrativa, em que algumas falas ficam de lado e outras tomam destaque junto à tessitura teórica a qual escolhemos.

Para a análise desta pesquisa, utilizamos apenas os materiais enviados pelos/as participantes e as entrevistas, sem a camada da interferência narrativa que a montagem do documentário sugere. Isso porque os efeitos de edição, de escolhas de cenas, de ordens e de demais elementos não são o foco deste estudo. O documentário segue um percurso como fruto deste trabalho, protagonizando os sujeitos e promovendo suas diferentes agências, mas seu resultado final não foi alvo explícito da presente análise. Seu material bruto foi o que nos interessou para um tratamento dissertativo e não necessariamente discutir o tratamento cinematográfico *posteriori*.

5.5 PARTICIPANTES DA PESQUISA

O perfil dos/as intérpretes e tradutores/as de Libras convidados/as seguiu os seguintes critérios:

- Intérpretes e tradutores/as de Libras ouvintes ou surdos/as que já tinham atuado em contextos artísticos ou midiáticos com conteúdo de Direitos Humanos e/ou injustiças sociais.
- Intérpretes e tradutores/as de Libras ouvintes ou surdos/as que já produziram alguma literatura em Libras ou em Português relacionada aos Direitos Humanos.
- Intérpretes e tradutores/as de Libras ouvintes ou surdos/as que tinham algum envolvimento com movimentos e causas sociais.

Para os autodocumentários e as entrevistas semiestruturadas (objetos de análise metodológica da presente dissertação), foram convidados/as como participantes de pesquisa quatro intérpretes e tradutores/as de Libras, sendo dois ouvintes (Efraim e Gabriela) e duas surdas (Lygia e Malu)⁸⁷. As entrevistas decorreram de algumas perguntas, previamente autorizadas, ligadas à aproximação desses sujeitos com a arte e a literatura, à participação em movimentos sociais, ao ponto de vista sobre representação e ao ato de interpretar e traduzir, e à articulação entre Literatura e Direitos Humanos.

⁸⁷ Os nomes reais dos/as participantes de pesquisa foram mantidos, fazendo parte da proposta de apresentação de dados aprovada no CEP.

Os autodocumentários objetivaram a produção de imagens autorais dos/as participantes da pesquisa, de modo a permitir que o olhar subjetivo não fosse atravessado por uma lente de fora (de quem capta a imagem e escolhe enquadramentos e ângulos), mas, sim, uma visão própria, interna, íntima, cujas escolhas do que é posto em cena e o que é deixado de lado passam tão somente pela decisão dos/as participantes. Os autodocumentários buscaram observar as inspirações, as histórias, as realidades vividas, as paisagens, os cenários, o ativismo e a militância. Além disso, as memórias foram estimuladas por meio das fotografias narradas, que fizeram parte dos autodocumentários. O Quadro 4 apresenta os/as participantes da pesquisa.

Quadro 4 – Participantes da pesquisa

Participante	Nome/Local	Sobre
	Efraim Canuto (Pernambuco)	Ouvinte, intérprete e tradutor de Libras, formado em Letras Libras, poeta, artista, nordestino, idealizador da empresa Avua. Trabalha com acessibilidade criativa, interpreta e produz poemas no <i>Slam</i> das Mãos. Já traduziu samba enredo da escola de samba Paraíso do Tuiuti de 2018. Versão inspirada na música “Está extinta a escravidão?”, traduziu “Mais um lamento”, da banda Estesia a Estrela, além de atuar no audiovisual com filmes como “Ganga Zumba” e o “Auto da Compadecida”.
	Gabriela Matos (Bahia)	Ouvinte, intérprete e tradutora de Libras, formada em Pedagogia, idealizadora do @penseemlibras. Interpretou, na esfera artística, peças como “A Cor Púrpura” e “As Cidades”, com texto e direção de Caio Rodrigues. Traduziu materiais audiovisuais como “Violência contra a mulher?”, “Marielle Franco pela Mídia Ninja” e “Se a coisa tá preta, a coisa tá boa!”. Interpreta em <i>shows</i> como Concha Negra, Saulo da Bahia, Maria Gadu, Ivete Sangalo, além de atuar no VII Congresso Baiano de Pesquisadorxs Negrxs e palestrante no I Simpósio de Estudos Surdos e da LIBRAS: Conscientização e Empoderamento de Negros Surdos.
	Lygia Neves (Rio de Janeiro)	É surda, professora de Libras, pesquisadora, formada em Pedagogia e em Letras Libras, Mestre em Diversidade e Inclusão, poeta e tradutora de Libras. É ativista feminista e organiza o Movimento das Surdas Feministas do Brasil grupo (MOSFBrasil). Produz vídeo para o movimento feminista, além de auxiliar com a legendagem e a tradução de materiais relacionados ao grupo. Possui dois livros de poesia publicados.
	Malu Dinis (São Paulo)	É surda, formada em Pedagogia e em <i>Design</i> , é consultora de acessibilidade, palestrante, contadora de história e tradutora. Já participou de movimentos feministas e, atualmente, contribui em especial com o movimento surdo. Já traduziu “Triste louca ou má”, de Francisco el Hombre, “Mãe assassina”, de Nayara Rodrigues, e poemas de Caio Fernando de Abreu. Participa de <i>Slams</i> surdos como poeta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.6 PROCEDIMENTO DE TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DE DADOS

A apresentação dos dados está disposta dentro dos eixos de análise, trazendo as narrativas dos/as participantes de pesquisa, assim como as imagens por eles/as produzidas em diálogo com nosso escopo teórico (contemplando o acadêmico e o literário). Dentro dos eixos de análise propostos, recorreremos às categorias de narrativa pública e de narrativa ontológica de Baker (2006a). Trabalhamos com os passos de tratamento dos dados coletados descritos na sequência.

5.6.1 Entrevista semiestruturada

Quanto ao trato das entrevistas, seguimos a postura de Santos (2006), que nos coloca que:

No caso dos ILS, proponho mostrar que os sujeitos têm muito para contribuir com suas experiências e que estas, antes de serem interpretadas pelo pesquisador, são testemunhos de fragmentos de suas vidas que serão recompostos em novas histórias num processo bastante marcado pelas questões subjetivas. (SANTOS, 2006, p. 58).

A entrevista semiestruturada com intérpretes e tradutores/as surdos/as e ouvintes teve uma duração entre 1 hora e 30 minutos e 2 horas, sendo em Português com participantes ouvintes, e em Libras com participantes surdos/as. Organizamos os eixos das perguntas nas seguintes temáticas: “aproximação e movimento na arte”, “relação com discursos dos Direitos Humanos e/ou movimentos sociais”, “interpretação e ativismo” e “interpretação e materialidades do texto”.

5.6.2 Autodocumentário

O autodocumentário foi realizado de forma independente pelos/as participantes da pesquisa. Os vídeos foram analisados com as entrevistas gravadas. O autodocumentário foi realizado com roteiro prévio indicado pelo pesquisador, porém aberto para alterações dos/as participantes. O autodocumentário serviu para análises de narrativas ontológicas espontâneas, registros de paisagens, cotidiano, fotografia narrada e depoimentos. Esse material está presente na apresentação e na análise de dados. Além disso, o autodocumentário serviu de base para a produção do documentário *Intérpretes da Dissidência*.

Dessa forma, em um segundo momento, os vídeos produzidos pelos/as intérpretes e tradutores/as foram para a ilha de edição para produção do documentário, este com

interferência externa. Cortes, tratamentos de cor, inserção de elementos editoriais, edição de som, tradução e legendagem. Os poemas que utilizamos para a tessitura do texto acadêmico e para a entrevista, como instrumento de análise aplicado aos/as participantes, foram compostos a partir do banco de dados do projeto de pesquisa “Mapeamento Netnográfico de Literatura Surda e Direitos Humanos”. A pesquisa concentrou-se na coleta de dados de poesias disponíveis em ciberespaços, *corpus* de *Slam* e saraus em Libras registrados em vídeo, cujo projeto foi desenvolvido no Programa de Extensão TILSJUR da UFSC. A proposta de uso das poesias concentra-se para: (i) respaldo textual de que as poesias trazem para a pesquisa um conhecimento oriundo de poetas surdos/as; (ii) utilização delas como instrumento de análise aplicado durante a entrevista; (iii) material para produção do documentário.

5.6.3 Formas de apresentação de dados

Os dados serão apresentados a partir dos eixos de análise levantados e descritos no tópico 5.7. Conforme Gil (2002, p. 126), a apresentação dos dados “[...] é a última fase de um levantamento. Logicamente, só pode ser efetivada depois que se dispõe de todos os dados devidamente coletados e analisados”.

A partir dos três eixos propostos, apresentamos as partes das narrativas das entrevistas e das cenas do autodomentário. Mesclamos os instrumentos de pesquisa de acordo com os eixos e sua aproximação com narrativas ontológicas ou públicas. As entrevistas, após tradução e categorização, foram exploradas em diálogo com as bases teóricas sustentadas no trabalho e nas imagens produzidas pelo autodomentário. Na Figura 38, a seguir, apresentamos um esquema que possibilita visualizar os elementos da dissertação (corpo teórico, metodologia, instrumento de pesquisa, análise) e o documentário como uma produção resultante do texto.

Figura 38 – Articulação de materiais da pesquisa



Fonte: Elaborada pelo autor.

5.7 EIXOS DE ANÁLISE

Ao pensarmos nas narrativas aqui postas, por meio das práticas que atravessam intérpretes e tradutores/as de Libras, inspiramo-nos nas discussões da “Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisas”, de pesquisadores/as do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos (Gepec) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que enfatiza que:

As reflexões desenvolvidas sugerem um distanciamento crítico em relação à tradição que postula o conhecimento pelo conhecimento, entendendo que o mito da neutralidade expõe, antes de mais nada, as implicações político-afetivas dos diferentes modos de construção de verdades. Assim, a provocação feita pelos organizadores passa também pela busca de uma outra escrita dentro do espaço acadêmico, instigada por um mote poético de compromisso com a vida nos limites das fronteiras institucionais. (MENDONÇA FILHO; NOBRE, 2009, p. 18).

Isso nos faz refletir, no âmbito da interpretação e da tradução em língua de sinais, o caráter da agência sobre as narrativas de grupos localizados em movimentos sociais e em campos de ativismo discursivo sobre os Direitos Humanos, os quais não necessariamente ocupam espaços acadêmicos na construção teórica de conhecimento. Assim, trabalhamos com os seguintes eixos de análise:

- 1) Intérpretes e tradutores/as: histórias de vida e movimentos sociais.
- 2) Literaturas Surdas e Direitos Humanos.
- 3) Direitos Humanos: tradução, agência e ativismo.

No primeiro eixo – “Intérpretes e tradutores/as: história de vida”, buscamos identificar como os/as participantes desta pesquisa se enveredaram para o campo da interpretação em contexto artístico, em espaços que circulam e como suas identidades de intérpretes de poemas se constituem. No segundo eixo – “Literaturas Surdas e Direitos Humanos” –, elencamos as principais temáticas que são apontadas pelos/as participantes da produção literária surda, relacionada à luta por direitos ou injustiças sociais e como os/as participantes da pesquisa circulam entre a pluralidade de temáticas que possuem maior cunho político e de sensibilidade tradutória. No terceiro eixo – “Direitos Humanos: tradução, agência e ativismo”, discorreremos sobre como os/as intérpretes podem usar suas habilidades linguísticas para atuarem ativamente em bandeiras de cunho social e político, por causas minoritárias e revolucionárias. A partir do nosso escopo teórico sobre intérpretes dissidentes de Baker (2006a), averiguamos se há relações de ativismo nessas atividades.

5.8 TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO

Os/As participantes ouvintes ficaram à vontade para a escolha da língua que se sentiram mais confortáveis para participar da fotografia narrada e da entrevista. As entrevistas foram transcritas e/ou traduzidas e, posteriormente, disponibilizadas para validação dos participantes. Já os/as participantes surdos/as tiveram suas respostas traduzidas, as quais foram disponibilizadas para eles/as validarem-nas.

5.9 TEORIA NARRATIVA NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Como os dados gerados foram analisados? A abordagem de pesquisa de cunho qualitativo e a metodologia de trabalho com narrativas foram escolhas que seguiram perspectivas que dialogam com o escopo teórico aqui desenhado. Nesse sentido, entendemos que os “microdiscursos” podem oferecer fontes constituintes de contranarrativas que subvertam ou apoiem as lógicas hegemônicas e, até mesmo, os cânones acadêmicos e literários por meio da interpretação e da tradução.

Esta pesquisa encontra-se sobre o debate de interpretações e de traduções em contextos que sugerem determinados conflitos. A atuação com textos literários em Libras que articula a temática dos Direitos Humanos pode tencionar diretamente alguns instrumentos de poder, denunciado, assim, a não presença do Estado e a não garantia de direitos das

comunidades surdas, o que agrava as situações de injustiças sociais sofridas por esse grupo minorizado.

Seguindo pressupostos da teoria das narrativas de intérpretes e de tradutores/as em contextos de conflitos trabalhados por Baker (2006a, p. 3, tradução nossa), entendemos a narrativa como “[...] entidades dinâmicas que podem mudar de forma sutil ou radical conforme as pessoas experimentam e se expõem diariamente a novas histórias”⁸⁸. A autora descreve a Teoria Narrativa e afirma que, nessa abordagem, as narrativas são delineadas “[...] em todos os gêneros e modos como configurações difusas, amorfas, em vez de necessariamente discretas, totalmente articuladas em ‘histórias’ locais”⁸⁹ (BAKER, 2006a, p. 4, tradução nossa).

A narrativa não é, desse modo, meramente um achismo do indivíduo, mas, sim, fruto de uma dimensão social maior que infiltra em todas as veias discursivas do tecido social, porém localizadas, em que corpo-história se faz célula de narrativas maiores. Na Teoria Narrativa, Baker (2006a) resgata as contribuições do historiador Hayden White, o qual afirma que a narrativa tende, em geral, a ser tratada como o principal modo inescapável pelo qual experimentamos o mundo, que é a partir delas que construímos nossas identidades.

Santos (2006) trabalha com narrativas de intérpretes de Libras da região Sul do Brasil. Ao focalizar nas identidades desses/as profissionais, a autora utiliza entrevistas semiestruturadas e foca nas questões de assistencialismo, de voluntariado, de precária formação e de busca pela profissionalização, além do trânsito entre as múltiplas identidades em que os/as intérpretes circulam. Para Santos (2006, p. 56), a narrativa como instrumento nos auxilia a averiguar “[...] acontecimentos que marcaram seus processos subjetivos na atuação e formação como intérpretes”.

Assim, ao examinarmos o presente trabalho, que se concentra na temática da literatura e dos Direitos Humanos, entendemos que tais textos transitam em situações específicas. Nesse movimento, é estabelecida uma agência não apenas pelo ato da interpretação, mas no cotidiano de intérpretes e de tradutores/as. Baker (2006a) situa que a literatura sobre movimentos sociais é utilizada para examinar algumas das muitas maneiras em que os/as intérpretes e tradutores/as participam na infiltração de textos para moldar a realidade social. Nesse sentido, a escolha da Literatura Surda e da Literatura Sinalizada, as quais apontam a

⁸⁸ Texto fonte: “[...] *dynamic entities; they change in subtle or radical ways as people experience and become exposed to new stories on a daily basis*” (BAKER, 2006a, p. 3).

⁸⁹ Texto fonte: “[...] *across all genres and modes – as diffuse, amorphous configurations rather than necessarily discrete, fully articulated local ‘stories’*” (BAKER, 2006a, p. 4).

temática de reivindicações por justiça, agrega metodologicamente a literatura como campo de investigação da atuação desses sujeitos.

Importante ressaltarmos que os Estudos da Tradução, como já comentado, se apresenta como uma área acadêmica interdisciplinar que se relaciona com diferentes campos de interesse, objetos e teorias. Os Estudos Culturais, Sociais e a Literatura já produzem fecunda discussão nessa articulação. Hatim e Munday (2019) apresentam um mapa de disciplinas que fazem interface com os Estudos da Tradução, entre elas os Estudos Literários e a Narratologia.

A Teoria Narrativa compreende que a narrativa pode ser tida como um meta-código, incluindo as narrativas científicas que são elaboradas a partir de um dado lugar geopolítico para sua categorização e sua forma de explicar determinados fenômenos. A ciência também é uma narrativa. Nesse sentido, Baker (2006a, p. 22, tradução nossa) entende que as narrativas científicas “[...] estão em última análise preocupadas com legitimar e justificar ações e posições no mundo real”⁹⁰, o que pode ter implicações políticas diretas. Isso se torna ponto primordial para esta pesquisa que se utiliza da produção textual poética de surdos/as e das artes visuais como referencial teórico que legitima um saber próprio constituído.

Nessa mesma linha, Trouillot (2016) argumenta que a História como disciplina seria também uma narrativa com pretensões de verdades, o que poderíamos estender para o Direito, para a Antropologia, para a Literatura e para os Estudos da Tradução. O autor lembra que a narrativa dos colonizadores ocidentais sobre a inferiorização das línguas dos povos africanos era feita com base na falta de dicionários, de livros e de demais registros, o que conferia a certeza de que tais línguas não possuíam regras. Dessa forma, o argumento do colonizador era baseado tão somente em sua realidade cultural. Acrescentamos que o mesmo se operou com as línguas de sinais, que eram rejeitadas por historiadores e linguistas ouvintes pelo fato de essas não se enquadrarem em seus critérios de validação.

Baker (2006a) exemplifica essa postura ao relatar as narrativas do cientista Dr. Thomas Potter, de 1857, o qual, baseado nas pesquisas elementares da História Natural de Cuvier, de 1815, durante a colonização da Tasmânia, categorizava as “linhagens humanas”, em um claro sentido de subalternização das “raças” e dos “tipos de homens”, e engendrava seu olhar eugenista sobre os grupos por ele descritos. Na análise de Thomas Potter, seis categorias de sujeitos foram elencadas, indo do *status* alto de “governantes naturais de

⁹⁰ Texto fonte: “[...] are ultimately concerned with legitimizing and justifying actions and positions in the real world” (BAKER, 2006a, p. 22).

colônia”, representado pelos britânicos, a *status* baixo, como os africanos nativos, ou baixo e brutal, como os Hottentots (BAKER, 2006a).

A conclusão narrativa de Potter, segundo Baker (2006a), é que o tipo destemido de homem como o Saxão é, por natureza, robusto e imperial, o que justifica a inferiorização de raças dos Hindoo, o índio americano, e dos aborígenes, da Austrália. Ainda nessa defesa, Potter comenta, de acordo com Baker (2006a), a supremacia do tipo romano da França, que pavoneia ferozmente para o Sul (referindo-se à África); e da Rússia, que dominava pelas geleiras, superando os asiáticos; e o tipo Ibérico (Portugal e Espanha), que ocuparam a América do Sul e extinguiram o índio selvagem.

Essa narrativa busca mostrar o quanto dessa constituição, que foi tomada como científica naquela época, é carregada de racismo que descreve o colonizado no lugar da fragilidade. Ao eleger a raça ariana como “titãs” e “supremos”, Potter naturaliza o extermínio daqueles que considerava subalternos. Esse olhar sobre as palavras do cientista europeu é importante para apreender a necessidade da localização das narrativas. Quando abordamos as narrativas sobre a Revolução Haitiana no segundo capítulo, trabalhamos justamente com a localização do silenciamento de uma narrativa em detrimento da construção de outra, que, assim como na colonização da Tasmânia, produziu em tons de verdade um lugar de inferiorização e de desvalorização do povo haitiano que buscava conquistar a sua independência. As narrativas produzidas no final do século XVII sobre o Haiti são as mesmas que foram se corporificar nas pesquisas de Potter e até mesmo no racismo científico dos séculos XIX e XX.

Com argumentos próximos e tratamentos diferentes já explicitados, as comunidades surdas também foram alvo de narrativas científicas que determinavam um esquema de descrição de suas vidas, categorizando e enquadrando seus corpos a partir do que a ciência considera como “déficit”, narrando a experiência surda com adjetivos e propostas evidentemente inferiorizantes, ouvintistas e etnocêntricas. Esse foi um debate realizado no terceiro capítulo desta dissertação sobre as narrativas silenciadas, em que diferentes tipos de colonização são percebidos sobre bases estruturais convergentes.

Trouillot (2016, p. 20), quando retrata a Revolução Haitiana como um não evento na história, lembra-nos que: “Seres humanos participam na história não apenas como atores, mas também como narradores”. Conforme o autor explica, a história, sendo um processo social, pode selecionar quais narrativas serão aceitas e quais serão rejeitadas. Dessa maneira, grupos dominantes conseguem definir quais serão as narrativas que compõem a história e quais fazem parte da ficção.

Assim, é a partir da noção de localização que Baker (2006a, p. 27, tradução nossa) entende que “[...] pessoas diferentes, supostamente olhando para o mesmo fenômeno sempre conceberá diferentes conjuntos de categorias para avaliá-las”⁹¹. Isso implica a não neutralidade daquele que narra, descreve, caracteriza e analisa. A autora ainda acrescenta que “[...] as categorias nunca são suspensas no espaço; estão sempre dependentes e, por sua vez, alimentam as narrativas – incluindo narrativas científicas”⁹² (BAKER, 2006a, p. 16, tradução nossa).

Esse tipo de narrativa é um exemplo do que Baker (2006a) categoriza como narrativas públicas, em específico do que pode ser compreendido como uma narrativa disciplinar ou conceitual, já que é elaborada dentro de um campo teórico e acadêmico que enquadra uma dada realidade e seus sujeitos dentro de conceitos acadêmicos para a produção de uma verdade científica. Da mesma forma, podemos lembrar as narrativas sobre a Revolução Haitiana comentada por Trouillot (2016), ou, ainda, as narrativas sobre as pessoas surdas na perspectiva clínica-terapêutica abordadas no segundo capítulo deste trabalho.

Trouillot (2016) alerta sobre a importância de analisarmos os processos da construção de uma narrativa e sua chegada ao *status* de história, de metanarrativa ou de verdade. Para o autor, o poder é constituído por narrativas que informam o que será a história e, conseqüentemente, a verdade.⁹³ Para Trouillot (2016, p. 61), o que prevalece como dado da verdade é o poder da fonte selecionada e de quem a seleciona, sempre a partir de um lugar geopolítico, pois: “Na história, o poder começa na fonte”. Trouillot (2016, p. 91) afirma, ainda: “Silêncios são inerentes à criação de fontes, o primeiro momento na produção histórica” – são os ditos passáveis e os ditos abafados como não ditos. Todo enquadramento seleciona e exclui parte de uma paisagem.

Dito isso, percorremos as discussões da teoria da narrativa como metodologia, para investigarmos como intérpretes e tradutores/as de Libras percebem as suas agências frente às literaturas que expressam pautas voltadas aos Direitos Humanos, no sentido de reivindicar justiça social. Seguindo as palavras de Baker (2006a, p. 36, tradução nossa), para exemplificarmos a experiência interpretativa e tradutória: “Toda vez que uma versão da narrativa é recontada ou traduzida para outro idioma, injeta-se elementos de outras narrativas

⁹¹ Texto fonte: “[...] *this is why different people purportedly looking at the same phenomenon will always devise different sets of categories to account for it*” (BAKER, 2006a, p. 27).

⁹² Texto fonte: “*Categories are never suspended in space; they are always dependent on, and in turn feed into, the narratives – including scientific narratives – of the time*” (BAKER, 2006a, p. 16).

⁹³ Trouillet (2016) utiliza o termo “estória” como hiperônimo de história.

mais amplas que circulam dentro do novo cenário ou a partir das narrativas pessoais dos contadores”⁹⁴.

Entendemos, assim, que as narrativas dos/as intérpretes e tradutores/as têm muito a nos dizer sobre os discursos surdos de Direitos Humanos, especialmente porque ainda, citando Baker (2006a, p. 22, tradução nossa), “[...] tradutores e intérpretes, como todos os atores sociais, se envolvem com o mundo narrativo em que eles estão inseridos de várias maneiras”⁹⁵, o que nos permite colocar em debate suas ações frente às literaturas que atravessam um “eu lírico” que vincula sua textualidade aos conflitos sociais e à resistência frente ao *modus operandi*. Para Baker (2006a, p. 26, tradução nossa), independentemente da posição de neutralidade ou de ativismo de intérpretes e tradutores/as, é evidente que é impossível deixar de estar firmemente “[...] enraizado numa série de narrativas que definem quem são e como agir no mundo [...]”, além de que “[...] não podem escapar da responsabilidade pelas narrativas que elaboram”⁹⁶.

Para esta pesquisa, tomamos emprestadas de Baker (2006a) duas categorias que serão transversais em nossos eixos de análise: a narrativa ontológica e as narrativas públicas. Além delas, comentamos também aspectos da narrativa coletiva, conceitual e das metanarrativas desenvolvidos pela autora.

As narrativas ontológicas são aquelas relacionadas à experiência, à vida e à percepção dos sujeitos. Diz respeito à subjetividade, às crenças, às ideias, aos valores, às opiniões e aos construtos narrativos pela linguagem que é inerente ao sujeito. Baker (2006a, p. 29, tradução nossa) enfatiza que as narrativas ontológicas se referem às “[...] histórias pessoais que contamos a nós mesmos sobre nosso lugar no mundo e nossa própria história pessoal. Essas histórias constituem e dão sentido às nossas vidas”⁹⁷. Conforme a autora comenta, mesmo que esse tipo de narrativa foque no “eu” das pessoas e no mundo imediato, elas são, ao mesmo tempo, em sua constituição, interpessoais e sociais. Essas narrativas de si, embora relacionem diretamente a subjetividade expressa das pessoas, são formuladas por meio da relação com outras narrativas que são conceitualizadas como públicas, pois circulam em maior escala e

⁹⁴ Texto fonte: “Every time a version of the narrative is retold or translated into another language, it is injected with elements from other, broader narratives circulating within the new setting or from the personal narratives of the retellers” (BAKER, 2006a, p. 36).

⁹⁵ Texto fonte: “[...] translators and interpreters, like all social actors, engage with the narrative world in which they are embedded in a variety of ways” (BAKER, 2006a, p. 22).

⁹⁶ Texto fonte: “[...] being firmly embedded in a series of narratives that define who they are and how they act in the world. [...]”; “[...] responsibility for the narratives they elaborate and promote through their translation and interpreting work” (BAKER, 2006a, p. 26).

⁹⁷ Texto fonte: “[...] are personal stories that we tell ourselves about our place in the world and our own personal history. These stories both constitute and make sense of our lives” (BAKER, 2006a, p. 29).

forneem a materialidade linguística, cultural e ideológica que formam as narrativas individuais.

As narrativas ontológicas são moldadas e restringidas pelas narrativas públicas, as quais atravessam diretamente a forma como as pessoas compreendem e se manifestam sobre o mundo. É pelas narrativas públicas que as pessoas acessam diferentes perspectivas políticas, ideologias, crenças e imaginários. Baker (2006a) comenta que, além das narrativas públicas, podemos identificar conceitos como narrativa coletiva, narrativa conceitual (disciplinar) e ainda metanarrativa.

As narrativas coletivas referem-se a qualquer narrativa compartilhada, porém fora de um modelo específico que atende a uma comunidade. São narrativas que circulam em grupos mais restritos, mas que podem avançar para uma multiplicidade dos setores sociais, transformando-se em narrativas públicas. A autora explica que as narrativas públicas, embora pareçam semelhantes às coletivas, se distinguem por serem mais elaboradas, por estarem ligadas a instituições (família, religião, educação, mídia, literatura, nação etc.). Para Baker (2006a), a literatura representa inclusive uma das instituições mais vigorosas na divulgação de narrativas públicas. As narrativas públicas exprimem o debate que circula no seio social, informam e sugerem temáticas de interesses comuns, ligados a perspectivas sobre acontecimentos (eleições, guerras, ataques, disputas de direitos etc.). Ela opera por diferentes meios e instituições e pode ter variadas versões, mais ou menos oficiais (BAKER, 2006a).

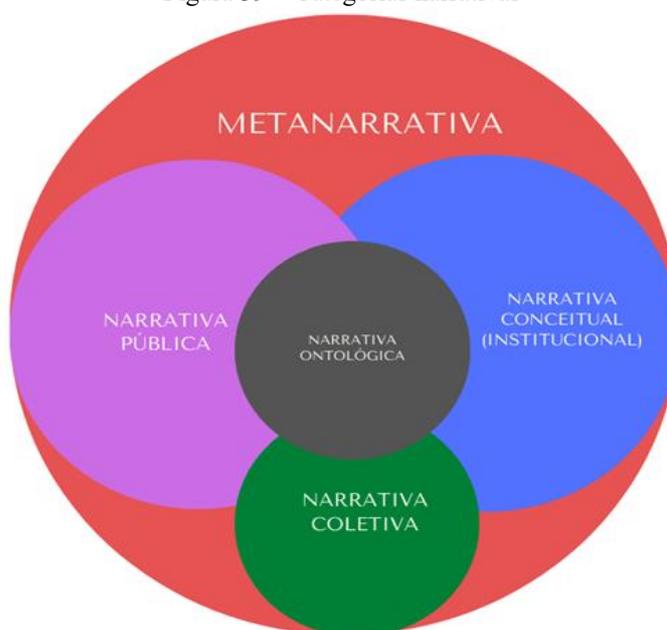
Já as narrativas conceituais ou institucionais se referem aos campos de estudos disciplinares. São, assim, as narrativas elaboradas por estudiosos/as com diferentes métodos, objetos e objetivos, as quais fornecem histórias e explicações sobre algo do mundo. Para Baker (2006a), todas as disciplinas constroem seus conjuntos de narrativas conceituais e se expandem, inclusive os Estudos da Tradução. É importante salientarmos que, embora pareça que as narrativas ontológicas são sufocadas pelas demais narrativas devido à sua característica interacional, Baker (2006a) lembra que elas podem ser usadas para afirmar narrativas públicas e conceituais, como exemplos individuais que servem para reafirmar determinadas causas e reivindicações coletivas.

Por fim, as metanarrativas são aquelas que se estendem ao longo do tempo e do espaço, estruturando arquétipos de pensamento da organização social em extensas fronteiras geográficas. Baker (2006a) explica que os domínios políticos e econômicos podem ser determinantes para a permanência, a sobrevivência e a circulação de certas metanarrativas. Ainda, para a sua consolidação, é necessária uma amplitude temporal e física, além de presentificada, mesmo que não diretamente, nas demais narrativas. Conforme exemplifica a

autora, iluminismo, positivismo, civilização, progresso, decadência, industrialização, capitalismo, comunismo são exemplos de metanarrativas.

Na Figura 39, buscamos representar, de forma mais evidente, as relações espaciais de proporção que as narrativas possuem. As narrativas ontológicas, no círculo cinza, são representadas em menor tamanho que as demais, pois elas são transpassadas pelas narrativas públicas, coletivas, conceituais e metanarrativas – as narrativas ontológicas são, desse modo, produto das demais. Em síntese, as narrativas ontológicas são produzidas em contato com a articulação e o extrato das demais narrativas. Isso não a impede de fornecer subsídios e de retroalimentar narrativas públicas e conceituais. É com base nessa teoria e em suas considerações que a metodologia da presente pesquisa se articula.

Figura 39 – Categorias narrativas



Fonte: Elaborada pelo autor.

A narrativa coletiva representada em verde circula em determinados grupos e comunidades, podendo até afetar outras narrativas, mas de forma muito menor, e não chega a ser uma narrativa pública. Já as narrativas públicas ocupam um espectro maior, extrapolando os sujeitos e afetando, de forma mais direta, diferentes campos. As narrativas conceituais impactam as narrativas ontológicas, sobretudo as públicas que podem valer e se projetar a partir de um campo enunciativo que forneça certa segurança a partir de procedimentos metodológicos para se elaborar uma narrativa. As metanarrativas podem ser compreendidas como aquelas que se arrastam pela história e se atualizam em diálogo ou confronto com outras narrativas mestras; elas estão representadas no círculo maior, além de abarcarem as demais narrativas que se moldam a partir dela.

Baker (2006a), ao refletir sobre interpretação e tradução, defende que é possível apontar que todas essas narrativas não só atravessam os/as profissionais dessa área, como também lhes impõem diferentes desafios. A autora comenta sobre intérpretes que trabalham com narrativas ontológicas de refugiados e imigrantes, especialmente sobre aqueles que são pertencentes à comunidade, os quais contribuem para melhorar as narrativas ontológicas dos requerentes de algum auxílio frente ao formato institucional burocrático, assim como fornecem informações mais brandas para facilitar a compreensão dos que se veem frente a uma nova cultura. A autora ainda cita o exemplo de um intérprete de língua de sinais que ficou traumatizado ao verter o depoimento sobre um abuso-infantil no contexto judicial. Baker (2006a) explica que o intérprete chorou junto à criança surda, o que fez com que ele começasse a querer chorar todas as noites e sentir que aquela interpretação foi umas das piores coisas que ele fez na vida. É nesse sentido que a autora expõe que a narrativa ontológica talvez seja uma das mais complexas e delicadas de se interpretar e traduzir.

Diferentemente da ontológica, intérpretes e tradutores “[...] desempenham um papel crucial na divulgação de narrativas públicas dentro de suas próprias comunidades e garantem que todos os membros de uma sociedade, incluindo migrantes recentes, sejam socializados na visão de mundo promovida por essas histórias compartilhadas”⁹⁸ (BAKER, 2006a, p. 36, tradução nossa). Contudo, como a autora defende, lembrando Tymoczko, intérpretes e tradutores/as dissidentes podem contribuir para rupturas internas e agir com agendas externas a outras culturas às quais se filiam.

Quer a motivação seja comercial, quer seja ideológica, os/as tradutores e intérpretes desempenham um papel decisivo tanto na articulação quanto na contestação de toda a gama de narrativas públicas que circulam dentro e ao redor de qualquer sociedade a qualquer momento.⁹⁹ (BAKER, 2006a, p. 37, tradução nossa).

Da mesma forma, como nas narrativas públicas, Baker (2006a) explica que intérpretes e tradutores/as podem promover ou contestar determinadas narrativas conceituais, agenciando, pela interpretação e pela tradução, estudos de seus interesses ou mesmo intervindo em suas traduções com domesticação de certos conceitos ou, ainda, inserindo suas perspectivas por meio de notas de rodapé ou mesmo prefácios. Das categorias propostas por Baker (2006a), utilizamos, em especial, as **narrativas ontológicas e públicas** de forma

⁹⁸ Texto fonte: “[...] play a crucial role in disseminating public narratives within their own communities and ensuring that all members of a society, including recent migrants, are socialized into the view of the world promoted in these shared stories” (BAKER, 2006a, p. 36).

⁹⁹ Texto fonte: “Whether the motivation is commercial or ideological, translators and interpreters play a decisive role in both articulating and contesting the full range of public narratives circulating within and around any society at any moment in time” (BAKER, 2006a, p. 37).

transversal na análise, enfatizando as relações de tais categorias narrativas com as entrevistas realizadas com os/as participantes de pesquisa.

6 AGÊNCIA E ATIVISMO DE INTÉRPRETES E TRADUTORES/AS NA LITERATURA SURDA E SINALIZADA

Neste capítulo, analisamos as narrativas dos/as quatro participantes de pesquisa, Gabriela (ouvinte), Malu (surda), Lygia (surda) e Efraim (ouvinte). Articulando entrevista e autodocumentário, organizamos as discussões nos três eixos:

- 1) Intérpretes e tradutores/as: histórias de vida e movimentos sociais.
- 2) Literaturas Surdas e Direitos Humanos.
- 3) Direitos Humanos: tradução, agência e ativismo.

Partindo da compreensão de que há atravessamentos na constituição das agências de intérpretes e de tradutores/as de Libras, apresentamos a trajetória de como os/as participantes de pesquisa se envolvem com a literatura, com os movimentos sociais e com a sua tradução. São elementos que demonstram agência e ativismo, espaços de atuação com a literatura e suas referências literárias, problematizações sobre representatividade e principais características para atuação com literaturas relacionadas aos Direitos Humanos e às injustiças sociais. As falas da entrevista com os/as participantes são apresentadas em caixas para melhor destaque.

6.1 INTÉRPRETES E TRADUTORES/AS: HISTÓRIAS DE VIDA, ARTE E LIBRAS

A primeira participante de pesquisa que apresentamos é **Gabriela Matos**, ouvinte, intérprete e tradutora de Libras, graduada em Pedagogia, atuante em contextos artísticos e educacionais. Na gravação de sua fotografia narrada, ela informa que nasceu na Bahia em 1981. As fotografias nas mãos de Gabriela, na Figura 40 a seguir, são de quando ela era criança e de uma árvore, quando, em suas palavras, estava “aprontando, com certeza”. Ela conta que estava feliz e sorridente na fotografia, mesmo “banguela”. Conforme explica, a escolha da foto é por reconhecer na criança de 10 anos de idade daquela foto a Gabriela de hoje. Ela justifica que gosta de ser essa menina com cara de “sapeco” que sorri e troca afetos.

Figura 40 – Fotografia narrada de Gabriela

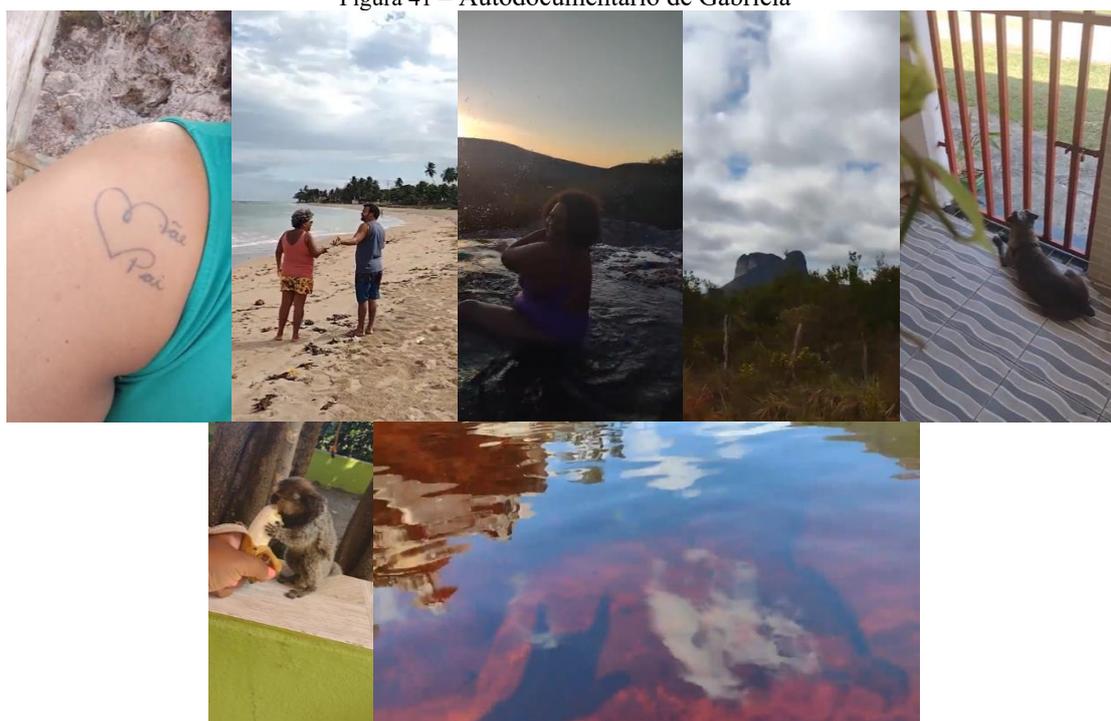


Fonte: Acervo do autor.

A narrativa da afetividade é muito presente em Gabriela, que comenta sobre seu prazer em poder ajudar e estar aberta para o mundo e para as pessoas. Ela lembra que sua infância foi muito feliz e que teve de tudo, não podendo reclamar de nada. O afeto e a atenção que recebeu de sua família lhe proporcionou diferentes experiências em sua infância. Esse aspecto da amorosidade é importante de ser salientado na narrativa apresentada pela intérprete e tradutora, já que parte da sua abordagem sobre interpretação e tradução passa pela afetividade. Conforme hooks (2021) nos ensina, é na infância que aprendemos sobre o amor.

Nas imagens do autodocumentário (Figura 41), a personalidade afetiva de Gabriela é apresentada constantemente. Sua relação com a família é demonstrada nos vídeos da tatuagem em homenagem a sua mãe e a seu pai (primeira imagem da Figura 41) e na relação afetiva de sua mãe com o marido surdo, Markos, conversando em língua de sinais na praia (segunda imagem). A natureza é outro elemento apresentado, banhando-se na cachoeira (terceira imagem); a paisagem do morrão (quarta imagem); alimentando o mico (sexta imagem); no rio preto (sétima imagem); e, conforme ela nomeou o vídeo, contemplando a “preta na varanda” (quinta imagem).

Figura 41 – Autodocumentário de Gabriela



Fonte: Acervo do autor.

Ainda como foi possível percebermos na primeira imagem da fotografia narrada (Figura 40, na página anterior), o quadro ao fundo com a frase “Aqui a Vibe é Boa” é mais um elemento da sua personalidade afetiva como resultado da sua trajetória familiar e, também, uma ética da vida e do trabalho que desenvolve. Como veremos nos demais eixos a seguir, é notório que a **narrativa ontológica** que constitui a afetividade amorosa de Gabriela provoca diretamente as **narrativas públicas** sobre o papel de intérpretes e de tradutores/as. Na sua concepção, é justamente a relação de afeto que constitui o/a bom/boa profissional e não sua indiferença.

Retomamos que, para Baker (2006a), a **narrativa ontológica** se refere àquilo que o sujeito traz consigo na sua história individual, enquanto as **narrativas públicas** são aquelas que circulam socialmente dentro de um determinado grupo, relacionada às instituições, à família, à religião, à educação, à mídia, à literatura, à nação etc. e aos meta-códigos, como positivismo, neoliberalismo, capitalismo, esquerda-direita, pós-modernidade etc.

A segunda participante que apresentamos é **Malu Dinis**, surda sinalizante e oralizada, 30 anos de idade, bilíngue “ou trlíngue”, como ela mesma comenta, por saber Libras, Português e Inglês. É tradutora de Libras, contadora de histórias, poeta e *designer*. Formada em *Design* e Pedagogia, trabalha como *designer*, mas atua também nessas outras atividades tradutórias e artísticas, em especial como mediadora de leitura bilíngue, tradutora e oficinaira. Identifica a sua identidade como “mulher, lésbica, LGBT, surda”.

Em sua fotografia narrada (Figura 42) e na entrevista, ela contou sua história. Na entrevista, Malu comentou como sua experiência surda e a arte se articulam. Nasceu ouvinte, toda sua família é ouvinte e, aos 2 anos de idade, teve meningite e, por isso, é surda. Malu sinaliza, no autodocumentário, que não tem nenhuma lembrança sua como uma criança ouvinte, pois toda sua história é a partir de uma memória surda. Para ela, é como se tivesse nascido errado, em um corpo de ouvinte e que a vida antes de ser surda é como se não existisse. Foi só a partir dos 2 anos, com sua visão surda, que ela construiu imagens de si.

Figura 42 – Fotografia narrada de Malu



Fonte: Acervo do autor.

Malu comentou que acredita que era para ter nascido surda mesmo, mas parece que houve um erro, uma confusão sobre aquele corpo ouvinte que nasceu. Ela não sabe se foi deus, ou deuses, mas sua vida iniciou-se de fato quando ela se tornou surda, e sua vida foi toda preparada para isso. Ainda na fotografia narrada, Malu relatou que, ao organizar as fotos para a gravação, ela lembrou que, quando era pequena, adorava as câmeras, sempre sorridente e estabelecendo uma comunicação com a fotografia. Entretanto, ela sente que houve uma dificuldade de encontrar alguma foto nos álbuns que a representasse ou a marcasse como surda. Isso talvez ocorra porque, como Malu explicou na entrevista, sua mãe e pai sempre fizeram de tudo para que ela crescesse como ouvinte. A **narrativa ontológica** de Malu está intrinsecamente marcada à forma como sua identidade então era apresentada pelos seus pais, uma identidade ouvintizada.

Minha mãe e meu pai sempre me ensinaram, me incentivaram, cuidaram de mim como se eu fosse igual a uma pessoa ouvinte. Então eu cresci e até os meus 7 anos eu não me reconhecia como surda, “eu sou surda” não me reconhecia assim. (Malu).

Na fotografia narrada, Malu explicou que não foi dada outra opção para seus familiares, sendo o caminho da reabilitação fonoaudiológica o único que conheciam. Rezende (2012) faz essa crítica sobre a captura dos corpos surdos pela Medicina desde o diagnóstico da

surdez até a orientação médica para mães e pais como melhor opção para reverter a condição surda da criança. Os pais de Malu nunca souberam sobre a possibilidade de sua filha aprender língua de sinais ou de estudar em uma escola bilíngue para pessoas surdas. Podemos considerar que a **narrativa conceitual** (institucional) opera, dessa forma, como balizadora dos paradigmas que serão seguidos socialmente. A narrativa da Medicina, ligada à instituição médica, promove, assim, interferências diretas às **narrativas públicas** e, conseqüentemente, na constituição das **narrativas ontológicas** de sujeitos então capturados pelo discurso médico.

Para a participante, há um discurso médico dominante em padronizar os corpos surdos. O fato de ela ter passado por essa experiência tendo sucesso (mesmo que negando sua experiência como surda sinalizante) não a faz reconhecer nenhum som, assim como a oralização por si só não resolve sua condição surda. Malu afirma que precisaria, sim, ter conhecido a língua de sinais antes e ter tido contato com a comunidade surda desde pequena. Esse ocultamento de uma faceta importante de sua constituição humana resultou em uma identidade estruturalmente negada para ela. Na entrevista, ficou visível seu sentimento de indignação ao comentar isso. Malu enfatizou a importância da construção da identidade surda e quanto isso fez falta em sua vida e em seu crescimento.

A participante explicou que tudo para ela começou em uma perspectiva ouvinte, mas sua experiência sempre foi muito visual. Apaixonada por desenhos e por histórias em quadrinhos, logo que sua mãe e pai perceberam suas habilidades a colocaram em um curso de pintura. Seu interesse pela língua portuguesa começou nesse período, já que não tinha nenhum contato com a língua de sinais. Em reuniões de famílias e no cotidiano da casa, ficava sempre fazendo pinturas e desenhos.

Então, hoje eu penso que o meu interesse pela arte começou assim, pois eu me sentia excluída, e eu percebo hoje, refletindo sobre esse processo, é muito interessante porque havia um bloqueio de comunicação com a minha família, então esse momento de leitura e pintura era confortável para mim, era como se fosse ali a minha casa. (Malu).

Ela comentou que sempre sentiu que faltava algo nela. Aos 26 anos de idade, começou a incomodar-se com o fato de não conhecer outras pessoas surdas. Trabalhava, possuía duas graduações, mas não se sentia completa. Foi aí que sentiu a necessidade de conhecer Libras e outras pessoas surdas. Seus relacionamentos com ouvintes pareciam frustrantes e com distanciamento da sua experiência surda, mesmo que oralizada.

[...] havia um bloqueio de comunicação ali, porque eram ouvintes, eles não entendiam o meu corpo, não combinava, sabe? (Malu).

Dalcin (2005) investigou as narrativas de surdos/as filhos/as de mãe e de pai ouvintes e suas trajetórias sem o contato precoce com a língua de sinais, suas consequências subjetivas e sua construção de linguagem simbólica. Malu não enxerga a oralidade como um problema, a língua não lhe faltou, pois era a mesma compartilhada pelos ouvintes, mas seu sentimento de “estranha no ninho”, como descrito por Dalcin (2005), parece evidente nas suas relações.

Malu começou a frequentar um curso de Libras ministrado por um professor surdo. Sua identificação foi imediata, foi afinidade à primeira vista, como ela contou. Esse professor surdo a levou para conhecer grupos de amigos/as e, ali, ela foi aprendendo a língua, mas também a arte surda. Quando perguntamos para Malu em qual contexto houve o contato entre arte e Libras, ela disse que foi no *Slam* do Corpo em São Paulo, por meio de Edinho e Nayara – na época Edinho já produzia bastante poesias, mas Nayara ainda não. No *Slam*, Malu sentiu a abertura de um mundo literário e visual.

E aí eu fui conhecendo e percebendo que era possível e foi aí que o meu mundo se abriu quando a literatura em língua de sinais foi apresentada a mim. Então eu fui me interessando, fui tendo mais contato com surdos artistas. E percebi que era possível, eu já tinha experiências artísticas e eu poderia incluir Libras nessa arte também. (Malu).

Algo semelhante pode ser encontrado em nossa terceira participante, **Lygia Neves**, mulher surda lésbica, nascida no Rio de Janeiro, mãe de três crianças, formada em Pedagogia e Letras Libras, mestre em Educação, professora de Educação Infantil em escolas bilíngues e inclusivas, professora universitária, escritora, tradutora e ativista no movimento de mulheres surdas.

Lygia ficou surda aos 6 anos de idade. Nesse período, ela começou a usar aparelho auditivo, mas não se adaptou, não gostava dos ruídos, até porque tinha a construção de sua memória auditiva sólida. Em um primeiro momento, seus pais a matricularam no Ines, porém não se acostumou com a escola, sabia um pouco de sinais, mas desejava estudar em escolas com a maioria ouvinte, e assim foi. Estudou em escola inclusiva, sem intérprete de Libras, escrevia bem, mas sentia, assim como Malu, que alguma coisa lhe faltava.

Na fotografia narrada do autodocumentário, Lygia apresentou suas fotos escolhidas de forma digital (Figura 43), já que o registro físico se extraviou. A primeira foto refere-se a ela pequena, com roupas leves e pernas abertas. Ela conta que sua família sempre a deixou muita à vontade para escolher as roupas que desejasse, que, ao contrário da maioria das famílias que

obrigavam que meninas usassem vestidos, sua infância foi muito livre. A segunda fotografia conta um momento de mudança na sua vida, quando se tornou mãe e sua perspectiva mudou completamente. A terceira foto apresentada trata do momento em que Lygia começou a participar de movimentos feministas ouvintes, em especial o movimento da Marcha das Vadias, uma lembrança muito marcante no qual ela posicionou o seu corpo como resistência, escrevendo frases como “meu corpo, minhas regras”, com o denúncia do lugar de controle social sobre as vestimentas de mulheres.

Figura 43 – Fotografias narradas de Lygia



Fonte: Acervo do autor

Lygia relembra o caso da estudante norte-americana que foi estuprada e, posteriormente, ao fazer a denúncia, foi acusada culpada por estimular o assediador devido às suas roupas curtas. No primeiro ato da Marcha das Vadias, ela compareceu e enfatizou o quanto foi marcante em sua vida essa participação.

O quarto participante de pesquisa que apresentamos é **Efraim Canuto**, que é de Recife, Pernambuco. Sua aproximação com a língua de sinais foi por meio da igreja evangélica ainda na adolescência. No contexto religioso, ele já se interessava por arte e por Libras, em especial a tradução de música.

Na primeira imagem, da Figura 44 a seguir, que Efraim nos mostra no autodocumentário é da sua formatura da pré-escola, quando ele fez o juramento. Conforme ele relatou, ele foi escolhido pela turma justamente por ser mais expressivo e lidar melhor com situações em público. Desde criança, sempre foi espontâneo e nada tímido, inclusive na igreja ao participar de peças teatrais. A segunda imagem, por exemplo, é de uma peça teatral de Natal, na qual ele representou José. Para Efraim, essa foto marca muito sua vida, uma vez que, hoje, ele reconhece a sua afinidade com o teatro e o campo artístico desde sua tenra infância.

Figura 44 – Fotografias narradas de Efraim

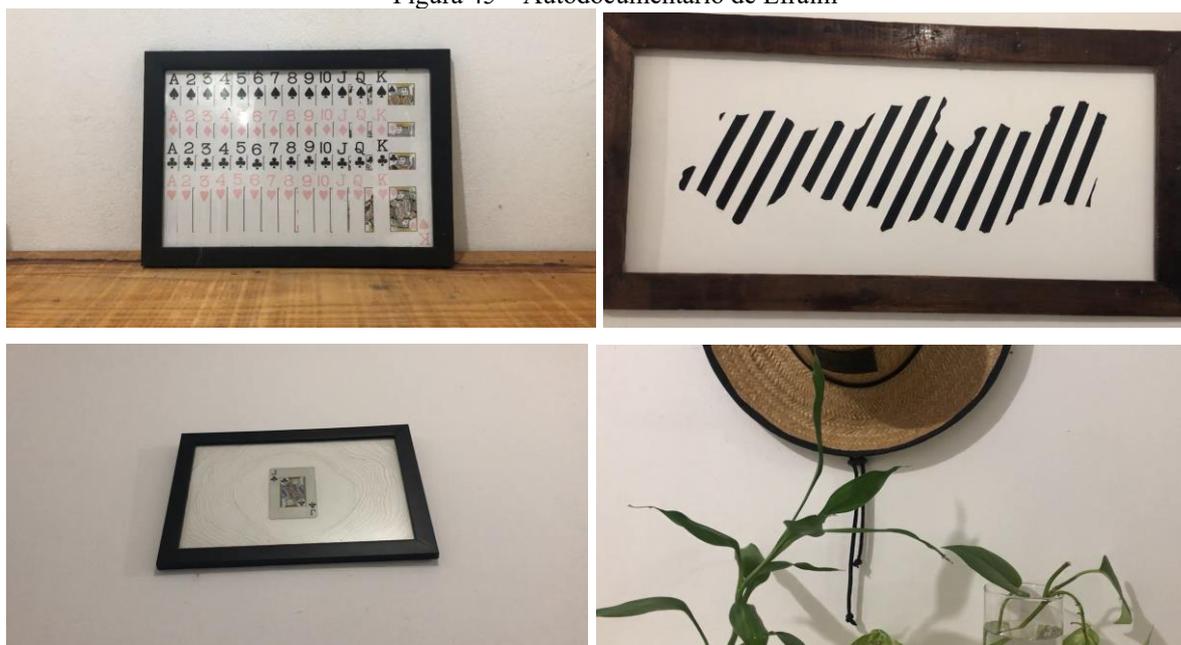


Fonte: Acervo do autor

Na terceira imagem do autodocumentário, conhecemos os pais de Efraim, que são vistos por ele também como artistas (embora eles não se reconheçam dessa forma). A mãe trabalha como costureira, e seu pai sabe fazer de tudo (marcenaria, construção de casa etc.). Essas atividades são vistas por ele como artísticas e influenciaram o artista que ele se tornou.

A arte, hoje, é o principal campo de interesse de Efraim na tradução em Libras. Em suas imagens de autodocumentário (Figura 45), ficou evidente a relação com as artes visuais com a captação de diversos quadros. Em seus registros, a preocupação com enquadramentos e a captura de detalhes ficaram perceptíveis.

Figura 45 – Autodocumentário de Efraim



Fonte: Acervo do autor

Observamos que algumas das **narrativas ontológicas** de Efraim estão ligadas à arte. Na sua infância, a instituição igreja e escola contribuíram para que seu interesse fosse experimentado, em especial no teatro e na *performance*. Lembrando Baker (2006a), as **narrativas ontológicas**, embora retratem o *self* do sujeito, elas não deixam de ser interpessoais e sociais. Enquanto é situado e localizado, as narrativas que alcançam e se formulam nesses contextos forjam as experiências e configuram parte das linguagens e dos códigos que acessamos.

Entrando nas questões sobre aproximação com **movimentos sociais**, Gabriela comentou que seu encontro com o movimento negro se deu por meio do seu trabalho de interpretação para a comunidade surda. Conforme ela relatou, parece haver uma preferência por intérpretes mulheres negras para eventos que contemplam como debate principal marcadores de raça e de gênero. Na sua narrativa, ficou perceptível que a sua formação sobre debates ligados a raça e gênero ocorreu durante a sua atividade como intérprete e tradutora de Libras.

Então, tenho aprendido muito a questão do movimento negro, porque tenho feito muitas lives e, geralmente, muitos produtores querem intérpretes negras. Então, se é movimento feminino, eles querem intérprete mulher; se é um movimento negro, querem intérprete negra ou negro. Então, por ser negra, por ser mulher, tenho estado muito nesses espaços, e na medida em que o intérprete está ali, a gente tá ouvindo, a gente tá aprendendo, e você se emociona, você se arrepia, você conhece esse caso, então você tá ali, sabe? Fomentando, sua cabeça não para... então não tem como você não ficar movida, mexida com essas coisas. (Gabriela).

Podemos perceber como Gabriela é afetada pelos discursos que passam pelo seu corpo. Como mulher negra, interpretar debates ligados a raça e gênero, para além da mediação linguística, é também um ato reflexivo, pois, como ela afirma, “[...] a gente tá aprendendo e você se emociona, você se arrepia”. A forma como as narrativas são absorvidas pela intérprete coadunam diretamente com sua história pessoal que não possibilitou acessar debates raciais, de gênero e demais marcadores. Ela explica que sua aproximação com o movimento negro só ocorreu por meio do movimento surdo.

Então, a questão do movimento negro, também a questão da minha aceitação enquanto mulher negra veio através do movimento surdo, numa escola de surdos que eu trabalho, e a questão da transição capilar, de você se encontrar e se perceber negra tem o quê? Uns cinco anos mais ou menos, com surdas, foram elas que me incentivaram, elas que me proporcionaram eu me ver. (Gabriela)

Aqui vemos de forma evidente como **narrativas públicas** podem afetar as narrativas ontológicas. Gabriela começou a refletir sobre questões de sua negritude a partir do contato mais expressivo com pessoas surdas que apontavam a ela essa sua identidade até então não latente. Nesse trecho, também é visível como o movimento surdo serve, também, como canal para acessar outros movimentos políticos e identitários. Gabriela apenas se aceitou como mulher negra a partir do olhar surdo, do contato com o outro que a interpela e lhe anuncia. Mesmo residindo na Bahia, o estado com a maior população negra do Brasil, sua percepção política como mulher negra ocorreu dentro da escola de surdos durante o seu trabalho. Como Gabriela narrou, ela sempre quis que seus traços fossem diferentes e nunca aceitou seu cabelo, isso porque nunca teve referências que a fizessem se entender como mulher negra. É interessante observarmos também que esse reconhecimento ocorre apenas devido à sua relação próxima com os/as estudantes surdos/as que ela atendia, não no contato em sala de aula, nem na relação estritamente de intérprete, mas na afetividade construída com esses/as alunos/as.

Então, eles me proporcionaram eu me enxergar uma pessoa negra. Até então eu não tinha essa identidade, esse orgulho, esse pertencimento, não sabia, não sabia... Fui crescendo, fui crescendo, não aceitava o meu cabelo, meus traços, não aceitava... queria ser desse tipo desde a infância porque nunca tive essa referência, então acho isso muito forte, muito marcante. (Gabriela).

Conforme Gabriela adjetiva, foi o olhar de cuidado dos/as surdos/as que a fez se identificar, fortalecer sua identidade e a encorajar a fazer sua transição capilar e ver sua beleza. Se olharmos para as fotografias escolhidas pela participante, podemos identificar o seu cabelo alisado tanto na adolescência, quanto na fotografia da sua festa de casamento.

Nas imagens da Figura 46, podemos observar as mãos de Gabriela e a pessoa que está ao seu lado na fotografia, a primeira criança surda que ela teve contato. É nítido que estão produzindo algumas configurações de mão em língua de sinais, o que revela sua aproximação já na adolescência com a língua. No entanto, como ela contou, foi apenas como intérprete profissional que sua identidade de mulher negra foi se constituir, por meio da comunidade surda. Ainda com os cabelos lisos em sua festa de casamento, com Marko, que é surdo, Gabriela relatou (no vídeo da fotografia narrada) que esse foi o dia mais feliz de sua vida. Contudo, seu encontro com outras identidades que a atravessariam viriam um pouco mais tarde.

Figura 46 – Fotografias narradas de Gabriela



Fonte: Acervo do autor.

Ainda sobre seu reconhecimento como mulher negra, Gabriela apontou que sua leitura só foi possível graças aos surdos. Para ela, há uma via de mão dupla nessa relação, ela ensina, mas aprende também com eles/as. Santos (2006) auxilia-nos a refletir sobre alguns pontos, pois, para a autora, intérpretes e tradutores/as de língua de sinais se encontram nas tramas do poder e do colonialismo, da colonização das pessoas surdas e de toda a estrutura social. Como ela explica, “[...] os ILS atuam como mediadores linguístico-culturais, além de romper com esses artefatos coloniais, eles se redefinem enquanto pessoas, pois transitam entre duas produções culturais e linguísticas diferentes, isto é, entre surdos e ouvintes” (SANTOS, 2006, p. 33). Em um primeiro momento, ela se reconhecia apenas como intérprete, mas foi nesse contato adensado com a comunidade surda que suas outras identidades ficaram expostas. Em suas palavras, foi um processo de empoderamento mútuo.

Eu sempre falo desse momento porque eu agradeço a esses surdos que conseguiram me mostrar como eu sou bonita, como eu posso mudar meu cabelo, então eu fiz a transição capilar, eu alisava o cabelo e elas disseram vai cortando vai, vai cortando, você é bonita! [...]. Então foi uma relação maravilhosa, elas cuidando de mim, com esse olhar de cuidado, essa coisa assim, aí eu fui cada vez mais me entendendo, me identificando, até que mudei o cabelo, e aí depois que eu mudei que eu aceitei meu cabelo, fiz a transição capilar, elas também começaram a mudar, então foi um movimento de troca, de se aceitar, de fazer black, de usar turbantes. (Gabriela).

Podemos observar o lugar plural e interseccional da comunidade surda que gera narrativas outras para além do marcador da experiência surda e da língua de sinais. Gabriela não se via politicamente como mulher negra nas suas vivências com outras pessoas ouvintes, mas apenas no contato com pessoas surdas que visualizam e sinalizavam sua identidade. Isso demonstra uma característica importante das comunidades surdas em promover outros olhares identitários, contribuindo, inclusive, para a formação das identidades de intérpretes e de tradutores/as de Libras. Quando falamos do lugar plural das comunidades, é justo reconhecermos que outras identidades se interseccionam e são percebidas, mesmo que o movimento político, assim como outros movimentos sociais, se concentre em pautas unificadas sem propostas interseccionais.

Santos (2006, p. 32) alerta para “[...] os artefatos que constituem as possíveis identidades dos ILS [Intérpretes de Língua de Sinais], os mesmos estão conectados por meio da sociedade e a cultura”. A autora reconhece que as identidades não são fixas, mas, sim, “[...] incompletas, deslocam-se constantemente permeadas pelos espaços, discussões, contextos culturais nos quais os ILS transitam”. Isso explica a ampliação identitária de Gabriela a partir do contato do outro que a interpela e a faz constituir novas definições de si.

Efraim, assim como Gabriela, também tem sua circulação em outros movimentos sociais a partir do contato com a comunidade surda. Conforme Efraim explicou, ele não se vê como um militante com relação direta a alguma associação ou instituição, mas do cotidiano da comunidade surda, já que, para ele, todo intérprete vai militar sempre em prol da comunidade surda.

Assim por um espaço, militar por um copo d'água, por uma cadeira, por uma coisa assim minimamente. E a gente tá sempre explicando a todo mundo o que é essa coisa que a gente trabalha. [...]. Oh, tu vais ter que explicar para as pessoas o que é Libras. (Efraim).

Sua militância está na relação diária com as pautas que articula, nas relações interpessoais, assim como na sua busca por conhecimento de questões ligadas aos movimentos sociais, por meio de leituras e de estudos.

Assim, diretamente, eu não tenho nada diretamente com um grupo, mas a minha militância diária é essa. E, além disso, eu pesquiso sobre muitas outras coisas, né. Assim essa coisa do ser negro também é uma militância diária, eu sou negro, eu milito negro, eu ando negro, respiro negro, eu falo negro... (Efraim).

A relação de Efraim com a comunidade surda e o reconhecimento de sua negritude lhe permitiu a interlocução com outros debates sociais, em busca de aproximações com o feminismo, o capacitismo, o debate sobre desigualdades sociais, entre outros campos narrativos, os quais, segundo ele, influenciam até sua tradução.

Então, tudo isso faz parte de mim e ter consciência disso muda totalmente tudo na minha vida, inclusive a minha tradução, a minha formação como tradutor. (Efraim).

A posição do participante de pesquisa faz relação com o debate trazido pelo grupo Traduzindo no Atlântico Negro, cuja reflexão traz o corpo negro como central para a discussão do ato de traduzir, revelando que a raça como constituinte da modernidade incide em todas as suas instituições e metanarrativas, inclusive no traduzir. O ser negro de Efraim o coloca em posição militante diariamente, o que mostra a característica de sua tradução, uma vez que, a partir dessa realidade existencial, “[...] traz consigo possibilidade de enxergar, sentir, pensar a diferença intercultural [...]”.

Malu e Lygia, diferentemente de Gabriela e de Efraim, tiveram sua primeira participação política no movimento feminista. Conforme elas relataram, não foi o movimento surdo sua primeira pauta política. Malu acredita que surdos que estudam em escolas com outros surdos e língua de sinais desde cedo constituem uma identidade mais política com os movimentos surdos. Isso corresponde ao que Sutton-Spence (2020) explica sobre a relação entre as políticas de educação bilíngue para surdos, políticas linguísticas e o fortalecimento da literatura surda, já que esta é um dos principais artefatos culturais de empoderamento surdo. A autora enfatiza como as políticas educacionais e linguísticas colaboram para o desenvolvimento e as habilidades com a literatura surda e as temáticas identitárias, comunitárias, sociais, políticas e linguísticas.

O interesse maior pelo movimento feminista de Malu veio por vias acadêmicas ao começar a estudar a relação entre feminismo e pedagogia para seu trabalho de conclusão de curso. Malu tinha participação assídua em protestos, especialmente fotografando, fazendo vídeos e documentando passeatas e atos políticos, como a Marcha das Vadias. Malu contou sobre o despreparo dos movimentos feministas para a articulação com pessoas surdas e a ausência de pautas voltadas à mulher surda.

Da mesma forma, Lygia denunciou a dificuldade dos movimentos feministas ouvintes em dialogar com as pautas das mulheres surdas. Lygia relatou que, embora pesquisasse muito na Internet sobre movimentos feministas, em especial de mulheres lésbicas, e participasse de atividades presenciais, se sentia, muitas vezes, deslocada por ser uma mulher surda.

Eu percebo que sempre quando se fala em feminismo, as mulheres surdas estão excluídas, pois o feminismo está voltado para mulheres ouvintes. Problemas relacionados à violência são sobre as mulheres ouvintes. Por exemplo, quando ocorre violência doméstica, a mulher precisa ir à delegacia fazer a denúncia, ela consegue se comunicar normalmente,

Quando comecei a trabalhar na Feneis, com outros movimentos, movimento feminista, negro e surdo, comecei a entender que realmente é uma questão complicada, justamente por causa dessa questão da empatia que os ouvintes não conseguem entender de fato como é ser surdo. (Lygia).

<p><i>já tem projetos, já é tudo organizado, então sobre tudo que ela quiser reclamar é possível. Mas as mulheres surdas estão excluídas desse amparo. Se ela sofre violência doméstica, vai até a delegacia, ela vai se deparar com um grande bloqueio de comunicação. Então, o movimento feminista ignora as mulheres surdas. (Malu).</i></p>	
---	--

Para Malu, os movimentos sociais em geral não estão prontos para recepcionar as pessoas surdas em suas discussões. Em específico, o movimento feminista é organizado em pautas que não contemplam a experiência da mulher surda. Parte dessa discussão é trazida por Brito *et al.* (2021), os quais salientam o aspecto de os movimentos sociais ouvintes não considerarem as pessoas surdas como parte de suas bandeiras, uma vez que pessoas surdas em suas identidades plurais estão em diferentes trânsitos de opressão. Como comentamos no quarto capítulo, debates de identidades interseccionais ou de simultaneidade de opressões são mais perceptíveis em pautas interligadas dentro do próprio seio da comunidade surda, como exemplo do movimento negro surdo e do movimento de feministas surdas. Malu citou vários exemplos de invisibilidade ligados ao acesso à justiça, à violência doméstica e à violência obstétrica.

<p><i>Eu acho que não é por maldade, não é, mas é a falta de percepção, percepção de interseccionalidade. Então, falta no movimento a interseccionalidade e a percepção das coisas que acontecem à sua volta. (Malu).</i></p>

Para Malu, o movimento feminista, em sua prática, não é interseccional, e isso impede uma lente mais ampliada sobre questões que envolvem outras experiências para além da mulher ouvinte. Pessoas com deficiência, mulheres negras, pessoas de pouca renda parecem que não são visibilizadas.

<p><i>Então, falta mais aceitação, falta aceitar as pessoas surdas, as outras mulheres são isoladas; então, eu vejo que falta essa aceitação de mulheres surdas. Eu percebo que, nas redes sociais, têm bastante visibilidade as pessoas com deficiência, elas estão mais em evidência, mas os surdos não! Então ainda falta, e está demorando. (Malu).</i></p>

A percepção de Malu sobre as pessoas com deficiência terem maior visibilidade justifica-se pela compreensão de que outras pessoas com deficiência compartilham da mesma língua e de uma experiência sensorial auditiva comum que não as impõe barreiras comunicacionais, linguísticas e culturais. Isso as permitem articular-se entre si e construir laços de solidariedade entre ouvintes com deficiência e sem deficiência. Malu vê que isso ocorre dentro do movimento feminista, assim como no movimento LGBTQIA+.

Mas eu percebia uma diferença, porque eu sabia da minha experiência, da minha história de vida, e eu percebia que na minha experiência havia situações de violência mas era diferente da violência das mulheres ouvintes, a violência que acontecia comigo era enquanto mulher surda e isso me fez me afastar do movimento feminista, comecei a não me sentir tão pertencente, comecei a perceber que tínhamos opiniões diferentes... Então faltava olhar para as surdas, faltava! (Malu).

Novamente, a ideia de “estranha no ninho”, pensada por Dalcin (2005), aparece como uma metáfora da experiência surda entre grupos de ouvintes que não compartilham a língua de sinais e não se interessam pela experiência surda. Dessa forma, sua aproximação com o movimento surdo veio depois da sua participação mais ativa no movimento feminista. Assim, sua aproximação da literatura surda pelo *Slam* e as temáticas que ali circulavam já faziam parte, em certa medida, das narrativas que lhe interessavam.

É nesse mesmo espírito de indignação com os movimentos sociais compostos por ouvintes que Lygia se organiza coletivamente em uma frente de movimento surdo feminista, o que mostra sua agência e seu interesse em construir espaços de diálogo com mulheres surdas sobre o feminismo e suas necessidades específicas.

Eu, no começo, fiquei mais tempo atuando na marcha das vadias [...]. E aí foi quando comecei um diálogo com Dora para a gente começar a organizar dentro do movimento algumas palestras, minicursos, debates. Foram quatro anos de muito trabalho para que a gente conseguisse passar essa compreensão para a comunidade surda, sobre a marcha das vadias [...]. (Lygia).

Gabriela tem sua trajetória de interpretação em movimentos sociais e na esfera literária e artística de outra forma. Conforme ela relatou, sua veia artística já se iniciou na igreja onde aprendeu Libras, articulando tradução de músicas Gospel e *performances* sinalizadas. A fotografia que ela apresentou (Figura 47) marca o início da sua trajetória com a língua de sinais, com sua primeira apresentação de um louvor com luvas brancas, uso que hoje ela considera antiquado. Apresentou uma música a qual estudou muito, mas conta que jamais imaginaria que a relação com a Libras dali em diante mudaria sua vida. Conforme ela lembra, aprendeu Libras de uma forma muito agradável e leve. Seu primeiro contato com a língua foi com uma criança surda, já apresentada na Figura 46.

Figura 47 – Outras fotografias narradas de Gabriela



Fonte: Acervo do autor.

Outra importante suscitação da narrativa trazida por Gabriela se refere ao reconhecimento de suas outras identidades devido à sua circulação como intérprete de Libras em espaços diferentes políticos e artísticos organizados em torno do debate de raça e de gênero. O fato de acessar esses eventos como intérprete foi também educativo, transformador e formador.

Isso demonstra o quanto intérpretes e tradutores/as de Libras podem se envolver com os seus contextos de atuação, não apenas modificando esses espaços com suas presenças e suas agências, mas sendo também modificados e agenciados por essas narrativas. Todavia, isso tem um peso muito maior na experiência de Gabriela, pois o seu acesso a debates ligados a raça e gênero reverberaram diretamente em sua história de vida e nas representações negadas a ela. Por isso, a emoção e o sentir mexem-se de forma profunda com essas interpretações. Seu corpo era sujeito daquilo que interpretava, e isso a fez extrapolar seu lugar de profissional, alterou seu íntimo e pessoal. Uma narrativa pública atravessa a sua narrativa ontológica, movendo-a para um autorreconhecimento e uma aceitação que se iniciaram com a comunidade surda e se ampliaram com sua participação na qualidade de intérprete e tradutora em debates de raça e gênero.

Nas duas imagens da Figura 48, é visível o quanto sua interpretação e tradução carregam, para além do aspecto linguístico, outros elementos bioculturais e simbólicos que se congregam dentro da narrativa performatizada em Libras. Seu corpo é signo, sua pele é signo e dialoga visualmente com sua indumentária e postura responsiva frente ao texto sinalizado.

Figura 48 – *Show de Mariene de Castro e ABC do Samba na Concha Acústica e Evento Ilê Aiyê*



Fonte: Acervo do autor.

Carrascosa (2017) auxilia-nos a observar isso de forma mais profunda. O corpo que traduz, em especial textos de cunho afrodiaspórico, precisa constituir um conjunto de traços que são políticos, linguísticos e culturais. É necessário, assim, entender a necessidade de

[...] estar fortemente afetado pelo vetor de força da afrodiaporicidade em sua experiência subjetiva; seja em seu próprio corpo, que carrega nas cores e nos traços a forma e a força a negritude, seja em seu desejo de uma experiência ética do social, que passe necessariamente pelo diálogo amoroso com um “eu” da cultura que se apresenta como força construtiva de seu próprio outro. (CARRASCOSA, 2017, p. 72)

A autora coloca-nos dois importantes pontos de atenção. O primeiro é sobre o lugar intersubjetivo do corpo afrodiaspórico que carrega consigo a negritude como marca indissociável de si. Para Carrascosa (2017), isso impacta toda a sua experiência social e a forma de ver o mundo, inclusive o ato tradutório. Um segundo ponto dirige-se para aqueles que assumem um compromisso ético e social de construir um diálogo amoroso entre o lugar do seu “eu-cultural” e da cultura do outro na sua mais ampla experiência (diaspórica, territorial, cultural, linguística, econômica, social).

Novamente, a característica amorosa na interpretação e na tradução salta aos olhos. Carrascosa (2017) também aposta no diálogo amoroso como metodologia de relação com a cultura e as narrativas não hegemônicas que são interpretadas e traduzidas. Gabriela, Carrascosa (2017) e hooks (2021) assumem um ponto de contato ao elegerem a afetividade como um princípio ético no encontro com o outro em suas mais diversas dimensões sociais.

Sobre sua participação em movimentos sociais atualmente, Gabriela comentou sobre sua contribuição no movimento negro, no movimento feminista e no movimento surdo, embora reconheça outros movimentos que gritam em suas articulações. É visível que sua posição é interseccional, cujas lutas envolvem marcadores de raça, de gênero e de experiência surda, os quais a atravessam, não sendo possível escolher apenas um movimento, pois suas bandeiras estão inter cruzadas.

São vários movimentos que estão aí gritando que existem, mas tipo assim, eu não tô ligada diretamente a um movimento. Mas eu sinto que faço parte do movimento negro, faço parte dos movimentos femininos, sinto que faço parte do movimento surdo. Então em todos eu procuro colaborar, contribuir e estudar. (Gabriela).

Por fim, um ponto importante é a consciência dos contratantes em procurarem intérpretes e tradutores/as de Libras que representem as identidades acionadas em suas produções artísticas. Além do aspecto da representatividade, a procura por seu perfil possibilitou que a profissional passasse por um processo de reconhecimento de si por meio do seu trabalho. Isso reforça a necessidade de grupos minorizados se apoiarem entre os seus, fazendo não apenas que a economia gire entre pares, mas também possibilite resgates, pontos de contato, reconhecimento e também formação.

Isso se aplica ao que Baker (2006a) posiciona como uma interdependência entre o pessoal e o coletivo. O recontar uma narrativa e uma vivência é, conforme a autora, “[...] inevitavelmente limitada pelos recursos linguísticos e narrativos disponíveis no ambiente” (BAKER, 2006a, p. 29). Os/as participantes de pesquisa atestam essa tese, já que as interpelações das narrativas coletivas, públicas e conceituais informam as constituições de narrativas ontológicas, embora, como veremos, estas servem para abastecer narrativas coletivas e públicas e até mesmo conceituais (Figura 49).

Figura 49 – Geocontextos das narrativas ontológicas



Fonte: Elaborada pelo autor.

Podemos observar que a instituição igreja tem um grande peso dentro dos espaços que os/as participantes de pesquisa passaram. O contato com a língua, com a literatura e até mesmo com a arte surda e sinalizada é, em alguma medida, também apreendido no contexto religioso. Isso revela, dentro do nosso escopo, que parte da formação de intérpretes e de tradutores/as de Libras que atuam com a Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos tem seu início de formação em bases cristãs.

Ainda, o campo educacional (escolas, universidades etc.) soma-se como espaço de acesso à Libras e à literatura surda. A aprendizagem da língua e o contato com a literatura surda no contexto educacional mostram a importância desses espaços para promover a língua, assim como oportunizar a circulação da literatura surda.

6.2 LITERATURAS SURDAS, LITERATURAS EM LIBRAS E DIREITOS HUMANOS

Quando perguntamos sobre as referências que inspiram os/as participantes de pesquisa, alguns nomes se repetiram com maior frequência, em especial poetas surdos/as que atuam com a literatura negra surda. Gabriela apontou Edinho Poesia e Léo Castilho como referências para as próximas gerações e o quanto ela valoriza esses poetas. Ela citou os movimentos literários surdos em São Paulo como um exemplo de inspiração do seu trabalho,

além de lembrar do trabalho literário da poeta surda Gabriela Grigolom em Curitiba. Lygia citou Ana Luiza e Nayara.

De forma próxima, Malu apontou Edinho e Nayara como referências para seu início na poesia. Em seu autocumentário, Malu mostrou alguns livros e objetos da sua casa que podem nos dar pistas de suas referências (Figura 50).

Figura 50 – Autocumentário de Malu – Referências



Fonte: Acervo do autor.

No autocumentário, ao filmar seus livros de preferência, aparece, sobre eles, Mafalda, uma personagem argentina de histórias em quadrinhos. A personagem tem como principal característica sua visão crítica do mundo, seu questionamento sobre aspectos da humanidade e sua rebeldia contra o sistema e o Estado, assim como é propagadora de um discurso de paz. Ainda é possível visualizarmos livros de ficção sobre aventura, livros de conteúdo feminista (*Quem tem medo do Feminismo*, de Dijamila Ribeiro; *Eu sou Malala*, de Malala Yousafzai; *Gênero e Educação*). Há, ainda, títulos ligados às artes visuais (*Arte e Percepção Visual*, de Rudolf Arnheim; *Antologia da literatura fantástica*, de Silvina Ocampo), entre outros títulos.

Narrativas públicas e conceituais que se aproximam dos debates dos Direitos Humanos são consumidas por Malu, que, por imagem, nos revela sua imersão no campo. Sua trajetória acadêmica e em movimentos sociais vão reverberar ativamente na sua posição dentro do movimento surdo. Com apenas um ano de convivência com a comunidade surda sinalizante, Malu já estava participando do *Slam*. Seus amigos a incentivavam, mas ela tinha vergonha de sinalizar. Sua primeira poesia foi sobre “os dois mundos”, mundo surdo e ouvinte, que representava a forma como vivia naquela época.

[...] minha família ouvinte, amigos ouvintes e ao mesmo tempo eu estava conhecendo novos amigos surdos, então eu vivia nesses dois mundos, bem difícil. E aí eu comecei a ter mais contato com artistas e literatura surda, assim que eu comecei. (Malu).

Lygia também teve seu interesse pela Libras por meio da literatura sinalizada. Foi na igreja evangélica, na escola bíblica, com 10 anos de idade, que ela se deslumbrou com a literatura sinalizada pelas mãos da professora surda Betty Lopes. A forma como a professora contava histórias do Velho e Novo Testamento a deixava impressionada e, como já era fluente em português, percebia os encaixes das palavras das histórias que já havia lido com o que então assistia.

A partir disso, comecei a me apaixonar pela língua de sinais. Isso despertou minha curiosidade e comecei a pesquisar mais sobre a comunidade surda. Eu vi que tinha professores surdos, e a forma como eles ensinavam principalmente o português, o vocabulário da Língua Portuguesa e eu ficava babando. (Lygia).

Quadros e Sutton-Spence (2006) explicitam o quanto a poesia em língua de sinais é uma forma de empoderamento das pessoas surdas. Além de fortalecer a comunidade linguística, ela gera sentimento de pertença, pois explora um lugar surdo no mundo, o orgulho surdo, o ganho surdo e a intensificação da linguagem.

É visível que Malu encontra um lugar na arte por meio do contato com a comunidade surda e a língua de sinais, de forma a preencher sua falta interior e articular sua identidade surda com a literatura surda sinalizada desde o início do seu processo de aprendizagem da Libras. Seu encontro com a língua de sinais fez florear sua identidade surda e seu reconhecimento como uma mulher surda, lésbica, sinalizante e oralizada. É essa trajetória que a direcionou, também, ao lugar de tradutora, mediando leituras bilíngues, contação de histórias, tradução de textos diversos e de músicas.

Na fotografia narrada, Malu relatou sua aproximação com a tradução artística, dando ênfase à tradução de músicas. Na entrevista, ela afirmou que a música foi, para ela, durante muito tempo, uma guerra interior, porque ela não havia encontrado o sentido da música, não sabia como era seu jeito, que só mais tarde foi entender que era visual e que vibrava em seu corpo.

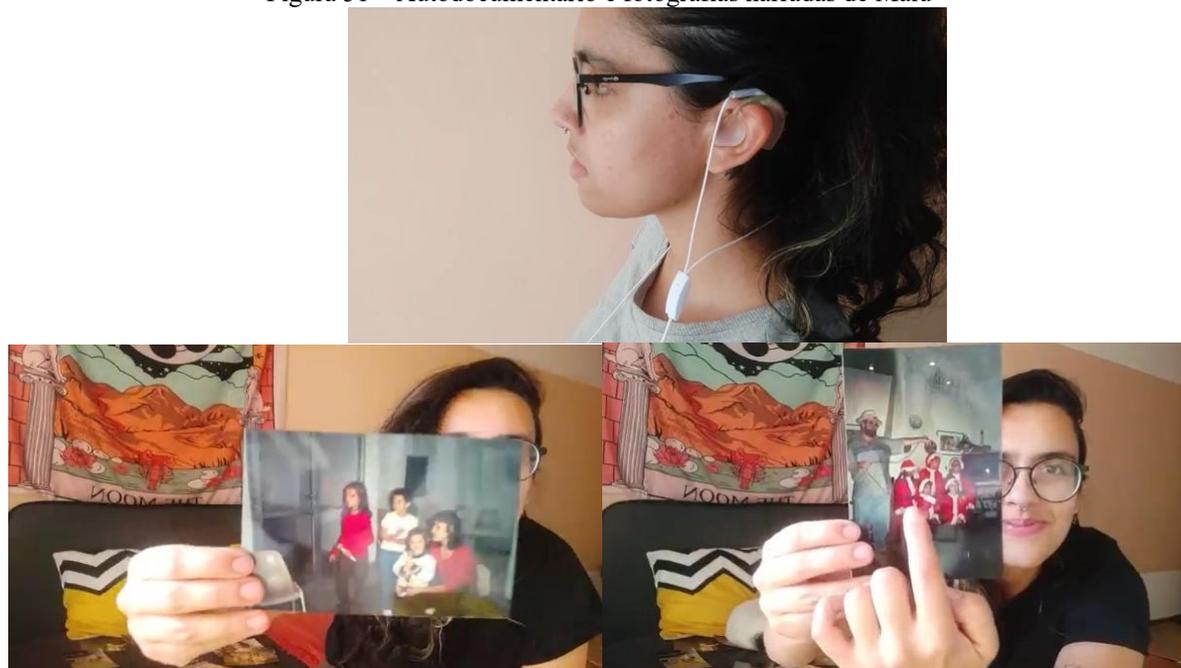
[...] gosto de música hoje, mas é de um outro jeito, a forma de perceber a música é outra, porque antigamente a música para mim era como se fosse uma guerra interior entre mim e ela, pois eu ainda não havia me encontrado, ainda precisava de... não era de adaptação da música, mas ainda faltava eu perceber o meu jeito na música, que é visual, sentir a vibração, precisava sentir mesmo e encontrar o jeito certo mesmo. (Malu).

A **narrativa ontológica** de Malu sobre a música é ressignificada. O despertar para a Libras e o encontro com a comunidade surda mudou sua relação com uma forma de arte que até então não lhe fazia sentido. O visual, o sentir e a vibração são percepções acessadas após a

narrativa pública da comunidade surda sobre outras experiências sensitivas serem incorporadas em sua vivência.

Uma das gravações das imagens do autodomentário de Malu é dela ligando seu aparelho auditivo e colocando o fone de ouvido no amplificador de som (Figura 51 – primeira imagem). Isso revela sua aproximação com a música como um elemento constitutivo de sua identidade, o que impacta, também, as suas preferências tradutórias. Entretanto, como já comentado, sua relação com a música nem sempre foi bem resolvida. A transformação da sua **narrativa ontológica** sobre a música influenciou diretamente sua escolha de traduzir música como um canal de mobilizar **narrativas públicas**.

Figura 51 – Autodomentário e fotografias narradas de Malu



Fonte: Acervo do autor.

Na segunda imagem da Figura 51, Malu apresenta uma foto com familiares – ela está de pé com blusa na cor vermelha com microfone cantando, como lembra. Naquela situação, ela estava muito incomodada. Na imagem seguinte, ela aponta estar vestida com roupas natalinas e comentou sobre algo que a marcou profundamente. As duas fotografias são do mesmo período. Como Malu recordou, ela já se percebia como diferente da maioria ouvinte ao seu entorno. Ela contou que sua família gosta muito de música, são católicos, o pai toca violão, a mãe canta e, no final de ano, participam de corais natalinos. Malu lembra que, nesse período, sua mãe tentou colocá-la para participar de um coral que era composto por outras crianças da família. Isso a marcou muito, pois, na apresentação musical, Malu percebeu que seus primos e suas primas cantavam em harmonia, cada um deles/as, e que, quando foi sua vez, seu pai a acompanhou. Seu pai cantava de forma mais calma para que ela acompanhasse

e conseguisse alcançar o tom da música. É como se ela estivesse cantando para dentro e não para fora. Ela não entendia a lógica musical. Essas imagens marcam, portanto, um primeiro momento de percepção de que ela era diferente dos demais.

Malu sinalizou que seus pais não lhe contaram que era surda. Então, ela não entendia o porquê dessa diferença, queriam tratá-la como não surda, mas isso lhe trazia angústias e dúvidas das quais não sabia sequer transformar em perguntas. Ela começou a perceber-se diferente, mas não tinha um nome para aquela diferença, não havia um signo para identificar-se e narrar. A dúvida era o que lhe fazia não ser iguais aos demais. As duas imagens, quando criança, da Figura 51 retratam seu início da guerra com a música, o que conseguiu reconciliar quando conheceu a Libras, e tudo começou a fazer sentido.

Já Lygia tinha forte contato com a literatura escrita. Sua relação com a literatura começou desde pequena, visto que ela escrevia diários e criava histórias a partir de eventos que ocorriam no seu cotidiano. Mais tarde, já em contato com a comunidade surda, Lygia escrevia poesias e sátiras, inclusive isso foi um dos motivos de questionamento sobre sua identidade surda.

E por isso surgiu uma questão muito polêmica para mim em relação à primeira língua e segunda língua, porque as pessoas pensam que as pessoas surdas que escrevem não têm uma identidade firme. Isso antigamente, né, eu era jovem, tinha 17 ou 18 anos, eu me sentia muito deprimida porque as pessoas me oprimiam bastante, os próprios surdos me reprimiam. (Lygia).

Essa fase de opressão de sua identidade a fez produzir com menos frequência seus textos literários; como ela disse, a acusavam de não possuir uma identidade firme. Isso nos mostra como uma **narrativa coletiva** interfere nas narrativas ontológicas, já que algo que acompanhava a vida de Lygia foi desestimulado, por uma perspectiva purista de algumas pessoas surdas que acreditam que surdos que escrevem possuem identidades surdas menos sólidas.

[...] também nessa época eu sentia que a minha sinalização era como se fosse um português sinalizado, como se fosse uma surda falsa, oralizada, ouvia bastante dessas coisas nessa época que eu era jovem. (Lygia).

Tempos depois, já no Mestrado, Lygia retomou a sua produtividade de escrita de textos literários, lançando inclusive dois livros de erotismo lésbico, sendo uma das poucas autoras surdas que retratam, em português, contos dentro dessa temática. Seus livros também circulam entre suas **narrativas ontológicas** e **narrativas públicas**, utilizando o gênero erótico como político (Figura 52).

Figura 52 – Autodocumentário de Lygia



Fonte: Acervo do autor.

Na mesma época, já com sua primeira filha, foi quando se reconheceu como “sapatão”, o que a fez novamente sofrer crítica da comunidade surda que a questionava por ser mãe e lésbica. Isso nos mostra a importância de debates ampliados sobre interseccionalidades e diversidade de identidades. Como vemos, Lygia precisou criar estratégias de resistência para que essas narrativas coletivas, dicotomistas e reacionárias não afetassem as identidades que estavam em jogo.

E acabei sofrendo novamente com esse mesmo grupo que falava que não eu não era lésbica porque eu tenho uma filha, que eu escrevia livros porque não valorizava minha língua de sinais, mas eu já estava acostumada com isso, e fui construindo uma barreira para impedir isso e não me importei. E no meio de tudo isso, eu acabei entrando no mundo da arte. (Lygia).

Referente às temáticas literárias que circulam na Literatura Surda e Sinalizada, a participante Gabriela comentou que uma das temáticas que mais vê como recorrente na literatura surda é sobre desabafos relacionados à comunicação com a família e com ouvintes que convivem ao seu redor. Para ela, a questão linguística, as barreiras de comunicação intrafamiliar e o acúmulo dessas violências são o que saltam nas narrativas poéticas surdas.

O surdo quer botar para fora, tem até um sinal que eu aprendi, que tipo assim, e tudo que ele vem carregando, carregando desde a infância, então ele se vê no Slam, ele se vê numa participação de fazer uma poesia, então é aquilo que machuca ele, é aquilo que tá doendo lá dentro, que só ele sabe e a gente acompanha por ter esse acompanhamento, essa convivência, esse conhecimento, que a gente sente. (Gabriela).

Fernandes (2011) lembra que 90% das crianças surdas nascem em lares ouvintes cujos pais e mães desconhecem por completo a língua de sinais. Esse ponto gera diversos conflitos que afetam a relação de muitas pessoas surdas com seus familiares. Gabriela comentou do “não olhar da família” e do “não interesse, ou não buscar conversar”. Esses aspectos podem

estar marcados pela idealização que mães e pais têm em gerarem filhos/as que correspondam a uma norma biológica.

Fernandes (2011, p. 94) explica sobre a dificuldade que familiares ouvintes têm com filhos/as surdos/as “[...] em razão do desconhecimento e não aceitação da língua de sinais”. Conforme comentamos no segundo capítulo desta dissertação, os discursos médicos são ainda hegemônicos, sendo os primeiros a “diagnosticarem” e encaminharem as possibilidades de “reabilitação” da audição da criança surda. Parte da aflição e da insegurança das famílias são depositadas na esperança de uma reversão da surdez que, quando não ocorre, pode contribuir para relações menos calorosas. Aqui vemos novamente a **narrativa ontológica** de situações de violência intrafamiliar sofrida por pessoas surdas, as quais reverberam como **narrativas coletivas** em forma de poesia.

Essa temática parece chamar atenção da intérprete e tradutora, possivelmente devido à sua relação próxima com familiares, como contado na fotografia narrada. O fato de ela ter tido uma experiência positiva em sua infância na relação com sua família a coloca em perplexidade frente aos relatos de vários surdos sobre violência intrafamiliar (físicas, psicológicas e simbólicas). Essas questões não são postas e conhecidas, são **narrativas coletivas**, próprias das comunidades surdas. Não são **narrativas públicas** e institucionalizadas, uma vez que o debate é desconhecido pela maioria das pessoas e fora do radar dos debates acadêmicos.

Nesse sentido, a produção literária, em especial a poesia, torna-se uma ação de transformação do silêncio em linguagem, a fim de pronunciar as tiranias engolidas no dia a dia. Isso é visível no que Lorde (2020a) diz sobre a poesia criar a linguagem para expressar demandas revolucionárias. A autora percebe a poesia como linguagem prima da fruição de discursos ainda não enunciados e elaborados por sistemas de linguagem institucionalizados.

Ainda outro tema recorrente para Gabriela é sobre violência doméstica contra mulheres. Para ela, as poesias são produzidas devido ao desejo de poetas surdas quererem alertar outras surdas sobre seus direitos e da necessidade de se cuidarem. É perceptível na posição da participante da pesquisa que a poesia é utilizada também como uma forma de pedir socorro, pois, quando ela foi indagada se via essas temáticas como instrumento de denúncia, ela afirmou:

Vejo! Vejo, porque ele não tá falando ali simplesmente por enfeite, ele não tá falando ali “ah, vou escolher um tema e vou falar isso”, porque dói nele, dói a questão da relação familiar com surdo e ouvinte; e a questão da violência dói; então, é o grito de liberdade, é o grito de desespero de pedir socorro. (Gabriela).

Gabriela enxerga que essas poesias possuem uma relação intrínseca com as vivências surdas, suas experiências de dor e de violação. Para ela, o texto poético opera como um grito em busca da liberdade e do pedido de socorro. Além disso, ela enxerga a importância de que as poesias surdas cheguem a outros espaços, como no Ministério Público e na Defensoria Pública, pois, na sua visão, muitas mulheres surdas brasileiras estão gritando por ajuda, porém nem sempre o socorro vem a tempo, lembrando de um caso de feminicídio contra uma surda em Salvador. Sua opinião comunga com a ideia de Lorde (2020b), em utilizar a poesia como rompimento do silêncio, como linguagem prima de mudança social. Contudo, como podemos aludir pela fala de Gabriela, quando o poema chega, algumas partidas já podem ter ocorrido.

Lygia reconhece o *Slam* do Corpo como proeminente na disseminação da literatura surda de Direitos Humanos. Ela observa as temáticas voltadas às minorias sociais, às injustiças e às desigualdades sociais.

Eu também gosto muito que fala de diferentes realidades sociais, de realidades de vida, como é ser uma pessoa negra, como é ser uma mãe, morar na periferia, outras formas de fazer um protesto contra o machismo e violência. (Lygia).

Malu também comentou sobre temáticas envolvendo injustiças sociais como as mais proeminentes no cenário literário da Libras. Sobre os temas que mais lhe atraem, ela apontou que são os relacionados a denúncias sociais, negritude, ouvintismo, comunidade surda, identidade surda e feminismo. Na sua visão, a temática LGBTQIA+ parece ainda ser carente de produção poética, embora exista a circulação de poetas que tragam suas experiências de dissidência sexual na literatura surda. Para Malu, a poesia precisa dialogar com a realidade, ser como “um toque” do que ocorre em sua volta. Desde o início de sua aproximação da comunidade surda, a literatura esteve presente e apresentou-se com uma diversidade de temáticas.

Eu fico muito feliz porque eu lembro que, quando eu comecei a participar da comunidade surda, existia pouco debate sobre esses assuntos, e eu vejo que, hoje, está sendo muito mais recorrente, também sobre pessoas negras tem aumentado muito, esses dois temas. (Malu).

Interessante a percepção de Malu observar o aumento de poetas negros/as surdos/as no cenário poético. A literatura negra surda encontra-se na vanguarda das produções poéticas que mobilizam temáticas explícitas de injustiças sociais, de violência e de interseccionalidades. A pesquisadora Ires dos Anjos Brito e o poeta surdo Edinho, na *live* “Terminologias Negro-Africanas e a Literatura Negra Surda”, mediada por Wermerson Meira, do Canal Axé Libras, acentuam as características da literatura negra surda e os diferentes elementos da experiência negra e da diáspora que são invocados na produção literária (MEIRA, 2020). Sua diferença

consiste, segundo Ires dos Anjos Brito (MEIRA, 2020), na mobilização não apenas da reivindicação de direitos e da denúncia, mas também no diálogo com as religiões de matriz africana, com personagens históricos dos movimentos negros e até mesmo com o pretoguês (debatido por Gonzalez, 2020). Isso, para Ires dos Anjos Brito (MEIRA, 2020), impõe diferentes desafios para intérpretes e tradutores/as de Libras que necessitam de vivência com as narrativas e as epistemes para seu trabalho tradutório.

Na *live* citada anteriormente (MEIRA, 2020), Edinho salienta que, em suas poesias, há referências de religiões de matriz africana porque elas devem ser apresentadas e valorizadas dentro da comunidade surda, porque sua identidade se constitui também a partir desses marcadores e desses elementos culturais. Edinho comenta ainda que, em sua poesia, ao trazer a imagem de Ogum, ele mostra a metáfora da guerra e da luta, o que simboliza o seu lugar de poeta. Assim, mesmo não havendo diretamente referências ao campo dos Direitos Humanos, tais poesias trazem marcas de populações que tiveram suas histórias silenciadas em nome da construção da humanidade e dos símbolos que a constituem. Malu entende o *Slam* como um espaço de denúncia e sente que a presença surda em *Slams* ouvintes faz a plateia silenciar.

Isso, exatamente porque eu acho que o objetivo do Slam é a denúncia, o objetivo do Slam é fazer denúncias da sociedade! É legal porque, se surdo participa do Slam dos ouvintes, onde a maioria dos participantes são ouvintes, quando um surdo chega no palco, é como se estivesse denunciando os próprios ouvintes, e eles ficam calados diante disso, entendeu? (Malu).

O silêncio é posto aos olhos dos ouvintes quando o ouvintismo é escancarado e revelado como estrutural e presente em todas as instituições, relações sociais e na linguagem. Todavia, é também educativo para a plateia surda, constituindo um letramento político por meio da literatura e, ainda mais, em poesias que invocam outras identidades surdas e narrativas de opressão oriundas de outros grupos minorizados.

Com uma perspectiva um pouco diferente, Efraim observa de forma crítica as recorrências de poesias, em especial as que tratam de questões de “impacto”, da denúncia social, sendo o ouvintismo a principal temática abordada por poetas surdos/as, em especial as que retratam o sofrimento e as experiências negativas da surdez.

Está sempre ligado ao capacitismo, no caso o ouvintismo ali, que eles sempre vão trazer a história do povo surdo, sempre! Isso é inegável. (Efraim).

Para além dessa temática, mas ainda em perspectiva crítica, o machismo, a homofobia, o racismo etc. e a afirmação de outras identidades ficam em segundo plano. Efraim comentou que há temáticas relacionadas a debates atuais e ambientais, como, por exemplo, a queimada

da Floresta Amazônica. Na sua concepção, as temáticas de impacto foram impostas no contexto do *Slam* e, se as produções fossem mais livres, possivelmente outras temáticas surgiriam. Para ele, seria interessante poesias que não focassem apenas na dor.

Sobre amor, sobre temas eróticos, sobre a vida, sobre a cidade... Só que na produção, nesse meu período de participação ativa na produção literária dos surdos, eu vejo que a gente tá sempre nesse lugar do trazer e reafirmar a criticidade política, sabe? (Efrain).

Como podemos observar nos fragmentos dos participantes, as narrativas sobre Direitos Humanos na Literatura Surda e Sinalizada são amplas e abrangem diversas temáticas que têm como fundo os Direitos Humanos e a reivindicação por justiça sociais (Figura 53).

Figura 53 – Temáticas de Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos



Fonte: Elaborada pelo autor

Essas temáticas representam, evidentemente, o conteúdo extraído da percepção dos/as participantes de pesquisa, o que não revela a totalidade de temáticas relacionadas à Literatura Surda e Sinalizada que envolvem a temática dos Direitos Humanos. Outros assuntos como os da imigração, do refúgio, das ditaduras, entre outros, também podem ser agregados; além disso, o campo que articula literatura e Direitos Humanos não é estático e pode abranger outros campos e dialogar com acontecimentos e mudanças sociais.

6.3 INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO: AGÊNCIA E ATIVISMO

Neste eixo, abordamos como, por meio das narrativas dos/as participantes de pesquisa, é possível destacar atividades de agência ou de ativismo por meio da tradução e da

interpretação ou, ainda, colaborar de outras formas, como em organização de eventos, fomentar a formação de certos espaços, além de articular diferentes atores sociais.

Lygia possui várias frentes de ações que demonstram suas agências e seus ativismos. Embora não tenha como principal função a tradução, muitas de suas atividades são realizadas por meio de processos tradutórios. Ela realiza traduções de poesias escritas de poetas ouvintes para a Libras. Com cenário informal (Figura 54), ela colocou o livro sobre a mesa e gravou suas traduções poéticas.

Figura 54 – Redes sociais de Lygia



Fonte: Acervo do autor.

Outra forma de tradução que Lygia utiliza se refere a releituras livres, que dizem respeito a traduzir narrativas públicas que circulam nas redes sociais, em formas de contos e de vídeos irônicos. Ela relatou que utiliza essa forma para tornar mais didática a condução de uma narrativa. Um exemplo que Lygia citou é uma ironia que faz com as frases, “somos surdos, mas somos humanos”, “somos lésbicas, mas somos humanas”, “somos negros, mas somos humanos”, dizendo o quão contraditório é essa ideia de reafirmar a humanidade em contraste com nossas identidades.

[...] eu fico provocando assim fazendo essa brincadeira pela tradução (Lygia).

Milton e Bandia (2009) comentam sobre as diversas atividades que tradutores/as podem desenvolver em prol de suas agências, em especial na modificação de textos, transformando-os em resumos, ou outros gêneros que comuniquem o público de interesse. São sujeitos que desenvolvem, muitas vezes, mais de dois papéis e se dedicam à inovação e a mudanças culturais.

Parece que é mais escondido, até fiz um vídeo engraçado, que isso é um tipo de tradução... tem uma coisa por trás que eu gosto que tem ou traz uma reflexão que faz a pessoa pensar e olhar para si e ficar refletindo sobre o que pensou e acaba reparando isso em você se consertando [...]. (Lygia).

Como militante, Lygia contribui ativamente com o Movimento de Surdas Feministas do Brasil, organizando *lives* sobre temáticas relacionadas a mulheres, Direitos Humanos e violência. Ela ainda organiza cursos, grupos de estudo e de leituras, como a leitura do livro *Parece amor, mas é abuso*, de Adriana Caeiro. Identidades interseccionadas são acionadas ao realizar debates sobre mulheres negras surdas, mulheres LGBTQIA+.

É importante ressaltarmos que o coletivo é composto por outras mulheres surdas que atuam na produção desses conteúdos e dessas atividades (Figura 55). Lygia, como uma das lideranças, realiza diversas ações entre esses exemplos citados.

Figura 55 – Agência e ativismo de Lygia



Fonte: Acervo do autor.

[...] a gente organizou diversas pautas sobre as mulheres surdas, porque as mulheres surdas não iam; aí eu achava que elas não tinham compreensão sobre essa questão feminista e tinham uma cabeça um pouco fechada em relação a isso, em relação à marcha das vadias. (Lygia).

Toda sua ação vem do interesse em fazer, dentro da comunidade surda, as vertentes do feminismo conhecidas. Como Lygia comentou, durante muito tempo, a comunidade surda não acessou as narrativas sobre esse movimento político, sendo, portanto, um compromisso dela

fomentar esse debate dentro da comunidade. Para Milton e Bandia (2009), tradutores/as introduzem conceitos filosóficos, literários e políticos por meio da tradução.

Malu atua como *designer*, como contadora de histórias e tradutora de conteúdos ligados a temáticas de Direitos Humanos, em especial conteúdo feminista e LGBTQIA+. Além disso, traduz e legenda algumas poesias surdas, mas não com tanta frequência.

[...] hoje, o que eu mais faço é contação de histórias, e, às vezes, essas histórias têm alguma relação com o feminismo, com o movimento LGBT, entre outros. (Malu).

Sobre a circulação dos conteúdos produzidos e traduzidos por artistas e tradutores/as surdos/as, Malu afirmou que eles/as não possuem a mesma repercussão que a de tradutores/as ouvintes. Para ela, pessoas ouvintes amam a Libras, mas odeiam os surdos. Além disso, a participante traz, em seus comentários, aspectos relacionados ao que Lane (1992) comenta sobre a adjetivação negativa construída pela psicologia sobre as pessoas surdas. O trabalho de Lane (1992) parece ainda ser atual, uma vez que o imaginário social ainda reproduz o conhecimento médico do século XX.

Então, por exemplo, eu acho que a sociedade ama a língua de sinais, ama Libras, mas odeia os surdos, parece forte isso! Mas é porque eu percebo assim, por exemplo, a sociedade já tem o preconceito enraizado, ah o surdo é preguiçoso, surdo é burro, surdo é isso, aquilo.... Enfim, dizem várias coisas a respeito do surdo que já estão enraizadas, está pronto! (Malu).

Como Malu enfatizou na entrevista, a sociedade ama as mãos que sinalizam, não a comunidade surda. Comentou, ainda, que, mesmo pessoas surdas legendando seus vídeos em português e traduzindo suas poesias, o alcance não é como de ouvintes sinalizantes, mesmo que esses não sejam fluentes e pareçam não ter uma produção artística na língua. Ela exemplificou com a quantidade de ouvintes que produzem traduções de músicas com português sinalizado, que são aprendizes de Libras. Ao assistir essas produções, Malu apontou que não consegue compreender nada, mas percebe o quanto outros ouvintes parabenizam e apoiam tal ação, dizendo o quanto é lindo e devem continuar. É o apoio mútuo entre os ouvintes. Para Malu, há um pacto de apoio entre as pessoas ouvintes, o que ela chama de **pacto da ouvintude**. Na sua visão, há uma afinidade entre iguais, quando surdos reivindicam alguma coisa não recebem apoio de ouvintes.

Eu percebo, por exemplo, nas redes sociais, que tem um pacto também, pacto da ouvintude, grupos de pessoas que são iguais, por exemplo, branco sempre apoia outros brancos, e vão contra as pessoas negras... (Malu).

Malu ainda traz um paralelismo entre pacto branco (branquitude) e o pacto ouvinte (ouvintude). Para ela, as pessoas brancas estão dispostas a apoiar e a perdoar erros cometidos por seus pares raciais e facilmente condenar pessoas negras por suas falhas, lhes negando desculpas. Da mesma forma, os ouvintes facilmente justificam o erro de outros ouvintes atrelados à desculpa de que estão aprendendo a língua ou que só querem contribuir. Eles/as conseguem visibilidade na área, enquanto Malu, como tradutora surda, não recebe o mesmo apoio e engajamento de suas produções.

Nesse sentido, é possível observarmos a correlação com o que Efraim comentou sobre seus acessos e suas oportunidades geradas por meio da comunidade surda. Como ele afirmou, a primeira poesia que fez foi como um agradecimento por poder fazer parte da comunidade, uma vez que, como pessoa negra e com toda a sua vivência política, gostaria de apresentar sua perspectiva ouvinte sobre seu contato com a Libras e as possibilidades constituídas, não apenas como intérprete, mas como ouvinte que sabe essa língua e trabalha com isso.

E aí, quando eu entro nesse mundo, né, que a gente sempre fala isso, esse mundo surdo, esse mundo que a gente mergulha ali; então, todas as possibilidades que abriam para mim, eu acho que são infinitas, que eu posso escolher, que eu tenho várias escolhas de caminhos para seguir dentro da comunidade surda, dentro do trabalho com a comunidade surda. (Efraim).

Como observado, a fala de Efraim confirma a colocação feita por Malu, que diz haver maiores possibilidades para pessoas ouvintes sinalizantes do que para as próprias pessoas surdas. A ouvintude, uma categoria trazida pela participante, revela-se, portanto, como um privilégio existencial, garantido pelo simples fato de ouvir e sinalizar.

Gabriela mostra-se sensível às questões de injustiças sociais, anunciando seu desejo de ação frente às violências que mulheres surdas enfrentam. Ao lembrar de um feminicídio de uma mulher surda ocasionado por um parceiro também surdo em Salvador, ela comentou o choque que foi essa situação e como ficou mexida.

E é uma coisa também que vem dentro de mim, que eu sinto que eu preciso fazer alguma coisa mais para essas surdas, para elas aprenderem, para elas se atentarem em relação ao relacionamento, à convivência dentro de casa. (Gabriela).

Esse mesmo desejo é apresentado na fotografia narrada, que conta seu contato com o primeiro surdo. Nela, Gabriela reforçou:

[...] meu compromisso de levar as informações reais para os surdos, de levar o máximo de conhecimento e ser esse canal de conhecimento, de informação, de acessibilidade de empoderamento dos surdos. (Gabriela).

Retomando a característica afetiva de Gabriela, hooks (2021, p. 55) lembra-nos que não “[...] pode haver amor sem justiça”. Sua angústia em fazer algo é parte responsiva de sua escolha ética da amorosidade, o que a faz ter a interpretação e a tradução como uma forma de agência. A literatura e a arte, por exemplo, são caminhos para sua agência. Embora ela enxergue que, na Bahia, o movimento é tímido, ela cita suas ações em prol dessa movimentação.

[...] a gente tem tentado fazer esse movimento de literatura surda, de arte surda, de trazer as pessoas surdas para esse movimento artístico também. (Gabriela).

Gabriela afirmou não ter uma relação tão adensada com o campo literário surdo em Salvador, mas abordou as investidas a favor da formação desse lugar em sua cidade. Em alguns momentos, ela demonstrou seu desejo de colaborar e fomentar a literatura surda e a arte surda.

Conforme Gabriela relembrou, no ano de 2020, ela conseguiu promover um festival de *Slam* virtual com vários surdos da Bahia. Contudo, ela sentiu que os surdos ainda precisavam do sentimento de pertencimento. Para isso, ela apostou no engajamento das pessoas ouvintes para impulsionar a movimentação surda.

Mas a gente também precisa, nós como ouvintes precisamos promover, passar para eles essas informações, mas aqui a gente ainda tá seguindo, é um sonho de muita gente daqui de Salvador. (Gabriela).

Gabriela reforçou a importância de os ouvintes fomentarem esses espaços literários para as pessoas surdas estarem presentes em atividades artísticas e do quanto isso é um sonho em Salvador. Ela revelou, nessas passagens, seu lugar de agenciamento artístico e literário, em que a interpretação e a tradução são meios de promover tal contexto.

De forma parecida, Efraim também revelou seu lugar de agência na promoção da literatura surda. Embora seu primeiro contato com a Literatura Surda e Sinalizada foi com *Slam*, ele relatou que o espaço onde ocorriam as apresentações era ligado à academia e dentro de eventos científicos com momentos de apresentação cultural. Nesse contexto, Efraim afirmou que o cenário da literatura surda ficou muito parado em Recife, e, por isso, ele começou a estimular a organização de um *Slam* fora do espaço acadêmico.

[...] a gente estimulou a galera a voltar a produzir os Slams aqui, junto com o grupo de Slam que tem aqui, Slam em Libras, o Slam das Mãos daqui de Recife. A gente começou a produzir isso, a gente entrava com a parte de produção executiva mesmo, e eles entravam com a parte artística, de apresentação e de tudo. (Efraim).

Esse trecho mostra-nos o interesse de Efraim em contribuir com a cena literária da sua cidade, assim como ampliar o público surdo que acessa a arte. O lugar de agência é visualizado, justamente por seu papel fomentador, uma vez que articula diferentes artistas para apresentarem seus poemas, tomando-o a parte de produção executiva para a realização do evento.

Conforme conta, a produção do *Slam* que agenciou foi realizada fora do ambiente acadêmico e possibilitou que outros grupos de surdos, que não possuem relação com a Universidade, pudessem participar do *Slam* e terem contato com a Literatura Surda e Sinalizada.

E eu achei massa, porque, no primeiro Slam, tinha surdos de todos os guetos, tinha a galera da academia de fato, e também tinha galera do rolê pesadão assim, que trabalha a semana toda, que trabalha em fábrica, porque aqui a gente tem uma cultura de fábrica muito grande na comunidade surda, tinha muita galera assim, sabe? A galera mais jovem, de Ensino Médio, eu achei massa que a galera tava participando né. (Efraim).

A **narrativa pública** em prol de outras territorialidades na Literatura Surda e Sinalizada é um traço de Efraim e, também, podemos observar seu engajamento em produzir arte sem necessariamente estar ligado à academia, pois, embora tenha trilhado durante um período o curso de Letras Libras, não se identificou com a carreira acadêmica. A escolha em estimular espaços alternativos é parte de sua **narrativa ontológica**, daquilo que ele acredita como possibilidade, não melhor e nem pior, mas necessário.

Sobre intérpretes e tradutores/as possuem essa possibilidade em mover espaços e idealizar atividades, Gabriela afirmou:

Eu acho que é um plus do intérprete, não são todos os intérpretes que têm essa coisa de engajar, de impulsionar os surdos, mas eu acho que se você tá dentro da comunidade surda, você não está ali só para ser intérprete, aquela coisa pá, pá, pá e passou. Então, eu me vejo muito assim de engajar, de fomentar, de levar os surdos, não que eu vá tomar a frente ou tomar a voz deles, não! Mas eu incentivo, mostro para eles construírem. Então, porque não tem acessibilidade na arte, não tem muita acessibilidade, então como é que o surdo vai saber? (Gabriela).

Ela vê como importante que intérpretes e tradutores/as estejam engajados nas suas áreas de atuação. Entretanto, Gabriela alerta que o papel não é de influenciar, “*não fazer a cabeça*”, mas mostrar possibilidades e caminhos. Na sua opinião, se não há essa relação de engajamento de intérpretes e de tradutores/as, pessoas surdas ficam sem acessar determinados espaços e informações.

Oh, estou te mostrando essa possibilidade, tô levando a vocês esse conhecimento, você sabia que existe isso? Você sabia que tá tendo edital, e que é possível para você? Porque, se não for a gente, os surdos não vão saber, então muitas oportunidades eles vão perder. (Gabriela)

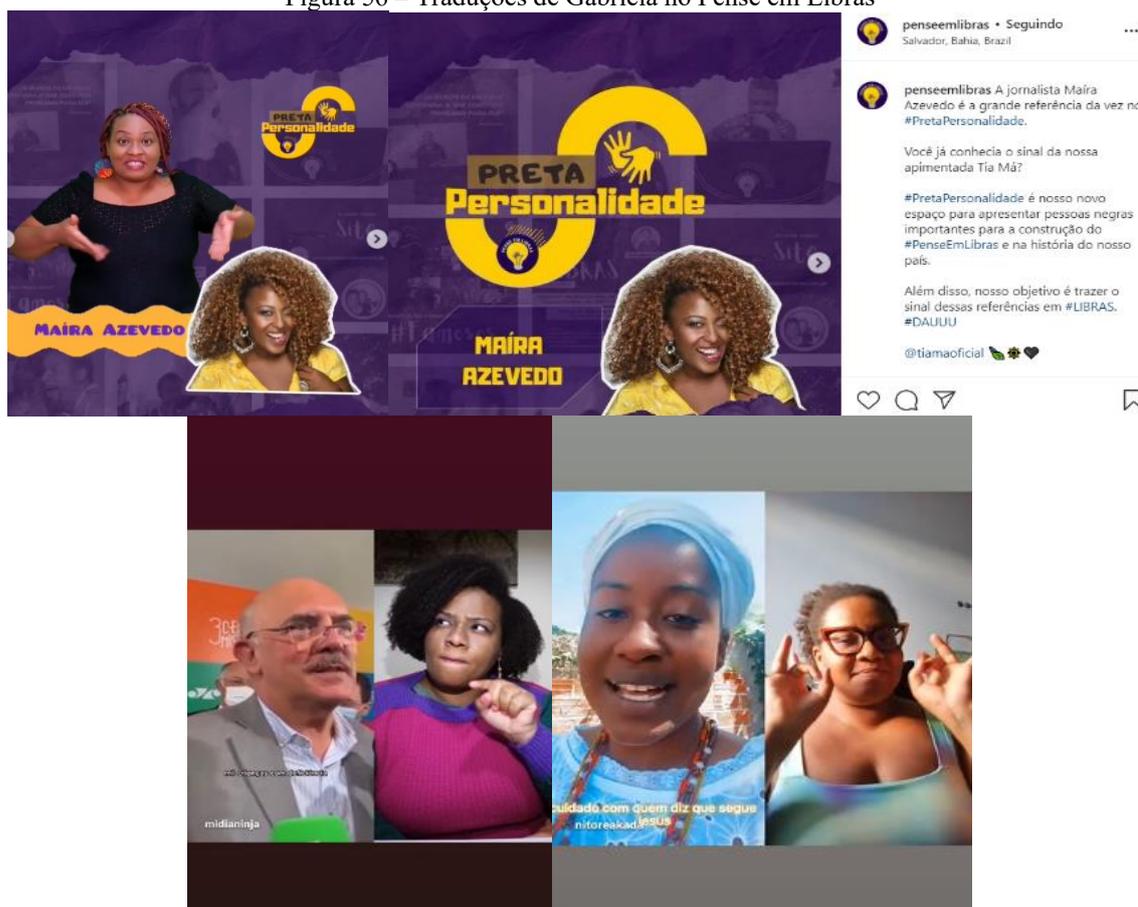
Gabriela demonstra seu lugar de agência ao estar engajada na promoção de informações dentro da comunidade surda e no acionamento de assuntos ou nas ações que parecem lacunares na sua visão. Ela comentou sobre sua atividade de tradução de conteúdos ligados àquilo que ela acredita, em especial quando há pessoas surdas que a questionam sobre um determinado vídeo que circula na Internet e que viraliza, estando quase sempre inacessíveis em Libras.

Então, sim, são as coisas que eu acredito, que eu faço voluntariamente, eu faço voluntariamente, entendeu? Mas se fosse um serviço eu também faria, se alguém me pedisse eu também faria porque no serviço. Mas essas coisas que eu tenho feito, esses conteúdos alguns que eu venho traduzindo, aqueles remix, muita coisa é do que eu acredito, só é do que eu acredito! (Gabriela).

Sua fala faz referência aos diferentes vídeos que interpreta na página do *Instagram* que criou com seu marido surdo, Markus, o “Pense em Libras - @penseemlibras” (Figura 56). Na página, além de promoverem seus trabalhos e divulgarem eventos com interpretação sua e de sua equipe, postam conteúdos em Libras sobre dicas de tradução metafórica e conteúdos relacionados à negritude e às injustiças sociais. Conforme ela enfatizou, suas escolhas de conteúdo referem-se àquilo que ela acredita e acha importante que circule na comunidade surda.

Podemos citar três exemplos de sua agência via tradução: 1) É possível observarmos seu engajamento interpretativo no quadro “preta personalidade”. Nessa série, Gabriela apresenta pessoas negras com importantes trajetórias, contribuindo para a construção do país, assim como apoiando a página @penseemlibras; 2) Suas traduções de discursos políticos contraditórios que considera relevantes para a comunidade surda, como a fala do ministro da Educação Milton Ribeiro, em uma entrevista em que ele criticou o fato de haver 12% de crianças com deficiência em salas de aulas inclusivas, cuja convivência é impossível, atrasando todos/as os/as demais alunos/as; 3) Suas traduções de conteúdos educativos do *Instagram*, como da Black Influencer Nitorê Akadã, educadora e “cantriz”, que fala a respeito das religiões de matriz africana.

Figura 56 – Traduções de Gabriela no Pense em Libras



Fonte: Acervo do autor.

De forma evidente, a interpretação e a tradução são acionadas por Gabriela com o objetivo de fomentar determinados debates e discursos dentro da comunidade surda. Mesmo que não tenha como fim influenciar outras pessoas, como ela enfatizou, sua agência desloca narrativas até então não alcançadas por surdos/as que têm a Libras como principal língua de acesso no que circula na Internet. Sua agência é direcionada a discursos que se aproximam de movimentos sociais minorizados ou como crítica às políticas de retrocessos.

Então, nosso canal não é aquela coisa de você fazer a cabeça, de você dizer aqui que é bom, não. A gente tem a nossa marca, nossa característica, nossa identidade, que é visível, não precisa a gente falar muito, mas em alguns detalhes as pessoas percebem o que a gente pensa e a nossa linha de raciocínio. (Gabriela).

Em se tratando da “linha de raciocínio”, podemos acionar a ideia tradutória que passa pela vivência, pela constituição identitária e pelo lugar de representação que seu corpo de mulher negra ocupa na interpretação e na tradução de textos ligados à negritude e à cultura afrodiáspórica. Dialogando com Reis (2017), tomamos o conceito de tradução escrevente para localizar o ato de agência de Gabriela, uma vez que suas ações em prol da circulação de textos traduzidos em língua de sinais passam por discussões que dizem respeito a sua vida, a

sua identidade, antes não reconhecida, e às memórias que hoje constrói a partir de suas experiências tradutórias e de seu contato com diferentes movimentos sociais e temáticas ligadas aos Direitos Humanos. Reis (2017), ao articular raça e gênero, observa que essas categorias podem auxiliar na elaboração de uma nova lógica de tradução, diferente da “[...] prática eurocêntrica da maioria das teorias tradutórias elaboradas até o momento” (REIS, 2017, p. 88).

Gabriela compreende a necessidade de agenciamento de outros discursos dentro da comunidade surda e, por isso, suas ações consideram o que Reis (2017, p. 88) alerta sobre traduções que entendam que “[...] vivemos em um país onde o racismo é uma categoria estruturante das relações sociais”. Sua escolha em promover narrativas da negritude e da experiência afrodiaspórica é resultante não apenas da sua identidade, mas também do reconhecimento da grande lacuna tradutória que há dessas narrativas em língua de sinais. Sua intencionalidade tradutória encontra-se em uma encruzilhada de possibilidades, e “[...] o seu gesto tradutório é resultado de uma teia subjetiva que foi construída ao longo de toda sua vida” (REIS, 2018, p. 91).

Malu também demonstrou sua agência tradutória a partir da seleção e da tradução de músicas que possui afinidade. Ela comentou sobre a música *Triste Louca ou Má*, de Francisco, el Hombre, que traduziu para a Libras. A letra fala sobre a opressão da sociedade contra as mulheres que têm relação com sua experiência de vida, por isso seu desejo de dividir a mensagem dela.

É como na Arte que tem denúncias sim, mas ao mesmo tempo essa denúncia emocional, tem sentimento, a Arte também tem sentimento, tem emoção. Então através dela tento mostrar o que tá dentro de mim, tento expressar visualmente por meio da pintura, da dança, da tradução e da interpretação também. (Malu).

Na sua visão, essas ações diversas não significam querer influenciar alguém, mas, se as pessoas que verem sua tradução se sentirem tocadas, Malu acha isso bom. Para ela, tem muito mais a ver com o seu subjetivo, seus sentimentos e sua experiência de vida e menos com ativismo. Contudo, sobre sua tradução de “Mãe Assassina”, poesia de Nayara Rodrigues, que sinaliza sobre o julgamento social sobre mães surdas serem incompetentes de criarem seus filhos (Figura 57), Malu relatou o quanto isso a tocou, pois já havia visto vários relatos de mães surdas que são violentadas, acusadas de negligentes, perdem a guarda de filhos, entre outras violações apenas por serem surdas. Quando viu o poema, Malu sentiu que ele precisava ser traduzido.

Figura 57 – Traduções de Malu



Fonte: Acervo do autor.

Em outro momento da entrevista, Gabriela relatou como promoveu na escola que trabalhava o Setembro Azul em comemoração à língua de sinais e à comunidade surda. Ela escreveu o projeto, conversou com a direção da escola e acionou apoio para realizar essa atividade comemorativa em seu ambiente de trabalho. Na sua opinião, era necessário que a sua comunidade escolar surda se conscientizasse das suas lutas.

Sim! Promovi, foi quando eu me interessei, e aí eu comecei a pesquisar, poxa aqui tá cheio de surdos e a gente não vai celebrar nada? Passou um ano, mas, aí, no próximo ano, eu já comecei a pedir apoio, já comecei a escrever projeto, falar com a direção, e aí eu sei que a escola toda abraçou, e aí a gente chamava pessoas de fora. Então, tinha oficinas, os surdos tocando, os surdos de lá sabem, essas três meninas que me influenciaram minha questão identitária, elas sabem tocar instrumento de percussão, elas que me ensinaram, eu fiquei assim oh, elas já aprenderam quando pequena em outra escola. (Gabriela).

Ela enxerga seu papel de orientação e de motivação de ações em favor da comunidade. Nas suas palavras, Gabriela acredita poder “fazer com que eles acreditem neles”. Lembrando de como esse movimento foi importante, ela contou que, hoje, eles próprios já se organizam no mês de julho para realizar reuniões, escolher convidados/as e temáticas diferentes para o Setembro Azul, valorizando, em especial, os saberes e as produções locais do Nordeste.

Teve um ano que trouxemos surdos mais velhos para essa comunidade, para essa geração, para essa galera conhecer, reconhecer, ver a língua de sinais deles que é totalmente diferente dos surdos idosos né. Respeitar a história, conhecer a história deles que começaram em Associação, e aí foi, foi, foi, foi, e aí deu no que deu! (Gabriela).

Na sua opinião, as pessoas surdas, atualmente, estão mais empoderadas graças a uma geração anterior, por isso seu desejo em trazer um grupo de surdos mais idosos para contarem sobre suas organizações e suas lutas. Sua agência passa pela motivação dos/as alunos/as surdos/as, pelo diálogo com a direção, pela organização do projeto, pelos convites, pela reserva de local e, até mesmo, pelo lanche para os/as participantes do evento.

Hoje, os surdos estão mais empoderados, então foi uma geração anterior. Então, aí eu consegui, nós conseguimos trazer surdos mais antigos, mais velhos para poder bater esse papo, e aí é seminário, a gente consegue auditório na escola, as portas se abrem, a gente consegue lanche, consegue tudo! É uma coisa que empolga todo mundo, todo mundo se mexe. (Gabriela).

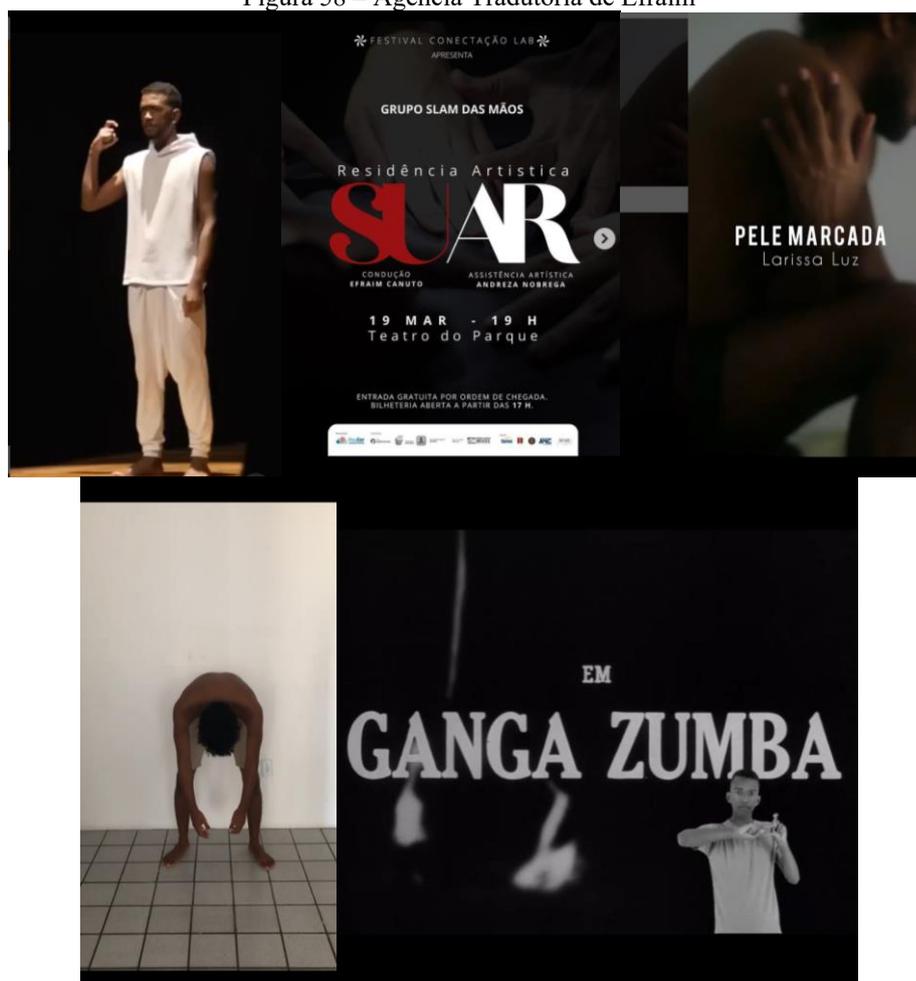
A agência de Gabriela transborda diversas ações. A intérprete e tradutora usa suas habilidades linguísticas para promover narrativas que se alinham à sua. Traduz e usa sua página no *Instagram* @penseemlibras para disseminação das pautas que concorda ou deseja denunciar. Também sua agência contribui com a promoção da presença surda em espaços literários, nos quais a literatura surda possa emergir ou, então, na articulação da comunidade surda escolar, motivando-a a promover eventos cuja temática relaciona diretamente com a formação política, identitária e de consciência de surdos/as.

Efraim realiza um lugar de ativismo em diferentes ações. Sua perspectiva aproxima o intérprete ativista como sujeito que transporta não apenas o conteúdo linguístico, mas também a história daquele grupo. Já as informações sobre o povo surdo não estão dadas, mas restritas à bolha.

[...] a bolha chega, até o intérprete, até a família, assim família e intérpretes são a membrana da bolha da comunidade surda. (Efraim).

As produções do intérprete e do tradutor Efraim são vastas e em diversas linguagens. Suas atividades expandem-se como produtor de conteúdo em Libras, *performance*, poeta, *designer*, roteirista e *filmmaker*. A maioria de suas produções públicas estão ligadas à comunidade surda. Como intérprete e tradutor, transita entre o contexto educacional e principalmente o artístico com músicas, poesias, textos literários, teatro e cinema. Muitas produções são espontâneas, traduções de músicas com mensagens direcionadas aos Direitos Humanos, como o samba enredo “Ainda existe escravidão?” e o texto poético “Pele Marcada”, de Larissa Luz. Efraim propõe, para além da disseminação de mensagens políticas, perspectivas estéticas que dialogam com a *performance* tradutória, com a linguagem audiovisual e teatral (Figura 58).

Figura 58 – Agência Tradutória de Efraim



Fonte: Acervo do autor.

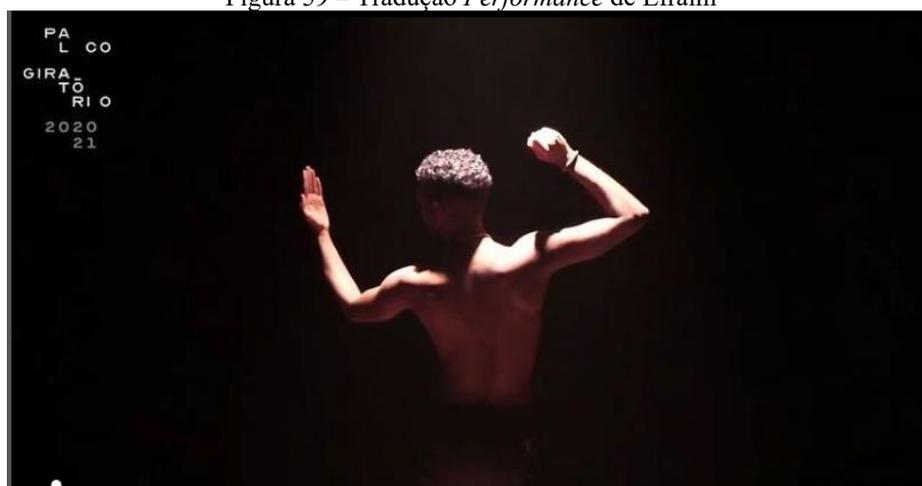
Efraim quebra com estéticas mais estáticas da sinalização em Libras, propondo diferentes formas de registro audiovisual, com inventividade nos ângulos, nos planos cinematográficos e na edição de seus vídeos. No teatro, suas participações também rompem com o local comumente atribuído para os/as intérpretes e os/as tradutores/as de Libras, o canto da boca de cena. Milton e Bandia (2009) observam essa característica de inovação e de mudanças estilísticas também como formas de agência. Para os autores, há dois tipos específicos de agentes: aqueles que realizam mudanças de estilos na tradução, de modo a amplificar diferentes formas de tradução disponível; e aqueles que introduzem novas obras e estilos de tradução nos grupos linguísticos que atuam.

No espetáculo “O Subnormal”, primeira imagem da Figura 58, a atuação de Efraim acontece com outro ator. Figurino e iluminação correspondem à dramaturgia da peça, um estilo de *performance* tradutória ainda pouco difundida e aceitável no contexto da tradução

teatral¹⁰⁰. Outro lugar de agência nas ações de Efraim em prol da Literatura Surda e Sinalizada podemos ver na sua presença ativa no *Slam* das Mãos, como no cartaz de “Residência Artística Suar”, do qual ele participa como condutor do evento.

Ainda podemos observar seu caráter performático em traduções artísticas que operam a partir de seu corpo como principal signo de textos, em que a negrutide e a ancestralidade são a temática. Na poesia da Figura 59, performatizada no *Slam* das Mãos, no Palco Giratório do Sesc, vemos Efraim sem camisa, de costas, sinalizando o sinal de Iemanjá.

Figura 59 – Tradução *Performance* de Efraim



Fonte: Acervo do autor.

O corpo como signo. Como a gente trabalha com imagem, e a gente não trabalha só com mão, é corpo, é roupa, é expressão, balançar, é tudo! A primeira impressão que vai chegar tem total significado. (Efraim).

Como já comentamos no terceiro capítulo, a tradução como *performance* evoca justamente o corpo como signo marcante e constituído de sentidos. Como Carrascosa (2018) explica, o corpo performático faz disseminação de imagens. A autora, ao comentar sobre o teatro afrodiaspórico, explica: “Os gestos performáticos configuram um canal estético-corporal-vocal para traduzir a realidade cotidiana opressiva (corporal e mentalmente), alterando sua ordem simbólica na série histórico-social” (CARRASCOSA, 2018, p. 81).

A agência de Efraim também se opera com poesias audiovisuais. Dois exemplos são a poesia sinalizada “80 Tiros” (Figura 60), na qual, além da *performance*, Efraim utiliza diferentes planos cinematográficos, assim como recursos intersemióticos como legendas. O poema faz referência ao fuzilamento e ao homicídio de Evaldo Rosa e Luciano Macedo, dois homens negros, assassinados por 12 militares.

¹⁰⁰ Silva Neto (2017) adota o termo “traduator” para referir-se aos tradutores poetas do movimento, propondo uma “traduatação” em cena de intérpretes e tradutores/as de Libras.

Figura 60 – 80 Tiros¹⁰¹ e #justicapormiguel

Fonte: Acervo do autor.

No vídeo #justicapormiguel, Efraim faz captação de imagem do ato #justicapormiguel realizado em Pernambuco. Conforme descrição do vídeo postado no *Youtube*, o material é nomeado como “Poesia visual no ato”. O material refere-se à morte de Miguel, de 5 anos de idade, que caiu do 9º andar de um apartamento classe média alta de Pernambuco. O ocorrido foi consequência da negligência de Sari Cortes Real, primeira-dama da cidade de Tamandaré. Ela permitiu que Miguel subisse sozinho no elevador porque ele estava “birrento” e pedindo pela mãe. Como estava ocupada fazendo as unhas com uma manicure, deixou Miguel ir sozinho até o elevador. Nas câmeras do prédio, é possível ver Sari indo até o elevador, onde a criança estava, e apertar um dos últimos andares, deixando o menino de apenas 5 anos subir sozinho. A mãe de Miguel, Mirtes Renata Souza, era funcionária na casa de Sari e estava levando os cachorros para passear quando a tragédia aconteceu. A narrativa pública que narra esse fato compreende o nível de negligência, de perversidade e de racismo da atitude da patroa, uma vez que desumaniza a infância e a vulnerabilidade de Miguel, uma criança negra e periférica.

A poesia visual, gravada em um ato em favor da justiça por Miguel, foi produzida por Efraim e Stephanie Saskya. Na narrativa do vídeo, diversas pessoas fazem o sinal de “NEGR@/PRET@” em meio ao protesto. O plano da gravação é aproximado, revelando apenas parte do rosto dos que sinalizam, dando mais ênfase ao sinal. Os cortes ocorrem entre sinais de “PELE”, “VIDA” e imagens do ato. Efraim aparece no vídeo sinalizando “MIGUEL, NÃO FOI ACIDENTE”, “ELES QUEREM NOS VER MORRER”, entre outros textos que são oriundos de um poema escrito por Efraim, sobre racismo e extermínio da população negra. Aqui também recursos como a legenda das palavras estão presentes.

Mona Baker (2016) afirma que tradutores/as se engajam em lutas políticas e atuam na produção de diferentes narrativas públicas. Além disso, diferentes suportes e linguagens

¹⁰¹ Ver poema em <https://www.youtube.com/watch?v=Ah4kitO8gCQ>. Acesso em: 20 jul. 2022.

podem ser ativadas para a disseminação dessas mensagens, inclusive utilizando diferentes estéticas com o objetivo de chamar atenção para determinada pauta política.

As questões estéticas podem ser estratégias narrativas de amplificação da temática, pois, dialogando com Milton e Bandia (2009, p. 2, tradução nossa), vemos que “[...] em certos casos, inovações estilísticas estão ligadas ao político”¹⁰². Isso confere esforços para a transformação de cânones estilísticos também da tradução em Libras, cujo lugar de “enquadramento” da tradução, de “indumentária” e de “performance adequada (neutra)” de traduzir é subvertida.

Outra atividade de Efraim, além da tradução, é a legendagem e a narração de poesias produzidas por poetas surdos/as (Figura 61). Como exemplo, o poema “O mundo chora e pede paz”, de Alan Godinho, no qual, além da participação da tradução, Efraim assina a edição e a narração. O poema refere-se a conflitos bélicos, uma das temáticas dos Direitos Humanos. A tradução faz parte do projeto TraduLab, da Avuá Libras.

Figura 61 – Tradução de Poesia Surda e legendagem de Efraim



Fonte: Acervo do autor.

Nas narrativas das/os participantes de pesquisa, chamamos atenção para a característica de agência e de ativismo das/os tradutoras/es que se refere à centralidade da representatividade como um elemento constitutivo da tradução de textos literários e artísticos que envolvem Direitos Humanos. A relação com os movimentos sociais torna-se parte das ações necessárias para a competência tradutória nesse contexto. Assim, o espaço do corpo neutro que se traduz é questionado, e a representatividade de quem traduz é reivindicada.

Para Efraim, por exemplo, a tradução só ocorre de forma mais satisfatória em textos literários que envolvam Direitos Humanos. É a partir da vivência com os movimentos sociais

¹⁰² Texto fonte: “But in certain cases the stylistic innovations are linked to the political” (MILTON; BANDIA, 2009, p. 2).

e as pautas postas que se consegue atingir um lugar narrativo que expresse com legitimidade a tradução desse conteúdo.

Só vai saber o que é falar sobre favela quem vem da favela [...]. (Efraim).

É nesse sentido que Efraim posiciona uma agência em defesa da representatividade no espaço tradutório, visualizando a literatura como um contexto que exige sujeitos que partilham de vivências e de realidades próximas, seja no contexto cultural socioeconômico como também corporal-performativo. Assim, a boa tradução, para ele, refere-se àquela em que a vivência e o lugar representativo pesam no resultado tradutório e na sua apresentação.

[...] porque eu acredito que a gente enquanto tradutor, enquanto tradutor artístico, enquanto performance... Sei lá... eu acho que as pessoas têm capacidade de chegar no lugar de traduzir e passar aquilo que se tem como objetivo, mas na sua plenitude, com vontade, com força só passa quem vive, só consegue traduzir bem quem gosta daquilo. Por mais que você “Ah eu amo a cultura negra...”; “Eu acho tão lindo a cor de vocês...”; você vive outra coisa! Vai falar, vai usar teu privilégio aí para falar, para sinalizar... (Efraim).

Sobre esse aspecto, Gabriela fala sobre a possibilidade de intérpretes atuarem em determinados contextos de políticas sensíveis nos quais não convivem. Sua resposta caminha para duas direções: a primeira de que é possível, porém a “força” e a “ênfase não serão” a mesma, além de exigir certos cuidados do/a intérprete e tradutor/a que assume aquela atividade; a segunda é que, com segurança e entrega necessária, apenas quem convive e faz parte de determinado grupo é capaz de realizar a tradução.

É possível, mas não com tanta força, não com tanta ênfase, eu falo isso porque eu interpreto alguns eventos que eu não faço parte daquele grupo e busco o máximo, não é que fazer parte, mas busco o máximo entender e respeitar e interpretar. (Gabriela).

Ela concede um lugar possível de interpretação e de tradução sem um vínculo necessário com aquele contexto ou organização social, porém Gabriela vê dificuldades em uma entrega completa do/a profissional. Apenas profissionais participantes-sujeitos daquela temática ou organização conseguiriam verter a mensagem com maiores efeitos de sentido.

[...] se eu fizer parte daquela organização, daquela temática eu como intérprete com certeza vai surtir muito mais efeito, você entende? Então ainda tem essa terceira questão eu acho, essa de você não fazer parte do evento, mas você fazer e tal ou você fazer parte do evento e você entregar 100%. (Gabriela).

Efraim, Gabriela e Lygia concedem certo espaço para intérpretes e tradutores/as executarem suas técnicas de neutralidade, em certa medida em outros contextos fora da arte, garantindo a mediação de mensagem sem representatividade. Isso pode ser justificado pelo processo histórico que constitui a ideia de neutralidade como base ética para o ato tradutório e interpretativo, sendo uma condição para circular entre os espaços políticos e econômicos.

“Como em todas as outras profissões, em sua formação, os futuros tradutores aprenderão as normas de certificação de professores e profissionais que terão de seguir se quiserem se tornar tradutores e/ou intérpretes profissionais” (MILTON; BANDIA, 2009, p. 8, tradução nossa)¹⁰³.

<p><i>Tem a vivência diferente mas é possível, mas vai muito da responsabilidade do profissional...</i> (Gabriela).</p>	<p><i>[...] eu acho que é possível em algum contexto muito específico de atuação, de algo mais pré-concebido, de uma tradução mais pré-concebida, de uma coisa mais estudada, uma pessoa que não tem vivência daquilo passar aquilo, passar aquela temática, eu acho que se for algo muito bem estudado, muito bem estruturado [...]. Mas, se for algo bem estruturado, bem pensado, com muita antecedência, não sei.... Talvez.... consiga passar.</i> (Efrain).</p>	<p><i>[...] tá me pagando para eu traduzir profissionalmente eu tenho que separar o meu pessoal né eu penso isso.</i> (Lygia).</p>
---	---	--

Ainda, recorrendo a Collins (2019), tradutores/as servem como mediadores/as de poder, tanto dos interesses de grupos dominantes quanto, oportunamente, de seus próprios interesses. Isso pode levar intérpretes e tradutores/as a penderem para determinadas **narrativas públicas** que são mais aceitáveis ao mercado profissional.

O que é visível é a defesa de que os textos literários reivindicam, com maior ênfase, um lugar de legitimidade tradutória. As ideias dúbias que são postas são oriundas das **narrativas públicas** e das **narrativas conceituais** da práxis tradutória como possível de ser controlada e de manter-se neutra. Essas narrativas ligadas ao âmbito acadêmico e científico se promovem como narrativas mestras dentro das operações comerciais e econômicas, mas parecem entrar em conflito quando cotejadas com textualidades literárias de cunho político, identitário e ideológico.

Efrain enfatizou, em suas palavras, a “não plenitude” da tradução literária de Direitos Humanos quando realizada por profissionais que não estejam integrados com as pautas dos movimentos sociais. Assim, a neutralidade, como uma narrativa dos estudos da tradução, legitima o/a tradutor/a como passível de neutralidade e de afastamento.

Então, a gente nunca vai ser neutro, se a gente pegar duas pessoas, uma que tenha vivência naquela temática, e uma que não têm, as traduções são totalmente diferentes. (Efrain).

Geni Augusto (2017, p. 34) frisa que a tradução em uma ideia de práxis transnacional negra, que reflete sobre “[...] a luta anti-colonial, pan-africana, as lutas de libertação e pelos direitos humanos”, influencia a sua experiência como intérprete. Para a autora, a tradução

¹⁰³ Texto fonte: “As in all other professions, in their training future translators will learn certain norms from teachers and practitioners they will have to follow if they are to become professional translators and/or interpreters” (MILTON; BANDIA, 2009, p. 8).

dentro desses contextos é um ato ontológico. Ela aponta, ainda, que, em interpretações da diáspora, por exemplo, a “[...] importância da oralidade e visualidade na fala, escrita, e em outros atos expressivos e performativos dos povos africanos e afrodescendentes”, são recursos de dimensões críticas à tradução e à interpretação.

Quando a comunicação é uma questão de vida ou morte, ou de abrir caminhos onde eles são realmente necessários entre nós, seres humanos, de mover conceitos de um lado para o outro, e para trás, com extremo cuidado, [...], esta intérprete, literalmente está em transe. (AUGUSTO, 2017, p. 51).

A diferença que Efraim coloca em sua perspectiva implica justamente a experiência de entrega ao texto, de buscar memórias compartilhadas por aquele grupo injustiçado e representado no texto. Quando a narrativa expressa as dores de determinado grupo social, revelam-se urgências próprias daquele/a que traduz.

Malu dá exemplos da necessidade de leitura, de estudar e de furar a bolha de narrativas que geralmente intérpretes e tradutores/as ficam circunscritos/as. Na sua opinião, o fato de muitos/as profissionais serem oriundos/as de igrejas católicas e evangélicas imprime, em suas atividades, uma visão muito colonizada, com perspectivas cristã-europeias, que fundam o imaginário social. Isso impacta as escolhas de vocabulário de uma interpretação e tradução e, como consequência, higieniza a narrativa de pessoas surdas dissidentes. Essa ideia também encontramos na narrativa de Gabriela.

<p><i>Outro exemplo é vadia, puta, o intérprete precisa traduzir exatamente isso vadia, puta! Pode ser que ele escolha utilizar o termo rapariga, para limpar a tradução! Mas eu não quero! Então é necessário que o intérprete faça parte do movimento, seja experiente, tenha leitura sobre feminismo, direitos humanos, precisa se aprofundar nessas leituras para entender mais sobre isso e abrir a cabeça nesse sentido, e evitar essa higienização e omissões. (Malu).</i></p>	<p><i>[...] e estudar, estudar, estudar a literatura seja o que for, se for uma música, um repertório musical... Então, eu sempre falo isso se vai interpretar uma música, um show procura saber quem é o compositor, quem é o cantor, em que época foi escrita aquela composição, porque tudo isso implica. Principalmente eu vejo muito aqui as músicas da Bahia, são músicas históricas que falam do nosso povo, então não é só você ouvir uma vez e falar, não! (Gabriela).</i></p>
---	---

Para Gabriela, a literatura surda que pauta os Direitos Humanos pode contribuir com a mudança da percepção de intérpretes, porém há necessidade de aprofundamento em leituras sobre feminismo, orientação sexual e temáticas afins.

Então, a tradução e interpretação também está ligada à igreja, toda aquela questão de assistencialismo com o surdo começou com esses tradutores nos espaços da igreja católica. Hoje, existem profissionais, mas ainda tem essa relação ligada àquele início da igreja, ainda tem. Então é necessário dar atenção para o que os surdos têm a dizer, e também sobre os direitos humanos, dos indígenas, dos negros, dos LGBT, das mulheres, enfim, dar atenção ao que esses grupos tem a dizer... (Malu).

Malu entende que não necessariamente quem faz a interpretação precisa ser militante, mas acredita ser pelo menos necessário ter leitura da temática daquele movimento, além de pensar próximo à pauta e se posicionar como aliado/a do grupo traduzido. Efraim foi mais enfático ao posicionar a vivência como primordial para atuar em contextos literários políticos, como o *Slam*, por exemplo.

Eu acho que precisa fazer parte do movimento, só militante? Não. Pode ser uma pessoa que tenha leitura sobre o assunto, que pense parecido, precisa ser aliado, lutar junto. (Malu).

Então, eu viver aquilo é muito mais válido do que eu ler um artigo, e sei lá... buscar outras formas de aprendizagem, sabe? É viver aquilo! E aí eu acho que um tradutor que quer falar sobre isso também, ele precisa tá muito inteirado das pessoas surdas que falam sobre isso. (Efraim).

Efraim não descarta a formação acadêmica como necessária, mas não a sobrepõe em relação à vivência e à proximidade com as pautas de movimentos sociais e com as pessoas surdas que circulam nela. Como Efraim comentou, ele acredita que a formação de tradutores oriundos de espaços literários como o *Slam* possibilita maior competência e legitimidade do que tradutores/as oriundos/as da academia.

[...] ousar dizer que uma pessoa que só vive o Slam e que aprendeu Libras ali no Slam é muito mais capaz de traduzir um Slam do que uma pessoa que tem uma formação acadêmica de tradutor, porque eles sabem o que é aquilo, eles sabem aquela vivência, eles sabem a linguagem as palavras, os sinais e tudo, enfim. E é isso que eu digo, é viver aquilo que você se propõe a fazer. (Efraim).

Luciana Reis (2017) traz justamente essa perspectiva ao pensar a tradução escrevente, já comentada neste trabalho. As questões identitárias e de vivência de quem traduz vão configurar as possibilidades de acessos a memórias, imagens, linguagens e estilísticas de grupos similares à sua experiência. Para a autora, quem traduz imprime seus aspectos subjetivos, linguísticos, culturais, psicológicos e identitários em suas traduções. “O corpo, a condição, e as experiências vivenciadas pela tradutora/autora são cruciais na definição de quais soluções tradutórias serão acionadas pelo gesto tradutório” (REIS, 2017, p. 88).

Na opinião de Malu, há risco de intérpretes desconectados daquela pauta, em especial se forem conservadores, de verter, de forma equivocada, o seu discurso, seja por questões pessoais ou sociais. Ela identifica uma “higienização tradutória” de profissionais que não possuem intimidade e não compartilham das mesmas pautas ligadas a minorias sociais.

[...] às vezes, o intérprete é muito conservador e pode ocorrer, por exemplo, que, na minha sinalização, em determinados sinais, esse intérprete tente higienizar a tradução e faça omissões. Por exemplo, o sinal de sapatão, como que traduz? Traduz sapatão! Não é lésbica! São sinais diferentes! Se eu faço esse sinal é pra traduzir sapatão! Não é lésbica! Então, quando o intérprete escolhe utilizar o termo lésbica, ele está tirando a minha identidade! Ele tenta higienizar a tradução. (Malu).

Para Malu, intérpretes precisam, sim, pertencer ao grupo minoritário traduzido, se não se corre o risco de omitir e apagar a narrativa de quem fala. Trazendo exemplos sobre higienizar a tradução, Malu ainda revelou:

[...] eu lembro que uma vez eu estava conversando com uma pessoa, e ela me contou algumas experiências da vida dela com movimento LGBT, e ela me contou que certa vez um intérprete disse: “Não precisa falar bicha, viado, fala gay”. Não! Ele falou viado, esse é o sinal, viado! Pode! Não tenta omitir, tirar, apagar, não! Traduza conforme as escolhas do surdo, exatamente o que está falando! E esse intérprete disse mais: “Ah mas é feio, as pessoas vão achar ruim [...]”. (Malu).

Gabriela traz outros elementos, e sua opinião estreita o lugar de interpretação para alguns contextos no qual a representatividade tem menos relevância do que a ideologia. Gabriela emite uma crítica àqueles que aceitam atuar em determinados contextos sociais sem fazer parte daquela temática ou não concordarem com aquela narrativa. Na sua percepção, uma postura não engajada dos profissionais pode, como consequência, causar confusão nas pessoas surdas, além de tornar o labor do/a intérprete e tradutor/a muito mais difícil, resultando em um desempenho não satisfatório.

[...] ou aquela terceira que você não faz parte daquele, ou não concorda com aquela temática e tal, mas você não entrega nada, você entrega o contrário. Então o surdo fica confuso, fica sem entender, então você não faz parte, mas você não é profissional, então você começa a omitir, você vai porque é um sacrifício, porque é seu trabalho mesmo, entendeu? (Gabriela).

Malu lembra de uma situação em que estava como espectadora em uma mesa redonda que tratava sobre conceitos ligados à transexualidade. O palestrante estava explicando sobre como é ser uma criança trans que nasce e o médico denomina que é menina, porém a criança percebe-se diferente e reconhece-se como homem. Como lembra, o intérprete resumia a fala do palestrante e omitia várias ideias.

[...] era nitidamente perceptível que ele estava muito incomodado com aquela situação. E ele dizia em sua interpretação: “O que significa ser trans? Significa que a pessoa nasce mulher e vira homem”. Como assim? Não é virar, não é isso! Simplesmente a pessoa botou na cabeça que “ah vou virar homem!”. Não é isso! (Malu).

Podemos observar que a mentalidade cis do intérprete, seu desinteresse pela temática e a falta de preparo afetivo para com o conteúdo teve como consequência uma interpretação equivocada com uso de termos transfóbicos para retratar o processo de reconhecimento de uma pessoa trans. Malu foi mais enfática nesse ponto da aproximação com a temática. O mesmo ocorre sobre a neutralidade de intérpretes; para ela, é evidente que, em um momento de confronto de ideias, a expressão e a forma de sinalização podem mudar.

[...] por exemplo, o palestrante é homofóbico, ou é racista, fala alguma coisa, alguma frase racista, ou uma frase homofóbica, se o intérprete for negro ou LGBTQIA+ na hora ele vai mudar a expressão facial, vai mudar! (Malu).

Sobre o pertencimento para contextos como palestras ou literatura, Malu posiciona que, para eventos considerados mais formais, como os educacionais, os didáticos, as palestras, sobre Direitos Humanos etc., ela acredita que a interpretação exige menos representação, embora conhecimento seja fundamental. Contudo, sobre a literatura, Malu afirmou:

Mas na literatura não! Precisa estar convivendo porque é um contexto mais informal, mais aberto para sinalizar o que quiser, pode sinalizar à vontade e não tem limites nesse sentido, não é didático, aliás é didático, mas é de outro jeito, não é formal. (Malu).

A literatura e a arte parecem ser contextos mais sensíveis de atuação para Malu, o que exige uma afinidade muito maior para além do conhecimento da temática. A convivência destaca-se como elemento basilar. Além disso, na sua visão, soa um tanto estranho um intérprete homem hétero interpretar, por exemplo, na direção de interpretação para voz a poesia sinalizada de uma mulher lésbica.

Eu acho estranho, por exemplo se eu estou fazendo uma poesia sobre mulher lésbica e é um homem hétero que está interpretando, isso me incomoda porque ele não entende o que eu sinto e tal, não tem uma empatia; então, por isso, que eu acho que a representatividade é muito importante! (Malu).

Malu comentou que, quando apresenta suas poesias, ela fica mais à vontade com intérpretes e tradutores/as que compartilham de experiências identitárias próximas a ela. Por ser surda, não sabe mediar a fluência de quem a interpreta e traduz sua sinalização, mas se sente muito mais segura com uma intérprete também mulher e lésbica. Da mesma forma, Lygia falou sobre a importância de buscar a representatividade de identidades que correspondam ao texto político a ser traduzido. Da mesma forma, Efraim fez uma crítica à equipe de intérpretes e tradutores/as de Libras que atuam com temáticas de Direitos Humanos sem a presença de profissionais que representam os grupos ali citados ou referenciados.

[...] por exemplo, uma poesia [...] e querem que eu faça a interpretação ou tradução, eu vou precisar chamar uma pessoa negra para que ela possa analisar e contribuir uma forma melhor para essa performance ser mais interessante. Agora, por exemplo, não tem um pessoa negra, não tenho uma pessoa surda lésbica, não tenho uma mulher, eu acho mais complicado essas questões de identidade. (Lygia).

[...] eu acho que é possível em algum contexto muito específico de atuação, de algo mais pré-concebido, de uma tradução mais pré-concebida, de uma coisa mais estudada, uma pessoa que não tem vivência daquilo passar aquilo, passar aquela temática, eu acho que se for algo muito bem estudado, muito bem estruturado, com a equipe assim, se já tiver equipe já tem pessoas que têm a vivência naquilo, então já alterou. Mas se for algo bem estruturado, bem pensado, com muita antecedência, não sei.... Talvez... consiga passar. Mas se você quer algo muito mais seguro, algo que realmente vai abranger aquela temática coloque uma pessoa que vive aquilo, sabe? (Efraim).

Tatiana Nascimento dos Santos (2014) trata da prática tradutória de feministas lésbicas que trabalham a partir da reescrita (ou reenunciação) do texto localizado, da contextualidade e da corpórea responsiva contra uma tradição de silenciamento, racista e misógina. Sua proposta mira um imaginário tradutório lésbico e intersubjetivo, em especial na tradução feminista de textos lesbianos negros que são encarados como tráfico epistêmico, já que “[...] reinauguram novas possibilidades ancestrais de existência, contato, fricção, gozo autocentrado e lesbiana-identificado” (SANTOS, 2014, p. 98).

A perspectiva de Malu é que intérpretes conservadores e que não partilham da mesma vivência e luta não conseguem interpretar ou traduzir as nuances de sua narrativa e daquilo que ela acredita.

<i>[...] eu penso que talvez um intérprete conservador não vai conseguir, então precisa ser uma pessoa que já sabe sobre a minha luta, que já sabe sobre o meu processo, do meu movimento de luta, que já sabe, já conhece. (Malu).</i>

Embora Lygia acredite que intérpretes e tradutores/as fluentes e profissionais consigam separar suas traduções de interesses ideológicos, a depender do contexto, ela enxerga conflitos. Efraim, ao comentar sobre o instrumento de pesquisas, vê, por exemplo, que, quando há identidades que não representam determinadas textualidades, há um descompasso, funcionando como um paliativo apenas.

<i>[...] mas um intérprete que não tem conhecimento nenhum sobre direitos humanos, que detesta, que realmente não gosta, é complicado, é difícil, é impossível, acho que não dá. (Lygia).</i>	<i>Se fossem homens fazendo aquela poesia ali seria uma tentativa, sabe? É um respiro perto do grito que as mulheres estão dando, sabe? (Efraim).</i>
---	---

Lygia dá peso à fluência, mas acredita que a representatividade da tradução ganha uma carga significativa em contextos de Literatura Surda e Sinalizada que tratam sobre os Direitos Humanos. Parece haver dimensões linguísticas e representativas que são postas em análise quando se refere à interpretação e à tradução de conteúdos literários.

<i>[...] mas eu acho que a representatividade, a imagem do corpo, fala mais alto do que a estrutura da língua de sinais e da tradução e do Ritmo. Acho que se tiver os dois é melhor ainda, né, mas com representatividade; se tiver uma sinalização boa mesmo, que seja sem estrutura, não tem problema, porque eu sou negra, né, eu me reconheço, como eu sei que eu não sou branca, mas por dentro eu tenho isso para mim. (Lygia).</i>
--

Efraim falou sobre a sua impressão sobre como a representatividade é posta de lado em traduções artísticas, reconhecendo como privilégio o fato de pessoas brancas se utilizarem de conteúdos de pessoas negras e traduzi-los sem nenhuma preocupação ou proximidade com a temática.

Então, da maioria das traduções que você me mostrou de uma mulher preta cantando, uma era mulher preta, outra era de um cara preto, mas eu acho que três eram de pessoas assim fenotipicamente brancas, fazendo aquela tradução. Então, o que é que faz uma pessoa achar que pegar um produto de uma mulher preta falando e traduzir é ok? Sabe, eu acho que é nenhum limite assim, não ter limite no se expor. (Efraim).

A narrativa sobre representatividade apresenta-se como uma característica em específico de uma **narrativa coletiva**, uma vez que, embora haja consenso entre os/as participantes, não é uma temática debatida de forma conceitual ou mesmo publicamente entre a categoria. O mito da neutralidade ou do lugar de afastamento que ocupa o/a intérprete e tradutor/a acaba prevalecendo como uma narrativa mais hegemônica.

Há, assim, um desejo coletivo em debater contextos que mais ou menos reivindicam que estejam presentes intérpretes e tradutores/as que também se aproximem da representação daquele/a que produz literatura de Direitos Humanos ou de narrativas de pautas sociais. Na impossibilidade de identidades e de sujeitos mais representativos (do ponto de vista identitário daquela temática), há concessão para intérpretes e tradutores/as aliados/as à causa ou próximos/as das lutas do grupo representado no texto literário.

A **narrativa ontológica** dos/as participantes de pesquisa incide no debate da **narrativa pública** de forma cíclica. O fato de os/as participantes serem próximos das narrativas oriundas de movimentos sociais e de grupos minoritários os fazem trazer para a tradução questões não postas publicamente, como a ideologia de quem traduz, sua identidade e lugar de fala na tradução que opera. A atualidade do debate sobre representatividade coloca em questão, para alguns intérpretes e tradutores/as, o corpo que se traduz. Na Libras, por sua modalidade, o corpo de quem traduz terá ainda um destaque maior, já que se imprime, na narrativa, não apenas seus sinais, mas sua corporalidade, sua raça, seu gênero, sua sexualidade, sua estética, seus trejeitos e, muitas vezes, sua classe social, seu território e sua religiosidade.

Vale ressaltarmos, também, que as narrativas públicas são operacionalizadas por intérpretes e tradutores/as a partir de suas escolhas de conteúdo a ser traduzido e distribuído dentro da comunidade surda. “Quer a motivação seja comercial ou ideológica, os tradutores e intérpretes desempenham um papel decisivo tanto na articulação quanto na contestação de toda a gama de narrativas públicas que circulam dentro e ao redor de qualquer sociedade a qualquer momento”¹⁰⁴ (BAKER, 2006a p. 39, tradução nossa). Ainda de acordo com Baker (2006a), as narrativas são histórias públicas e pessoais que subscrevem e guiam nosso

¹⁰⁴ Texto fonte: “Whether the motivation is commercial or ideological, translators and interpreters play a decisive role in both articulating *and* contesting the full range of public narratives circulating within and around any society at any moment in time” (BAKER, 2006a, p. 39).

comportamento; assim sendo, as histórias pessoais dos/as participantes, suas **narrativas ontológicas**, incidem em suas agências e nas escolhas de quais **narrativas públicas** são traduzidas.

Algumas categorias de agências podem ser observadas a partir das narrativas aqui postas. Na Figura 62, apresentamos as características que fornecem elementos de intérpretes e tradutores/as que atuam com literatura surda de Direitos Humanos. Como é possível observarmos, são acionadas diferentes habilidades e ações para a constituição de uma identidade de agência e de ativismo na atuação com Literatura Surda e Sinalizada que reivindica Direitos Humanos e denúncia das injustiças sociais.

Figura 62 – Características de agentes de tradução de Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos



Fonte: Elaborada pelo autor.

Características como *performance*, militância, representatividade, não neutralidade, atitude empática, linguagem poética, vivência com os grupos minoritários traduzidos, acompanhar estudos e leituras sobre as temáticas traduzidas, entre outros pontos, são vistos como parte do perfil de intérpretes e tradutores/as que atuam com Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos e Injustiças Sociais, sendo, ainda, característica desses agentes de tradução. Baker (2006b) apresenta uma diversidade de campos e de linguagens por meio das quais intérpretes e tradutores/as transitam a fim de possibilitar a ampliação das mensagens que se engajam e nas quais acreditam.

As interferências textuais e linguísticas são parte das ações desenvolvidas por sujeitos que operam sistemas linguísticos diferentes. É importante ressaltarmos que, embora haja semelhanças, os perfis dos/as participantes de pesquisa não são unânimes. Milton e Bandia (2009) afirmam que as características de agentes da tradução podem variar consideravelmente.

A crítica à neutralidade é outro elemento recorrente no debate trazido pelos/as participantes da pesquisa. Essa crítica coaduna com a de Baker (2018, p. 340): “Assim, eles se afastaram de uma longa tradição de posicionar-se apenas de forma neutra, como profissionais não comprometidos que se colocam em um espaço ‘intermediário’ entre culturas e divisões políticas”.

Ao observarmos os/as participantes desta pesquisa, pudemos averiguar a variedade do emprego de esforços para fomentar seus ideais e seus campos narrativos pelos quais transitam. As narrativas trazidas pelos/as participantes de pesquisa mostram traços de uma construção de agência cercada por uma diversidade de características agregadas à tradução, características que vão para além da transladação de sistemas puramente linguísticos.

Como atividades e ações além do ato interpretativo e tradutório, podemos reconhecer diversas funções que são incorporadas por nossos/as participantes de pesquisa (Figura 63). Além do trabalho de mediação linguística, vemos esforços não diretamente ligados ao processo tradutório ou às funções comumente ligadas ao ato tradutório.

Figura 63 – Atividades de agentes de tradução



Fonte: Elaborada pelo autor.

Os/as participantes de pesquisa citaram atividades como organização de eventos, filtro de conteúdos a serem produzidos ou traduzidos, mobilização de coletivos surdos, influenciadores, filmagem, edição de vídeos, legendagem e produção de eventos culturais. Milton e Bandia (2009) enfatizam que agentes de tradução fazem escolhas, o que podemos perceber nas trajetórias e nas ações dos/as participantes desta pesquisa. São os micropoderes e as microformas de fazer política por meio de decisões de escolhas do que traduzir e de como traduzir.

Como Milton e Bandia (2009) colocam, esses/as intérpretes e tradutores/as desempenham um importante papel político e cultural, contribuindo para diferentes agendas políticas e causas sociais. Os autores ainda apontam que tais agentes perseguem seus interesses, sendo eles conscientes ou não. Além disso, como Milton e Bandia (2009) citam, esses sujeitos podem influenciar tendências literárias. Isso é visível na análise das agências dos/as participantes desta pesquisa, já que suas escolhas tradutórias, os gêneros e os conteúdos caminham para convergências temáticas relacionadas às suas crenças político-ideológicas.

Ainda como identificado por Milton e Bandia (2009), esse papel de agência pode, em menor ou maior grau, referir-se à tentativa de mudança de elementos do hábito do/a tradutor/a. Quando recorremos aos/às participantes de pesquisa, visualizamos como um dos eixos os questionamentos sobre diferentes formas e gêneros de tradução, estilos de tradução dissidentes, *performance*, neutralidade, representação, tradução escreviente, entre outros elementos que corroboram uma narrativa coletiva da ação tradutória em contextos literários que tenham temáticas como Direitos Humanos e Injustiças Sociais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa colocou duas perguntas iniciais como condutoras do nosso radar. Como se constituem as relações entre a temática de Direitos Humanos e a Literatura Surda e Sinalizada? De que forma ocorre a agência tradutória de intérpretes de Libras que atuam com a Literatura Surda e Sinalizada que tematiza os Direitos Humanos?

As duas questões demonstram que o caminho teórico e metodológico empregado buscou trazer a relação das grandes temáticas anunciadas nesta pesquisa. Tradução, Literatura e Direitos Humanos são campos teóricos que demandam, por si só, objetos delimitados em um vasto campo acadêmico. Ligam-se perspectivas teórico-empíricas e metodológicas como a pós-colonialidade e a descolonialidade; agrega-se uma empreitada dissertativa que coloca a interdisciplinaridade e os debates pluriépistêmicos em diálogo. Por isso, propusemos realizar uma costura teórica entre essas grandes temáticas, levando em consideração a geopolítica do conhecimento e dos/as autores/as que nos sustentam teoricamente.

As duas perguntas anteriores foram condutoras do objetivo principal desta pesquisa: analisar as narrativas produzidas por intérpretes e tradutores/as de Libras-Português ouvintes e surdos/as que atuam diretamente com a literatura que manifesta a pauta dos Direitos Humanos e das Injustiças Sociais. Para isso, os seguintes objetivos específicos foram desdobrados: (I) articular conceitos entre os Estudos da Tradução, Estudos Culturais pós-coloniais/decoloniais, Estudos Surdos e Direitos Humanos; (II) apresentar a relação entre Literatura e Direitos Humanos e Literatura Surda e Direitos Humanos; (III) examinar elementos que se destacam sobre a agência de tradutores/as e intérpretes de Libras que atuam com literaturas surdas e sinalizada de Direitos Humanos.

Para isso, utilizamos como metodologia de análise a Teoria Narrativa nos Estudos da Tradução, proposta por Mona Baker (2006a); trabalhamos com o conceito de **narrativa ontológica** e de **narrativa pública** para o cotejo dos dados; e utilizamos como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada (GIL, 2002) e a produção de autodomocentário dos/as participantes de pesquisa (FREITAS, 2010).

O problema de pesquisa concentrou-se em entendermos como raça, gênero, sexualidade e classe podem ser também marcadores que incidem na agência, na interpretação e na tradução de contextos literários em língua de sinais voltados aos Direitos Humanos e às Injustiças Sociais. Para alcançarmos os objetivos, propusemos uma pesquisa interdisciplinar de reconhecimento geopolítico que transitasse entre os campos dos Estudos da Tradução, dos

Estudos Surdos, dos Estudos Culturais de aspirações pós-coloniais/decoloniais e o diálogo com o campo dos Direitos Humanos Interseccionais.

A hipótese de pesquisa era de que intérpretes e tradutores/as de Libras que atuam com literatura de Direitos Humanos e Injustiças Sociais são, para além de mediadores linguísticos, ideologicamente engajados nas pautas surdas reivindicatórias e em diferentes movimentos sociais. Os três eixos de análise foram organizados em: (I) Intérpretes e tradutores/as: histórias de vida e movimentos sociais; (II) Literaturas Surdas e Direitos Humanos; e (III) Direitos Humanos: Tradução, agência e ativismo.

Comprovamos a hipótese de que tais sujeitos operam tanto na tradução e na interpretação como mediadores linguísticos quanto como agentes que contribuem para a disseminação de Literatura Surda e Sinalizada. Tais agências promovem debates voltados às temáticas de minorias sociais, à formação de espaços literários políticos, à promoção de artistas surdos/as, à produção de material independente relacionado aos Direitos Humanos, à tradução de conteúdos de injustiças sociais, entre outras ações.

As **narrativas ontológicas** dos/as participantes de pesquisa ressaltam que suas afinidades com o campo artístico e literário possuem relação com suas histórias de vida, sua personalidade e sua experiência com diferentes modalidades e formas de arte. Além disso, suas **narrativas públicas** e **coletivas** sobre o papel de tradutores/as e intérpretes são elaboradas a partir de suas crenças e de sua posição ideológica, mesmo quando há impasses com narrativas institucionais sobre o papel de tradutores/as e intérpretes, relacionado à representação e à neutralidade.

Como principais resultados, apontamos para uma necessária fluidez entre o campo dos Estudos da Tradução, da Literatura e dos Direitos Humanos, já que tais produções teóricas nos auxiliam a visualizar questões amplas sobre o ato de traduzir e interpretar, assim como oxigenam os objetos de pesquisa dentro dos Estudos da Tradução, localizando e identificando questões sociais, ideológicas, identitárias e de agência que permeiam o ato de traduzir e de interpretar.

Ainda, dentro da abordagem pós-colonial em diálogo com a de(s)colonial, podemos aproximar ainda mais os debates geopolíticos na tradução, assim como enfatizar questões interseccionais, seja na Literatura Surda e Sinalizada, seja nos textos literários de Direitos Humanos traduzidos e a própria identidade daquele/a que traduz tais textualidades.

Quanto à Literatura Surda, evidenciamos a pluralidade de temáticas que são produzidas por poetas surdos/as dentro do campo dos Direitos Humanos, da surdidade, do ouvintismo, do racismo, do machismo, da LGBTfobia, do preconceito de classe, da violência

sexual, que são alguns exemplos das narrativas sinalizadas em forma de literatura que pudemos observar. Isso demonstra que a Literatura Surda possui significativo repertório de denúncia social e que poetas surdos/as utilizam o fazer literário como ferramenta política. A plasticidade de gêneros e de formas da produção de poesia sinalizada no suporte vídeo enriquece os estilos e as estéticas que são empregados em tais literaturas.

Tais tradutores/as e intérpretes de Libras também demonstram um perfil de agência, que invoca um lugar específico para traduzir-se Literatura Surda e Sinalizada com a temática de Direitos Humanos, a vivência com os grupos traduzidos, a representatividade, a performatividade e a militância. São exemplos de um perfil desejado, assim como a crítica à neutralidade e à reivindicação por lugares de fala mais próximos à identidade traduzida são vistas como primordiais para a atuação com a Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos e Injustiças Sociais.

Há uma crítica contundente sobre uma posição não comprometida politicamente daqueles que traduzem e interpretam temáticas literárias voltadas aos Direitos Humanos. Deseja-se o corpo político, os sinais imersos na experiência, o contato e a aliança com os grupos minoritários que buscam justiça social por meio da literatura, seja ela poesia, música ou teatro. Portanto, marcadores como raça, gênero, sexualidade e classe social são relevantes, se não parte determinante do traduzir e do interpretar Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos e Injustiças Sociais. A não neutralidade não é apenas textual, ela recai também no corpo marcado, vivido e, por conseguinte, representante de narrativas literárias sobre Direitos Humanos e Injustiças Sociais. Identidades distantes do contexto traduzido, segundo os/as participantes da pesquisa, não alcançam as nuances e os objetivos do texto, assim como o corpo em evidência de quem traduz pode trair semioticamente a mensagem.

Assim sendo, podemos inferir que o contexto de Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos e Injustiças Sociais reclama por tradutores/as e intérpretes de Libras comprometidos/as com as causas traduzidas. É esse comprometimento que nos revela também a agência dos nossos participantes de pesquisa, que se engajam em diferentes frentes para promover as narrativas que acreditam. A tradução e a interpretação são, assim, um dos principais canais de agência desses mediadores linguísticos, mas não os únicos, já que, por meio delas, outras atividades são empregadas.

A pesquisa abriu para outras temáticas que não foram objeto deste trabalho. Evidenciamos que a articulação entre Tradução, Literatura e Direitos Humanos é complexa e vasta em questões que podem se desdobrar em pesquisas futuras, a saber:

- Mapeamento e investigação sobre as literaturas surdas negras, feministas, LGBTQIA+, interseccionais etc.
- Agências de tradução e influência literária dentro da comunidade surda.
- Traduções ativistas dentro da Literatura Surda.
- Letramentos para traduzir Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos.
- Processos e metodologias para traduzir Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos.
- Corpo e identidade de quem traduz, como isso impacta o texto literário de Direitos Humanos – percepção surda.
- Investigação das características dos diferentes suportes utilizados nas produções de Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos.
- Agência de tradução em instituições de ensino.
- Agência de tradução em diferentes gêneros textuais sinalizados.

Reconhecemos que os esforços aqui empregados se limitaram a responder nossa questão de pesquisa, abrindo uma finitude de interrogações sobre a Literatura Surda e Sinalizada e a agência de tradutores/as e intérpretes de Libras nos mais diversos contextos. Esperamos que outras pesquisas possam se somar a investigar temas pouco observados pelos Estudos da Tradução.

Por fim, os resultados que encontramos são frutos do diálogo com apenas quatro participantes de pesquisa, mas que revelaram a profundidade e as várias camadas que estão por trás do ato de traduzir Literatura Surda e Sinalizada de Direitos Humanos, assim como revelam que esse contexto é formado por profissionais que são também agentes, imbuídos de atividades extratradutórias, com o objetivo de fazer circular pela literatura seus respectivos desejos de justiça e de mudança social. Esperamos que esta dissertação tenha servido, também, como uma forma de agência.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.
- ALMEIDA, Júlia. Geopolíticas e descolonização do conhecimento. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS-UFES*, 1., 2011, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. Vitória: Ufes, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1482>. Acesso em: 3 out. 2021.
- ALVES, Odalita. **Nenhuma palavra de amor**. Salvador: Segundo Selo, 2009.
- ARAÚJO, Cibele de Guadalupe Sousa; SILVA, Luciana de Mesquita; SILVA-REIS, Dennys. Estudos da tradução & mulheres negras à luz do feminismo. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 2-13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.46694>
- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The empire writes back: theory and practice in postcolonial literatures**. Londres: Routledge, 1989.
- AUGUSTO, Geri. A língua não deve nos separar! Reflexões para uma Práxis Negra Transnacional de Tradução. *In: CARRASCOSA, Denise. (org.). Traduzindo no Atlântico Negro: cartas náuticas afrodiaspóricas para travessias literárias*. Salvador: Ogums Toques Negros, 2017. p. 31-60.
- BAKER, Mona. Beyond the spectacle: translation and solidarity in contemporary protest movements. *In: BAKER, Mona. (org.). Translating dissent: voices from and with the Egyptian revolution*. Londres: Routledge, 2016. p. 1-18.
- BAKER, Mona. **Translation and conflict: a narrative account**. Londres: Routledge, 2006a.
- BAKER, Mona. Translation and activism: emerging patterns of narrative community. **The Massachusetts Review**, [s. l.], v. 47, n. 3, p. 462-484, 2006b. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/25091111>
- BAKER, Mona. A tradução como um espaço alternativo para ação política. Tradução Cristiane Roscoe-Bessa, Flávia Lamberti e Janaína Araujo Rodrigues. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 38, n. 2, p. 339-380, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2018v38n2p339>
- BANDIA, Paul. Cheikh Anta Diop: Translation at the service of history. *In: MILTON, John; BANDIA, Paul. (org.). Agents of translation*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2009. v. 81. p. 209-227.
- BENZAQUEN, Júlia Figueredo. O engajamento intelectual através do reconhecimento da geopolítica do saber. **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**, Recife, v. 3, n. 2, p. 74-85, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/8791>. Acesso em: 25 set. 2021.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BOZZANO, Caroline Betemps. Feminismos transnacionais descoloniais: algumas questões em torno da colonialidade nos feminismos. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, p. 1-7, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n158972>

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 163, p. 3, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 23, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei Nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 169, p. 1, 2 set. 2010.

BRASIL. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 12, p. 59-62, 13 jun. 2013.

BRITO, Fabio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03122013-133156/publico/FABIO_BEZERRA_DE_BRITO.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

BRITO, Ires dos Anjos *et al.* Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE**, Jequié-Bahia, v. 6, n. 1, p. 209-232, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v6i01.8533>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/8533>. Acesso em: 21 set. 2021.

BUZAR, Francisco José Roma. **Interseccionalidade entre raça e surdez**: a situação de surdos (as) negros (as) em São Luís- MA. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, ed. esp., n. 2, p. 71-92, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37229>

CAMPOS, Haroldo de. **Da transcrição**: poética e semiótica da operação tradutora. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2011.

CAMPOS, Rogério de. Retorno a Aimé Césaire, uma cronologia. *In*: CÉSAIRE, Aimé. (ed.). **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020. p. 79-127.

CÂNDIDO, Antônio; FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. **Direitos humanos e--**. São Paulo: Comissão Justiça e Paz de São Paulo, 1989.

CARDOZO, Mauricio Mendonça. História da tradução: histórias do quê? História para quê? *In*: PEREIRA, Germana Henriques; VERÍSSIMO, Thiago André. (org.). **Historiografia da tradução**: tempo e espaço social. Campinas: Pontes, 2018. p. 149-166.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o->

do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf. Acesso em: 3-ago. 2022.

CARRASCOSA, Denise França. Crítica performativa: nem se incomode... é só brincadeira de Ères. **Fólio**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 73-86, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22481/folio.v2i10.4744>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/4744>. Acesso em: 2 set. 2021.

CARRASCOSA, Denise França. Traduzindo no Atlântico Negro: por uma práxis teórico-política da tradução entre literaturas afrodiáspóricas. *In*: CARRASCOSA, Denise. (org.). **Traduzindo no Atlântico Negro**: cartas náuticas afrodiáspóricas para travessias literárias. Salvador: Ogums Toques Negros, 2017. p. 61-74.

CASTRO, Olga. (Re)examinando horizontes nos estudos feministas de tradução: em direção a uma terceira onda?. Tradução Beatriz Regina Guimarães Barboza. **TradTerm**, São Paulo, v. 29, p. 216-250, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.v29i0p216-250>

CAVALLO, Patrizia; REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. Estudos da Interpretação: tendências atuais da pesquisa brasileira. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 32, n. 1, p. 353-368, 21 ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/LL63-v32n1a2016-18>

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

CIUDAD, Luis Andrade; HOWARD, Rosaleen; RICOY, Raquel de Pedro. Activismo, derechos lingüísticos e ideologías: la traducción e interpretación en lenguas originarias en el Perú. **Indiana**, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 139-163, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509704/mod_resource/content/0/559-1734-1-PB.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 139-170.

COLLINS, Patricia Hill. Sobre tradução e ativismo intelectual. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 25-32, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.46697>

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; SILVA-REIS, Dennys. Pensamento feminista negro e estudos da tradução: entrevista com Patrícia Hill Collins. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 229-235, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.46709>

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 45-59, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/29649>

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos descoloniais para além do humano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 929-934, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300012>

COSTA, Juliana. Posfaciando Odalita Alves. In: ALVES, Odalita. (org.). **Nenhuma palavra de amor**. Salvador: Segundo Selo, 2009. p. 73-81.

CURIEL, Ochy; SILVA-REIS, Dennys. Pensar a tradução e o feminismo negro: entrevista com Ochy Curiel. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 241-245, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.46711>

D'ALVA, Roberta Estrela. SLAM: Voz de levante. **Revista Rebento**, São Paulo, n. 10, p. 268-286, jun. 2019.

DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Q.; FREDERICO, Grazielle. **Literatura e Direitos Humanos**. Porto Alegre: Zouk, 2018.

DALCIN, Gladis. **Um estranho no ninho**: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ESTEVES, Lenita Rimoli. Tradução, ética e pós-colonialismo: nós *versus* eles. **Tradução & Comunicação**, Londrina, n. 18, p. 31-42, 2009. Disponível em: <https://seer.pgskroton.com/traducom/article/view/2040>. Acesso em: 22 set. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARANI, Ana *et al.* Rotas Bússulas, Sextantes, Faróis, Sotaventos, Porões, Portos, Nós nas traduções de textos literários Negros. In: CARRASCOSA, Denise. (org.). **Traduzindo no Atlântico Negro**: cartas náuticas afrodiáspóricas para travessias literárias. Salvador: Ogums Toques Negros, 2017. p. 155-182.

FARIAS, Luiz Alberto. **Vídeo Institucional**. 2015. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/7308221/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos**. 2. ed. Curitiba: Ibope, 2011.

FERNANDES, Sueli de Fátima. **Educação bilíngue para surdos**: identidades, diferenças, contradições e mistérios. 2003. 213 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

FERNANDES, Sueli de Fátima; LOPES TERCEIRO, Francisco Martins. Deafhood: um conceito em formação no campo dos Estudos Surdos no Brasil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1-23, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X38455>

FERNANDES, Sueli; MEDEIROS, Jonatas. Tradução de Libras no Ensino Superior: contribuições ao letramento acadêmico de estudantes surdos na Universidade Federal do Paraná. **Arqueiro**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 98-114, 2017. Disponível em: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-arqueiro/article/download/1076/1043>. Acesso em: 22 set. 2021.

FERNANDES, Sueli; MEDEIROS, Jonatas Rodrigues. Libras e Arte: manifestações verbovisuais de artefatos culturais da comunidade surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 15-29, jul./dez. 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.20395/re.v0i54.677>

FERNANDES, Sueli; MEDEIROS, Jonatas Rodrigues; SANTOS, Rhaul de Lemos. Tradução em videolibras: uma contribuição para a inclusão de estudantes surdos do Ensino Superior. *In*: LEITE, Lúcia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; VILLELA, Lucinéa Marcelino; (org.). **Recursos de Acessibilidade aplicados ao Ensino Superior**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 113-132.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para os estudantes surdos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. especial 3, p. 127-150, dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.51048>

FERREIRA, Priscilla Leonnor Alencar. **O ensino de relações étnico-raciais nos percursos de escolarização de negros surdos na educação básica**. 2018. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

FLORES, Guilherme G.; GONÇALVES, Rodrigo T. **Algo infiel: corpo, performance, tradução**. Florianópolis: Cultura e Barbárie; São Paulo: N-1 edições, 2017.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; ARAÚJO, Vera Lucia Santiago. Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual (TAV). **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 1-23, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18884/18884.PDFXXvmi=>. Acesso em: 23 set. 2021.

FREITAS, Kênia Cardoso Vilaça de. **Versos-livres = a estética do cotidiano no documentário feito com celular**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Múltiplos Meios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FROGNER, Jenny. **The World of the Deaf: How deaf people in France create a community around deafness and challenge conceptions of normality**. 2021. 98 f. Dissertação (Mestrado em Social Anthropology) – University of Oslo, Oslo, 2012. Disponível em: <https://www.duo.uio.no/handle/10852/16268>. Acesso em: 22 set. 2021.

FURLAN, Mauri. (org.). **Clássicos da Teoria da Tradução**. Antologia bilíngue. v. 4. Renascimento. Florianópolis: NUPLITT, 2006.

FURLAN, Mauri. Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente: II. A Idade Média. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 12, p. 9-28, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>

FURLAN, Mauri. Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente - I. Os Romanos. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 8, p. 11-28, 2001. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>

FURTADO, Rita Simone Silveira. **Narrativa identitárias e educação: os surdos negros na contemporaneidade**. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FURTADO, Hanna Beer. **Direitos linguísticos como direitos fundamentais: as políticas linguísticas para as comunidades surdas no ordenamento jurídico brasileiro**. 2016. Trabalho

de conclusão de curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GINZBURG, Jaime. **Literatura e direitos humanos**: notas sobre um campo de debates. Memórias da repressão. Santa Maria: UFSM/PPGL-Editores, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVEIA, Juan. Derechos humanos de las personas sordas. **Canal do Programa de Extensão TILSJURS**, Florianópolis, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g6aXnkhvaCU&t=2802s>. Acesso em: 24 set. 2021.

GROSGUÉL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 55-78.

GUERINI, Andréia. Webinar 4: História da tradução: percursos teóricos. **NEHTLIT**, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bpHEZKkIGLw&t=2119s>. Acesso em: 23 set. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende *et al.* 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

HATIM, Basil; MUNDAY, Jeremy. **Translation**: an advanced resource book for students. London: Routledge, 2019.

HAUALAND, Hilde. Sign language interpreting: A human rights issue. **International Journal of Interpreter Education**, [s. l.], v. 1, p. 95-110, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/297738378_Sign_Language_Interpreting_A_Human_Rights_Issue. Acesso em: 23 set. 2021.

HAUALAND, Hilde; ALLEN, Colin. Deaf people and human rights. **Helsinki**: World Federation of the Deaf, 2009. Disponível em: <https://www.rasit.org/files/Deaf-People-and-Human-Rights-Report.pdf>. Acesso em: 3 set. 2021.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feministas, pensar como negra. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019b.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

HUGO, Vitor. **O último dia de um condenado**. Tradução Joana Canêdo. São Paulo: Estação Liberdade, 2018.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. Tradução Izidoro Bilkstein e José Paulo

Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

JUNG, Ana Paula. Movimentos sociais no protagonismo político: a comunidade surda brasileira e sua luta por reconhecimento e efetivação de direitos. **Porsinal**, 2011. Disponível em: <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=19&idart=147>. Acesso em: 15 jan. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Avaliação de estudantes surdos e deficientes auditivos sob um novo paradigma: Enem em Libras. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1-17, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X28732>

JUSTO, Joana Sanches. Narrar histórias, fotografar momentos: tecendo intersecções entre narrativa oral e álbuns de fotografias. **Revista Travessias**, Cascavel, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2009. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3216/2534>. Acesso em: 15 jan. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LADD, Paddy. **Em busca da Surdidade 1**: colonização dos surdos. Tradução Mariani Martini. Lisboa: Surd'Universo, 2013.

LAGUNA, Maria Cristina Viana. **Moralidade, idoneidade e convivência**: discursos sobre as práticas dos repetidores de classe do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores-intérpretes de língua de sinais da atualidade. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência**: a comunidade surda amordaçada. Tradução Cristina Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1992. (Coleção Horizontes Pedagógicos).

LEHNEN, Leila. O direito à poesia. In: DALCASTAGNÈ, Regina; DUTRA, Paula Q.; FREDERICO, Grazielle. (org.). **Literatura e Direitos Humanos**. Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 13-29.

LIMA, Ivana Stolze. Língua e diversidade: imagens sobre africanos e escravidão. **História da Historiografia**, Mariana, v. 10, n. 25, p. 44-64, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i25.1182>

LINHARES, Ramon Santos de Almeida. **Traduzir a surditude**: diálogos entre pesquisadores surdos do Brasil e a tradutologia das línguas de sinais. 2019. 240 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

LOPES TERCEIRO, Francisco Martins. **Deafhood**: contribuições de Paddy Ladd à educação bilíngue para surdos. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/58013/R%20-%20D%20-%20FRANCISCO%20MARTINS%20LOPES%20TERCEIRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 set. 2021.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã**: escritos reunidos. Organização Dijamila Ribeiro. Tradução Sthepanie Borges. São Paulo: Ubi Editora, 2020a.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Sthepanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b.

LUCENA, Cibele Toledo. **Beijo de línguas** – quando o poeta surdo e o poeta ouvinte se encontram. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

MACHADO, Irene. Espaço geopolítico em tradução semiótica. **Ciências da Linguagem: Língua, Linguística, Didática**, Coimbra, p. 73, 2015.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaza; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 27-54.

MARTINS, Paulo Henrique; BENZAQUEN, Júlia Figueredo. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 2, n. 11, p. 10-31, 2017. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasocias/article/view/1882>. Acesso em: 23 set. 2021.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, 2014. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16185>

MEDEIROS, Jonatas Rodrigues; SANTOS, Silvana Aguiar dos; SANTOS, Evaldo. O que a poesia surda periférica sinaliza para as políticas linguísticas direcionadas às comunidades surdas? **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 6952- 6969, out./dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2021.e812>

MEIRA, Wermerson. Terminologias Negro-Africanas e a Literatura Negra Surda. **Axé Libras**, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qr0oT5yBNv0&t=4008s>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edição, 2018.

MEDEIROS, Jonatas; LEMOS, Rhaul de; FERNANDES, Sueli. A tradução Libras/Língua Portuguesa: uma contribuição para a inclusão de estudantes surdos do ensino superior na UFPR. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 12., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Educere, 2015. v. 1. p. 2417-2428.

MENDONÇA FILHO, Manoel; NOBRE, Maria Teresa. **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

MILTON, John; BANDIA, Paul. Introduction: Agents of translation and translation studies. **Agents of translation**, [s. l.], v. 81, p. 1-18, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1075/btl.81.01int>

MOGES-RIEDEL, Rezenet *et al.* Open Letter in ASL about Intersectionality. **Muckymuddy**, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/JcTYXpofAI0>. Acesso em: 24 set. 2021.

MONTEIRO, Myrna Salerno. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **ETD-Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 292-305, 2006. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v7i2.810>

MOREIRA, José Adilson. **Pensando como um negro**: ensaio de hermenêutica jurídica. São Paulo: Contracorrente, 2019.

MOURÃO, Cláudio Henrique Nunes. **Literatura Surda**: experiência das mãos literárias. 2016. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MOURÃO, Cláudio Henrique Nunes. **Literatura surda**: produções culturais de surdos em língua de sinais. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MULINACCI, Roberto. Apontamentos para uma geopolítica da tradução no século XXI. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 10-35, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35n1p10>

NAKAGAWA, Hugo Eiji Ibanhes. **Culturas surdas**: o que se vê, o que se ouve. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

NASCIMENTO, Vinícius; NOGUEIRA, Tiago Coimbra. Tradução audiovisual e o direito à cultura: o caso da comunidade surda. **PERcursos Linguísticos**, Vitória, v. 9, n. 21, p. 105-132, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/23740/18392>. Acesso em: 23 set. 2021.

NASSER, Tahia. Revolutionary poetics and translation. *In*: BAKER, Mona. (org.). **Translating dissent**: voices from and with the Egyptian revolution. Londres: Routledge, 2016. p. 107-122.

OLIVEIRA, Damiana Rosa de; VAZQUEZ, Andreia, de Jesus Cintas. **A Fantástica História (ainda não contada) da Tradução no Brasil**. Belford Roxo: Translativa, 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração sobre os Direitos da Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas**. 1992. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Preven%C3%A7%C3%A3o-contra-a-Discrimina%C3%A7%C3%A3o-e-Prote%C3%A7%C3%A3o-das-Minorias/declaracao-sobre-os-direitos-das-pessoas-pertencentes-a-minorias-nacionais-ou-etnicas-religiosas-e-linguisticas.html>. Acesso em: 2 out. 2021.

PAGANO, A. S. América latina, tradução e pós-colonialismo. **ALFA**: Revista de Linguística, São Paulo, v. 44, n. esp., p. 157-167, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4286>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PAGURA, Reynaldo José. Tradução & interpretação. *In*: AMORIM, Lauro Maia; RODRIGUES, Cristina Carneiro; STUPIELLO, Érika Nogueira de Andrade. (org.). **Tradução &**: perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Editora da UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 183-207. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/6vkk8/pdf/amorim-9788568334614.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Reflexões sobre a tipologia da interpretação de línguas de sinais. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, n. 2, p. 46-77, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p46>

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Estudos da interpretação: quem tem medo das línguas de sinais. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 1-21, 2018. DOI: <http://doi.org/10.17771/PUCRio.TradRev.34524>

PERLBART, Peter Pål. Negros, judeus, palestinos: do monopólio do sofrimento. **Percursos**, [s. l.], ano XXX, p. 1-5, 2018. Disponível em: <http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/percurso60-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. **O ser e o estar sendo surdos**: alteridade, diferença e identidade. 2003. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PINILLA, José Antonio Sabio. Por que a teoria da tradução é útil para os tradutores? Tradução Willian Henrique Cândido Moura, Morgana Aparecida de Matos e Fernanda Christmann. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 39, n. 3, p. 595-621, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2019v39n3p595/40871>. Acesso em: 24 set. 2021.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Direitos humanos traduzidos em Pretuguês. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: MM, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499473935_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG_ThulaPires.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

PIRES, Thula. Racializando o debate sobre direitos humanos. **SUR-Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 65-75, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-thula-pires.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

PIRES, Thula. Direitos humanos e América Latina: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. **Latin American Studies Association**, [s. l.], v. 50, n. 3, p. 69-74, 2019.

PÖCHHACKER, Franz. Conexões fundamentais: afinidade e convergência nos estudos da interpretação. Tradução Mylene Queiroz. **Scientia Traductionis**, Florianópolis, n. 7, p. 61-75, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/article/view/1980-4237.2010n7p61/12934>. Acesso em: 24 set. 2021.

PÖCHHACKER, Franz. **Introducing interpreting studies**. Londres: Routledge, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; SEGALA, Rimar Romano. Tradução intermodal, intersemiótica e interlinguística de textos escritos em Português para a Libras oral. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, n. 2, p. 354-386, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p354>

QUADROS, Ronice Müller de; SOUZA, Saulo Xavier de. Aspectos da tradução/encenação na língua de sinais brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso de Letras Libras. In: QUADROS, Ronice Müller de. (org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis:

Arara Azul, 2008. p. 168-207. Disponível em: http://projetoedes.org/wp/wp-content/uploads/Quadros_Ronice_Estudos-surdos-III.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

QUADROS, Ronice Müller de; SUTTON-SPENCE, Rachel. Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda. *In*: QUADROS, Ronice Müller de. (ed.). **Estudos Surdos I**. Florianópolis: UFSC, 2006. p. 110-165.

REIS, Luciana. Entendendo a Travessia: por uma tradução escreviente. *In*: CARRASCOSA, Denise. (org.). **Traduzindo no Atlântico Negro**: cartas náuticas afrodiáspóricas para travessias literárias. Salvador: Ogums Toques Negros, 2017. p. 75-116.

REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. **Implante coclear e resistência surda**. Curitiba: CRV, 2012.

REZENDE JUNIOR, Franklin Ferreira; PINTO, Patrícia Luiza Ferreira. Os surdos nos rastros da sua intelectualidade específica. *In*: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. (org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 190-211. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudos-Surdos-II.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

RIBEIRO, Andrey Borges Pimentel; JOO, Carlos Ugo Santander. O esvaziamento político dos direitos humanos a partir da construção do conceito de humanidade. **Hegemonia: Revista de Ciências Sociais**, Brasília, n. 15, p. 25-25, 2015. DOI: <https://doi.org/10.47695/hegemonia.vi15.130>

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **A interpretação para a Língua de Sinais Brasileira**: efeitos de modalidade e processos inferenciais. 2013. 254 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-9CXQ8L>. Acesso em: 24 set. 2021.

RODRIGUES, Carlos Henrique; BEER, Hanna. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente?. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 17-45, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p17>

RODRIGUES, José Raimundo; MACHADO, Lucienne Matos da Costa Vieira; VIEIRA, Eliane Telles de Bruim. Congresso de Paris (1900): a seção de surdos e sua atualidade em relação à educação de surdos. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, p. 2-25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e095>

RODRIGUES, José Raimundo; VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa. Primeiro Congresso Nacional para o melhoramento das condições dos surdos-mudos-Lyon-1879. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 23, p. 1-25, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/93873/pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

ROMÃO, Tito Lívio Cruz. Aspectos históricos e práticos de interpretação. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 20, p. 103-109, jan./dez. 1998. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2122>. Acesso em: 24 set. 2021.

ROSADO, Luiz Alexandre da Silva; TAVEIRA, Cristiane Correia. Proposta de uma gramática visual para descrição e análise composicional de vídeos digitais em línguas de sinais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, p. 355-372, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000300001>

ROTHENBERG, Jerome. **Etnopoesia no milênio**. Organização S. Cohn. Tradução Luci Collin. Rio de Janeiro: Azougue, 2006.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SANTOS, Edvaldo; MOTA, Erika. Literatura marginal: da vizinhança aos *slams* de poesia. *In*: RIGO, S. Nathália (org.). **Textos e contextos artísticos e literários**: tradução e interpretação em Libras: volume III. Petrópolis: Arara Azul, 2020. p. 84-99.

SANTOS, Rhaul de Lemos. **Negros/as surdos/as no ensino superior**: mapeando cursos de graduação de Letras Libras. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SANTOS, Rhaul de Lemos; GRIGOLOM, Gabriela; MEDEIROS, Jonatas. Slam resistência surda – Curitiba: movimento e poesia. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 31-53, jul./dez. 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.20395/re.v0i54.678>

SANTOS, Silvana Aguiar dos. Estudos da tradução e interpretação de línguas de sinais nos programas de pós-graduação em estudos da tradução. **Revista da Anpoll**, [s. l.], v. 1, n. 44, p. 375-394, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i44.1148>

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais**: um estudo sobre as identidades. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90455>. Acesso em: 25 set. 2021.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil**: uma análise das teses e dissertação de 1990 a 2010. 2013. 313 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122677>. Acesso em: 25 set. 2021.

SANTOS, Silvana Aguiar dos; FRANCISCO, Camila. Políticas de tradução: um tema de políticas linguísticas?. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, p. 2939-2949, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2018v15n1p2939>

SANTOS, Tatiana Nascimento dos. **Letramento e tradução no espelho de Oxum**: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos. 2014. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128822/331961.pdf?sequence>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. Sobre os diferentes métodos de tradução. Tradução Celso Braidia. *In*: HEIDERMANN, Werner. (org.). **Clássicos da Teoria da Tradução**. Antologia bilíngüe. V. 1: alemão-português. 2. ed. Florianópolis: UFSC/ NUPLITT, 2010. p. 38-101.

SEGALA, Rimar Ramalho. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual**: português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais. 2012. 74 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94582/283099.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 set. 2021.

SILVA NETO, Virgílio Soares da. **A formação de tradutores de teatro para libras:** questões e propostas. 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31266>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SILVA-REIS, Dennys. O intérprete negro na história da tradução oral: da tradição africana ao colonialismo português no Brasil. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-42, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17771/PUCRio.TradRev.34521>

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55373/33644>. Acesso em: 25 set. 2021.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. *In*: SKLIAR, Carlos. (org.). **A surdez: Um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 7-32.

SOUZA, Saulo Xavier. **Performances de tradução para a Língua Brasileira de Sinais observadas no curso de Letras - Libras**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94642>. Acesso em: 25 set. 2021.

SUTTON-SPENCE, Rachel. Literatura de Língua de Sinais, Educação Surda e suas interfaces com as políticas linguísticas. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, p. 1-16, 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.29/60747914>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SUTTON-SPENCE, Rachel. **Literatura em libras**. Tradução Gustavo Gusmão. Petrópolis: Arara Azul, 2021. Disponível em: <http://www.literaturaemlibras.com/>. Acesso em: 25 set. 2021.

SUTTON-SPENCE, Rachel; QUADROS, Ronice Müller de. Performance Poética em Sinais: o que a audiência precisa para entender a poesia em sinais. *In*: STUMPF, Marianne Rossi; QUADROS, Ronice Müller de; LEITE, Tarcísio de Arantes. (org.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais II**. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p. 207-228.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Tradução Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, p. 107-131, maio/ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i36.1603>

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

TYMOCZKO, Maria. **Translation, resistance, activism**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2010a.

TYMOCZKO, Maria. **Enlarging translation, empowering translators**. 2. ed. Londres: Routledge, 2010b.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 2 out. 2021.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia Barbosa. Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI: ComUNIDADE na diversidade dos Estudos da Tradução?. *In*: GUERINI, Andréia; TORRES, Marie-Hélène Catherine; COSTA, Walter Carlos. (org.) **Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI**. Tubarão: Copiart, 2013. p. 33-50.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia Barbosa. Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) na Pós-Graduação: a afiliação ao campo disciplinar “Estudos da Tradução”. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 119-143, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2010v2n26p119>

VELLARDI, Marília. Metodologias e procedimentos para a criação e pesquisa em arte. VII Simpósio Internacional Reflexões Cênicas Contemporâneas. **Lume Teatro**, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oOBMECOaXog&t=1945s>. Acesso em: 25 set. 2021.

VITAL, Bruno. **Estado do Ceará**. 2016. Nanquim sobre papel cartográfico, 42x29,7 cm. São Paulo.

WALSH, C. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. *In*: WALSH, Catherine. (org.). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. p. 23-68.

WYLER, Lia. **Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

ZAIDAN, Junia Mattos; BAKER, Mona. Tradução e transformação social: uma entrevista com Mona Baker. Tradução Junia Zaidan e Patrick Rezende. **Percursos Linguísticos**, Vitória, v. 9, n. 21, p. 14-35, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/27272/18388>. Acesso em: 25 set. 2021.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

APÊNDICE A – AUTORES/AS, PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA E BREVE GEOPOLÍTICA DE PRODUÇÃO

Quadro 5 – Estudos da Tradução e geopolítica do conhecimento: contribuições (seção 2.1)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Breve geopolítica da produção
	Geopolítica na arte surda	Bruno Vital é surdo, artista plástico, nascido na região metropolitana de São Paulo. Mestre em Ciências da Cultura pela Universidade de Lisboa e em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (USP), e Pedagogia – Educação de Deficientes da Áudio-comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
	Tradução e ativismo intelectual Contextos políticos de tradução	Patricia Hill Collins é ouvinte, intelectual, pesquisadora estadunidense e professora de Sociologia da Universidade de Maryland, <i>College Park</i> . Concentra suas pesquisas em feminismo, gênero e comunidade negra norte-americana. Entre suas produções, há contribuições sobre Direitos Humanos e interseccionalidade, além de contundentes reflexões sobre tradução e literatura.
	Geopolítica e Colonialidade do saber Geopolítica do conhecimento	Julia Almeida, é ouvinte, possui Pós-doutorado em Literatura (<i>Duke University</i>), Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professora do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), onde integra o Programa de Pós-Graduação em Letras e o Programa de Pós-Graduação em Linguística. Desenvolve pesquisas dentro dos Estudos pós-coloniais e culturais.
	Corpo Geopolítico	Carla Akotirene é ouvinte, nasceu na Bahia, é uma intelectual militante, pesquisadora e professora assistente na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Suas contribuições são, principalmente, no debate sobre feminismo negro e interseccionalidade, racismo e sexismo. É Bacharel em Serviço Social, Mestra em Estudos de Gêneros, Mulheres e Feminismo pela UFBA. Atua na saúde municipal atendendo mulheres vítimas de violências domésticas.
	Tradução e geopolítica	Roberto Mulinacci é ouvinte, professor de Língua e Linguística Portuguesa e Brasileira na Universidade de Bolonha (Itália). Suas áreas de pesquisa são: a teoria da tradução, as políticas linguísticas da Lusofonia, a sociolinguística do Português brasileiro e a gramática do Português. É membro de comitês científicos de várias revistas universitárias dedicadas aos estudos linguísticos e literários, como no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e na Faculdade de Letras e Centro de Estudos de Literatura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
	Estudos da Tradução e Geopolítica Colonização e colonialidade	Júlia Figueiredo Benzaquen é ouvinte, graduada em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutora em Pós-colonialismos e cidadania global pela Universidade de

(continua)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Breve geopolítica da produção
		Coimbra, Portugal. Professora da Universidade Rural de Pernambuco. Atua nos principais temas: teorias pós-coloniais, educação não-formal, movimentos sociais e saberes.
	<p>Estudos da Tradução e Pós-colonialismo</p> <p>Direito geopolítico e corpopolítico de enunciação epistêmica</p> <p>Virada Pós-colonial</p> <p>Problemática do conceito pós-colonial</p>	<p>Claudia Junqueira de Lima Costa é ouvinte, professora de Teoria Literária na UFSC. Graduada em Filosofia e Teorias da Comunicação e Mestre em Teoria da Comunicação pela Universidade de Michigan, Estados Unidos da América (EUA). Doutora pela Universidade Urbana de Illinois (EUA) em Estudos Culturais. Possui Pós-doutorado na mesma área na Universidade de Massachusetts Amherst e Teorias Feministas na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz (EUA). Atualmente, é bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e atua na área de Letras, com ênfase na interseção entre as teorias feministas, a tradução cultural e as teorias pós-coloniais e descoloniais nas Américas.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 6 – Escolhas Pós-Coloniais/Decoloniais: contribuições (seção 2.2)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Breve geopolítica da produção
	<p>Colonialismo</p>	<p>Aimé Césaire (1913-2008) era ouvinte, foi um poeta, dramaturgo, ensaísta e político da negritude – termo de sua autoria. Nascido na Martinica, aluno brilhante no primeiro grau, recebeu uma bolsa para estudar no <i>Liceu Louis Le Grand</i> em Paris, onde encontrou estudantes africanos e seu amigo guianês, que desencadeou suas reflexões sobre a identidade martiniquesa e sua componente africana e uma tomada de consciência sobre a situação colonial.</p>
	<p>Colonialismos</p> <p>Racismo cotidiano</p>	<p>Grada Kilomba é ouvinte, escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar. Nascida em Portugal, com raízes em São Tomé e Príncipe e Angola. Mora na Alemanha onde se formou no Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida e leciona na Universidade Humboldt na área de Estudos de Gênero e Estudos Pós-coloniais.</p>
	<p>Estudos Culturais</p> <p>Pós-coloniais</p>	<p>Stuart Hall (1932-2014) era ouvinte, foi um dos fundadores da escola de pensamento conhecida como Estudos Culturais britânicos, na Universidade de Birmingham, Inglaterra, onde lecionou. Nascido na Jamaica, mudou-se para a Inglaterra ao ganhar uma bolsa de estudos em Oxford, em um período que seu país vivia uma crescente tensão racial e política.</p>
	<p>Estudos Culturais e Estudo Pós-coloniais</p> <p>Geocrítica do eurocentrismo</p>	<p>Inocência Mata é ouvinte, professora e pesquisadora das literaturas africanas de Língua Portuguesa na Universidade de Lisboa. Nascida em São Tomé e Príncipe, mudou-se para Portugal onde se formou. Doutorada em Letras pela Universidade de Lisboa e possui Pós-doutorado em Estudos Pós-Coloniais na Universidade da Califórnia.</p>

(continua)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Breve geopolítica da produção
	<p>Intelectual universal e poder</p> <p>Intelectualidade surda específica</p>	<p>Franklin Ferreira Rezende Junior é surdo, graduado em Direito, Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, Amazonas. Graduado em Letras Libras pela UFSC, polo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).</p>
	<p>Intelectual universal e poder</p> <p>Intelectualidade surda específica</p>	<p>Patrícia Luiza Ferreira Rezende é surda, professora e pesquisadora surda com atuação na área educacional com foco na Educação Bilíngue. Pesquisa temas como Políticas Linguísticas e Educacionais de Surdos, Estudos Surdos, Discursos sobre Surdos, implicações do Implante Coclear na normalização surda e resistências surdas. Nascida em Caeté, Minas Gerais, formou-se em Pedagogia em Belo Horizonte, na Unicentro, Especialista em Psicopedagogia com ênfase em Educação Especial pela PUC-Minas e Doutora em Educação pela UFSC. Atualmente, é professora do Ines, no Rio de Janeiro.</p>
	<p>Racismo e Modernidade</p> <p>Modernidade e Colonialismo</p> <p>Universalismo Abstrato</p>	<p>Ramon Grosfoguel é ouvinte, sociólogo, formado pela Universidade de Porto Rico, país onde nasceu. Mestre em Estudos Urbanos e Doutor em Sociologia pela Universidade Temple, na Pensilvânia (EUA). Seu pensamento pertence à corrente decolonial e pós-colonial. Defende que o colonialismo europeu não cessou com o processo de descolonização e independências dos séculos XIX e XX, persistindo na cultura e no modo de pensar.</p>
	<p>Colonização, Civilização e Escravidão</p> <p>Modernidade e Colonialismo</p> <p>Universalismo abstrato</p> <p>Colonialidade do ser, poder e saber</p>	<p>Nelson Maldonado-Torres é ouvinte, professor no Departamento de Estudos Latino Caribenhos e Programa de Literatura Comparativa na Universidade Rutgers, em Nova Jersey (EUA). Seus interesses de pesquisa são Teoria Decolonial, crítica comparativa, teorias étnico-raciais, feminismo decolonial, fenomenologia, e filosofia social e política. Formado em Filosofia pela Universidade de Porto Rico e Doutor pela Universidade Brown – Rhode Island (EUA).</p>
	<p>Racismo e Capitalismo</p>	<p>Lélia Gonzalez (1935-1994) é ouvinte, foi uma intelectual, autora, política, professora, filósofa, antropóloga e ativista, nascida em Belo Horizonte. Mudou-se para o Rio de Janeiro ainda jovem. Formou-se em História e Filosofia pela Universidade do Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj), Mestre em Comunicação Social e Doutora em Antropologia com foco em gênero e etnia.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 7 – Diálogos pós-coloniais nos Estudos da Tradução: contribuições (seção 2.3)

Autor/atriz	Contribuições para a pesquisa	Breve geopolítica da produção
	Teoria dos Estudos da Tradução	Mauri Furlan é ouvinte, tradutor e professor titular da UFSC na área de Letras, com ênfase em Teoria da Tradução da Antiguidade ao Renascimento e Língua Latina. Fundou revistas acadêmicas da área dos Estudos da Tradução: <i>Cadernos de Tradução</i> e <i>Scientia Traductionis</i> , além de coordenar o <i>Centrum Inuestigationis Latinitatis</i> , na UFSC.
	Histórico das gerações de teorias nos Estudos da Tradução	Andréia Guerini é ouvinte, professora titular do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras e no PGET da UFSC. Suas pesquisas concentram-se nos Estudos da Tradução, Estudos Literários e Estudos Comparados. Graduada e Doutora em Literatura pela UFSC. Possui Pós-doutorado em Crítica Literária na Universidade de Padova (Itália) e em Estudos da Tradução na Universidade de Coimbra (Portugal).
	Tradução e Estudos Culturais pós-coloniais	Roberto Mulinacci (ver Quadro 1).
	Articulação entre os Estudos da Tradução e Pós-colonialismo	Adriana Pagano é ouvinte, professora de Língua Inglesa e Tradução da UFMG, Mestre em Inglês pela UFSC e Doutora em Literatura Comparada pela UFMG.
	Estudos da Tradução e Pós-colonialismo Representatividade pós-colonial nos Estudos da Tradução	Lenita Maria Rimoli Pisetta (Esteves) é ouvinte, professora da USP. Mestre em Linguística Aplicada pela Unicamp (1992) e Doutora em Linguística pela mesma universidade (1999). Realizou pesquisas de diversos pós-doutorados na <i>University of Massachusetts</i> , em Amherst (EUA), <i>King's College</i> , de Londres, e na <i>Yale University</i> (EUA). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Tradução, e atua principalmente nos seguintes temas: Tradução e Ética, Historiografia da Tradução, Tradução Literária e Literatura Brasileira Traduzida para o Inglês.
	Virada Cultural nos Estudos da Tradução Estudos da Tradução, Pós-Colonialismo e Estudos Feministas Tradução, Ideologia e Cultura	Olga Castro é ouvinte, nascida na Galiza, Espanha. Graduada em Jornalismo e em Estudos da Tradução. Possui Mestrado e Doutorado em Estudos da Tradução. Suas pesquisas versam em especial sobre gênero, linguagem e tradução. É tradutora e intérprete juramentada de Galego-Inglês. Atualmente, é professora na <i>Aston University</i> , Birmingham, na Grã-Bretanha, Reino Unido.

(continua)

Autor/atriz	Contribuições para a pesquisa	Breve geopolítica da produção
	<p>Virada Cultural nos Estudos da Tradução</p> <p>Estudos da Tradução, Pós-Colonialismo e Estudos Feministas</p> <p>Tradução, Ideologia e Cultura</p>	<p>Beatriz Regina Guimarães Barboza está atualmente realizando Doutorado no PGET/UFSC, pesquisando sobre estudos feministas da tradução em <i>queer</i>. Mestre pelo mesmo programa (2018) com a dissertação de tradução comentada do livro <i>The Awful Rowing Toward God</i> (1975), de Anne Sexton, confluindo tradução poética e estudos feministas da tradução. Bacharel em Estudos Literários pela Unicamp (2016) tem se dedicado ao estudo de feminismos e teoria <i>queer</i> articulados à tradução.</p>
	<p>Estudos da Tradução e Feminismo Negro</p> <p>Cartografia dos Estudos da Tradução</p>	<p>Cibele de Guadalupe Sousa Araújo é ouvinte, formada em Letras Português Inglês, com Mestrado e Doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Seus estudos têm ênfase em Estudos Literários, Literatura Inglesa e Americana, Literaturas africanas de Língua Inglesa, Teoria da Tradução e Tradução Literária.</p>
	<p>Estudos da Tradução e Feminismo Negro</p> <p>Cartografia dos Estudos da Tradução</p>	<p>Luciana de Mesquita Silva é ouvinte, Doutora em Letras – Estudos da Linguagem pela PUC-Rio, Mestre, Bacharel e Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É professora no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet) do Rio de Janeiro (RJ), e suas áreas de interesse são: Estudos da Tradução, Culturais e Literários, relações étnico-raciais com foco na linguagem, literatura afro-americana e afro-brasileira.</p>
	<p>Estudos da Tradução e Feminismo Negro</p> <p>Cartografia dos Estudos da Tradução</p>	<p>Dennys Silva-Reis é ouvinte, professor de Literatura Francesa na Universidade Federal do Acre (Ufac), Doutor em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília (Poslit/UnB) e Mestre em Estudos de Tradução pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (Postrad) da UnB. Bacharel em Letras-Tradução e licenciado em Língua e Literatura Francesas pela mesma universidade (UnB). Atua, principalmente, nas áreas de Literatura e Estudos Interartes, Estudos da Tradução, Literatura Francófona e a obra do escritor francês Victor Hugo. Escreve no <i>blog</i> “Historiografia da Tradução no Brasil” (http://historiografiadatraducaobr.blogspot.com.br).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 8 – Movimentos sociais e narrativas sobre os corpos surdos: contribuições (seção 3.1)

Autor/a	Contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	Pintura “O Grito Surdo”	Arnaud Balard é surdocego, artista plástico francês, reconhecido como um dos principais nomes das Artes Surdas na Europa. Graduado em Belas Artes pela <i>Ecole européenne supérieure d'art de Bretagne</i> (EESAB), na França, e criador do movimento artístico Surdismo.
	<i>Deafhood</i> /Surdidade Colonização dos surdos Museu da Surdez Epistemologia surdas	Paddy Ladd é surdo, intelectual britânico, pesquisador, ativista e ator. Cunhou o conceito de <i>Deafhood</i> e contribuiu para refletir as epistemologias surdas. É participante da fundação da <i>National Union of Deaf</i> (NUD), organização histórica em prol dos direitos dos surdos. O autor que contribuiu para os Estudos Surdos circula pelos campos da Antropologia Crítica, dos Estudos Culturais e das teorias pós-estruturalistas.
	<i>Deafhood</i> /Surdidade Perspectiva clínico-terapêutica da surdez Museu da Surdez Perspectiva socioantropológica da surdez Educação Bilíngue para Surdos	Sueli de Fátima Fernandes é ouvinte, intelectual paranaense, pesquisadora dos Estudos Surdos em Educação e na Linguística Aplicada da Libras. Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no setor de Ciências Humanas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Linha Diferença, Diversidade e Desigualdade Sociais. Desenvolve e orienta pesquisas em especial sobre Letramento para surdos, Português para surdos como L2, Tradução em videolibras, Gêneros Textuais em Libras e Interseccionalidades na Surdez. É ativista dos direitos linguísticos e educacionais dos surdos.
	<i>Deafhood</i> /Surdidade Colonização da comunidade surda Museu da Surdez Descolonização dos corpos surdos	Francisco Martins Lopes Terceiro é surdo, pesquisador, Mestre em Educação pelo PPGE da UFPR, formado em Pedagogia pelo Centro Universitário Central Paulista (Unicep) em São Carlos. Nascido na Paraíba, seus interesses de pesquisa são Estudos Surdos em Educação, políticas de Escolas Bilíngues e Inclusivas para Surdos, com foco nos processos educacionais, de ensino e de aprendizagem e de formação escolar de crianças e jovens surdos.
	Normalização dos corpos surdos Perspectiva clínica Surdez como diferença	Carlos Skliar, nascido em Buenos Aires, Argentina, é ouvinte, possui Graduação em Fonoaudiologia e especialização em Licenciatura em Fonoaudiologia, Doutorado em Ciências da Recuperação Humana pela <i>Universidad Del Museo Social Argentino</i> , Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1999, e dois Pós-doutorados pela <i>Universitat de Barcelona</i> , em 2002 e 2012. Atualmente, é pesquisador principal da <i>Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales</i> , Argentina. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação. Volta-se, principalmente, aos seguintes temas: comunicação, inteligência, surdos.

(continua)

Autor/a	Contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	Intelectualidade Surda	Franklin Ferreira Rezende Junior é surdo, graduado em Direito, Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, Amazonas. Graduado em Letras Libras pela UFSC, polo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).
	Congresso de Milão, 1880 Congresso de Paris, 1900 Movimento surdo	Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado é ouvinte, professora do Curso de Letras Libras e do PPGE, na linha Educação Especial e Práticas Inclusivas, na UFES. Graduada em Pedagogia, com Mestrado e Doutorado em Educação pela mesma universidade em que atua. É coordenadora do Grupo de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos (Giples/CNPq-Ufes).
	Congresso de Milão, 1880 Congresso de Paris, 1900 Movimento surdo	Eliane Telles de Bruim Vieira é ouvinte, professora concursada na Prefeitura de Vitória, Espírito Santo, e na Secretaria Estadual de Educação, onde atua no Centro de Atendimento ao Surdo (CAS). É graduada em História pela UFES, possui especialização em História, pela UFES, e Libras, pela Faculdade Integrada de Jacarepaguá (FIJ), além de Mestrado em Diversidades e Práticas Educacionais Inclusivas. Atualmente, está no Doutorado em Educação, linha de Educação Especial e Processos Inclusivos na UFES.
	A invenção da surdez pela medicina Colonização dos corpos surdos Intelectualidade Surda	Patrícia Luiza Ferreira Rezende (ver Quadro 2)
	Surdez e diferença Cultura e identidade surda O Outro ouvinte	Gladis Teresinha Taschetto Perlin é surda, professora da UFSC. É graduada em Teologia pela PUC-RS, Mestre e Doutora em Educação pela UFRGS, e possui Pós-doutorado em Educação também pela UFRGS. Atua na área de educação de surdos com ênfase em Surdez e Diferença, Cultura, Educação e Identidade.
	Máscara da Benevolência Colonização dos surdos Psicologia da Surdez Paternalismo ouvinte	Harlan Lane é ouvinte, neurolinguista e especialista em cultura surda e língua de sinais estadunidense. Foi professor de Psicologia na Universidade do Nordeste em Boston, EUA. Nascido em Nova Iorque, concluiu Bacharelado e Mestrado em Psicologia na Universidade de Columbia, EUA, e Ph.D. em Harvard. Após ser introduzido à comunidade surda na Universidade da Califórnia, como professor visitante, criou o programa de língua de sinais americana nos anos de 1970, na Universidade em que atuava, em Boston.
	Colonialismo Negritude	Aimé Césaire (ver Quadro 2).

(continua)

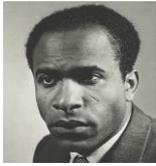
Autor/a	Contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	<p>Representação</p> <p>Discurso</p> <p>Epistemologias visuais</p>	<p>bell hooks é ouvinte, intelectual do feminismo negro. Nasceu em uma cidade rural do estado americano de Kentucky. Formou-se em Literatura Inglesa na Universidade de Stanford, é Mestre pela Universidade de Wisconsin e Doutora pela Universidade da Califórnia. Suas pesquisas focam nas discussões sobre raça, gênero e classe e nas relações sociais opressivas, com ênfase em temas como arte, história, feminismo, educação e mídia de massas.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 9 – Silenciamento histórico (seção 3.2)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	<p>Revolução Haitiana</p> <p>Narrativas silenciadas</p> <p>Produção e manipulação de fontes narrativas</p>	<p>Michel-Rolph Trouillot (1949-2012) era ouvinte, intelectual e antropólogo haitiano, professor de Antropologia e Ciências Sociais na Universidade de Chicago, EUA. Exilado de seu país natal, encontrou refúgio em Nova Iorque, onde começou a ensaiar para um grupo teatral de haitianos exilados, pois acreditava que o teatro poderia ser utilizado para instigar a mudança social e alterar o curso da política. Posteriormente, formou-se no <i>Brooklyn College</i> em História e Cultura Caribenha, enquanto participava do ativismo cultural e político da diáspora Haitiana. Entrou no programa de antropologia da Universidade Johns Hopkins, nos EUA.</p>
<p>Marta Fuentes (não há foto disponível)</p>	<p>Movimentos Sociais</p>	<p>Marta Fuentes (1937-1993) era ouvinte, nascida em Santiago do Chile, historiadora militante do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR – Chile). Exilou-se na Alemanha após o golpe de Estado de Pinochet. Mestre no Instituto de Estudos Sociais de Haia, Holanda, dedicou-se ao estudo de movimentos sociais.</p>
	<p>Movimentos Sociais</p>	<p>André Gunder Frank (1929-2005) foi um economista e sociólogo alemão, de família judaica. Fugiu de seu país com a tomada do Nazismo e realizou seus estudos nos EUA. É considerado um dos precursores da Teoria da Dependência, perspectiva crítica e marxista acerca da subordinação de países periféricos do capitalismo global em relação a países centrais.</p>
	<p>A presença de mulheres na Revolução Haitiana</p>	<p>Júlia Amaral Jacobini é ouvinte, é Bacharel em História pela UFRGS, onde se dedicou a investigar o papel das mulheres na Revolução Haitiana a partir da obra <i>La Isla Bajo el Mar</i>, da chilena Isabel Allende. Ênfase em História e Literatura e História da América Latina, História e Mulheres.</p>
	<p>Literatura branca como produtora de camuflagem da Revolução Haitiana</p> <p>Revolução Haitiana como uma revolução médica</p>	<p>Jeremy d. Popkin é ouvinte, historiador estadunidense, professor do departamento de História da Universidade do Kentucky (EUA). Formou-se e realizou PhD na Universidade da Califórnia, e Mestrado em Harvard. Seu principal tema de pesquisa é a História das Revoluções Haitiana e Francesa.</p>

(continua)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	Psicologia do Colonialismo	Frantz Fanon (1925-1961) era ouvinte, psiquiatra e filósofo político martiniquês, pan-africanista, humanista e marxista. Voltou seus interesses para a psicopatologia da colonização. Foi membro da Frente de Libertação Nacional da Argélia e inspirou movimentos de libertação nacional em diversos países.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 10 – Movimento surdo, intérpretes e (des)colonização (seção 3.2)

Ator/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	Tradução como ato político	Denise Carrascosa é ouvinte, Doutora em crítica literária e cultural, tradutora literária, advogada e professora adjunta de literatura na UFBA, na Graduação do Instituto de Letras e no Programa de Pós-Graduação de Literatura e Cultura. Lidera o projeto de pesquisa “Traduzindo no Atlântico Negro” e coordena, há oito anos, o projeto de extensão Corpos Indóceis e Mentes Livres, trabalho de produção de oficinas de escrita literária e <i>performance</i> no Conjunto Penal Feminino do Complexo Penitenciário Lemos Brito, na Bahia, onde construiu, junto com mulheres presas sentenciadas, a Biblioteca Mentes Livres.
	Tradução e vivência Tradução Escrivivente	Luciana Reis é ouvinte, tradutora e intérprete e professora de língua inglesa na educação básica em São Francisco do Conde – BA. Mestra e doutoranda em Literatura e Cultura na UFBA, com foco nos Estudos da Tradução Cultural e Intersemiótica. Licenciada em Letras – Inglês UFBA e Turismo pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb).
	Movimento social surdo Oficialização da Lei de Libras	Fabio Bezerra de Brito é Doutor em Educação pela USP (2013) com ênfase em Educação Especial. Bacharel, Licenciado e Mestre em História pela USP. É professor de História da Escola de Aplicação na USP. Suas pesquisas concentram-se em movimento social das pessoas com deficiência, história dos surdos e da língua de sinais no Brasil, educação do surdo, inclusão escolar, Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para alunos público-alvo da Educação Especial, Adaptações Curriculares na Educação Inclusiva, História da pesquisa em Educação Inclusiva no Brasil.
	Movimentos Surdos e deslocamentos políticos	Silvana Aguiar dos Santos é ouvinte, intérprete de Libras, tradutora, professora e pesquisadora no Departamento de Libras e no PGET da UFSC. É, também, professora na POET da Universidade Federal do Ceará (UFC), além de coordenadora do Programa de Extensão Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais na Esfera Jurídica (TILSJUR). Nascida em Santa Maria – RS, onde se formou em Educação Especial na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em Educação e Doutora em Estudos da Tradução pela UFSC. Sua experiência é voltada à área de Estudos da Interpretação (comunitária), formação e profissionalização de intérpretes de língua de sinais na esfera jurídica.

(continua)

Ator/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	Educação Bilíngue para Surdos Movimento Surdo	Patrícia Luiza Ferreira Rezende (ver Quadro 2).
	Educação Bilíngue para Surdos Movimento Surdo	Ana Regina Campello é surda, professora no Ines nos cursos de Pedagogia Bilíngue e Pós-Graduação. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutora em Educação pela UFSC. Uma das principais lideranças surdas brasileira, atuante na Feneis e Febrapils.
	Movimentos Sociais e a Comunidade Surda	Ana Paula Jung é ouvinte, professora e tradutora intérprete de Libras. Atualmente, é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) – Campus Palhoça Bilíngue, onde coordena o polo do curso de Pedagogia Bilíngue do Ines. É membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Educação e Tecnologias em Língua de Sinais e do InterTrads. Mestranda em Estudos da Tradução pela UFSC, Pós-Graduada em Gestão Pública e Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Atuou por vários anos na área da educação de surdos como professora, diretora de escola e intérprete da Educação Básica.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 11 – Emergência dos Estudos da Interpretação: contribuições (seções 4.1 e 4.2)

Ator/a	Contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	História da Tradução Tradução na Antiguidade Tradução no Medievo Tradução no Renascimento	Mauri Furlan é ouvinte, professor titular na UFSC e tradutor. Suas principais publicações versam sobre as temáticas clássicas dos Estudos da Tradução. Trabalha com a língua Latina. Fundador das revistas acadêmicas da área dos Estudos da Tradução “Cadernos de Tradução” e “Scientia Traductionis”.
	Conceito de tradução na escola alemã Sobre a Interpretação	Friedrich Schleiermacher (1768-1834) foi ouvinte, alemão, filósofo, teólogo, tradutor, professor universitário e pregador na Igreja Trindade, em Berlim. Suas obras teológicas exerceram forte influência na teologia protestante, além de ter traduzido obras de Platão.
	Conceito de interpretação	Tito Lívio Cruz Romão Concluiu Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Letras (Tradução e Cultura) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Concluiu Doutorado em Estudos da Tradução pela UFSC. Cumpriu créditos de Doutorado em Teoria da Tradução na <i>Universität Wien</i> (Universidade de Viena/Áustria). Possui Graduação em Letras Francês-Português pela Universidade Estadual do Ceará – Uece (1984), Graduação em Letras Inglês pela Uece

(continua)

Ator/a	Contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
		<p>(1985), Mestrado em Linguística Aplicada (Tradução) pela <i>Johannes-Gutenberg Universität Mainz</i>, Alemanha (1990) e Especialização em Interpretação de Conferências (Interpretação Simultânea e Consecutiva) pela <i>Ruprecht Karl-Universität Heidelberg</i>, Alemanha (1992). É um dos líderes do Grupo de Pesquisas em Tradução, Funcionalismo e Ensino (TRAFE-CNPq). Foi Coordenador de Assuntos Internacionais da Universidade Federal do Ceará (novembro de 2012 a outubro de 2015), Coordenador Institucional do Programa Ciência sem Fronteiras na UFC (março de 2013 a outubro de 2015) e do Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (Paec), uma iniciativa conjunta do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, da OEA e diversas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. É tradutor público e intérprete comercial nomeado pela Junta Comercial do Estado do Ceará para a língua alemã. Desde 1993, é professor de língua e cultura alemã no Curso de Letras Português/Alemão. Atualmente, é membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (Literatura Comparada) da UFC. Traduziu livros, capítulos de livros e artigos do alemão, francês e inglês. Atualmente, está traduzindo uma série de histórias clínicas de Sigmund Freud. Desde 2011, faz parte da Associação Cearense de Tradutores Públicos (Acetesp) e é presidente da Associação Norte-Nordeste de Professores de Alemão (gestão 2017-2019). É membro da Associação Latino-Americana de Estudos Germanísticos (Aleg) e membro-fundador da Associação Brasileira de Estudos Germanísticos (Abeg). De 2014 a 2016, foi o representante de Língua Alemã da UFC no Programa Idiomas Sem Fronteiras.</p>
	<p>História da interpretação na América Latina</p> <p>Presença dos “Línguas”</p>	<p>Damiana Rosa de Oliveira é ouvinte, graduada em Letras pela Universidade Metodista de São Paulo e pós-graduada em Tradução-Interpretação Português-Espanhol pela Universidade Gama Filho (UGF). Trabalhou na Cátedra da Unesco de Comunicação para Desenvolvimento Regional por cinco anos, onde começou a sua carreira traduzindo e revisando artigos e livros. Hoje é legendadora e traduz nas áreas técnicas, acadêmica e médica.</p>
	<p>História da interpretação na América Latina</p> <p>Presença dos “Línguas”</p>	<p>Andreia de Jesus Cintas Vazquez é ouvinte, graduada em Letras pela Universidade do Grande ABC em São Paulo; pós-graduada em Tradução pela Universidade do Grande ABC, onde desenvolveu a pesquisa “Metáfora e a Tradução Poética: Recorte de Traduções Emily Dickinson”; professora das línguas inglesas e portuguesas há dez anos; e é também palestrante.</p>
	<p>História da interpretação na América Latina</p> <p>Presença dos “Línguas”</p>	<p>Lia Wyler [em construção].</p>

(continua)

Ator/a	Contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	<p>Estudos da Interpretação</p> <p>Interpretação Comunitária</p>	<p>Franz Pöchhacker [em construção].</p>
	<p>História da Tradução na América Latina</p> <p>Tradutores/as Negros/as na História da Tradução</p> <p>Etno-história da Tradução;</p>	<p>Dennys Silva-Reis (ver Quadro 3).</p>
	<p>Tradutores/as Negros/as na História da Tradução</p>	<p>Rosa Inés Curiel Pichardo, mais conhecida como Ochy Curiel, é ouvinte, teórica feminista, cantora e antropóloga social afro-dominicana. Ela é conhecida por ajudar a estabelecer o movimento de mulheres afro-caribenhas e afirmar que o lesbianismo não é uma identidade, orientação ou preferência sexual, mas, em vez disso, uma posição política. Ela é uma das mais importantes teóricas feministas na América Latina e no Caribe. Bacharel em Serviço Social pela <i>Pontificia Universidade Católica Madre y Mestra</i> na República Dominicana. Mudou-se para o México e, posteriormente, para a Colômbia, onde lecionou em universidades.</p>
	<p>Conceito de Tradução e Interpretação</p>	<p>Reynaldo José Pagura é ouvinte, brasileiro, licenciado em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Linguística/ Aquisição de Linguagem pela Brigham Young University e Pós Doutor em Letras pela USP, com pesquisa nos estudos da tradução. Seus interesses de pesquisa ainda abordam formação de intérpretes, interpretação jurídica e comercial e história da tradução. Atualmente, é professor no Programa de Estudos da Tradução da Universidade de Illinois (EUA).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 12 – Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais: contribuições (seções 4.3 e 4.4)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	<p>Filiação dos ETILS aos ET e EI</p> <p>Presença das línguas de sinais nos mapeamentos dos Estudos da Tradução</p>	<p>Maria Lúcia Vasconcellos é professora no PGET da UFSC. É Doutora em Inglês – Estudos Linguísticos e Literários pela UFSC e Mestre em Estudos Literários pela UFMG. Suas pesquisas concentram-se em Análise Textual e Tradução, Mapeamento disciplinar dos Estudos da Tradução, com inserção da Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais. Atua também com formação de tradutores.</p>
	<p>Estado da arte das pesquisas de Tradução e Interpretação em Libras</p>	<p>Silvana Aguiar dos Santos (ver Quadro 6).</p>
	<p>A língua de sinais nos Estudos da Tradução e nos Estudos da Interpretação</p> <p>Articulação entre os Estudos da Tradução e pesquisas em língua de sinais</p> <p>Tipologia dos estudos da tradução aplicada a língua de sinais</p>	<p>Maria Cristina Pires Pereira é ouvinte, professora da área de Tradução do Bacharelado em Letras Libras da UFRGS. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Estudos de Tradução Olga Fedossejeva, na mesma universidade. Doutora em Estudos da Tradução pela UFSC, mestra em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).</p>
	<p>Modalidade da língua de sinais e sua singularidade na interpretação e tradução</p> <p>Interpretação e Tradução em língua de sinais</p> <p>ETILS e Estudos da Tradução</p> <p>Efeitos de Modalidade</p>	<p>Carlos Henrique Rodrigues é ouvinte, professor do Departamento de Libras e da PGET na UFSC. Doutor em Linguística Aplicada – Estudos da Tradução, Mestre em Educação pela UFMG, e possui Pós-doutorado em Didática da Tradução na Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha.</p>
	<p>Tradução Audiovisual em Libras (TALS)</p>	<p>Tiago Coimbra é ouvinte, professor no Bacharelado de Letras Libras da UFRGS. Doutorando e Mestre em Estudos da Tradução e Bacharel em Letras Libras pela UFSC. Suas pesquisas abrangem temas como traduções cinematográficas, literárias e interpretação em conferência.</p>
	<p>TALS</p>	<p>Vinicius Nascimento é ouvinte, professor Bacharel em Letras Libras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do PGET da UFSC. É tradutor e intérprete de Libras-Português com experiência em textos didáticos, literários e audiovisuais. Coordena o Laboratório de Tradução Audiovisual da Língua de Sinais (Latravis/DPsi/UFSCar), líder do Grupo de Estudos Discursivos da Língua de Sinais (GEDiLS/UFSCar) e membro do InterTrads/UFSC. Seus temas de estudo são tradução e interpretação de</p>

(continua)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
		Libras, audiovisual, intermodalidade, verbo-visualidade e estudos bakhtinianos.
	ETILS e Estudos da Tradução Efeitos de Modalidade	Hanna Beer Furtado é ouvinte, tradutora intérprete de Libras, Doutoranda em Linguística pela UFSC. Mestre em Linguística Aplicada e Aquisição de Segundas Línguas em Contextos Multilíngues pela Universidade de Barcelona, Espanha. Bacharela em Direito pela UFJF, Integra o Grupo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais - InterTrads - na linha de Tradução, Interpretação e Serviços Públicos. Integra o grupo de extensão TILSJUR/UFSC.
	Tradução Intersemiótica	Ronice Muller Quadros é ouvinte, filha de mãe e pai surdos (CODA), professora e pesquisadora da UFSC, com foco em estudos da língua de sinais, aquisição e gramática da Libras. Pedagoga, Mestre e Doutora em Linguística pela PUC-RS. Possui Pós-doutorado pela Universidade Gallaudet e Universidade de Connecticut, EUA.
	Tradução Intersemiótica	Rimar Segala é surdo, professor, pesquisador, tradutor e ator surdo. Atualmente, é Professor Assistente II do Departamento de Psicologia no Curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa da UFSCar. Tem experiência na área de Letras, tradução, educação, arte e literatura com ênfase em Libras.
	Normas de Tradução Surda Ator tradutor <i>Performance</i> tradutória	Saulo Xavier Souza é ouvinte, tradutor e intérprete de Libras. Bacharel em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza (Unifor), Mestre e Doutor em Estudos da Tradução pela UFSC. Suas pesquisas voltam-se às <i>performances</i> da tradução em língua de sinais, tradução de poesia, norma surda de tradução.
	Videolibras Gêneros textuais em Libras Tradução em videolibras <i>Performance</i> tradutória	Sueli de Fátima Fernandes (ver Quadro 4).
	Videolibras Gêneros textuais em Libras Tradução em videolibras <i>Performance</i> tradutória	Rhaul de Lemos Santos é ouvinte, nascido em Cabo Frio, Rio de Janeiro, tradutor e intérprete de Libras da UFPR. Tradutor e intérprete de Libras no contexto artístico e comunitário. É Mestre em Educação pela Linha Diferença, Diversidade e Desigualdade Social pela UFPR e Doutorando no mesmo programa e na mesma linha. Possui pesquisas publicadas sobre tradução em videolibras, acessibilidade no Ensino Superior, Corpo Negro e Estética Negra como Resistência, Negros/as Surdos/as no Ensino Superior, Interseccionalidade e <i>Slam</i> Resistência Surda.

(continua)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	<p>Videolibras</p> <p>Gêneros textuais em Libras</p> <p>Tradução em videolibras</p> <p><i>Performance</i> tradutória</p>	<p>Jonatas Rodrigues Medeiros [em construção]</p>
	<p>Gramática Visual</p>	<p>Alexandre Rosado é ouvinte, professor Adjunto do Ines, no curso de Pedagogia e no Mestrado Profissional em Educação Bilíngue. É um dos líderes do Grupo de Pesquisa Educação, Mídias e Comunidade Surda no Departamento de Ensino Superior (Desu) do Ines desde 2015. É Doutor em Educação pela PUC-Rio e Mestre em Educação na linha de Novas Tecnologias da Informação e Comunicação em Processos Educacionais pela Universidade Estácio de Sá – Unesa, desde 2008. Graduado em Comunicação Social pela Universidade Gama Filho (2004) com habilitação em Publicidade e Propaganda. Seus principais temas de pesquisa são mídia-educação, juventude e mídia, novas tecnologias da informação e comunicação, letramento visual, autoria digital emergente, autoria acadêmica, processos de construção, transições e transformações tecnológicas.</p>
	<p>Gramática Visual</p>	<p>Cristiane Taveira é ouvinte, Pedagoga, Doutora em Educação pela PUC-Rio. Professora Adjunta da área de Educação Bilíngue do Desu/Ines fazendo parte do Comissão Permanente para Normalização do Trabalho Monográfico em Libras e Língua Portuguesa. Trabalhou na formação continuada e em serviço de professores da Educação Especial do Município do Rio de Janeiro. Em 2015, foi ganhadora do 1º lugar no Prêmio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de Tese na área de Educação com estudo sobre didática com alunos surdos sob o título <i>Por uma didática da invenção surda: prática pedagógica nas escolas-piloto de educação bilíngue no município do Rio de Janeiro</i>. No Ines, é um dos líderes do grupo de pesquisa Educação, Mídias e Comunidade Surda. Suas pesquisas na área da Educação Especial abrangem temas como: Tecnologia Assistiva – Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), Educação Bilíngue (Libras, Língua Portuguesa) voltada à surdez, Letramento Visual e Materiais didáticos voltados a Escolas Bilíngues de surdos, Monografias em Libras.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 13 – *Performance* tradutória: contribuições (seção 4.5)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	Tradução e <i>performance</i>	Denise Carrascosa (ver Quadro 6).
	Tradução e ativismo Neutralidade tradutória Tradução e política	Patricia Hill Collins (ver Quadro 1).
	Estudos da Tradução e Feminismo Negro Lésbico Tradução e <i>performance</i>	Tatiana Nascimento é ouvinte, brasileira, cantora, compositora, poeta, tradutora, editora, pesquisadora em literatura da diáspora negra sexual-dissidente. Doutora em Estudos da Tradução pela UFSC; licenciada em Letras-Português pela UnB; professora voluntária na UnB; editora-co-fundadora da Padê editorial, que publicou desde sua fundação, em 2006, mais de 50 títulos de autoras negras e/ou lésbicas em livros artesanais. Como poeta, publicou “lundu”, “mil994” e “07 notas sobre o apocalipse, ou poemas para o fim do mundo”.
	Tradução e Transcrição	Haroldo de Campos (1929-2003) foi um poeta e tradutor paulistano. Sua produção poética é indissociável de sua obra tradutória, registrada em inúmeros livros – desde Ezra Pound – Cantares até a <i>Ilíada</i> de Homero, além das publicações póstumas. O que o singulariza como tradutor literário é não apenas seu amplo repertório linguístico-literário, desde textos hebraicos do cânon bíblico até poetas contemporâneos seus, como Octavio Paz, Giuseppe Ungaretti e Konstantinos Kaváfis, passando por Dante e Goethe, pela poesia clássica chinesa e pelo teatro Nô japonês, além da poesia moderna de diversas línguas. Sua conceituação da atividade tradutória como “transcrição”, teorizada em inúmeros ensaios e textos introdutórios a suas traduções, torna-o internacionalmente uma referência singular no âmbito da tradução literária
	Tradução e Performance	Guilherme Gontijo Flores é ouvinte, nascido em Brasília, é poeta, tradutor e professor na UFPR. Licenciado em Língua Portuguesa e Literatura pela UFES, Mestre em Estudos Literários pela UFMG e Doutor em Letras Clássicas pela USP. É coeditor do <i>blog</i> e revista <i>Escamandro: poesia tradução crítica</i> . Nos últimos anos, tem trabalhado com tradução e performance de poesia antiga, integrando o grupo Pecora Loca.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 14 – Direitos humanos, Estudos Surdos e interseccionalidade: contribuições (seções 5.1 e 5.2)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	Movimento Negro Surdo	Fred Michael Beam é surdo, estadunidense, artista, dançarino, ator, educador, diretor e coreógrafo. Sua premiada apresentação solo retrata sua experiência de homem negro e surdo.
	Direitos Humanos e crítica à Universalidade Direitos Humanos Amefricanos Direitos Humanos e Interseccionalidade	Thula Pires é ouvinte, Doutora e Mestra em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC-Rio, onde também se graduou. Atualmente, é professora na Graduação e na Pós-Graduação em Direito, além de atuar como Coordenadora-Adjunta de Graduação no mesmo curso e Coordenadora Geral do Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (Nirema). Professora Visitante Jr. no <i>African Gender Institute, University of Cape Town (CAPES/Print/2020)</i> . Membro do Conselho do Instituto Clima e Sociedade (ICS), da Assembleia Geral da Anistia Internacional no Brasil e associada de CRIOLA. Mãe da Dandara e bailarina. Tem experiência na área de: Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: pensamento afrodiaspórico, racismo, mulheres negras, decolonialidade, teoria crítica da raça, direitos humanos e teoria do reconhecimento.
	Neutralidade Jurista Branco	Adilson José Moreira é ouvinte, Doutor em Direito Constitucional Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de Harvard. Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG com estágio doutoral sanduíche na Faculdade de Direito da Universidade de Yale. <i>Master of Laws</i> pela Faculdade de Direito da Universidade de Harvard. Mestre em Direito Constitucional e Bacharel em Direito pela UFMG. Esteve envolvido com pesquisas sobre Direitos Fundamentais, Sociologia do Direito e Direitos de Minorias desde a Graduação. O interesse por esses temas manteve-se durante os cursos de Pós-Graduação e, também, o motivou a procurar formação acadêmica nos Estados Unidos. Desenvolve uma série de projetos que envolvem Teorias de Discriminação, Sociologia do Direito, História do Direito, Direito de Família e Direito de Minorias.
	Esvaziamento dos Direitos Humanos	Carlos Ugo Santander Joo é ouvinte, Doutor em Sociologia – Estudos Comparados sobre América Latina pela UnB. É Mestre em <i>Estudios Políticos y Sociales Latinoamericanos</i> pelo <i>Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales (ILades)</i> da Universidade Padre Alberto Hurtado, Chile, concluído em 1999. Possui Graduação em Ciência Política (1996) pela Universidade Nacional Federico Villarreal (UNFV), Peru. Pós-Doutor em Ciência Política na <i>Libera Università Internazionale degli Studi Sociali “Guido Carli” (LUISS-Itália)</i> . Pós-Doutor em Ciências Sociais na Universidade Nacional Mayor de San Marcos, Peru. Atualmente, é professor Associado da UFG lotado na Faculdade de Ciências Sociais, e é professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Direitos

(continua)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
		Humanos.
	Esvaziamento dos Direitos Humanos	Andrey Borges Pimentel Ribeiro é doutorando em Educação na linha de pesquisa Fundamentos dos Processos Educativos. Mestre em Ciência Política e Especialista em Direito Constitucional e Bacharel em Direito, todas pela UFG, e, também, Licenciado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Atualmente, é Professor no Curso de Direito da Faculdade Sul-Americana (Fasam), no Estado de Goiás.
	Interseccionalidade Direitos Humanos e Interseccionalidade	Patricia Hill Collins (ver Quadro 1).
	América Raça, Gênero e Classe	Lélia Gonzalez [em construção]
	Interseccionalidade	Carla Akotirene [em construção]
	Estudos Surdos e Interseccionalidade Movimento Negro Surdo nos EUA Movimento Negro Surdo no Brasil	Rhaul de Lemos Santos (ver Quadro 8).
	Negros Surdos Movimento Negro Surdo no Brasil	Priscilla Leonnor Alencar Ferreira é surda, Mestre em Ensino na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós-graduada (<i>Latu Sensu</i>) em Libras, pela Faculdade Dom Pedro II (2013). Graduada em Letras Libras pela UFSC e Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Evangélica de Salvador (Facesa). Pesquisadora no grupo de Pesquisa Análise e Aprendizagem de Língua de Sinais (AnALiSi) e coordenadora atual do projeto de extensão 1º Encontro de Estudos das Relações Étnicas Raciais. Suas pesquisas envolvem língua de sinais nos seguintes temas: Estudos de ensino e estudos de educação de negros surdos, Estudos Culturais Políticos e Estudos de Artes Visuais, com foco em relações étnico-raciais, comunidade surda, movimentos, liderança e Empoderamento de negros surdos, mulheres surdas e Libras.

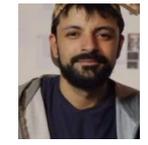
Quadro 15 – Literatura e Direitos Humanos (seções 5.3 e 5.4)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	Articulação entre literatura e direito	Jaime Ginzburg é ouvinte, professor de Literatura Brasileira na USP. Desenvolve atualmente o projeto de pesquisa “Literatura e cinema no Brasil contemporâneo - segunda fase”, com bolsa de produtividade de pesquisa do CNPq. Atualmente coordena o Grupo de pesquisa Literatura e cinema no Brasil contemporâneo. Licenciado em Letras - Português pela UFRGS (1988), Mestre em Literatura Brasileira pela USP (1993) e Doutor em Letras pela UFRGS (1997). Realizou Pós-doutorado em Estudos Literários na UFMG (2009-2010).
	Poesia e afloramento da linguagem Poesia e resistência Poesia e grupos subalternizados	Audre Lorde (1934-1992), foi ouvinte, nascida em Nova Iorque, Estados Unidos, filha de pais caribenhos. Foi escritora, poeta, ativista e referência nas lutas feministas, LGBT, do movimento negro e dos direitos civis. Formou-se em Biblioteconomia na Universidade da Cidade de Nova Iorque e possui Mestrado na mesma área na Universidade de Columbia. Além de diversas publicações em revistas e antologias, participou ativamente dos movimentos culturais LGBT e ações pelos direitos civis e das mulheres.
	Literatura e Denúncia	Odailta Alves é ouvinte, escritora, poeta e ativista, nascida no Recife, formada em Letras e com Mestrado em Linguística pela UFPE. Nasceu dos becos da favela de Santo Amaro, filha e neta de mulheres negras analfabetas, sendo a primeira da família de nove em seu barraco a aprender a ler. Suas temáticas versam sobre violência contra as mulheres, desigualdade social e questões raciais.
	Poesia e Direitos Humanos	Leila Lehnen é ouvinte, nascida nos EUA. Tem Ph.D. pela Vanderbilt University. <i>Master of Arts</i> em Português e Espanhol (<i>Vanderbilt University/EUA</i>) e <i>Master of Arts</i> em Literatura Comparada (<i>University of Washington/EUA</i>). Bacharel em Artes (<i>Eberhardts-Karls-Universität/Alemanha</i>). Professora Associada do Departamento de Espanhol e Português e no Mestrado em Literatura e Cultura Brasileira (<i>University of New Mexico</i>). Pesquisadora da Universidade do Novo México, Leila Lehnen é especialista em literatura brasileira. Publicou um ensaio no livro <i>O futuro pelo retrovisor: inquietudes na literatura brasileira contemporânea</i> , da editora Rocco, que reuniu uma série de análises sobre o trabalho de autores contemporâneos brasileiros.

(continua)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	<p>Literatura e Direitos Humanos</p> <p>Literatura e violência</p>	<p>Regina Dalcastagnè é professora de literatura brasileira da Universidade de Brasília e pesquisadora do CNPq. Coordena o Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea e edita as revistas Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea e Veredas, da Associação Internacional de Lusitanistas. É Doutora em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas.</p>
	<p>Direito Humano, narrativa, literatura e performance.</p>	<p>Denise Carrascosa (ver Quadro 6).</p>
	<p>Literaturas pós-coloniais</p> <p>Geocrítica do conhecimento</p>	<p>Inocência Mata (ver Quadro 2)</p>
	<p>Literatura Surda</p> <p>Gêneros literários em Libras</p> <p>Tradução e Interpretação de Literatura Surda</p>	<p>Rachel Sutton-Spence é ouvinte, britânica, residente no Brasil. Professora na UFSC, na área das Letras, com ênfase em estudos literários. Graduada em Psicologia Experimental pela Universidade de Oxford e possui Doutorado em Estudos Surdos pela Universidade de Bristol (Inglaterra). Atua principalmente com os seguintes temas: libras, línguas de sinais, literatura surda, poesia e literatura sinalizada. É líder do Grupo de Pesquisa Literatura em Línguas de Sinais da UFSC.</p>
	<p>Literatura Surda</p> <p>Mãos Visoliterárias</p>	<p>Cacau Mourão é surdo, Doutor e Mestre em Educação pela UFRGS, na linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação. É graduado em Letras/Libras, pela UFSC, e em Educação Física, pelo Centro Universitário Metodista (IPA). Atualmente, é professor de Libras da UFRGS e desenvolve pesquisas no campo de Literatura Surda.</p>
	<p>Literatura Surda</p>	<p>Lodenir Becker Karnopp é ouvinte, gaúcha, licenciada em Letras, especialista em Língua Portuguesa, Mestre e Doutora em Letras e Linguística pela PUCRS.</p>
	<p>Literatura Negra Surda</p> <p>Poesia Surda Marginal</p> <p>Poesia Surda de Denúncia</p> <p>Tradução e Transcrição em Libras</p>	<p>Edvaldo Santos, conhecido como Edinho Poesia é surdo, paulistano, poeta, <i>slammer</i> e arte educador. Chegou à final do <i>Slam</i> BR, atua em diversos segmentos da arte e é educador no Itaú Cultural.</p>

(continua)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	<p>Poesia Surda Marginal</p> <p>Tradução e Transcrição em Libras</p>	<p>Erika Mota é ouvinte, pedagoga, tradutora e intérprete de Libras. Integrante do grupo Corposinalizante, coautora e co-curadora do Projeto LiteraSurda, no Serviço Social do Comércio (Sesc) Paulista e Sesc Campo Limpo. Atua como intérprete de Libras na esfera cultural em diversas linguagens artísticas, nas principais instituições culturais: Museu de Arte Moderna de São Paul, Itaú Cultural, FliP, Sesc.</p>
	<p>Literaturas Surdas</p> <p>Literatura Negra Surda</p> <p>Literatura Surda Interseccionalidade e violência</p> <p>Feminismo Negro Surdo</p>	<p>Ires Brito dos Anjos é doutoranda em Literatura e Cultura, Mestre em Estudos Étnicos e Africanos e graduada em Letras Vernáculas pela UFBA. Está realizando também Pós-Graduação em Formação de Professores de Libras na Uneb. Seus interesses de pesquisa voltam-se para os temas: Racismo, políticas raciais, musicalidade negra e literatura negra surda.</p>
	<p>Literaturas Surdas</p> <p>Literatura Surda Interseccionalidade e violência</p> <p>Feminismo Negro Surdo</p>	<p>Nanci Bento Araújo é professora do Instituto de Letras da UFBA, onde realizou seu Mestrado e Doutorado em Letras e Linguística. É professora da Rede Estadual de Ensino, onde leciona em uma escola para surdos. Faz parte dos Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos (GPFPS) no Ines e no Programa de Aquisição e Ensino do Português (Proaep) da UFBA. Suas pesquisas são voltadas à Aquisição da Linguagem, aos Estudos Surdos, ao Ensino de Português para Surdos, Ledora/Transcritora e Ensino da Libras.</p>
	<p>Literaturas Surdas</p> <p>Literatura Surda Interseccionalidade e violência</p> <p>Feminismo Negro Surdo</p> <p>Poesia Surda de Denúncia</p>	<p>Nayara Rodrigues é surda, educadora, poeta surda e consultora de tradução de Libras. Participa do <i>Slam</i> do Corpo e de outros saraus e batalhas de poesia como <i>slammer</i> e poeta. É também MC, mãe, performer, cofundadora do grupo RamariaS e contadora de histórias no gRUPO êBA! Trabalho de assistente tradução na empresa AME e ICOM.</p>
	<p>Literaturas Surdas</p> <p>Literatura Surda Interseccionalidade e violência</p> <p>Feminismo Negro Surdo</p> <p>Poeta Subalterno</p> <p><i>Slam</i> em Libras</p>	<p>Jonatas Rodrigues Medeiros é ouvinte, tradutor intérprete de Libras na UFPR e na área artística. Nascido no interior do Paraná. Mestrando em Estudos da Tradução pela UFSC, Licenciado em Letras Libras pela UFPR. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estudos Surdos, Letramento bilíngue, vídeolibras. Traduz literatura, peças teatrais e conteúdos audiovisuais. É ator-tradutor (tradutor), roteirista e diretor de teatro. Utiliza a interpretação e a tradução como ativismo. É diretor regional sul da Febrapils e faz parte da Coordenadoria Arte Surda do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão no Estado do Paraná (Sated-PR)</p>

(continua)

(conclusão)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	Poeta Subalterno <i>Slam</i> em Libras	Rhaul de Lemos Santos (ver Quadro 8)
	Poeta Subalterno <i>Slam</i> em Libras	Gabriela Grigolom é surda, artista, poeta, <i>slammer</i> , atriz e diretora de teatro. Graduanda em Artes Cênicas pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Fundadora do <i>Slam Resistência Surda</i> , em Curitiba. Coordenadora de Arte Surda no Sated-PR.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 16 – Ativismo e agenciamento tradutório: contribuições (seção 5.5)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	Tradução e Dissidência Tradução e agência Tradução e ativismo	Mona Baker é ouvinte, professora de Estudos da Tradução e Diretora do Centro de Tradução e Estudos Interculturais na Universidade de Manchester, Inglaterra. É formada na Universidade Americana do Cairo, Egito, em Literatura Inglesa, e possui Mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade de Birmingham, Inglaterra. Suas pesquisas são voltadas à tradução e a conflitos políticos, às comunidades ativistas em tradução, à teoria narrativa aplicada à tradução e à interpretação.
	Agência tradutória	John Milton é britânico com cidadania brasileira, graduou-se em Letras - Literatura Inglesa e Espanhol da Universidade de Wales (Swansea). Possui Mestrado pela PUC-SP em Linguística Aplicada, e Doutorado em Literatura Inglesa pela USP, onde é professor na área de Literatura Inglesa e Estudos da Tradução. Especialista e tradutor de grandes obras da literatura, como Shakespeare. É reconhecido também como um dos principais agentes tradutórios.
	Agência tradutória	Paul Bandia é professor de Estudos Francófonos na Universidade Concordia, em Montreal, Canadá, especializada no campo dos estudos de tradução com enfoque nas literaturas africanas. É o autor do livro <i>Tradução literária como reparação: escrita e tradução em pós-colonial</i> .
	Tradução e ativismo	Maria Tymoczko é ouvinte, professora de Literatura Comparada na Universidade de Massachusetts. Seus estudos focam em Estudos da Tradução, Literatura Celta Medieval e Estudos Irlandeses. Recebeu prêmios por seus estudos críticos acerca de James Joyce e Tradução em um Contexto Pós-colonial.

(continua)

Autor/a	Principais contribuições para a pesquisa	Geopolítica da produção de conhecimento
	Escrita como tradução	Wiam El-Tamami é ouvinte, tradutora literária e editora. Nasceu em uma comunidade internacional no Kuwait, filha de pais egípcios morou em diversos países como Egito, EUA, Inglaterra e Vietnam. Presenciou os fatos ocorridos em 2011 no Egito, o que influenciou sua escrita sobre suas experiências de não pertencimento a um país.
	Tradução e documentação audiovisual	Salma El Tarzi é ouvinte, egípcia, diretora de cinema, artista e escritora. Entre documentários, história em quadrinhos não ficcionais sobre violência de gênero, pinturas e desenhos, iniciou uma pesquisa sobre representação do desejo e normalização da cultura do estupro no cinema tradicional egípcio.
	Tradução e relato	Tahia Abdel Nasser é ouvinte, egípcia, professora de Literatura Inglesa e Comparada na Universidade Americana do Cairo, onde se formou e realizou mestrado e doutorado na mesma área. Pós Doutora em Literatura e Língua Inglesa pela Universidade do Cairo. Suas pesquisas são voltadas para Literatura do séc. XX e XXI, Literatura pós-colonial, Literaturas Árabe, Latino-americana e europeia.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 17 – Percurso metodológico: Contribuições (capítulo 6)

Autor/a	Principais conceitos	Geopolítica da produção de conhecimento
	Teoria Narrativa	Mona Baker (ver Quadro 5).
	Cinema de bolso Autodocumentário	Kênia Cardoso Vilaça de Freitas é ouvinte, doutora pela Escola da Comunicação da UFRJ na linha Tecnologias da Comunicação e Estéticas. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Multimeios da Unicamp. Possui Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Departamento de Comunicação Social da Ufes. Suas pesquisas envolvem afrofuturismo e análise fílmica.
	Narrativa Fontes Narrativas	Michel-Rolph Trouillot (ver Quadro 5)
	Narrativas de Tradutores e Intérpretes de Libras	Silvana Aguiar dos Santos (ver Quadro 6).

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Participante: _____

Coordenadora do projeto: Silvana Aguiar dos Santos

Pesquisadores responsáveis: Silvana Aguiar dos Santos e Jonatas Rodrigues Medeiros

Título da pesquisa: **INTÉRPRETES DA DISSIDÊNCIA: POESIA DE DIREITOS HUMANOS E INJUSTIÇA SOCIAL NA LITERATURA SURDA**

Período: 06/07//2020 à 06/03/2022

Em Libras: <https://youtu.be/Y-x535rVdiQ>

Introdução

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que visa compreender quais as implicações tradutórias sobre os discursos de poesias surda que pautam a temática dos direitos humanos e justiça social, além de problematizar o papel que a interpretação desempenha no engajamento contra as opressões sofridas pelas comunidades surdas.

O objetivo principal da pesquisa é analisar as narrativas produzidas por intérpretes de Libras e poetas surdos que atuam diretamente com a poesia surda que manifesta a pauta dos direitos humanos e injustiças sociais, discutindo as implicações tradutórias para profissionais que atuam na interpretação de poemas em Libras

O convite direcionado a você é devido sua trajetória de atividades interpretativa de ampla divulgação na comunidade surda e a relação com os critérios postos para essa pesquisa.

Este documento foi elaborado a partir das orientações do cepsh que é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à universidade federal de santa catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à universidade federal de santa catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Por que esta pesquisa está sendo realizada?

Justifica-se que intérpretes de Libras que atuam em contextos de poesia sinalizada com a temática dos direitos humanos, ocupam um espaço sensível de conflitos discursivos que trazem luz a essa temática, podendo estar à margem das discussões acadêmicas sobre interpretação. É crescente a circulação da poesia sinalizada em vários formatos e suportes. Essas poesias circulam em diversos

espaços físicos como saraus, *slams*, festivais e congressos, assim como em espaços virtuais (ciberespaços) como plataformas de vídeos e redes sociais, Intérpretes de Libras atuam na interpretação de textos nas diversas modalidades e direções linguísticas, tendo estes uma importante visão sobre os aspectos relacionados a essas produções poéticas, assim como suas narrativas sobre a vivência com essa cadeia discursiva dos Direitos Humanos.

Quais são os procedimentos do estudo? O que me será solicitado?

Você será convidado a participar de: a) uma série de fotografia narrada apresentando um relato sobre sua relação com a língua de sinais e poesias de conteúdos sobre direitos humanos e injustiças sociais, a minibiografia audiovisual será produzida com fotografias a sua escolha que represente a sua experiência; b) Entrevista semi estruturada e aberta sobre sua trajetória como atuante na área da língua de sinais, suas aproximação com o campo artístico, as discussões sobre direitos humanos e a tradução de poesia sinalizada em Libras que versam sobre essa temática. Durante a entrevista aplicaremos uma série de atividades de análise de diferentes poesias sinalizadas em vídeo a qual seus comentários e respostas serão transcritos. Ambos os momentos da pesquisa serão conduzidos pelo pesquisador via plataforma a ser definida com gravação *fulltime* para descrições posteriores. Será solicitado que você comente questões postas pelo pesquisador em relação a sua experiência tradutória e aos gêneros literários apresentados. É previsto o tempo de 1h30 para a realização da entrevista, mas você poderá interromper o procedimento quando quiser ou usar tempo maior se sentir necessidade. As gravações serão transcritas para o português, descritas e analisadas depois pelos responsáveis pela pesquisa.

Quais os riscos ou inconveniências de minha participação neste projeto?

A pesquisa do ponto de vista do risco de vida e da saúde física não apresenta nenhum dano. a pesquisa tem a possibilidade de causar desconforto, cansaço, aborrecimento, lembranças não positivas, e constrangimento devido a gravação de suas respostas e reações. há possibilidade de sentir alterações na autoestima, que são estimuladas pela evocação de memórias, bem como alterações na visão de mundo e de comportamentos em função de reflexões que envolvam a sua experiência de produção e/ou interpretação poética. é possível que as gravações de áudio/vídeo ocasionem desconforto ou alterações de comportamento.

A gravação de nossa entrevista será sigilosa, sendo apenas seu conteúdo utilizado na pesquisa, porém é importante frisar o risco da quebra de sigilo por terceiros em decorrência de investidas de hackers ou similares.

Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente circunstanciada.

A pesquisa também tem como resultado uma série de vídeos da fotografia narrada produzida com sua participação, assim sua imagem ficará exposta nas redes sociais na disseminação das mini biografias narradas em audiovisual. a produção de sua mini biografia em fotografia narrada, poderá causar desconforto durante a realização dos vídeos, além de exposição em um meio cujo consumo não estará sob controle do pesquisador nem dos entrevistados.

Isso irá expor a sua imagem, podendo haver comentários não agradáveis de outrem nas plataformas onde a minibiografia será postada. a qualquer momento você poderá solicitar a retirada de sua minibiografia da internet, o que não garante que outrem tenha realizado download para outros fins.

Para participar desta pesquisa, o entrevistado não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira, porém, caso haja alguma despesa necessária para deslocamento ou alimentação serão ressarcidos pela pesquisadora por meio de reembolso.

Ao consentir sua participação nesta pesquisa, você deve estar ciente de como esses dados serão utilizados: a) a sua mini biografia em vídeo só será postada na internet com a sua ciência e liberação; b) os dados da entrevista serão utilizados apenas para a análise e redação da pesquisa c) você poderá utilizar seu nome próprio ou artístico para a entrevista, mas caso queira poderemos usar nomes fictícios/pseudônimos; d) a análise e apresentação dos dados na dissertação serão escritos em

português em forma de transcrição; e) para a apresentação em eventos científicos/educacionais, os dados serão transcritos a partir de relatos dos excertos, mantendo o uso do nome escolhido por você.

Quais os benefícios do estudo?

O estudo não deverá beneficiar você diretamente, mas a sua participação certamente contribuirá para o exercício da interpretação poética e para poetas surdos; e em segundo lugar, o estudo deverá contribuir para a formação desses profissionais e ainda para os estudos que envolvem essa área.

A pesquisa beneficiará o campo tanto acadêmico quanto social. Academicamente estimulará pesquisas relacionadas às narrativas de intérpretes de Libras que atuam com discussões à margem da preocupação comum dos estudos da tradução, estimulando também as análises da literatura em libras nos diversos suportes. Socialmente ampliará a discussão sobre a presença e representatividade de intérpretes de Libras na mediação de textos poéticos surdos sobre direitos humanos. A pesquisa também auxiliará com a reflexão sobre a atuação de intérpretes que são dissidentes das práticas comuns da atividade da interpretação, observando as ações e percepções desses sujeitos.

Eu receberei algum pagamento por minha participação? Há custos para participar da pesquisa?

Não há nenhum pagamento nenhum custo.

Como as minhas informações pessoais estarão resguardadas?

Todas as gravações da entrevista serão arquivadas num computador protegido com senha. Apenas os pesquisadores responsáveis, e as bancas de qualificação e defesa terão acesso aos arquivos da entrevista. as suas respostas na pesquisa poderão ser redigidas com seu próprio nome próprio, nome artístico ou se desejar um pseudônimo à sua escolha.

A fotografia narrada de sua mini biografia confere na apresentação de sua imagem e história, o que implica em exposição e necessidade de liberação de imagem para a série. a série de fotografia narrada será divulgada na plataforma de vídeo do *youtube* e nas redes sociais (*facebook e instagram*) , o que confere seu aceite na promoção de sua narrativa biográfica com informações pessoais. o público alvo dos vídeos de fotografia narrada são intérpretes de libras (profissionais ou não), poetas surdos, pesquisadores interessados em tradução de libras e literatura surda, além de demais interessados no tema.

O seu nome e a sua imagem serão divulgados no relatório dessa pesquisa, porém, caso deseje, você será resguardado com pseudônimo nas respostas que irão para análise. suas respostas e comentários serão transcritos e reproduzidos no relatório, você poderá ter acesso a transcrição e poderá comentá-la ou pedir alteração/correção, você também poderá retirar trechos que não queira que sejam utilizados. você é participante desta pesquisa e poderá acompanhá-la em todas as suas etapas.

Eu posso interromper a minha participação na pesquisa?

Você tem total liberdade para interromper a pesquisa e solicitar o apagamento dos seus dados durante a realização desta.

A quem eu recorro para obter informações sobre dúvidas que eu possa ter sobre o estudo?

Você pode a qualquer momento entrar em contato com os responsáveis da pesquisa. Qualquer dúvida ou questão que surgir estaremos disponíveis para esclarecer. Você também poderá entrar em contato com o coordenador/orientador responsável pela pesquisa a qualquer momento.

Responsável da Pesquisa
Silvana Aguiar dos Santos
CPF 95261648068
Contato: s.santos@ufsc.br

Jonatas Rodrigues Medeiros
CPF 074387-07946
Contato: (41) 98435-9028 - jonataslibras@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa: Os materiais e dados coletados nesta pesquisa serão usados exclusivamente para a finalidade prevista neste documento conforme seu consentimento e em consonância a Resolução 510/2016. Tendo algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Nome completo do participante: _____

Coordenadora: Silvana Aguiar dos Santos

Título da pesquisa: INTÉRPRETES DA DISSIDÊNCIA: POESIA DE DIREITOS HUMANOS E INJUSTIÇA SOCIAL NA LITERATURA SURDA

As gravações serão utilizadas para o uso apenas do pesquisador, coordenador de pesquisa e banca de qualificação/defesa. O público em geral não terá acesso às suas imagens da entrevista, suas respostas serão transcritas.

1. Você aceita participar da entrevista e dos experimentos, seguindo as informações no documento “Termo de Consentimento para Participação em Pesquisa”?

() SIM () NÃO

2. Você permite que as duas etapas da pesquisa sejam gravadas?

() SIM () NÃO

3. Você autoriza que respostas sejam transcritas e/ou traduzidas e reproduzidas no relatório de pesquisa com o uso de seu nome ou um pseudônimo?

() SIM () NÃO

4. Você autoriza que sua mini biografia em fotografia narrada seja divulgada na internet nos canais informados pelos pesquisadores?

() sim () não

Eu, _____, li este documento e obtive todas as informações que julguei necessárias estando eu esclarecido dos objetivos da pesquisa e do uso dos dados obtidos pela minha participação, optei por livre e espontânea vontade participar da pesquisa e ter a minha imagem registrada em vídeo para análise posterior. Declaro não ter recebido nenhum valor para tal participação.

Declaro que recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido, assinado em duas vias, e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome do participante Assinatura do participante Data

Nome do coordenador Assinatura do coordenador Data

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INTÉRPRETES DA DISSIDÊNCIA: POESIA DE DIREITOS HUMANOS E INJUSTIÇA SOCIAL NA LITERATURA SURDA

Pesquisador: Silvana Aguiar dos Santos

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 43937821.0.0000.0121

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.822.543

Apresentação do Projeto:

Segundo os pesquisadores: A literatura surda tem sido utilizada como significativo instrumento de reivindicação política e identitária das comunidades surdas. Intérpretes de Libras, são constantemente acionados para mediar performances poéticas surdas, seja em eventos de slams, saraus ou tradução de vídeos. Tendo em vista a circulação poética de textos surdos ligados à direitos humanos e injustiças sociais, perguntamos: como se constitui a agência de intérpretes de Libras que atuam com a literatura surda que denuncia injustiças sociais e a reivindica os direitos humanos? Qual o papel que intérpretes desempenham no engajamento contra as opressões sofridas pelas comunidades surdas? A partir dessas perguntas, o objetivo principal da pesquisa é analisar as narrativas produzidas por intérpretes de Libras e poetas surdas/os que atuam diretamente com a poesia sinalizada que manifesta a pauta dos direitos humanos e a denúncia de injustiças sociais, discutindo assim as implicações interpretativas para aqueles que atuam com poemas em Libras neste contexto. Justifica-se que intérpretes de Libras atuam na interpretação desses textos poéticos nas diversas modalidades contribuindo com a circulação dessas poesias na língua portuguesa. O recorte do projeto concentra-se assim na análise de narrativas de intérpretes de Libras e poetas surdos/as sobre as implicações contidas na ação tradutória de poesias que reivindicam direito e justiça. Na Metodologia utilizaremos entrevistas semi-estruturada aberta e a técnica de Fotografia Narrada (JUSTO, 2009; MIGLIORIN, Et al. 2014) para coleta de dados. A análise seguirá os enquadramentos de narrativas na tradução (BAKER, 2006). Espera-se destacar

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401

Bairro: Trindade

CEP: 88.040-400

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3721-6094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.822.543

as formas de agenciamento de intérpretes de Libras e como estes circulam e participam de narrativas de resistência com a comunidade surda.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo as pesquisadoras:

Objetivo Primário:

O objetivo geral analisar implicações interpretativas sobre aspectos discursivos da poesia surda que tenha como temática os direitos humanos e justiça social.

Objetivos Secundários:

Articular conceitos e principais entre os estudos culturais em estudos surdos, estudo das traduções em Língua de Sinais e o campo dos direitos humanos;

Apresentar poemas em Libras que tenham como pauta os direitos humanos e suas principais categorias discursivas;

Discutir o papel de agência e suas implicações para intérpretes de Libras que atuam com poemas envolvendo temáticas direitos humanos e justiça social.

Analisar como as narrativas de intérpretes de Libras sobre suas vivências com esse campo literário e suas materialidades textuais podem implicar em sua atuação

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

Riscos:

A pesquisa do ponto de vista do risco de vida e da saúde física não apresenta nenhum dano. a pesquisa tem a possibilidade de causar desconforto, cansaço, aborrecimento, lembranças não positivas, e constrangimento devido a gravação de suas respostas e reações. há possibilidade de sentir alterações na autoestima, que são estimuladas pela evocação de memórias, bem como alterações na visão de mundo e de comportamentos em função de reflexões que envolvam a sua experiência de produção e/ou interpretação poética. é possível que as gravações de áudio/vídeo ocasionem desconforto ou alterações de comportamento. a gravação de nossa entrevista será sigilosa, sendo apenas seu conteúdo utilizado na pesquisa, porém é importante frisar o risco da quebra de sigilo por terceiros em decorrência de investidas de hackers ou similares. caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente circunstanciada. A pesquisa

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.822.543

também tem como resultado uma série de vídeos da fotografia narrada produzida com sua participação, assim sua imagem ficará exposta nas redes sociais na disseminação das mini biografias narradas em audiovisual. a produção de sua mini biografia em fotografia narrada, poderá causar desconforto durante a realização dos vídeos, além de exposição em um meio cujo consumo não estará sob controle do pesquisador nem dos entrevistados. Isso irá expor a sua imagem, podendo haver comentários não agradáveis de outrem nas plataformas onde a minibiografia será postada. a qualquer momento você poderá solicitar a retirada de sua minibiografia da internet, o que não garante que outrem tenha realizado download para outros fins. Para participar desta pesquisa, o entrevistado não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. porém, caso haja alguma despesa necessária para deslocamento ou alimentação serão ressarcidos pela pesquisadora por meio de reembolso. Ao consentir sua participação nesta pesquisa, você deve estar ciente de como esses dados serão utilizados: a) a sua mini biografia em vídeo só será postada na internet com a sua ciência e liberação; b) os dados da entrevista serão utilizados apenas para a análise e redação da pesquisa c) você poderá utilizar seu nome próprio ou artístico para a entrevista, mas caso queira poderemos usar nomes fictícios/pseudônimos; d) a análise e apresentação dos dados na dissertação serão escritos em português em forma de transcrição; e) para a apresentação em eventos científicos/educacionais, os dados serão transcritos a partir de relatos dos excertos, mantendo o uso do nome escolhido por você.

Benefícios:

O estudo não deverá beneficiar diretamente o participante, mas contribuirá para o exercício da interpretação poética e para poetas surdos; e em segundo lugar, o estudo deverá contribuir para a formação desses profissionais e ainda para os estudos que envolvem essa área. A pesquisa beneficiará o campo tanto acadêmico quanto social. Academicamente estimulará pesquisas relacionadas às narrativas de intérpretes de Libras que atuam com discussões à margem da preocupação comum dos estudos da tradução, estimulando também as análises da literatura em libras nos diversos suportes. Socialmente ampliará a discussão sobre a presença e representatividade de intérpretes de libras na mediação de textos poéticos surdos sobre direitos humanos. A pesquisa também auxiliará com a reflexão sobre a atuação de intérpretes que são dissidentes das práticas comuns da atividade da interpretação, observando as ações e percepções desses sujeitos.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.822.543

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de projeto de mestrado de Jonatas Rodrigues Medeiros, sob a orientação da professora Silvana Aguiar dos Santos, do Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução (PGET)

A entrevista será realizada de forma on line em plataforma virtual a definir, a atividade será gravada para posterior tradução e transcrição de dados. Será utilizado a técnica de Fotografia Narrada para contextualizar a biografia dos/as participantes e suas trajetórias. A metodologia de pesquisa será configurada em três etapas. A primeira consiste na produção de uma série audiovisual de fotografia narrada, sintetizando a relação dos intérpretes e poetas que atuam em contextos de dissidência e injustiça social através de uma minibiografia audiovisual. O segundo instrumento consiste no levantamento de poesias que serão utilizados tanto como embasamento teórico, quanto instrumento de análise a ser aplicado nas entrevistas semiestruturadas. A terceira etapa ocorre com uma entrevista semi-estruturada com aplicação de instrumento de análise. A proposta da fotografia narrada tem como objetivo resgatar, registrar e valorizar a memória e história oral de intérpretes de Libras. As fotonarrativas narradas irão conter o tempo de até 06min, passando por tratamento de edição para corte final e masterização. O local de gravação e a disposição das fotos serão escolhas dos participantes. Os participantes receberão orientações gerais sobre a captura de imagem pelos responsáveis do projeto. Os vídeos utilizados para elaborar o instrumento de análise e proposição teórica, serão coletados do banco de dados oriundo do projeto de pesquisa intitulado Mapeamento Netnográfico de Literatura Surda de Direitos Humanos, vinculado ao programa de extensão TILSJUR. Trabalharemos com o seguinte tratamento dos dados coletados: (i) para fotografia narrada os vídeos produzidos pelos intérpretes e poetas irão para ilha de edição para cortes, tratamentos de cor, inserção de elementos editoriais, edição de som, tradução e legendagem. (ii) para a constituição do instrumento de análise utilizaremos o Banco de dados do "Mapeamento Netnográfico De Literatura Surda E Direitos Humanos"; (ii) A Entrevista Semi-estruturada com tradutores e poetas surdos e não surdos pretende ser online e grava para posteriormente transcrição dos comentários realizado pelo poetas. Organiza-se os eixos das perguntas nas seguintes temáticas "aproximação e movimento na arte", "relação com discursos dos direitos humanos e/ou movimentos sociais", "interpretação e ativismo", "interpretação e materialidades do texto". As respostas da entrevista, a aplicação do instrumento de análise, e a fotografia narrada, poderá ser feita em português ou Libras, para os/as intérpretes participantes da pesquisa. Estas serão transcritas e/ou traduzidas, e posteriormente disponibilizadas para validação dos participantes.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.822.543

Os/as participantes surdos/as terão suas respostas traduzidas pelo pesquisador e posteriormente revisada por tradutor(a) convidado/a para tal atividade, depois do tratamento da tradução está será disponibilizada aos participantes para validação. Para fins éticos, utilizaremos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Para Participação em Pesquisa na versão em português, numa linguagem acessível e em videolibras para participantes surdos/as. Por se tratar de uma pesquisa onde os participantes expõem seus corpos em fotografia narrada e suas narrativas compartilhadas nas entrevistas. O projeto atenderá os critérios da Resolução N° 510/2016.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1) A redação dos Riscos e Benefícios está de acordo com as indicações do documento orientações para evitar pendências do CEP/SH/UFSC.
- 2) Folha de Rosto assinada pela orientadora e pesquisadora responsável Silvana Aguiar, e pela coordenadora da Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET), Andreia Guerini, em 13 de fevereiro de 2021.
- 3) Carta de anuência: não há.
- 4) TCLE: apresenta um TCLE para o participante da pesquisa, que contempla as exigências da resolução 510/2016.
- 5) Cronograma: Considerando o cronograma apresentado na Plataforma Brasil, a previsão de início do estudo é em 16/08/2021 com previsão de término em 31/10/2021.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Este CEP aceita documentos assinados escaneados e documentos com assinatura digital sem questionar ou verificar a sua autenticidade. Isso pressupõe que o pesquisador responsável (ou seu delegado), que carregou o documento na Plataforma Brasil ao fazer o acesso com nome de usuário e senha, responsabiliza-se pela sua autenticidade e por eventuais consequências decorrentes dessa situação. Recomendamos aos pesquisadores que, para fins de eventual verificação, guardem em seus arquivos todos os documentos originais assinados manual ou digitalmente.

Lembramos aos senhores pesquisadores que, no cumprimento da Resolução 466/12, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deverá receber relatórios semestrais e/ou anuais sobre o andamento do estudo, bem como a qualquer tempo e a critério do pesquisador nos casos de relevância, além do

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br